

Sarah Luna de Oliveira

A EXPLORAÇÃO SIMBÓLICA DO BRASIL EM DEFESA DO IMPÉRIO LUSITANO: UMA ANÁLISE DAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS E DA LITERATURA ESCOLAR PORTUGUESA (1880-1960)

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, Ramo História - Época Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A EXPLORAÇÃO SIMBÓLICA DO
BRASIL EM DEFESA DO IMPÉRIO
LUSITANO: UMA ANÁLISE DAS
COMEMORAÇÕES CÍVICAS E DA
LITERATURA ESCOLAR
PORTUGUESA (1880-1960)

Ficha Técnica:

| | |
|-------------------------------|--|
| Tipo de trabalho | Tese de Doutoramento |
| Título | A EXPLORAÇÃO SIMBÓLICA DO BRASIL EM DEFESA DO IMPÉRIO LUSITANO: UMA ANÁLISE DAS COMEMORAÇÕES CÍVICAS E DA LITERATURA ESCOLAR PORTUGUESA (1880-1960) |
| Autor/a | Sarah Luna de Oliveira |
| Orientador/a | Fernando José de Almeida Catroga |
| Coorientador/a | |
| Identificação do Curso | Doutoramento em Altos Estudos em História |
| Área científica | História |
| Especialidade/Ramo | Época Contemporânea |
| Data | 2014 |



Esta tese foi realizada com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento (Referência SFRH/ BD/ 43817/ 2008) financiada por fundos nacionais do MCTES



Para Antônio, Marília e Fidel.

RESUMO

A intenção primordial desta tese consiste em dimensionar a relevância do Brasil no interior das estratégias de autodefesa e autopropaganda do Império português entre os anos de 1880 e 1960. No entanto, estes artifícios transcendiam o mero investimento simbólico, uma vez que buscavam tradução no campo prático das razões de Estado que moveram o relacionamento luso-brasileiro ao longo do período cronológico em questão. Sob este ímpeto, recorreremos primeiramente à análise da participação das autoridades brasileiras nas comemorações cívicas portuguesas e em seguida, da participação portuguesa nas festas cívicas brasileiras. A partir daqui foi possível diagnosticar os resultados concretos das encenações da fraternidade luso-brasileira que se refletiram em maior ou menor grau no território das relações diplomáticas entre os dois países em causa.

No intervalo de tempo estudado constatamos as maiores intensificações no investimento simbólico associado à idealização da imagem do Brasil justamente nos contextos históricos mais hostis à sobrevivência do Império colonial português. Neste sentido, citamos a apoteótica participação do presidente Juscelino Kubitschek nas comemorações do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique em 1960, momento em que o colonialismo lusitano enfrentava desafios internos a exemplo da eclosão de guerras independentistas, e externos, tais quais, a defesa da Organização das Nações Unidas pelo direito de autodeterminação dos povos, e as ameaças do bloco capitalista e socialista que disputavam influência sobre os territórios do continente africano e asiático subjugados ao domínio português.

Enfim, a crítica da literatura escolar portuguesa produzida entre as duas últimas décadas do século XIX e 1960, analogamente ao caso das comemorações, revelou abordagens à ex-colônia americana que se mostram mais ou menos efusivas a depender dos contextos históricos e políticos. Não obstante, o caráter perene do texto e o seu consumo seriado nos anos subsequentes da formação escolar apresentava uma mais-valia na fixação de imagens alegóricas do Brasil frente ao perfil efêmero e pontual das festas cívicas. Diante disto, a análise dos ensinamentos sobre a ex-colônia americana na literatura escolar portuguesa fez-se crucial para a compreensão das representações

paradigmáticas e mesmo dos silenciamentos propositados que compunham o mapa das evocações estratégicas a antiga Terra de Vera Cruz.

Seja como for, o esquadramento das festas cívicas ao lado dos manuais escolares na média duração de finais do século XIX a meados do século XX nos oferece uma visão complementar dos usos simbólicos da imagem do Brasil enquanto potencial referente dos talentos da ação colonizadora e civilizadora do Império português.

Palavra-chave: Brasil; Portugal; relações luso-brasileiras; festas cívicas; manuais escolares.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to size the relevance of Brazil towards self-defensives and self-advertisement strategies of the Portuguese Empire between 1880 and 1960. However, these devices transcended mere symbolism since the goal was to accomplish practical deals within the Portuguese-Brazilian affairs of state over these years. Mindful of that, the first step of our investigation was to analyse the participation of the Brazilian authorities in the Portuguese civic celebrations and vice versa. Based on such analysis, it was possible to detect the result of the intrinsic Portuguese-Brazilian fraternity manifestations which, eventually, strengthened the core of their diplomatic relationship in different intensities. On the other hand, it was quite clear to perceive the Portuguese intensification on portraying an idyllic Brazil, exactly during the more challenging historic contexts for the survival of the Lusitan Empire. It explains the apothotic participation of Brazilian President Juscelino Kubitscheck during the celebration of the fifth century of Infante D. Henrique's death in 1960. Exactly, when the Portuguese colonialism faced both internal and external pressures, such as The United Nations's advocacy for the right of self determination of peoples, besides the threats of Capitalist and Socialist blocs, both competing for the African and Asian territories under the Portuguese domain.

In a second moment, the criticism of the Portuguese school literature produced between 1880 and 1960 also revealed the same approach towards the ex South American colony, always mentioned in a more or less effusive way, depending to political and historical conjunctures of the Lusitan Empire. Anyway, the language of the textbooks and their content, utilized throughout the years of schooling, was way more effective at the diffusion of an allegorical image of Brazil. By this point of view, we feel safe to admit that the lessons of the scholar textbooks about the ex-colony outlasted the ephemeral traits of those civic celebrations. Moreover, a deeper analysis on the teachings about the old South American colony, as displayed by the Portuguese school literature, became quite crucial so that we understand both their paradigmatic depiction, as much as the purposeful silence that has made up the map on the strategic evocation of the "Portuguese America".

Finally, full exploration of civic celebrations alongside textbooks to the average duration of the late nineteenth to mid -twentieth century offers us a

complementary view of symbolic uses of the image of Brazil constantly explored as a paradigm of the civilizing talents of the Lusitan Empire.

Keyword: Brazil; Portugal; Luso-Brazilian relations; civic celebrations; textbooks

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui é indescritível. Tentar traduzí-lo em palavras incorreria ao risco de empobrecer a complexidade geográfica de seus trajetos múltiplos que apenas a natureza de minha própria experiência vivida é capaz de revelar. No entanto, o momento pede uma síntese descritiva desta jornada, ou, uma micro-análise de sua morfologia. Vislumbro um deserto, com toda a possibilidade imagética de aridez que esta palavra pode conceber. Não falo de um deserto qualquer. Trata-se de um deserto que não existia para todos em sua sublime imanência, mas apenas para mim. Assim, o meu deserto particular me impunha uma exigência exclusiva: a sua travessia. Atravessar o deserto, no entanto, implicou em decidir-me entre duas vias. A primeira e mais fácil de ser seguida remetia ao termo latino *desertare*, que, coincidentemente constitui o núcleo etimológico do próprio termo em causa. Trata-se de abandonar, ausentar-se, ou, simplesmente desistir. A segunda via, por sua vez, a mais árdua das opções, consiste em *dissertare* terminologia latina que deu origem à palavra dissertar, compreendendo a capacidade de discussão acerca de um determinado tema.

Eu segui a segunda opção que me trouxe ao momento de escrever estas linhas de agradecimento. Finalmente, optei por casar a travessia do meu deserto íntimo com o árduo labor de não apenas dissertar, mas de elaborar uma tese. Hoje, posso dizer que a travessia não foi nada fácil, mas que aprendi com cada passo dado e com o desgaste progressivo dos meus velhos sapatos. Levo disto tudo a certeza de que não se deve temer ao deserto. Afinal, ele é apenas uma paisagem. E a este respeito, um Fernando Pessoa cético já me havia aconselhado: “Não acredito na paisagem. Sim. Não o digo porque creia no ‘a imagem é um estado de alma’ do Amiel, um dos bons momentos verbais da mais insuportável interiorice. Digo-o porque não creio”. Eis uma gota de desassossego líquido que sempre amenizou a minha sede ao longo desta saga.

Findado este ciclo, é chegada a hora de relembrar e agradecer aos que de algum modo me apoiaram e tornaram esta missão realizável.

Agradeço em primeiro lugar, ao Deus altíssimo que iluminou o meu percurso me concedendo saúde, proteção, perseverança, força de vontade e disciplina para chegar até aqui.

Ao meu guia, o meu mapa, a bússola que me ajudou a dar um norte ao meu transcurso acadêmico neste processo de doutoramento, o prezado Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga. Gostaria de dizer que foi uma honra imensa para mim ter sido sua discípula e poder ter tido a grande oportunidade de compartilhar consigo um pouco de seu profundo conhecimento histórico, filosófico e humanístico ao longo destes anos.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia que me concedeu uma bolsa de doutoramento e viabilizou a consecução deste trabalho de investigação.

Ao infalível apoio do meu amado pai Antônio Araújo de Oliveira, um amante das letras, da cultura e da culinária lusitana que me encorajou a viver esta empreitada em terras lusíadas. Agradeço também a minha amada mãe Marília, a homônima da “Marília de Dirceu”, cujo autor, o poeta português Tomás Antônio Gonzaga assim como eu também teve a honra de estudar na Universidade de Coimbra. Ao meu companheiro de todas as horas, amigo, esposo e amante Fidel Latiesas, por estar sempre ao meu lado e por ter sido um porto seguro todos esses anos em que estive em Coimbra a executar a presente tese. A minha sogra Sofia Latiesas por seu incentivo constante e leal amizade.

Ao suporte dos meus irmãos de sangue, Dimitri, Bernardo e Thyago, as minhas cunhadas Sabrina e Sayara e aos meus queridos sobrinhos Maria Julia e João Paulo que nasceram ao longo desta jornada e são fontes de constante alegria e amor. Aos meus irmãos e irmãs que a vida escolheu para mim, meus queridos amigos e amigas, Rebecca Luna, Christina Pacheco, Laura Luna, Rogério Aragão, Caroline Monteiro, Karla Candeia, Aluizio Vieira, Serguei Santos, Juliana Pacheco, Liuba de Medeiros, Lorena Travassos, Michele Nogueira e mais outros tantos cujos nomes todos não caberiam nestas linhas. Aos novos amigos que fiz em Coimbra, Carolina Clemente, Áurea Amorim, Lucila Vilhena, Beatriz e Paulo Gottardo, Leonardo Fernandes dos Anjos, Mafalda Corte-Real, Rhomeyka Vasconcelos, Camila Oliveira e muitos outros mais que tanto me ajudaram em terras portuguesas, Thaís Luna, Estela Nunes, Sonya Brandão e Emídio Maranha. Aos companheiros de doutoramento, Joel Andrade e Débora Dias pela troca de experiências e pela amizade que nos uniu. A Isabel, Inês e aos familiares

distantes que mesmo no Brasil me enchiam de ânimo e coragem para concluir este projeto de vida acadêmica e profissional.

A todos os funcionários das bibliotecas, arquivos e fundações que visitei em Coimbra, Lisboa, Porto, Madri, Rio de Janeiro, Brasília e Recife pelo desempenho de seus trabalhos que facilitaram o meu ofício de historiadora.

A cidade de Coimbra por ser um grande ambiente universitário, fomentador do conhecimento, aos seus estudantes, os da terra e também os estrangeiros que sempre me inspiraram com suas histórias pessoais.

Finalmente acho justo agradecer as pessoas que por alguma razão não me ajudaram ou não acreditaram em mim, pois estas me tornaram mais forte diante das situações de adversidade e me permitiram descobrir capacidades de superação e autodeterminação que até então não sabia que as possuía.

ÍNDICE

| | |
|---|--------|
| Introdução | p. 15 |
| | |
| Capítulo I) Memória, história e comemorações sob a lógica das legitimações dos projetos político-ideológicos | p. 34 |
| Memória, metamemórias e a produção da memória nacional..... | p. 34 |
| Comemorações: lições vivas de memorização..... | p.48 |
| O paradigma comtiano das comemorações e o comemoracionismo português..... | p.51 |
| A historiografia e as metamemórias..... | p.55 |
| | |
| Capítulo II) O Brasil e as festas cívicas portuguesas | p. 61 |
| O tricentenário de morte de Camões no Brasil (1880)..... | p. 62 |
| O centenário da morte do Marquês de Pombal no Brasil (1882)..... | p. 83 |
| O quarto centenário da Índia e o Brasil (1897-1898)..... | p. 92 |
| O centenário do “descobrimento” do Brasil..... | p. 98 |
| O Brasil e as festas do Duplo Centenário Português (1940)..... | p. 107 |
| | |
| Capítulo III) Portugal e as festas cívicas portuguesas | p. 118 |
| A participação portuguesa no Centenário da Abertura dos Portos no Brasil (1908)..... | p. 118 |
| Portugal e o centenário da independência do Brasil (1922)..... | p.128 |
| Portugal e as comemorações do tricentenário da restauração pernambucana e do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954)..... | p.139 |
| Portugal e o tricentenário da Restauração Pernambucana (1954)..... | p.141 |

Portugal e o quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954)
.....p.148

Capítulo IV) O Brasil nos manuais escolares portugueses (1880-1960).....p. 159

Os impactos da *Carta* de Pero Vaz de Caminha nas abordagens dos manuais escolares portugueses sobre o Brasil.....p.170

O “descobrimento” do Brasil.....p. 178

A independência do Brasil.....p.192

A instauração da República no Brasil e a primeira travessia aérea Lisboa – Rio de Janeiro.....p.196

Capítulo V) Sob o signo da ameaça descolonizadora: as relações entre o governo de Juscelino Kubitschek e Oliveira Salazar (1956-1961).....p. 202

O Brasil e a política externa portuguesa (1956-1961).....p.203

Gilberto Freyre e a política internacional brasileira: a construção de uma imagem positiva do colonialismo português.....p.213

O lugar de Portugal na política externa de Juscelino Kubitschek.....p.232

Um incidente diplomático: o caso Humberto Delgado.....p.238

Capítulo VI) Juscelino Kubitschek no quinto centenário de morte do Infante D. Henrique.....p. 248

Os protestos contra a participação de JK nas festas henriquinas no Brasil e em Portugal.....p.248

A encenação da apoteose.....p.254

O balanço feito pelo Estado Novo da participação brasileira nas festas henriquinas e a questão do apoio brasileiro à causa imperialista lusitana após o governo de Juscelino Kubitschek.....p.276

Conclusão.....p.283

Fontes e Bibliografia.....p. 298

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AHD/MNE Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros

ALN Archives of the League of Nations

ANTT Arquivo Nacional da Torre do Tombo

FGF Fundação Gilberto Freyre

GRPL Gabinete Real Português de Leitura

SGL Sociedade de Geografia de Lisboa

RIHGB Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

INTRODUÇÃO

Considerando a senda dos trabalhos desenvolvidos em torno das distintas formas de ritualização da história pátria portuguesa, é possível identificar uma escassez de produção de cunho historiográfico que revele o lugar do Brasil na consagração dos grandes acontecimentos/ grandes homens que constituem a sua mitologia nacional. Sob o ímpeto de contribuir para o fim desta lacuna nos interessa averiguar especialmente os ritos e mitos que são portadores da mais eficaz pedagogia de internalização e fixação dos mitemas que edificaram a memória histórica e nacional portuguesa à volta do eixo central dos descobrimentos e da colonização, ambos a serviço da ideia e do ideal de Império.

Para isso, privilegiamos uma ótica que quer ser comparativa e consideramos ser necessário que o recorte temporal de média duração – 1880 a 1960 –, a fim de melhor compreendermos a sutil dialética entre as permanências e rupturas que marcaram as esteriotipações do Brasil no ciclo das festas cívicas de inspiração imperial, assim como na literatura escolar portuguesa, durante o período em pauta.

Com este propósito, atentamos para a intencionalidade do que se devia memorar em detrimento do que interessava ser esquecido nas cerimônias invocadoras de uma determinada imagem do passado. E assim, a partir do século XIX, juntamente com a emergência dos nacionalismos dos Estados-nações da Europa, surgia uma renovação das políticas de memória¹ que consistia numa espécie de vigilância do exercício de recordação que pretendia transformar-se em comunidade de destino ao socializar narrativas em torno de uma determinada identidade nacional. Não por acaso, Oitocentos foi designado o “século da história” e a preocupação com as “lições” do passado tornou-se central não apenas nas academias e universidades, mas também nas políticas educativas dos novos Estados-nações.

¹ Segundo Fernando Catroga, “Esta maior privatização do recordar também teria desencadeado respostas compensatórias, de cariz mais público, fenómeno bem patente na concomitante importância que os vários poderes (Estado, município, grupos vários, família) dão, depois do seu primeiro período de apogeu nas últimas décadas do século XIX, a um renovado fomento de *políticas de memória*”. CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*, Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 28.

Podemos denominar estas memórias produzidas com um determinado fim de metamemórias². Neste sentido, iremos destacar, sobremaneira, as comemorações cívicas e os manuais escolares como veículos de representações sacralizadoras do passado português. Por isso, fará parte desta meta averiguar em que momentos a antiga colônia americana foi estrategicamente evocada em harmonia com a dialética da recordação e do esquecimento que regia a lógica das políticas da memória que, oficiosamente, foram sendo fomentadas entre as últimas duas décadas do século XIX e meados do século XX.

Perscrutar-se-á o Brasil mitificado sob o véu de um paradoxo: a utilização da figura da ex-colônia como justificativa para o paradigma do colonialismo português. Em um primeiro momento, buscaremos demonstrar este apelo à nação brasileira no ciclo do comemoracionismo português (1880-1960). Ora, as comemorações cívicas têm efeito de “lições móveis de história”³, portanto, somente a análise do elemento brasileiro no interior de cerimônias desta natureza celebradas ao longo de uma média duração nos permitirá apontar a trajetória de feitura de uma imagem (positiva) do Brasil constantemente explorada, sobretudo nos momentos de maior desafio para a vida do Império lusitano. Nesta ótica, constataremos que a figura da antiga Terra de Vera Cruz era oportunamente convocada como um autoelogio à ação colonizadora e civilizadora do gênio português que continuava ativa em outros continentes (Ásia e África).

Deste modo, também será nosso objetivo confirmar mais solidamente a ideia segundo a qual a representação do Brasil nas festas cívicas portuguesas visou, grosso modo, fazer contraponto às teses daqueles que, em nome de outros interesses imperiais, pretendiam diminuir a capacidade civilizadora que se queria enaltecer. Este tipo de uso da memória acabou por consagrar uma visão fraterna e amistosa da antiga colônia do Atlântico Sul. O que foi alcançado através de encenações exaltadoras do passado comum entre Brasil e Portugal, onde quaisquer tipos de conflitos ou tensões eram silenciados para engrandecer os laços culturais, históricos e étnicos que uniam estas partes do velho e do novo mundo.

² Veja-se a definição breve deste conceito: “La metameoria, que es, por una parte, la representación que cada individuo se hace de su propia memoria, el conocimiento que tiene de ella, y, por otra parte, lo que él dice de ella, dimensiones estas que reenvían al modo de filiación de un individuo a su pasado y también, como observan Michael Lambek y Paula Antze, a la construcción explícita de la identidad. La metamemoria es una memoria reivindicada, ostensiva”. CANDAU, Joël. *Memoria e Identidad*, 1ª edição, Buenos Aires, Del Sol, 2008, p. 21.

³ CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história” in *História da história de Portugal: séculos. XIX-XX – da historiografia à memória histórica*, Lisboa, Editora Temas e Debates, 1998, p. 223.

Em um segundo momento, comprovaremos que os textos da literatura escolar portuguesa, produzida também no mesmo contexto cronológico que as comemorações, compartilhavam da mesma finalidade em seus ensinamentos relativos ao Brasil. Contudo, elucidaremos que a elaboração das abordagens relativas à ex-colônia americana dispostas nos manuais esteve atrelada a outras questões mais específicas, tais quais as reformas escolares, as conjunturas políticas e ideológicas que tiveram maior impacto sobre a elaboração deste tipo de literatura, bem como as incidências manualísticas dos debates historiográficos. Como exemplo disto, assinalaremos que na transição da Monarquia para a República as visões do Brasil presentes nos livros didáticos são praticamente inalteradas, o que pode ser explicado pelo fato das reformas escolares republicanas de 1911 e 1919 terem conservado, em parte, a retórica oriunda do período monárquico, mas também devido a algo que, na senda de outros estudiosos⁴, poderemos comprovar: a transversalidade da gesta imperial, independentemente da mudança dos regimes políticos no período aqui em pauta.

Ademais, a Reforma de Carneiro Pacheco (1936) possibilitou uma revisão dos conteúdos manualísticos sob a perspectiva da formação de uma escola nacionalista e cultuadora da ideia de Império, de onde a figura da “nação irmã” era evocada com o sentido de sensibilizar, de um modo mais monolítico, os estudantes/ leitores dos manuais para o reforço da interiorização daqueles valores, tanto mais que a instituição do regime do livro único acabou por veicular uma narrativa unívoca e consensualizadora acerca da América portuguesa que, como veremos, demarcará o apogeu das idealizações do elemento brasileiro na literatura escolar portuguesa.

Em suma, procuraremos confirmar que, neste período, o Brasil representava um poderoso elemento de relevância simbólica para a propaganda do regime português, e em termos mais concretos, uma potencial parceria no cenário da política internacional.

Diante deste panorama, se fazia necessário enfatizar o seu lugar no terreno dos mitos reformulados pela ideologia colonialista do Estado Novo e o método mais eficaz de concretizá-lo seria continuar a sobrevalorizá-lo como conteúdo de formação escolar, especialmente em um momento em que,

⁴ C.f. JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002; CATROGA, Fernando, *op. cit.*, 1998, pp. 221-362; CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo: EUA, França e Portugal*, Fortaleza, Edições NUDOC, 2005.

a escola passou a atingir e influenciar a maioria da população infantil e juvenil, período que coincidiu com o de maior esforço empreendido pelo Estado no sentido de aproveitar o carácter formativo da educação com intuítos patrióticos propagandísticos, pelo que as representações formadas na escola acerca dos descobrimentos e expansão atingiram uma percentagem da população infanto-juvenil até então nunca alcançada ⁵.

Deste modo, a positivação da imagem do Brasil nos manuais do Estado Novo atingiu um efeito mais eficaz e consensual, salvaguardando a ex-colônia um relevante papel de agente formador de uma nova consciência/ identidade nacional portuguesa que (re) consagrava o ideal de Império, civilização e fé cristã. Coincidentemente, é também a partir da década de 1960 que as teorias acerca do sigilo dos descobrimentos⁶ mais se repercutiram na literatura escolar portuguesa e passaram a delimitar os conteúdos manualísticos sobre o Brasil, onde temas-chave como o seu “descobrimento”, a sua colonização e a sua independência eram aprofundados com relação aos manuais de períodos anteriores. Por todas estas razões, a nossa análise da literatura escolar portuguesa reservará uma atenção maior ao período estadonovista, especialmente à

⁵ PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís; *et. al. Os descobrimentos no imaginário juvenil (1850-1950)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 31.

⁶ De fato, o trabalho que obteve maior alcance sobre as interpretações historiográficas acerca da chegada dos portugueses ao Brasil com base na carta de Pero Vaz de Caminha pertence ao historiador português que viveu no Brasil (entre 1940 e 1957) Jaime Cortesão e começou a ser desenvolvido a partir de 1922, data comemorativa dos cem anos de emancipação política do Brasil. C.f. CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1922. Junto a outros autores como Damião Péres, a suposta causalidade do “achamento” das terras brasileiras passou a ser questionada. Foram então, desenvolvidas as teses em torno da política de sigilo dos descobrimentos, cuja difusão na historiografia portuguesa, também influenciaria a produção da literatura escolar que nos propomos analisar. Ora, de acordo com Jaime Cortesão ao longo do século XV, Portugal assumiu uma missão universal protagonizada pelo Infante Dom Henrique com o consentimento da Igreja (conforme reza a bula de Nicolau V de 8 de janeiro de 1454) que consistia em ir até a Índia e destruir o Islã no Oriente. Com a Igreja, ficava acordado que os “descobridores” portugueses trariam índios convertidos ao cristianismo para lutar nas cruzadas contra os sarracenos. Contudo, objetivos de ordem econômica para além da questão religiosa se colocavam como um dos fatores primordiais que impulsionaram a empreitada dos descobrimentos henriquinos, a saber, a disputa pelo monopólio do tráfico oriental até então pertencente ao Islã. Para lograr este objetivo, se fazia necessário manter em segredo os planos e as ações dos descobridores portugueses, como meio de evitar a concorrência e despertar a cobiça de outras potências navegadoras da época. A questão do sigilo dos descobrimentos já era discutida no ambiente da historiografia portuguesa, mas só a partir da década de 1960 é possível perceber o seu real impacto sobre a elaboração da literatura escolar, como provaremos.

década de 1960, uma vez que os manuais da década seguinte apenas reproduzem os discursos e narrativas concernentes ao Brasil então fixados.

Ainda sobre os manuais, vale ressaltar que, se as festas cívicas representavam e veiculavam uma visão mitificada e monumentalizada do Brasil enquanto um dos pontos altos da história pátria portuguesa, a literatura escolar conseguia fazê-lo com uma eficácia superior. A mais-valia essencial dos manuais escolares neste sentido se justifica pelas características fixas e constantes dos textos de efeitos pedagógicos, assim como pelo uso continuado (e uniformizado em muitos casos) na formação escolar dos jovens cidadãos portugueses.

De modo sucinto, pode-se dizer que o escrutínio destas duas práticas de memória – as comemorações e a literatura escolar – nos revelará o grau de maior ou menor investimento que se projetou na imagem do Brasil invocada a partir de um ponto de vista historicista, estruturado com o objetivo de legitimar e credibilizar a grandeza do destino da nação portuguesa. Passemos, portanto, à elucidação do lugar da ex-colônia nas comemorações cívicas portuguesas, campo de análise que também inclui, igualmente, quer a participação portuguesa nas comemorações brasileiras, quer as comemorações de festas cívicas portuguesas em solo brasileiro.

O Brasil evocado nas comemorações cívicas portuguesas e a participação portuguesa nas festas cívicas brasileiras

A partir dos finais do século XIX, as festas dos centenários passavam a ganhar espaço como práticas ritualísticas de forte apelo patriótico por toda Europa e também em Portugal. Neste país, nomes como os de Teófilo Braga e Manuel Emidio Garcia são reconhecidos como os dos primeiros idealizadores das festas de centenário sob o paradigma comtiano⁷ e sob a influência do “modelo” que a III República, desde os finais da década de 1870, começara a promover. De acordo com Auguste Comte, cada nação deveria render louvores aos seus próprios gênios, que melhor sintetizam as qualidades e potencialidades de sua pátria. Em suma, a lógica dos centenários comtianos

⁷ Recordamos aqui novamente as duas obras exponenciais sobre os centenários portugueses para a consecução desta tese. C.f. JOÃO; Maria Isabel. *op. cit.*, 2002; CATROGA, Fernando. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, pp. 221-362, etc.

consistia na crença de que os vivos não podiam deixar de cultuar os mortos: maiores responsáveis pelo estágio atual de evolução da Pátria e da Humanidade ⁸.

Na concepção de Comte, o progresso social estaria vinculado em parte à colaboração contínua entre gerações, ou seja, na preservação da memória do passado através de comemorações e venerações. Neste sentido, o culto aos mortos seria uma espécie de garantia de aperfeiçoamento contínuo da humanidade, de acordo com o ideal universalista do positivismo. Por isso, segundo o filósofo francês, cada nação deveria elaborar um calendário cívico para celebrar os centenários das datas de nascimento ou morte dos seus grandes homens e destacar os acontecimentos históricos que teriam contribuído para o progresso do conjunto da espécie humana.

A experiência da voga dos centenários em Portugal foi participante deste movimento, embora o seu enfoque estivesse prioritariamente voltado para a intenção de gerar consensos e de monumentalizar versões do passado capazes de engrandecer o gênio português ⁹. Não por acaso, a figura de Luís de Camões foi eleita como síntese perfeita das qualidades do gênio lusitano e o tricentenário de sua morte (1880) inaugurou o novo calendário comemoracionista movido por finalidades predominantemente cívicas. Além de ser o deus principal do Olimpo dos heróis nacionais portugueses, Camões era também o cantor da epopeia dos “descobrimentos”, momento áureo da história pátria considerado como a maior cooperação do povo lusitano ao progresso da humanidade.

⁸ Segundo Auguste Comte, a humanidade consiste no “[...] conjunto dos seres humanos, passados, futuros e presentes. Esta palavra conjunto indica-vos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário, que só foi desculpável durante a sua educação. Os tempos anárquicos fazem sobretudo pulular, e demasiadas vezes florescer, esses tristes fardos do verdadeiro Grande Ser”. COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 150.

⁹ Segundo Teófilo Braga, os “(...) Centenários dos grandes homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o gênio que é a synthese do seu caracter nacional, aquelle que melhor exprimiu essas tendências, ou o que mais serviu essa individualidade ethnica?”. BRAGA, Teophilo. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1884, p. 4.

Ora, a relevância do centenário camoniano no contexto da emergência das festas cívicas sob o auspício do positivismo comtiano também teve repercussões em outros países de língua portuguesa, dentre os quais nos fixaremos propriamente no caso do Brasil. Veremos que a celebração do tricentenário da morte de Camões nos trópicos foi de suma importância para o enaltecimento da herança europeia, latina e portuguesa da nacionalidade brasileira em harmonia com a lógica eurocêntrica e progressista do positivismo. Como será pormenorizado, o tricentenário camoniano não apenas contempla o representante maior da cultura e da história que o Brasil partilha com Portugal, como significou uma espécie de evento inaugural da religião da humanidade no Brasil fundada pelos positivistas ortodoxos neste país. Além disso, como confirmaremos, o tricentenário camoniano celebrado nos dois lados do Atlântico possibilitou a abertura de um canal de comunicação entre os republicanos positivistas brasileiros e portugueses a partir dos princípios de uma liturgia sociolátrica que se buscava desenvolver nos dois países.

No interior do ciclo do comemoracionismo português, podemos assinalar o quarto centenário de “achamento” do Brasil (1900) como a primeira evocação que teve por objeto direto a ex-colônia. A partir da análise desta comemoração evidenciaremos que a Terra de Vera Cruz surge no repertório das festas cívicas como um relevante episódio da história pátria portuguesa que se conecta diretamente à fase áurea dos “descobrimentos” marítimos. Entretanto, se confrontado com outros centenários, como o dos quatrocentos anos da “descoberta” do caminho marítimo para a Índia (1897-1898), notamos um papel coadjuvante na exploração simbólica do elemento brasileiro frente ao caso indiano. Isto se justificava pela urgência que o tema do domínio português sobre as terras indianas apresentava naquele momento. Ademais, não podemos perder de vista o contexto histórico que dificultava a manutenção das colônias portuguesas devido às intenções anexionistas de outras potências imperiais.

Em 1886, Portugal firmou uma Convenção com a França e subsequentemente com a Alemanha pelo qual ficava reconhecida a soberania portuguesa nos territórios de Angola e Moçambique. Este Tratado feriu os interesses estratégicos da Grã-Bretanha naquela região da África Ocidental, provocando uma reação incisiva que culminou no Ultimato de 1891. Através do Ultimato, Portugal teria duas opções: abandonar as áreas (correspondentes ao que hoje é a Zâmbia e a Rodésia) que lhe foram atribuídas no

“Mapa Cor de Rosa” proposto por Portugal na Conferência de Berlim (1884) ou sofrer uma agressão armada da Grã-Bretanha¹⁰. Diante das circunstâncias, Portugal cedeu à pressão inglesa, atitude que desencadeou uma onda de antibritanismo e de oposição manifestada ao governo monárquico que acedeu aos interesses britânicos. Dentre os rebates do Ultimato inglês em Portugal, podemos sublinhar a Revolução de 31 de janeiro de 1891 que se desenrolou no Porto e ecoou pelo país. Dentro deste contexto de contestação ao Ultimato inglês, a questão da preservação das colônias portuguesas em África e na Índia (a joia da Coroa britânica) se fazia crucial, o que legitimava o arrojo do investimento do centenário indiano frente ao brasileiro.

Não obstante, veremos que o Brasil além de independente já experimentava a sua jovem República (instaurada em 1889), nem sempre compreendida como algo positivo, ou celebrável para os defensores da continuação da dinastia dos Bragança no poder. Nesta perspectiva, recordaremos o rompimento das relações entre Brasil e Portugal na última década do século XIX que representou, na verdade, um ato de reprovação da Coroa portuguesa frente ao exílio da família real de Bragança e Orléans decretado pelo governo republicano brasileiro em 1891¹¹.

O corte das relações entre Brasil e Portugal perdurou oficialmente até março de 1895¹² e o seu restabelecimento deveu-se em parte a intermediação inglesa¹³ e ao

¹⁰ Sobre esta questão, C.f. CRUZ, Ivo Duarte. *Portugal na Conferência de Berlim*, Coimbra, Edições Almedina, 2013.

¹¹ A reação do governo português diante deste fato não demorou em surgir. Na ocasião da Segunda Revolta da Armada (1893) a antiga metrópole mandou enviar a corveta *Mindelo* para a costa da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de auxiliar os marinheiros insurrectos que exigiam a deposição do Presidente Floriano Peixoto do poder, e em alguns casos defendiam a restauração da monarquia. Sobre as revoltas lideradas pela marinha brasileira no contexto do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), C.f. LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. “O governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894)” in *História do Brasil: uma interpretação*, São Paulo, Editora SENAC, 2008, pp. 567- 572.

¹² Mas, já em 894 o rei D. Carlos havia manifestado interesse em reatar relações com o Brasil, quando “(...) em reunião com Hintze Ribeiro e João Franco, a propósito de um incidente diplomático com o Brasil, D. Carlos esclareceu a sua posição: ‘nunca perca o governo de vista que poderemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra’”. RAMOS, Rui. *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 196.

¹³ Veja-se: “A Inglaterra intervieria para o restabelecimento das relações entre Portugal e o Brazil. A gentilêsa chgou ao ponto dos brasileiros enviarem o seu novo representante numa data grata aos dois países, a 3 de maio, consagrada da desoberta das Terras de Santa Cruz por Pedro Alvares Cabral, posto de joelhos a beijar osolo bemdito e logo, diante dum altar, dando graças a Deus por sua bondade, enquanto as maravilhas dum Império fecundo avultavam seus olhos de navegador, mais habituado às cerrações do que aosdeslumbramentos. Requentara-se em amabilidades e rejubilavam os portugueses e brasileiros. Nomeava-se-se ministro para o Rio de Janeiro um poeta cujos versos andavam lá repetidos de

desempenho do então ministro de Portugal no Brasil, Camelo Lampreia, responsável pelo desenvolvimento de uma política diplomática entre os dois países após o incidente de 1893. De 1905 em diante pontuaremos uma fase decisiva para ultrapassar a querela diplomática que havia marcado o relacionamento luso-brasileiro na passagem para o século XX. Veremos que o investimento do governo brasileiro na participação portuguesa no centenário de abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior realizado no rio de Janeiro em 1908 foi de suma relevância para que o mal-estar das relações luso-brasileiras do final do século XIX fosse superado. Desde o convite de honra dirigido ao monarca português para integrar aquelas festas até o acerto de outros aspectos pensados para a participação portuguesa naquele certame.

Em contrapartida, o evento em questão também se apresentou como uma oportunidade perfeita para que a ex-metrópole sinalizasse a sua reaproximação com o Brasil, de modo que, tão logo recebido o convite, o Rei Dom Carlos não hesitou em aceitá-lo¹⁴. Vale salientar que esta seria a primeira visita oficial de um chefe de Estado português ao Brasil, muito embora nunca tenha chegado a se concretizar por conta do fatídico episódio do Regicídio ocorrido no dia primeiro de fevereiro daquele mesmo ano. No entanto, apesar desta fatalidade, evidenciaremos que a presença portuguesa no centenário brasileiro de 1908 foi marcante e se orientou no sentido de uma reconciliação

bôca em bôca, Thomaz Ribeiro, o autor do *D. Jayme*, o mestre da poesia. O País de além-mar acreditava como seu plenipotenciário um alto espírito, o dr. Assis Brazil, comose nêste apelido quisesse substanciar que para Portugal toda a Nação se volvia. Encheram-se as ruas de povoa-fim-de se saudar o novo ministro; os jornalistas aguardaram-no no Entroncamento e quando se instalou no hotel Bragançãõ chegaram as salas para conter os que o fôram cumprimentar. Resolvera-se o mais doloroso dos conflitos nacionais. Os dois povos voltavam a entender-se como irmãos que são, separados pelas águas imensas, mas unidos pelos laços do passado, gratos um ao outro, ligados desde os séculos da epopeia que a ambos envolveu”. MARTINS, Rocha. *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril, Oficinas do ABC, 1926, p. 301.

¹⁴ Antecipando a viagem que planejava realizar para o Brasil em 1908 - e que não se concretizou devido ao seu assassinato ocorrido a 1 de fevereiro de 1909 juntamente com o seu filho, o Príncipe Luís Filipe – o Rei D. Carlos cuidou em designar uma missão especial como prova de seu agradecimento ao governo brasileiro pelo convite feito: “The government of Portugal has taken a great interest in the event, and early in July the royal cruiser, D. Amelia, was sent on a special mission to Rio, under command of Captain Nunes de Silva, carrying to the President of Brazil presents from the late King Dom Carlos (which his late Majesty was to have presented in person), and from the present King, Dom Manoel. [...] High officials of the Portuguese Court have come over to represent their sovereign, and the cordial relations between the two countries have been strengthened in closer bonds than ever by mutual expressions of fraternal interest”. WRIGHT, Marie Robinson. *The Brazilian National Exposition of 1908: in celebration of the centenary of the opening of Brazilian ports to the commerce of the world by the Prince Regent Dom João VI of Portugal, in 1908*, Philadelphia, George Barrie and Sons, 1908, pp. 16-17. Ainda sobre o tema do convite dirigido ao Rei Dom Carlos I para participar do centenário da Abertura dos Portos no Rio de Janeiro, C.f. MARTINS, Rocha. *op. cit.*, 1926, pp. 548-549.

com a ex-colônia. Ademais, colaborou com o sentido que o Brasil buscou explorar na celebração daquele evento, mostrando-se como uma nação moderna e desenvolvida aos olhos do mundo cujo estágio atual de progresso não poderia ter-se atingido sem a obra da colonização e civilização portuguesas¹⁵.

Contudo, provaremos que esta participação idealizava o passado compartilhado entre os dois países em causa, omitindo o quanto a própria medida da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional teria afetado a economia metropolitana bem como as consequências negativas que a transferência da família real para o Brasil acarretaram para Portugal. Além disso, o fato do Brasil ser uma república e Portugal uma monarquia era algo que não se mencionava no trato entre as cúpulas dos dois países, assim como também não se falava no incidente diplomático do final do século e muito menos se mencionava o exílio dos Bragança exigido pelo governo republicano brasileiro¹⁶. Entenderemos por fim que a colaboração entre Portugal e Brasil neste centenário implicava especialmente o reestabelecimento da “amizade” brasileira e a concretização de uma série de acordos e tratados que fortalecessem as economias de ambos os países, então muito dominadas pelos problemas da emigração¹⁷. Isto devia sobrepor-se a qualquer outra questão que envolvesse o recente histórico das relações luso-brasileiras.

¹⁵ C.f. LANÇA, Joaquim. *Brasil: herança do gênio português. Conferência proferida na Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Braga, Livraria Cruz, 1965.

¹⁶ O convite dirigido ao Rei de Portugal D. Carlos I e por este aceito, implicava em uma certa omissão das desavenças do passado entre Brasil e Portugal em nome dos interesses do presente. Neste sentido, segundo Rocha Martins, “Festajavam, pois, os brasileiros, o centenário do início da sua emancipação que se principiara pelo fator econômico e acabara no acto político. D. João VI, celebrado como um grande Rei no Brasil, era desdenhado em Portugal. O seu descendente devia chegar em junho, a 7, ao Rio de Janeiro. A colônia preparava uma recepção magnífica ao Soberano. Tinham-se colhido já quantias de e pensava-se em celebrar um tratado de comércio entre as duas Nações, em restabelecer de vez as carreiras da navegação, criando-se em Lisboa o entre-posto para as mercadorias brasileiras. Ao sentimentalismo de dois povos labutadores acrescentava-se a liga firme dos dos recíprocos interesses. [...] A Rainha acompanha-lo hia, esquecendo ambos as famílias de Bragança e de Orléans destronadas, havia dezassete anos, para só pensarem nos grandes resultados desta viagem”. MARTINS, Rocha. *op. cit.*, 1926, pp. 548-549.

¹⁷ Fazia parte dos planos de Portugal a realização de convênios de ordem comercial mediante a criação de uma linha de navegação entre os dois países em destaque, de um entreposto e de um porto franco para os produtos brasileiros em Lisboa, que desde aí poderiam circular para toda a Europa. C.f. ALVES, Jorge Fernandes. *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908: significados e intenções*. Dissertação de Mestrado em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 11.

De todos os modos, o exame da participação brasileira nas festas portuguesas e da presença portuguesa nas comemorações brasileiras incluirá as mútuas visitas presidenciais dos chefes de Estado de ambos os países em causa, aspecto sintomático para o entendimento da aproximação das relações luso-brasileiras que se intensificaram ao longo do século XX. Como exemplos, citaremos a visita do presidente António José de Almeida ao Brasil na ocasião do centenário de independência do país em 1922 como gesto de retribuição a anterior visita do presidente brasileiro Campos Sales a Portugal em 1898¹⁸. Embora a visita do Presidente António José de Almeida ao Brasil no centenário de sua independência fosse um fato assinalável por ser a primeira visita de um presidente português desde a emancipação política da ex-colônia, confirmaremos que o aspecto mais marcante da presença portuguesa nesta efeméride foi a realização da primeira travessia aérea do Atlântico desde Lisboa ao Rio de Janeiro pelos pilotos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Simbolicamente, o Brasil parecia ser “redescoberto” pelos portugueses, só que, desta vez, pela via aérea.

Seja como for, o saldo deste centenário para o relacionamento luso-brasileiro foi bastante positivo e abriu uma nova fase na relação das duas nações. Vale salientar que nesta altura já haviam sido criadas as embaixadas brasileiras em território português e vice-versa, o que veio a acelerar o debate de assuntos concernentes aos dois países e abrir novos caminhos para a efetivação de uma política diplomática nas duas pontas do Atlântico¹⁹. Além disto, a instauração da República em Portugal acabou por identificar as duas nações em torno de um mesmo modelo político, de modo que, por um lado, a ex-metrópole já não representava nenhum tipo de ameaça restauracionista ao Brasil e, por outro, os ressentimentos do governo de Lisboa pela luta antimonárquica em terras brasileiras desapareceram.

¹⁸ C.f. MONTEIRO, Tobias. *O Sr. Campos Salles na Europa: notas de um jornalista*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1990, pp. 207-215.

¹⁹ De acordo com José Calvet de Magalhães, “Num gesto de aproximação luso-brasileira, ambos os governos decidiram, em 1913, elevar à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro. O parlamento português pela lei de 10 de julho de 1913, autorizou o governo a elevar à categoria de Embaixada a legação portuguesa no Rio de Janeiro, a que o governo procedeu por decreto a 1 de Novembro. Idêntica autorização foi aprovada pelo parlamento brasileiro e sancionada pelo decreto do governo brasileiro a de 7 de janeiro de 1914”. MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p.56.

No entanto, à medida que os anos passavam, o investimento simbólico da agenda do comemoracionismo português na participação brasileira recrudescia consoante às dificuldades de ordem externa e interna que se impunham ao projeto imperialista português. Como veremos, a intenção de estabelecer uma parceria com o Brasil fundamentava-se na criação de uma espécie de zona de conforto no panorama internacional capaz de assegurar a sobrevivência do Império lusitano diante das ameaças descolonizadoras que emergiam na África e na Ásia e começavam a ser reconhecidas com legitimidade pela ordem mundial da época. Esta estratégia de defesa, baseada no apoio recíproco entre os governos da antiga colônia americana e do governo da velha metrópole, ganhou fôlego, sobremaneira, a partir da ascensão de António de Oliveira Salazar à chefia do Estado Novo.

Sob a lógica desta tática da política e diplomacia portuguesa, justificou-se a exaltação da presença brasileira nas festas do Duplo Centenário de 1940. Como é sabido, o Estado Novo em Portugal, respaldado juridicamente pela Constituição de 1933, emprestou seu nome ao novo regime político ascendente no Brasil desde 1937 (embora, o golpe de Estado tivesse sido em 1937, apenas em 1938 o Estado Novo legitimou-se no poder). Este fato inicial já nos parece um indicador acerca da aprovação e admiração que o Brasil varguista rendia ao Portugal salazarista. Em contrapartida, o convite de honra dirigido ao Brasil para tomar parte nas festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração também era um sinal do lugar de relevo que o regime português atribuía ao Estado Novo brasileiro.

Deste modo, a nobre participação do Brasil nestas comemorações portuguesas de 1940 veio dar continuidade a nova fase do estreitamento das relações luso-brasileiras que foram impulsionadas desde a segunda década do século XX. Ademais, não podemos esquecer o fato de que neste contexto histórico, Brasil e Portugal compartilhavam afinidades políticas e ideológicas capazes de privilegiar a parceria entre os governos nas duas pontas do Atlântico bem como naquela conjuntura internacional. O bom entendimento entre o longo governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954) e Salazar resultou em grandes avanços para o relacionamento político e diplomático dos dois países. Dentre estes, ressaltamos a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953 e a intenção de formar uma Comunidade Luso-Brasileira. A postura da política externa brasileira favorável a Portugal também foi legada ao breve

governo do presidente Café Filho (1954-1955), que como veremos manteve boas relações com a ex-metrópole, tendo inclusive visitado Lisboa com a intenção de dar continuidade às negociações de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta como veremos ao longo da nossa investigação.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a ONU levantou-se em favor do direito de autodeterminação dos povos o que significava um grande desafio ao projeto imperialista português. Novamente, era preciso reforçar as estratégias de autodefesa e autopropaganda da ação colonizadora do gênio lusitano e solidificar a parceria internacional entre Brasil e Portugal. Ora, a antiga colônia passou a integrar a Organização das Nações Unidas em 1945, possuía boas relações com os Estados Unidos da América com quem mantinha relações especiais no interior da Organização dos Estados Americanos e já desempenhava um papel importante na relação com os países sul-americanos. Diante disto, o apoio brasileiro ao governo português se apresentava como um refúgio frente às hostilidades da nova organização mundial que começava a se desenhar sob as ruínas dos imperialismos europeus²⁰.

Não por acaso, como comprovaremos, na conjuntura subsequente as duas grandes guerras, é possível identificar uma sobrevalorização da presença brasileira nas cerimônias cívicas portuguesas. De fato, este é o período em que as encenações da amizade luso-brasileira atingem o seu auge, como confirmará a nossa investigação específica do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique realizado em 1960. Definitivamente, esta comemoração demarcou a apoteose da idealização do Brasil nas festas do comemoracionismo português e, por isso merecerá ser analisada de modo

²⁰ Neste sentido, relembremos a defesa apresentada por Donatello Grieco - representante do Brasil na ONU - sobre o problema dos territórios não-autônomos que Portugal supostamente dominava: “[...] Nessas condições, Senhor Presidente, a Delegação do Brasil não encontrou, na forma e no mérito da resposta portuguesa, motivo para discordar do Governo Português, quando declara que não administra territórios não-autônomos. As províncias ultramarinas de Portugal são parte integrante da República unitária portuguesa, são solidárias entre si, têm autonomia financeira e econômica, participam nos órgãos legislativos, executivos e judiciários da Nação em igualdade de condições com as províncias continentais e insulares e insulares adjacentes; seus habitantes gozam dos mesmos direitos e das mesmas regalias dos habitantes das demais províncias da Nação; e a expressão formal dessa situação de direito e de fato não se encontra apenas em textos legais contemporâneos, mas também na letra de dezenas e dezenas de documentos que não podem ser inquinados de parcialidade, pois foram elaborados há muitos séculos”. GRIECO, Donatello. *Defesa de Portugal na ONU (30 de janeiro de 1957)*, Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes; Lisboa, Academica de D, Felipa, 1957, p. 11.

isolado no último capítulo desta tese. A participação do presidente Juscelino Kubitschek na qualidade de coanfitrião do chefe de Estado português – Américo Tomás – bem como do presidente do Conselho de ministros – António de Oliveira Salazar – é bastante sintomática para se pensar a cooperação luso-brasileira neste momento.

Entretanto, se por um lado, interessava ao governo português utilizar a influência internacional que o Brasil despontava sob o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) para a defesa de seus interesses de Estado, por outro, interessava ao presidente brasileiro propagandar a inauguração de Brasília e os alcances do projeto desenvolvimentista posto em marcha desde o início de seu governo. Notaremos então que as homenagens dirigidas à delegação brasileira no centenário henriquino eram também um momento oportuno para o presidente JK desfrutar vaidosamente dos elogios aos “anos dourados” de seu mandato, bem como de apresentar as vantagens de seu projeto político em conformidade com a imagem idealizada que se difundia do Brasil naquele momento, a de uma nação civilizada, europeizada e nos trilhos do progresso.

Finalmente, o exame do elemento brasileiro nas festas cívicas portuguesas, quer da presença portuguesa nas comemorações brasileiras, nos permitirá não só dimensionar a importância depositada na exploração simbólica da ex-colônia enquanto espelho das qualidades e potencialidades de seus colonizadores, mas, também nos proporcionará, a partir de uma perspectiva recíproca, conhecer as reais razões que concorriam para o Brasil integrar iniciativas que em última análise, pretendiam prolongar o colonialismo imperial português. Neste sentido, faremos a crítica do relacionamento político e diplomático entre os dois países nas diferentes conjunturas em que se inseriam as festas cívicas analisadas.

Sob o propósito de aprofundar o exame das explorações simbólicas e idealizações do Brasil enquanto apologia ao modelo de colonização portuguesa percorreremos o campo da literatura escolar produzida entre 1880 e 1960.

O Brasil representado nos manuais escolares portugueses (1880-1960)

A apreciação da literatura adotada nas escolas da metrópole e ultramar no período em questão nos autoriza uma analogia com uma espécie de panteão nacional foleável, assiduamente visitado por seus leitores-alvo. Estes correspondem aos estudantes desde os finais do século XIX – alunos do ensino primário das escolas

elementares (urbanas e rurais) e complementares e do ensino secundário (cinco anos da formação liceal) até a década de 1960 – alunos da instrução primária ao ensino liceal e, mais tarde, do ensino técnico ao profissionalizante.

Considerando a alta capacidade de interiorização que as lições dos manuais são portadoras, suporemos que o seu emprego seriado e sequenciado, de acordo com os distintos níveis de ensino da formação escolar, não entrará em contradição com a divulgação de uma imagem do Brasil sempre atrelada a um ponto de vista amistoso e fraterno.

A análise da visão que se construiu do Brasil nas abordagens historicistas da literatura escolar portuguesa de 1880 a 1960 nos levará a caminhar por uma seara ainda não muito pisada. Apesar do avanço de pesquisas historiográficas que têm por núcleo os manuais escolares, o interesse por uma dimensão transnacional ainda é incipiente²¹. Em contrapartida, assinalamos a alta produção de trabalhos acerca da presença africana nos manuais portugueses²². Na Europa, distinguimos a existência do Centre International de Recherches sur les Manuels Scolaires do Institute Georg Eckert situado na cidade de Braunschweig na Alemanha. Entre Espanha e América Latina destacamos o Projeto MANES da Universidade de Ensino a Distância de Madrid que consiste em realizar uma história interna da educação a partir do estudo das instituições, da história do ensino e dos currículos. Entre Brasil e Portugal ressaltamos o projeto “Estudos

²¹ Destacamos aqui algumas obras que contemplam a perspectiva de um estudo comparativo entre diferentes nações na investigação dos manuais escolares. C.f. SERRANO, Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo. *A construção política da União Europeia: uma leitura dos manuais de história: Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal: um estudo comparado*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007; FERREIRA, Ana Paula Duarte. *A União Europeia à luz dos manuais escolares: ensino básico e secundário*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005; VEGA, Magdalena Cajías; RAMOS, Jaime Gutiérrez; et. al., *Os processos independentistas ibero-americanos nos manuais de História: Brasil e Portugal*, volume 3, Madri, Fundação MAPFRE, 2007; SILVA, Vivian Batista. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. Dissertação de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

²² C.f. OLIVA, Anderson Ribeiro. “O Ensino da História Africana: a Presença da África nos Manuais Escolares Brasileiros e Portugueses (1990-2004)” in *Identidades, Memórias e histórias, em terras africanas*, Brasília, LGE Editora, Luanda, Nzila, 2006, p. 139-167; SOARES, Amadeu Castilho. “Levar a Escola à Senzala: plano de ensino primário em Angola 1961/62” in *Episteme – Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, n.ºs. 10-11-12, 4º ano, 2002, pp. 1-24. Destacamos ainda a existência da “Fundação Portugal África” da Universidade de Aveiro que em muito tem contribuído para o desempenho dos estudos da memória africana.

comparados sobre a escola: Brasil e Portugal (séculos XIX e XX)” financiado pelo *Prestige* na União Europeia e pelo acordo CAPES-ICCTI por parte do Brasil.

De fato, o mapeamento destas investigações nos ressalta a ausência de trabalhos historiográficos que proponham o diagnóstico das representações que a literatura escolar portuguesa tem reservado ao Brasil enquanto espaço de propagação da cultura e civilização lusitana no continente americano. Para colmatar este vácuo investigativo, propomos a análise da construção de uma memória específica sobre a antiga Terra de Vera Cruz como estratégia de louvor à própria obra de colonização e civilização do Império lusitano. Com este fito, consultaremos um universo de sessenta e um livros didáticos dirigidos a distintos níveis educacionais e faixas etárias – educação infantil (dos três aos cinco anos), ensino fundamental (dos cinco aos quinze anos), ensino médio (dos catorze aos dezoito anos) para além dos livros destinados ao ensino profissional e técnico. Constataremos que os conteúdos acerca do Brasil se desenvolveram a partir de três tópicos centrais: do seu “descobrimento”, colonização e independência. Veremos ainda que dos manuais consultados, os de leitura, história e geografia dedicam um maior número de páginas às temáticas brasileiras se confrontados com manuais escolares de outras disciplinas, e, por isso, serão os mais convocados à nossa narrativa.

Indagar-se-á o “surgimento” do Brasil como um subtema no interior do repertório dos novos mundos que Portugal “descobriu” para o mundo, ótica presente em todos os manuais do período em análise. Neste sentido, discutiremos as fases da história do Brasil colônia mais enfatizadas nos manuais, ou seja, desde o problema do seu “achamento”, colonização e independência, considerando os pontos de transformação e preservação de tais abordagens desde 1880 a 1960. Fará parte deste exercício crítico a verificação das condicionantes ideológicas que concorreram para o enaltecimento do papel dos portugueses no Brasil.

Como exemplo, citamos a exaltação das “ações heroicas” dos primeiros governadores-gerais do Brasil, Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá assim como dos bandeirantes responsáveis pelo alargamento do território brasileiro. Dentre estes, os mais citados pelas lições dos manuais são Fernão Dias Paes Leme, Bartolomeu Bueno da Silva e Raposo Tavares. As lições de história sobre o Brasil destacam ainda a bravata de militares portugueses, nomeadamente Antônio Dias Cardoso e João

Fernandes Vieira que juntamente ao indígena brasileiro Antônio Filipe Camarão e ao paraibano filho de colono português André Vidal de Negreiros são glorificados como mártires da luta contra o domínio holandês na costa nordestina brasileira.

Em contrapartida, serão considerados os silenciamentos estratégicos que também compunham as narrativas históricas entorno da ex-colônia americana. Um claro exemplo disto era o modo como os temas da escravidão, e, sobretudo, a independência brasileira eram tratados pela literatura escolar portuguesa. Estes recalcamientos são comuns aos intentos glorificadores inerentes às políticas da memória nacional, no caso português, ter-se-á de lembrar que os manuais em questão também eram adotados nas escolas do ultramar, e não era do interesse do regime que a história pudesse funcionar como mostra de inspirações independentistas.

Enfim, a sondagem dos manuais e dos documentos, jornais, periódicos e de toda a bibliografia referente às evocações à ex-colônia americana, quer nas comemorações²³ quer nos manuais escolares, nos levou a maturar a intenção central desta tese: avaliar a importância do Brasil para a consolidação do sentimento nacionalista lusitano na sua articulação com a ideia de Império colonial. Não por acaso, o recorte cronológico selecionado em nossa análise compreende um intervalo histórico de média duração – de 1880 a 1960 –, pois pensamos que só assim se perceberá melhor a sutil dialética das permanências e rupturas que marcaram as estereotipações do Brasil no ciclo das festas cívicas e na literatura escolar portuguesa. Só assim poderemos libertar a antiga colônia das tipificações que variavam entre idealizações e esquecimentos conforme as

²³ C.f. BRAGA, Teophilo. “O Centenario de Camões no Brazil” in *O Positivismo: Revista de Philosophia (1879 – 1880)*, volume 2, Porto, Livraria Universal, 1880, pp. 516-518; CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, pp. 221-362; FRANÇA, José Augusto. “Exposição do Mundo Português” in *Colóquio-Artes*, 22º ano, 2ª série, 45º, Lisboa, F. C. Gulbenkian, Junho de 1980, pp. 35-47; PEREIRA, Margareth da Silva. *1908 Um Brasil em exposição*, Brasília, Caixa Cultural Brasília, 2011; JOÃO, Maria Isabel. *op. cit.*, 2002; BRAZÃO, Eduardo. “Bibliografia das Comemorações Centenárias” in *Revista dos Centenários*, nº 24, 2º ano, dezembro, 1940, pp. 44-56; BARROSO, Gustavo. *Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*. Exposição do Museu Histórico Nacional. Catálogo descritivo e comentado, organizado por... (Diretor do Museu Histórico), Rio de Janeiro, Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, 1940; COSTA, Cruz. “Origens, Fastígio e Declínio do Positivismo no Brasil”, in *Revista filosófica*, nº 20, 8º ano, agosto, 1957, pp. 134-145; etc.

vicissitudes político-ideológicas que marcaram a vida do Império lusitano entre as últimas décadas do século XIX até meados do século XX.

Memória, história e comemorações sob a lógica das legitimações dos projetos político-ideológicos

A análise historiográfica do lugar do Brasil na construção da memória nacional portuguesa nos leva a percorrer dois caminhos sob o mesmo propósito. Por um lado, o do ciclo das comemorações cívicas iniciado nas duas últimas décadas do século XIX, a partir das festas do tricentenário da morte de Camões (1880), cujo apogeu pode ser assinalado nas hiperbólicas teatralizações da fraternidade luso-brasileira encenadas na ocasião das comemorações do quinto centenário de morte do Infante Dom Henrique (1960)²⁴. Por outro lado, enveredaremos na seara da literatura escolar portuguesa desenvolvida no mesmo contexto cronológico destinada ao público dos sucessivos anos do ensino escolar, procurando mostrar que ela assentava na mesma lógica monumentalizadora e consensualizadora dos “grandes acontecimentos” / “grandes homens” da história pátria portuguesa que aquelas liturgias pressupunham.

Veremos que a exaltação de um passado comum entre a ex-metrópole e a antiga colônia americana esteve intimamente atrelada às representações dos descobrimentos marítimos portugueses – a idade áurea da história portuguesa, por excelência. Neste aspecto, o exame das ritualizações e mitificações da história de Portugal, quer no campo das festas cívicas, quer da manualística escolar, nos levará a refletir acerca da necessidade de uma constante (re) atualização da memória desta fase dourada do passado nacional – a era dos “descobrimientos” – imposta por novas realidades políticas e/ou ideológicas desfavoráveis à preservação do Império lusitano.

²⁴ Vale esclarecer que este destaque especial que se atribui às comemorações do quinto centenário de morte do Infante dom Henrique (1960) se justifica pela participação gloriosa do presidente brasileiro naquela altura, Juscelino Kubitschek ao lado do presidente do conselho de ministros António Oliveira Salazar na qualidade de co-anfitrião ao lado do chefe de Estado português. Naturalmente, esta festividade de dimensões internacionais bem como o lugar de relevo dedicado à participação brasileira se justificava pela adversidade do plano internacional – as pressões dirigidas pela ONU e pelos Estados Unidos da América e mesmo pela União soviética pelo direito de autodeterminação dos povos – como veremos detalhadamente no último capítulo da presente tese.

Deste modo, as sucessivas evocações e (re) presentificações do ponto alto do domínio ultramarino português no campo do comemoracionismo cívico, bem como da narrativa dos textos escolares, também revelarão o modo como se construiu uma determinada imagem do Brasil, conquanto passível de variações conforme as reformulações das estratégias de defesa do próprio Império lusitano.

Contudo, para visualizarmos o percurso da construção metafórica do elemento brasileiro no âmbito das ritualizações da história pátria portuguesa devemos analisar de antemão a problemática que envolve a produção e fixação da memória nacional portuguesa no senso comum histórico.

CAPÍTULO I

Memória, metamemórias e a produção da memória nacional

Como se sabe, o sentido atribuído à memória pelos gregos consistia fundamentalmente na sua associação a uma determinada parte da alma que seria responsável pelo exercício do ato de recordar. Deste modo, para Platão, a memória está situada na alma e compreende, portanto, um plano extrassensorial onde estão contidos nossos aprendizados e experiências que são anteriores à nossa própria existência humana. Deste modo, em Platão, conhecer significa recordar a ideia real e essencial das coisas que está depositada em nossa própria memória ²⁵. Também em Aristóteles, a memória compunha uma espécie de estrutura eterna, pré-existencial à vida humana e que nela se manifesta através do uso da razão a partir do qual é possível deduzir a forma ou a ideia das coisas ²⁶.

²⁵ Em *Fedro*, Platão – dentre outras abordagens – apresenta a sua teoria do conhecimento baseada nas ideias. De acordo com esta, conhecer implica em recordar-se daquilo que existe no plano extrassensorial, de onde o conhecimento verdadeiro ou inato emana sobre o intelecto humano. Logo, a teoria platônica do conhecimento também pode ser atrelada à própria teoria da reminiscência, uma vez que conhecer a verdade implica em recordarmos das verdades ideais. A busca por estas verdades possui em Platão fins morais, a exemplo do desenvolvimento das virtudes da ação e criação humana. Neste sentido, nos diálogos entre Fedro e Sócrates acerca do valor dos discursos escritos enquanto formas legítimas de recordação e de transmissão de conhecimentos, Platão ressalta a necessidade de superar as intenções tirânicas da arte retórica tomadas por verdadeiras e cristalizadas pela linguagem escrita em detrimento da tradição oral. Vejamos: “[...] Sócrates - Deveremos agora examinar uma outra espécie de discursos, irmã legítima da precedente, como nasce e em que é superior à outra espécie. Fedro – A que espécie de discurso aludes e como surge? Sócrates – Refiro-me ao discurso conscienciosamente escrito, com a sabedoria da alma, ao discurso capaz de defender a si mesmo, e que sabe quando convém ficar calado e quando convém intervir. Fedro – Por acaso estás a referir-te ao discurso vivo e animado do sábio, tal qual, do qual todo o discurso poderia ser tomado com um simples simulacro? Sócrates – Exatamente a esse! Diz-me então: um agricultor inteligente possui sementes às quais dá grande valor e de que pretende obter frutos. Esse agricultor pensaria em semear essas sementes durante o verão, nos jardins de Adônis, e que esperaria vê-las desenvolvidas, tornadas plantas, no prazo de oito dias? Seria possível que assim acontecesse, mas a simples título de culto religioso, na altura das festas em honra de Adônis. Mas, quanto às sementes a que desejasse dar um fim útil, semeá-las-á em terreno apropriado, utilizando a técnica da agricultura, e sentir-se-á muito feliz se, ao oitavo mês, colher todas as que semeara! Fedro – É evidente, Sócrates, que esse homem faria ambas as coisas, uma com intenção séria, outra com intenção diversa! Sócrates – Mas podemos nós dizer que o homem conhecedor do justo, do belo e do bom, dará às suas próprias sementes um uso menos avisado do que o agricultor? Fedro – Por nada deste mundo! Sócrates – Pois bem, é evidente que, quem conheça o justo, o bom e o belo não irá escrever tais coisas na água, nem usará um caniço para semear os seus discursos, os quais, além de impotentes para se defenderem por si mesmos, não servem para ensinar corretamente a verdade. [...]” PLATÃO. *Fedro ou da Beleza*, 2ª edição, Tradução e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 1981, pp. 148-149.

²⁶ Segundo Aristóteles, o conhecimento só pode ser construído a partir dos sentidos. As experiências sensoriais são, portanto, enviadas a alma, onde está compreendida a faculdade da imaginação e da

De um modo geral, a centralidade que os filósofos e poetas gregos concediam a memória pode ser confirmada na fonte de inspiração que encontravam junto à figura da deusa *Mnemosine* e em suas filhas, as Musas, para desenvolver suas capacidades de versejar, sistematizar seus conhecimentos e desenvolver as suas oratórias. Também observamos aqui o surgimento da consciência do “eu pensante” na filosofia. Trata-se da emergência da *psyche*.

Segundo Havelock,

A *psyche* que lentamente se afirma como independente da atuação poética precisava ser uma psique reflexiva, ponderada, crítica, ou não poderia ser nada. Juntamente com a descoberta da alma, a Grécia, à época de Platão e imediatamente antes dele, precisava descobrir algo mais – a atividade do puro pensamento. Os eruditos já chamaram atenção, nesse período, para transformações que estavam ocorrendo no significado de palavras denotadoras de vários tipos de atividade mental²⁷.

De fato, a filosofia antiga ocidental desenvolveu a dicotomia entre corpo e alma, onde esta última incluía todas as atividades mentais, incluindo o próprio exercício de recordação. Os sistemas filosóficos desde Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, René Descartes, Immanuel Kant, Auguste Comte, Friederich Hegel, entre outros, são convergentes na relevância que resguardam a componente ontológica que tem por premissa a existência de entidades inatas ou apriorísticas – as ideias, que existem de modo independente do mundo material (ainda que o contrário não seja válido para todos estes filósofos) – como condição para o conhecimento verdadeiro das coisas. Isto é, fora

capacidade de memorizar: “[...] Memory, then, is neither sense or judgement, but it is a state or quality (affection) of one of them, when the time has passed. Each... memory, then, requires the passage of time. Therefore only living creatures that are aware of the time can remember, and they do it with the part that is time conscious. It is obvious, then, that memory belongs to that part of the soul to which also belongs the imagination. All things that are imaginable are essentially memory objects, and those which necessarily involve imagination are memory objects only incidentally. The question that can be asked is: how can you remember something that is not present, it is only the affect (feeling) that is present, and not the fact? Because it is obvious that one should consider the affect that is produced in the soul by the sense, and that part of the body that contains the soul (affection, lasting state which we call memory) as a kind of figure/ portrait, because the stimulus prints a kind of perceptual similarity... There is still talk of recall... it is neither recovery or memory acquisition, because when it learns or receives a sensory impression, does not recover any memory (because none happened before), or is acquired for the first time, it is only when the state of affection was included there is memory [...]”. ARISTÓTELES. *On the soul – parva naturalia – on breath*, Harvard, Harvard University Press, 1986, pp. 291-293.

²⁷ HAVELOCK, E. *Prefácio a Platão*, Campinas, Papirus, 1996, p. 216.

do patamar das ideias, o mundo fenomenológico em si não seria capaz de revelar a essência eterna e verdadeira das coisas.

Santo Agostinho, por exemplo, na esteira dos pensadores clássicos (Platão e Aristóteles), acreditava que a memória consiste em uma forma de conhecer através do espírito, pois estaria imbricada ao próprio ato de pensar - o *cogito* - e é nela onde as lembranças das coisas passadas podem ser encontradas e recolhidas no interior de nossa própria alma:

Por conseguinte, verificamos que aprender essas tais coisas, cujas imagens não absorvemos pelos sentidos, mas vemos, tal como são, dentro de nós mesmos, em si mesmas, sem imagens, não é outra coisa senão como que recolher, pensando, aquilo que a memória, indistinta e desordenadamente, continha, e fazer com que, reparando nelas, as coisas, que estão como que colocadas à disposição na própria memória, onde antes, dispersas e esquecidas, estavam ocultas, ocorram facilmente à atenção já familiar. E quantas coisas desta natureza a memória encerra, coisas que já foram encontradas e, tal como disse, colocadas à disposição, e se diz que nós aprendemos e conhecemos! E se eu deixar de as recordar por pequenos espaços de tempo, de tal maneira voltam a submergir e a deslizar para os recônditos mais afastados, que de novo, como se fossem novas, têm de ser arrancadas, pensando, do mesmo lugar – pois não é outro o seu espaço – e reunidas de novo, para que possam ser reconhecidas, isto é, recolhidas como que de uma espécie de dispersão: por isso se diz que a palavra *cogitare* deriva de *cogere*. Com efeito, *coxxgo* está para *cogito* como *ago* para *agito* e *facio* para *factito*. Contudo, o espírito reivindicou, como própria de si, esta palavra, de tal maneira que *cogitari* se aplica propriamente àquilo que se recolhe (*conligitur*), isto é, junta (*cogitur*), não noutra lugar, mas sim no espírito²⁸.

Juntamente ao *cogitare* pensado por Santo Agostinho podemos encontrar uma espécie de continuidade no modo de se pensar o exercício de recordação como um ato cognitivo não apenas revelador do conhecimento supostamente verdadeiro, mas também doador de sentido às experiências vividas pelo sujeito pensante. Nesta perspectiva, Paul Ricoeur destaca a “tradição do olhar interior” que compreende uma série de filósofos

²⁸ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, 2ª edição, Lisboa, Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, p. 463.

modernos que teriam cada um ao seu modo, contribuído para a fenomenologia da memória individual ²⁹.

Paralelamente à questão da história das ideias que contemplam o problema da memória enquanto recôndito da alma, do espírito ou da consciência humana, também devemos ter em conta uma série de vicissitudes históricas que concorreram para a socialização destas memórias individuais. Neste sentido, ainda no mundo antigo assinalamos o nascimento da arte retórica assim como também da escrita como marcos divisores para a criação de técnicas mnemônicas diversificadas que objetivavam partilhar a(s) memória(s) e salvá-la(s) do esquecimento.

Não obstante, cedo é possível assinalar a instrumentalização da memória como forma de dominação política “[...] através da evolução social e política do mundo antigo” ³⁰. Para isso, lembramos o contexto da política do pão e circo do Império romano, quando, não raro, os banquetes oferecidos em memória dos imperadores e até membros da aristocracia eram simultaneamente um mecanismo lúdico de fixação de datas e um modo de roubar a atenção dos cidadãos romanos de medidas impopulares, tais quais os reajustes de preço dos alimentos ou outros bens de subsistência ³¹. Também a própria arte dos escultores gregos e romanos e toda a iconografia “pagã”, que será sucessivamente substituída pela cristã, foram formas de materializar a memória que se pretendia perpetuar como insígnia de dominação ³². Com a consolidação do cristianismo no Império romano do Ocidente, a memória passou a integrar as práticas dos rituais

²⁹ Segundo Ricoeur, Santo Agostinho teria sido o “fundador” da tradição do olhar interior, seguido de Jhon Locke, Husserl, etc. C.f. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*; Tradução de Alain François, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007, p. 113-137.

³⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

³¹ Acerca deste caso, nos relatou Paul Veyne, “These were events of some interest to the market, too, for in the years when a feast was given the price of thrushes would rise. Collective memory piously retained the dates of particular feasts: the one offered by Arrius in his father’s memory was one of them”. VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*, trad. Brian Pearce, Michigan, A. Lane, The Penguin Press, 1990, p. 220.

³² Sobre arte antiga a bibliografia é extensa, entretanto, elencamos algumas referências. C.f.: KOUSSER, Rachel M. *Hellenistic and Roman Ideal Sculpture*, Oxford, Oxford University Press, 2008. pp. 111-114; FULLERTON, Mark D. *The Archaistic Style in Roman Statuary*, Leiden, E. J. Brill, 1990, p. 190; STEWART, Peter. *Statues in Roman Society: Representation and Response*, Oxford, Oxford University Press, 2003, p. 47.

litúrgicos da religião católica sob o propósito do constante resgate modelar e da calendarização da vida e obra de Jesus Cristo ³³.

No contexto do Renascimento, assinalamos o advento da imprensa que revolucionou a memória Ocidental³⁴. Muitas são as transformações nas formas de se pensar a memória que resultaram das inovações técnicas, do (maior ou menor) rompimento da ciência e da filosofia com a escolástica medieval, mudanças que conduziram à consolidação da visão antropocentrista. Entre outros, destacamos, por exemplo, as trazidas por Giordano Bruno e suas formulações sobre a memória mística³⁵, por Leibniz e a sua matematização da memória³⁶, por Descartes e a sua defesa lógica da redução das coisas às causas em detrimento da sobrevalorização do uso da memória³⁷, etc. Seja como for, as teses mencionadas convergiam num aspecto: tendiam a engrandecer as potencialidades da razão e da mente humana.

Por sua vez, o antropocentrismo renascentista, a ruptura epistêmica copérnico-galileana e o nascimento e desenvolvimento da ciência moderna³⁸ de um modo mais amplo, impulsionaram uma verdadeira revolução nas artes mnemotécnicas, assim como nas formas de evocar o passado. A partir de então, os clássicos e seus ensinamentos foram revisitados sob novas abordagens, muitas vezes dispostas a recuperá-los em

³³ Segundo Marc Bloch, “[...] o cristianismo é, por essência, uma religião histórica: vejam bem, cujos dogmas primordiais se baseiam em acontecimentos. Releiam seu Credo: ‘Creio em Jesus Cristo... que foi crucificado sob Pôncio Pilatos... e ressuscitou dentre os mortos no 3º dia’. Também neste caso os primórdios da fé são seus fundamentos”. BLOCH, March Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 58.

³⁴ Segundo Leroi-Gourhan, “Até o aparecimento da imprensa (...) dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do cohecido mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, como um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor (...) Com o impresso (...) não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar novos textos. Assiste-se então, à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito”. LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra*, Lisboa, Edições 70, 1981-83, pp. 69-70.

³⁵ C.f. YATES, F. A. *The Art of Memory*, London, Routledgeand Kegan Paul, 1966, p.207.

³⁶ C.f. LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 1990, p. 460.

³⁷ C.f. YATES, F. A. *op. cit.*, 1966, p. 353.

³⁸ De acordo com Paolo Rossi, a ciência moderna nasce como um saber colaborativo, que consiste na idéia de *continuar e aperfeiçoar* mediante postulados teórico-metodológicos o conhecimento sobre o homem e a natureza, C.f. ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Bauru, EDUSC-SP, 2001, pp. 25-44.

compatibilidade com a vigência de novas teorias do conhecimento científico e de novas ideias filosóficas e históricas. Nesta mutação, em que o “antigo” é colocado ao serviço do “moderno”, ressaltamos o caso da revivescência do cultivo da história, horizonte que, ao longo do Renascimento, passou a ser entendido como uma espécie de guia para a ação dos homens no presente, o que, de certo modo, significou o resgate da antiga concepção ciceriana da *historia magistra vitae*³⁹.

A este respeito, o pensamento de Maquiavel é emblemático. Em certa medida também o é para pensarmos no advento de uma “nova” cultura cívica que ascendeu junto ao humanismo renascentista italiano. É válido ressaltar que o filósofo florentino reivindicou autonomia plena para o príncipe, autonomizando a arte de governar dos códigos da moral e da ética cristã. Em contrapartida, propôs a associação de uma ética *laica* à política a partir de suas teorizações do Estado onde o bem comum e a reverência pela *coisa pública* seriam os parâmetros de sociabilidade e do relacionamento entre governante e governados. Deste modo, o pensamento maquiavélico também acabou por atualizar a herança grega e romana⁴⁰ a partir de uma concepção moderna da pátria e da *res publica*.

³⁹ A concepção de passado vigente no Renascimento pode ser apreendida na obra mestra de Nicoló Macchiavelli, *O Príncipe*. Ora, como se sabe a idéia central desta obra consistia na arte de governar mediante o equilíbrio das forças pessoais do príncipe - *virtú* e o devir ou a *fortuna*. Grosso modo, a virtú consiste no conjunto das capacidades e determinação pessoais do príncipe com relação ao seu próprio exercício de poder e perpetuação do mesmo. A fortuna, por outro lado, remete ao incontrolável, ao contingente, ou a incerteza que o destino guarda para cada um. Neste sentido, a virtú do príncipe pode ser desenvolvida pelo conhecimento da própria história política de seu (e de outros) principado(s), o que serve para orientar as suas ações políticas no presente. Deste modo, o príncipe estaria apto e inspirado pelos exemplos concretos do passado a se adaptar melhor às próprias vicissitudes conjunturais que o futuro lhe revele, sempre ponderado as suas formas de governar de acordo com diferentes situações vindouras. Neste sentido, vejamos o seguinte fragmento: “Não se admire alguém se, na exposição que irei fazer a respeito dos principados completamente novos de príncipe e de Estado, apontar exemplos de grandes personagens; por que, palmilhando os homens, quase sempre, as estradas batidas pelos outros, procedendo nas suas ações por imitações, não sendo possível seguir fielmente as trilhas alheias nem alcançar a virtude do que se imita, deve um homem prudente seguir sempre pelas sendas percorridas pelos que se tornaram grandes e imitar aqueles que foram excelentes, isto para que, não sendo possível chegar à virtude destes, pelo menos daí venha a auferir algum proveito; deve fazer como os arqueiros hábeis que, considerando muito distante o ponto que desejam atingir e sabendo até onde vai a capacidade de seu arco, fazem mira bem mais alto que o local visado, não para alcançar com sua flecha tanta altura, mas para poder com o auxílio de tão elevada mira atingir o seu alvo”. MACHIAVELLI, Nicoló. *O Príncipe*, São Paulo, Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010, p.4.

⁴⁰ Segundo Fernando Catroga, “[...] para Maquiavel – e na linha de Cícero e de Horácio -, não houvesse verdadeira pátria sem a assunção prática dos deveres para com a *coisa pública*, pois, sem eles, a sociedade ficaria indefesa em relação à guerra e aos conflitos internos. Para se fazer bem a primeira, aconselhava a pôr-se o povo em armas; e, perante a possibilidade de os conflitos egnerarem em anomia, só a *carità della patria* poderia atar os interesses individuais ao que é comum a todos. No entanto, e ao

No entanto, como se sabe, a razão, o combate ao mito e o processo de secularização da sociedade irão ser elementos que compunham a bandeira filosófica do Iluminismo. Neste contexto, curiosamente, Rousseau observou com sensibilidade o deslocamento da sacralidade do plano divino para a esfera das coisas humanas, sugerindo que não apenas a racionalidade deveria ser considerada para a sagração de um novo modelo de sociedade laica. Além disto, era preciso um investimento sentimental que, de modo análogo aos efeitos das religiões tradicionais, pudesse inspirar os cidadãos a reverenciar a pátria como se de um ente venerável se tratasse.

Foi no último livro do *Contrato Social* que Rousseau desenvolveu as teses sobre este problema entorno do qual cunhou o conceito de *religião civil*:

Há, pois um a profissão de fé civil, cujos artigos cabe ao soberano fixar, não precisamente como dogma de religião, mas como sentimento social, sem o que é impossível ser bom cidadão, ou vassalo fiel: sem poder forçar ninguém a acreditá-los, pode banir do Estado o que os não crê; pode-o banir não como ímpio, senão como insociável, como incapaz de sincero amar as leis, e a justiça, como incapaz de, sendo preciso sacrificar a vida ao seu dever. Se algum, havendo publicamente reconhecido esses dogmas, procede como se não os acreditasse, puna-se com a morte, pois cometeu o maior dos crimes, mentiu à face das leis⁴¹.

Sob a luz deste conceito, é possível identificar em primeiro lugar sua utilidade para a sacralização do sentimento de pertença que deveria ser unanimemente partilhado entre os compatriotas, gerando deste modo o amor pelos vínculos que os ligavam e identificavam como filhos da mesma pátria. Em segundo lugar, esta religião que pretende divinizar o amor às coisas da pátria deve ser ditada pelo soberano, - que em Rousseau não corresponde a um tirano, mas deve representar a vontade geral⁴² -

contrário do humanismo cívico, este estágio implicava apenas a regulação, mas não a extinção dos opostos. É que só assim se fugiria à força da *fortuna* na determinação dos negócios humanos e, no polo oposto, se evitaria, em nome de alguma prudência, que a acção caísse no excesso e na desmedida”. C.f. CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 59.

⁴¹ ROUSSEAU, Jean- Jacques. *Do Contrato Social*, São Paulo, Martin Claret, 2002, pp. 123-124.

⁴² Vejamos: “A primeira e mais importante consequência dos princípios acima estabelecidos está em que somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, isto é, o bem comum; pois, se a oposição dos interesses particulares tomou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível. Eis o que há de comum nesses diferentes interesses fornecedores do laço social; e, se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses se harmonizam, sociedade nenhuma poderia existir. Ora, é unicamente à base desse interesse comum que a sociedade deve ser governada”. *Ibidem*, 2002, p 37.

investido de autoridade para punir aqueles que porventura se insurgiam contra as leis que buscavam preservar a harmonia da vida em sociedade. Deste modo, o filósofo também esclarecia a centralidade da instância política e legislativa no moderno culto à pátria, pelo que se justificavam os seus mecanismos de controle e coerção social.

Em síntese, para Rousseau o objetivo maior da religião civil consistia na santificação dos laços do contrato social mediante as metabolizações do plano religioso “no próprio interior da imanência secular”⁴³. Contudo, o processo de deificação da pátria ou do Estado não seguiu os mesmos caminhos, tendo se adequado aos interesses políticos de cada pátria o que resultou em variações do modelo rousseauiano de religião civil, como comprovam os casos específicos dos Estados Unidos da América⁴⁴ e da França, por exemplo. Neste último caso, particularmente, é possível observar a substituição de Deus pela pátria bem como a do ideal de tolerância civil em detrimento aos conflitos religiosos.

É, sobretudo no caso francês onde podemos observar primeiramente a evolução de uma religião civil com uma liturgia própria inspirada nos ritos religiosos, que se pôde confirmar já na Constituição de 1791, onde as festas cívicas foram instituídas para comemorar a própria Revolução Francesa.

De fato, a questão da religião civil na França e nos países que sofreram sua influência se orientou por uma

[...] expressão ritualista e lúdica da Paideia cívica que tem a sua fonte nos ritos e cultos que a Revolução, movida pela paixão do futuro, institucionalizou. E a sua intensidade tinha de ser forte, porque se tratava de dar parto ao novo em odre velho, e não criá-lo *ex-nihilo*, não estava em causa qualquer ilusão de uma eterna juventude suspensiva do tempo histórico (como nos EUA), nem a dramatização da sua queda ôntica, como na festa arcaica⁴⁵.

Como se sabe, é também nos finais do século XVIII que os Estados-nações europeus começam a emergir o que reivindicava a construção de uma memória nacional

⁴³ CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares – Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 2006, p. 97.

⁴⁴ C.f. *Ibidem*, 2006, pp. 145-226.

⁴⁵ *Ibidem*, 2006, p. 249.

que os legitimasse historicamente. Com estes fins, o passado foi ritualizado no escopo de constituir uma história pátria sinalizada por acontecimentos apoteóticos ou personalidades que engrandecessem as qualidades do gênio nacional de cada povo.

No entanto, a memória nacional intencionava expressar a memória histórica que deveria ser difundida e internalizada pela memória social, de modo a sacralizar o próprio ideal de nação, sob a lógica rousseuniana. Ficava então justificado o alto investimento no culto de grandes homens que já se fazia presente na própria literatura popular francesa do período em questão (como era o caso específico dos almanaques, por exemplo)⁴⁶, e que seria desenvolvido paulatinamente nos anos seguintes. Neste sentido, a contribuição de Auguste Comte foi decisiva.

Sob o paradigma comtiano, os heróis nacionais e os grandes acontecimentos revestiram-se de sacralidade cívica. Como veremos mais adiante, para Comte, as personalidades históricas deviam ser cultuadas de modo análogo aos santos da religião cristã. Um meio de cultuá-las seria a celebração de seus centenários de morte como forma de reconhecer as suas contribuições para o gênero humano realizadas na trajetória de suas vidas. Surgia aqui a expressão mais ritualística da exaltação da memória nacional e o fato de o poder seguir um calendário para comemorar a existência daqueles que melhor sintetizavam as qualidades de cada povo trazia a possibilidade de atualizar constantemente o culto da pátria e dos seus heróis.

Neste sentido, destacamos alguns centenários celebrados em harmonia com o modelo fornecido por Comte nos primeiros anos da III República francesa. São estes, respectivamente, o centenário da independência norte-americana (1876), os centenários de Rousseau e de Voltaire (1878), o tricentenário de morte de Camões (1880) (também

⁴⁶ De acordo com Jean-Jacques Tatin, “Le culte de les grandes hommes que connaît le XVIII^e siècle se développe dans des oeuvres de genres très divers, en des lieux eux-mêmes divers, voire opposés. Jean-Calude Bonnet a montré comment naît ce culte nouveau, catechism laic constitué d’images dont l’efficacité tient en grande part à leur substitution à un ensemble de représentations religieuses. Si ce culte des grandes hommes est souvent lié à l’institution académique (vers 1750, les académies remplacent à leurs concours les discours par les éloges), si le genre même de l’éloge a ses théoriciens, la littérature dite populaire est elle-même pénétrée de cette imagerie nouvelle. Ainsi, l’almanach connaît-il sous une forme spécifique, un développement du culte des hommes illustres: ceux-ci, qu’ils soient seulement écrivains et hommes de science, ou qu’ils intègrent des catégories plus diverses, se substituent simplement aux saints du calendrier. Certes, traditionnellement, les almanachs, en dehors même du calendrier, présentaient des portraits de quelques héros: héros de l’Antiquité, rois ou chevaliers”. C.f. TATIN, Jean Jacques. “L’homme du peuple au Panthéon” in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, n° 32, octobre-décembre, 1985, pp. 537-538.

celebrado em Paris, no Brasil, e naturalmente em Portugal, como analisaremos a seguir) e o centenário da Revolução Francesa (1889)⁴⁷. Não se pode perder de vista que a partir de então, tais rituais vieram a consolidar-se na religião cívica francesa, contribuindo para a glorificação e sacralização da própria República enquanto instituição política, da França enquanto pátria republicana, da Europa enquanto berço da República e da humanidade em um sentido mais lato, enquanto entidade que caminha nos trilhos do progresso.

Estas primeiras experiências foram fundamentais para o desenvolvimento posterior deste tipo de ritos não apenas na França, mas em toda a Europa e países sob sua influência cultural, histórica e filosófica. Em Portugal, país que analisaremos com especial ênfase, a lógica das comemorações também seguiu à risca o paradigma comtiano⁴⁸. Como comprovaremos, nomes como Teófilo Braga e Manuel Emídio Garcia foram decisivos para que o culto aos grandes homens fosse introduzido no país lusitano através da celebração de centenários.

Em nossa análise das comemorações cívicas portuguesas, buscaremos, portanto, avaliar a trajetória de construção de uma determinada imagem do Brasil no interior do processo de sacralização dos grandes acontecimentos e dos heróis da história pátria portuguesa. Para essa finalidade, e em termos de cronologia, o nosso estudo privilegiará a média duração, pois irá das últimas décadas do século XIX até à década de 1960, momento em que o enaltecimento positivo do Brasil, enquanto meio de render autoelogios a obra colonizadora do Império português, atingiu o seu clímax, mesmo como espetáculo.

De todos os modos, o advento do Romantismo no final do século XVIII e que viria a se difundir por toda a Europa no século seguinte também foi responsável pelo

⁴⁷ Segundo Pierre Nora, “Le centenaire est, em effet, une catégorie recente que les dictionnaires permettent de dater très exactement des premières années de la III République et que trois dates décisives sont venues introniser: le centenaire de l’indépendance américaine (1876), le centenaire de la Révolution française, et le centenaire du siècle lui-même (1900). Pour que le centenaire soit définitivement consacré, il faut que le ‘siècle’, cette invention du XVIII, ait lui-même cent ans”. NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, volume 3, Paris, Éditions Gallimard, 1997, p. 4691.

⁴⁸ Segundo Fernando Catroga, “[...] se, em Portugal, o grande investimento neste tipo de cerimónias data das últimas décadas do século XIX, também não surpreende que encontremos as mesmas motivações cívicas a justificá-lo, embora com uma explícita demarcação das posições mais ortodoxas da religião comtiana da humanidade”. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 221.

aprofundamento da sobrevalorização da memória – recorde-se aqui o culto cívico dos mortos e a nova configuração dos cemitérios oitocentistas ⁴⁹ –, quer no campo das ideias, quer no da construção de uma memória que buscava o consenso social devido ao aumento da conflitualidade entre grupos sociais e Estados e ao sonho de se construir uma memória nacional integradora e inclusiva. Ora, para a concretização deste propósito, o discurso exclusivamente racionalista também apelou para legitimações de cariz historicista, como se assistisse à confirmação do fundo hegeliano que, nas suas várias versões, em última análise o justificava.

Saliente-se que, segundo este, cada momento histórico representava a manifestação da vontade do Espírito sobre a natureza humana, o que implicou a necessidade de se conhecer o processo histórico como forma de apreender não apenas a própria realidade em si, mas a interação dialética entre os desígnios do Espírito e a existência humana situada no tempo.

Como escreveu o pensador alemão:

A história do mundo representa o desenvolvimento da consciência de liberdade que tem o Espírito e a consequente realização dessa liberdade. Este desenvolvimento implica um progresso gradual, uma série de diferenciações cada vez mais reais, resultantes da ideia de liberdade ⁵⁰.

De fato, em Hegel, o Espírito é responsável por iluminar a razão humana em diferentes estágios históricos rumo ao seu gradual aprimoramento e ter consciência desta possibilidade seria viver em liberdade e guiar as próprias ações de acordo com este fim para além das próprias paixões e interesses que movem a conduta humana através da história. Mais tarde, Hegel é revisitado e inspirou uma série de filósofos - a exemplo de Wihelm Dilthey⁵¹ (1833-1911) Benedetto Croce⁵² (1886-1952), e Reinhart

⁴⁹ Cf. CATROGA, Fernando. *O Céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999.

⁵⁰ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*, 2ª edição, São Paulo, Centauro, 2001, p. 115.

⁵¹ Para Dilthey, “A experiência é profundamente temporal (quer dizer histórica no sentido mais fundo da palavra), e, portanto a compreensão da experiência tem também que ser dada em categorias de pensamento proporcionalmente temporais (históricas)”. Dilthey apud Palmer. PALMER, Richard. *Hermenêutica*, Lisboa, Edições 70, 1986, p.117.

Koselleck⁵³ (1923-2006), entre outros - que elaboraram novas e distintas teorizações hermenêuticas acerca das vias de acesso ao conhecimento do passado. Estas acabaram por preconizar a tomada de consciência histórica do homem moderno⁵⁴, levando à supervalorização da história enquanto ofício de resgate das experiências humanas no tempo.

Ao contrário do cientificismo positivista, o historicismo ressalta a relevância dos estudos que envolvem o espírito ou a consciência humana enquanto objeto de conhecimento, daí a centralidade que conferiram à história e à psicologia. Não por acaso, o historicismo explicita nitidamente o corte entre as humanidades e as ciências da natureza, ressaltando, na linha do que já havia sido feito por Hegel⁵⁵, a especificidade do espírito humano e da sua historicidade.

Para além do campo das ideias, a questão da memória também foi crucial no que respeita à formação e consolidação dos Estados-nações europeus ao longo do século XIX, processo que, como já salientámos, exigiu a fabricação e divulgação de uma memória nacional capaz de identificar fraternamente os concidadãos entre si e de

⁵² Segundo Croce, “[...]Di più lontano nel tempo gli eventi che sembrano trattate in realtà, la storia gira sui bisogni e le situazioni presenti in cui questi eventi hanno risonanza”. CROCE, Benedetto. *La storia como pensiero e como azione*, Bari, Laterza, 1938, p. 5.

⁵³ De acordo com Koselleck, “This contains the whole story: interpreting the past from a horizon of expectation, construction of a desired future. And because this envelope contains the whole story, as the culmination succeed, he, born of different temporalities, is the key to historical understanding”. KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*; Tradução de Todd Samuel Presner, Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 2002, p. 3.

⁵⁴ Sobre a consciência histórica, Gadamer nos diz: “A consciência histórica que hoje temos da história difere fundamentalmente do modo pelo qual anteriormente o passado se apresentava a um povo ou a uma época. Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião. Os efeitos dessa tomada de consciência histórica manifestam-se, a todo instante, sobre a atividade intelectual dos nossos contemporâneos: basta pensarmos nas imensas subversões espirituais de nossa época.” C.f. GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica*, Tradução de Paulo César Duque Estrada, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2ª edição, 1998, p. 19.

⁵⁵ Acerca da diferença entre a história da natureza e do gênero humano, Hegel alegou: “A mudança histórica, vista sucintamente, há muito foi entendida de maneira geral como envolvendo um avanço em direção ao melhor, ao mais perfeito. As mudanças que ocorrem na natureza, por mais infinitamente variadas que sejam, mostram apenas um ciclo de repetição constante. Na natureza nada de novo acontece sob o sol, a ação multiforme de seus produtos leva ao aborrecimento. O mesmíssimo caráter permanente reaparece de maneira continuada e toda a mudança reverte a ele. Somente as mudanças no reino do Espírito criam o novo. Esta característica do Espírito nos permitiu afirmar que no homem há um aspecto totalmente diferente da característica da natureza: um desejo voltado para o aperfeiçoamento”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *op. cit.*, 2001, p. 104.

interiorizar um ideal de comunidade de destino. Deste modo, ficavam justificados os investimentos em torno da história enquanto “ciência”, ou campo do conhecimento que oficialmente deveria formalizar a versão épica e romanesca do passado nacional. Não por acaso, o século XIX recebeu a alcunha de “século da história”.

Mas, os investimentos para a edificação da memória nacional não se limitaram às penas dos historiadores oficiais dos Estados-nação. A partir de então, a memória foi cada vez mais um assunto de interesse de Estado. De acordo com Fernando Catroga:

Esta maior privatização do recordar também teria desencadeado respostas compensatórias, de cariz mais público, fenômeno bem patente na concomitante importância que os vários poderes (Estado, município, grupos vários, família) dão, depois do seu primeiro período de apogeu nas últimas décadas do século XIX, a um renovado fomento de *políticas de memória* ⁵⁶.

Por isso, as políticas de memória foram renovadas, mediante uma prática seletiva do passado, apostada em contar, mesmo simbolicamente, uma narrativa positiva e autolegitimadora da gênese e dos desígnios épicos da nação e do seu grande herói – o povo. Em tal horizonte, os “grandes acontecimentos” ou os “grandes homens”, embora, aparentemente, parecessem ser os grandes fazedores da história, mais não seriam que as objetivações concretas da heroicidade coletiva que neles e por eles se revelava.

A institucionalização desta ideia trouxe consigo a emergência do fenômeno que Pierre Nora chamou de “lieux de mémoire saturés de commémorations” ⁵⁷. Como exemplos destes lugares, lembramos a intensificação dos arquivos, museus, livros de história e romances históricos, as coleções de objetos do passado, a filatelia, o estudo da heráldica, etc. Toda esta investidura demarcou as políticas de memória oitocentistas que logravam a difusão da memória nacional.

No que concerne ao caso português esquadriharemos duas vias de difusão da memória nacional portuguesa que se pretendia fixar no senso comum: as comemorações cívicas e a literatura escolar. Por conseguinte, daremos relevo a manifestações que, de

⁵⁶ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, p. 28.

⁵⁷ NORA, Pierre. *op. cit.*, 1997, p. 4688.

acordo com a terminologia de Joël Candau ⁵⁸, analogicamente se situam no nível da metamemória, que.

est celui d'un regard réflexif sur les processus mémoriels qu'un individu est capable – ou croit être capable – de mobiliser dans l'accomplissement d'une tâche. Lorsqu'on passe de l'individu au groupe, la métamémoire est une dimension essentielle du sentiment d'intersubjectivité mémorielle. C'est parce que nous avons conscience de ce que nous partageons, et parce que nous en parlons, que nous sommes capables de revendiquer une mémoire commune. À noter, toutefois, qu'il n'est pas nécessaire que la conscience du partage renvoie à un partage réel pour que naisse cette revendication. En effet, si la *revendication* d'une mémoire partagée se fonde toujours sur le postulat du partage, ce partage peut être réel ou imaginaire, raison pour laquelle le *sentiment* d'une mémoire partagée est souvent illusoire ⁵⁹.

Sob a luz de Candau, os dois veículos de produção e reprodução da memória portuguesa aqui em causa – o comemoracionismo e os manuais escolares – podem ser consideradas muito eficientes na nossa investigação, porque constituem manifestações que permitem dar visibilidade ao que buscamos. Todavia, a sua interpretação não pode prescindir do equacionamento das várias conjunturas históricas em que essas representações emergiram, em ordem a captarmos as suas continuidades, mudanças e intensidades no decurso de oito décadas, que viram suceder-se três regimes políticos em muitos pontos antagônicos: a Monarquia Constitucional, a República e o Estado Novo. Diante disto, justifica-se acompanhar a intencionalidade que presidiu às evocações do Brasil, tanto nas festas cívicas como na literatura escolar portuguesa, em harmonia com a lógica dos vários projetos políticos-ideológicos do período em pauta.

Contudo, para construirmos uma perspectiva de reciprocidade, também nos interessará a averiguação do modo como o próprio Brasil interagiu nas encenações da fraternidade luso-brasileira, quer nas festas cívicas que participou em Portugal, quer nas que aconteceram em solo brasileiro e onde a participação portuguesa obteve maior destaque. Vale salientar que muitas destas exaltações à amizade entre os dois países visavam encontrar reflexos concretos no âmbito de suas respectivas relações diplomáticas, tema que também será focado em nossa análise.

⁵⁸ C.f. CANDAU, Joël. *La métamémoire ou la mise en récit du travail de mémoire*, Oxford, Berghahn Books, EASA Series, 2009.

⁵⁹ *Ibidem*, 2009, pp. 6-7.

Passemos então à discussão teórica acerca do problema das comemorações para em seguida prosseguirmos com o esquadramento das abordagens ao Brasil enquanto elemento afirmativo e engrandecedor da missão civilizadora do Império lusitano.

Comemorações: lições vivas de memorização

As comemorações cívicas podem ser compreendidas como uma espécie de rito que ambiciona sacralizar uma determinada versão do passado nacional seja um acontecimento específico ou a obra de alguma personalidade histórica. Deste modo, a lógica comemoracionista tende a *re-presentificar* pontos altos do devir pátrio mediante a montagem de “lições vivas” de história que pretendem popularizar interpretações consensuais na memória social. Como bem definiu Fernando Catroga, são elas “metamemória(s) inscrita(s) na memória-repetição”⁶⁰. E, são impulsionadas para combater o esquecimento que a própria ação do tempo lhe submete, assim como para elevar ideias e ações a exemplos modelares que o presente, diagnosticado como decadente, teria de levar em conta para revivificar a pátria decaída. Em síntese, comemorar remete para o ato de recordar, palavra cuja etimologia vem do latim – *cordis* – que por sua vez, significa coração. Logo, recordar seria colocar outra vez no coração, órgão que era considerado a sede da memória por alguns povos antigos⁶¹.

Entretanto, se, por um lado, podemos recordar isoladamente e acessar as nossas memórias íntimas a partir do desempenho das atividades mentais do nosso corpo, por

⁶⁰ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, p. 49.

⁶¹ Para os hebreus, por exemplo, “[...] le cœur est aussi le réceptacle qui alimente la pensée: il conçoit pensées, sous forme d'idées, conserve les souvenirs, la mémoire grimpe cœur” C.f. GUILLAUMONT, Antoine. “Le sens des noms du coeur dans l’Antiquité” in *Le Coeur*. Études Carmelitaines, Paris, Desclée de Brouwer, 1950, p. 45. Os povos de origem semita não seriam os únicos a acreditarem no coração como o centro da razão, inteligência e memória do nosso corpo. Segundo Dante Marcello Claramonte Gallian, “[...]esta mesma perspectiva cardiocêntrica pode ser observada entre os gregos antigos através de textos fundamentais como os de Homero, Hesíodo e Ésquilo, em que o termo *kardia* remete a todo um universo de significados e ações que identificam a pessoa na sua integralidade. Tal como nas inscrições funerárias egípcias ou nas sagradas escrituras hebréias, o coração, o *kardia* helênico – e mais tarde o *cor* latino – aparece nos poemas épicos, líricos e nas tragédias não apenas como sede dos sentimentos e das paixões, mas também da inteligência, dos pensamentos e ainda como lugar de encontro com os deuses; lugar da inspiração divina”. GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. A história do coração humano: uma proposta in *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Associação Nacional de História, 2007, p. 2. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Dante%20Marcello%20Claramonte%20Gallian.pdf>. Acessado em 12/06/2013.

outro, a socialização ou coletivização do recordado remete para a prática de “[...] *re-cordare com*, isto é, para o *co-memorar*”⁶².

Mas, de que modo as comemorações partilham a memória? Segundo Paul Connerton, estas possuem uma narrativa própria, que consiste no

[...] relato de acontecimentos históricos – mas de acontecimentos históricos transfigurados pela mitificação que os transformou em substâncias inalteráveis e imutáveis. O conteúdo dos mitos é representado como não estando sujeito a qualquer espécie de mudança. O mito ensina que a história não é um jogo de forças contingentes. As constantes fundamentais são a luta, o sacrifício e a vitória⁶³.

Em realidade, todo ato de recordação detém uma finalidade pré-estabelecida por aquele que o evoca, “fale este em nome individual, ou em nome de um grupo – família, associação, partido, igreja, nação, humanidade”⁶⁴. O sentido teleológico da recordação implica dar um sentido (em última análise, efeito e não causa da retrospectiva) atenuar as contingências e as discontinuidades inerentes à própria operação de resgate das experiências vividas. No entanto, a atenção aos silêncios ou esquecimentos implícitos na anamnese, bem como nas comemorações cívicas, na escrita da história e em todos os ritos de recordação, pode nos revelar aquilo que o presente das metamemórias e das políticas que a gestaram exorcizavam de seus enredos. Afinal, a leitura crítica destes silêncios ou esquecimentos (in) voluntários permite desmistificar e dessacralizar as interpretações do passado cerzidas pelas metamemórias.

Com este propósito, as lacunas referentes ao Brasil, bem como os “lapsos” na tessitura das narrativas comemorativas que lhe diziam respeito, serão considerados como indícios reveladores da imagem que se queria internalizar entorno da ex-colônia. Neste aspecto, ressaltamos que tanto as festas cívicas quanto os manuais escolares trazem em suas referências ao Brasil silêncios estratégicos, e as suas próprias não alusões à antiga colônia americana também justificam lógicas seletivas da urgência do que se devia recordar em harmonia com a lógica de distintas políticas da memória que

⁶² CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, p. 22.

⁶³ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p. 51.

⁶⁴ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2011, p. 21.

se sucederam. Assim, por exemplo, em diferentes conjunturas, as festas comemorativas e lições escolares recalçavam temas relativos aos conflitos da colonização, à escravidão, às insurreições da independência brasileira, etc. Por sua vez, não deixa de ser sintomático que, nas últimas décadas do século XIX, a Índia e África tenham sido mais relevantes para o comemoracionismo e para a historiografia escolar portuguesa do que a chegada à antiga Terra de Vera Cruz, atitude bem distinta da que ocorrerá décadas depois.

Considerando que, quando interiorizada pela memória social, a memória nacional fornece “as imagens do passado [as quais] ⁶⁵ legitimam geralmente uma ordem social presente” e que passa a ter o efeito de uma regra implícita que pressupõe “uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social” ⁶⁶ nos parece inquestionável a eficácia pedagógica das metamemórias quer na atualização do contrato social, quer no delineamento de um sentido para a história nacional que tende a dispensar o recurso ao trágico e ao drama, pois a recordação a coerência narrativa tende a descrever epicamente a vida dos grupos, “como se de ‘eus colectivos’ se tratasse” ⁶⁷.

Como é sabido, ao longo da modernidade é possível observar um deslocamento da divinização de entes transcendentais para o mundo humano. De fato, o processo de racionalização e secularização das mundividências – processo que Max Weber chamou “desencantamento do mundo” – destituiu o papel central das religiões tradicionais enquanto elemento estabilizador da ordem social. Este vácuo precisava ser substituído por algo que, de modo análogo, desse solidez aos novos elos sociabilitários, evitando, assim, um possível retorno ao estado de natureza. Com este ímpeto, inspiradas nas liturgias religiosas, as comemorações reclamavam a sacralidade da pátria e de sua memória, nem que para isso, a par da escola, recorressem à apropriação das festas públicas, cerimônias que tiveram o seu momento quase arquetípico na Grécia e, sobretudo, em Roma. Daí que o espaço preferido para as suas liturgias fosse o espaço público.

⁶⁵ Os grifos são nossos.

⁶⁶ CONNERTON, Paul. *op. cit.*, 1993, p. 3.

⁶⁷ CATROGA, Fernando. 2009, *op. cit.*, p. 15.

Porém, é mister esclarecer que as narrativas historiográficas dispostas nos conteúdos dos manuais escolares portugueses podem ser compreendidas, igualmente, como ritualizações da história pátria e, portanto, nos parece lícito afirmar que obedeciam às mesmas finalidades perseguidas pelas políticas da memória que surgiram, com ênfase, com e depois da Revolução Francesa. Com efeito, as novas práticas educativas que, pelo menos nos países católicos, os Estados-nações tentaram implantar no decurso do século XIX e início de Novecentos também exaltavam os heróis nacionais e grandes acontecimentos sob o ímpeto de expurgar o decadentismo do presente. Deste modo, confirmaremos que a consagração não apenas da memória, mas também do destino nacional do Império português – cristianizar e civilizar os povos – foi um objetivo preservado na formação educacional dos cidadãos. E provaremos que a lógica que atravessava boa parte da produção manualística do período em estudo foi a mesma: educar para cultuar a pátria e comemorar suas contribuições para o progresso da Humanidade, como quis Comte.

O paradigma comtiano das comemorações e o comemoracionismo português

Em seu *Système de politique positive*, Auguste Comte sistematizou uma nova *ordem* política como resposta ao caos oscilante entre regimes despóticos e revoluções em França que o próprio filósofo vivenciou. Dando continuidade ao processo de secularização (e sacralização cívica) do humano impulsionado pelas teorizações de Maquiavel e Rousseau, o positivismo comtiano, heterodoxamente, bebeu na fonte daqueles primeiros centenários franceses que exaltavam a memória da Revolução para construir seu paradigma de culto aos grandes homens, como se de santos laicos se tratasse. Explicamos.

Comte propôs – em substituição a religião cristã – a instituição da religião da Humanidade, que consistia na adoração desta entidade coletiva formada pelo conjunto

de seres humanos convergentes do passado que teriam a seu modo contribuído para o progresso histórico ⁶⁸.

Em linhas gerais, podemos sintetizar a ideia de Humanidade em Comte como um elemento ontológico, um ser imanente formado pelo todo social, onde as virtudes humanas, desde a sua dimensão pessoal e doméstica até à cívica e comunitária, encontravam as condições propícias para serem desenvolvidas:

Era, portanto, a partir de uma avaliação dos méritos e serviços ao todo social que se discernia o estatuto de pertença ao Grande Ser sociocrático. A Humanidade, assimilando as suas partes componentes através da valia altruísta, será o eixo de gravitação do dogma, do culto e do regime em que se traduz, especificamente, tal forma de religião laical ⁶⁹.

Na religião sistemizada por Auguste Comte, os grandes homens deveriam ser cultuados enquanto referências para a conduta moral e ética de seus congêneres. Contudo, a veneração destes tipos ideais do gênero humano não respeitava apenas aos critérios de solidariedade que tenham exercido em suas existências finitas, mas, sobretudo, ao legado altruístico que destinaram às gerações vindouras.

Neste sentido, Comte afirmou que “a verdadeira sociabilidade consiste mais na continuidade sucessiva do que na solidariedade atual. Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana” ⁷⁰. Por isto mesmo, segundo a religião proposta por Comte, os vivos não podiam deixar de cultuar os mortos: maiores responsáveis pelo estágio atual de evolução da Humanidade. Deste modo, o progresso social estaria vinculado em parte à colaboração contínua entre gerações, o que justificava a lógica evocativa e sacralizadora da memória dos antepassados. Neste sentido, as comemorações deveriam ser práticas perpetuadas por sucessivas gerações como espécie de inspiração positiva para a conduta humana no

⁶⁸ Segundo Auguste Comte, a humanidade consiste no “[...] conjunto dos seres humanos, passados, futuros e presentes. Esta palavra conjunto indica-vos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário, que só foi desculpável durante a sua educação. Os tempos anárquicos fazem sobretudo pulular, e demasiadas vezes florescer, esses tristes fardos do verdadeiro Grande Ser”. COMTE, Auguste. *op. cit.*, 1978, p. 150.

⁶⁹ HOMEM, Amadeu carvalho. “A crise contemporânea da noção de divino” in *A República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 201.

⁷⁰ COMTE, Auguste. *op. cit.*, 1978, p. 151.

presente. Como já dissemos, embora a lógica deste tipo de cerimônia tenha se espelhado nos rituais religiosos, ela almejava o deslocamento da veneração dos santos canonizados pela Igreja católica para uma nova hagiografia cívica.

Sobre a repercussão dos centenários comtianos em Portugal, Teófilo Braga elucidou que:

A comemoração dos grandes typos da humanidade foi particularizada por Augusto Comte em cerimônias sociolátricas, que foram immobilizar-se no formalismo de uma religião demonstrada; o que havia de profundo e verdadeiro na concepção foi aproveitado pela civilização européia, nas festas nacionais dos Centenários, como o de Spinoza, de Rabens, de Voltaire, de Petrarca, revelando-se assim a livre expansão do gênio de cada povo. A introdução da Filosofia positiva em Portugal se deve a ideia de celebração do Centenário de Camões em 1880; a compreensão da festa, o modo de dar coherencia à espontaneidade emocional do povo, a hostilidade da parte dos poderes empíricos, o espírito democrático d'essa manifestação secular, tudo revela uma nova orientação na consciência portugueza⁷¹.

O tricentenário de morte Camões (1880) – poeta que, que no Olimpo da hagiografia cívica portuguesa, correspondia à figura de Zeus – deu início a um repertório de culto a outros nomes expoentes do gênio lusitano, ao que Maria Isabel João chamou de “voga dos centenários”⁷². A primeira aclamação centenária ao poeta obteve forte apelo patriótico na sacralização do passado nacional e renovou as esperanças em tempos em que o Império lusitano vivia uma decadente realidade. Mas, a exaltação de Camões transcendia a figura do baluarte das aptidões culturais de base luso-cristã, uma vez que, importava também venerá-lo como o cantor da descoberta do caminho marítimo para o oriente, o que o colocava como porta-voz do maior contributo da nação portuguesa para o progresso da Humanidade no sentido comtiano. Não por acaso o tricentenário da morte de Camões também fora celebrado em outras partes do mundo a exemplo de Paris e do Brasil que buscou filiar-se orgulhosamente na tradição deste passado glorioso das epopeias portuguesas⁷³.

⁷¹ BRAGA, Teophilo. “O tricentenário de morte de Luis de Camões” in *O Positivismo* (1879 – 1880), volume 2, Porto, Livraria Universal, 1880, p. 513.

⁷² JOÃO, Maria Isabel. *op. cit.*, 2002, p. 52.

⁷³ Como veremos no próximo capítulo de modo pormenorizado, o tricentenário de morte de Camões (1880) foi a primeira comemoração cívica da recém-fundada Igreja positivista do Brasil.

Ainda nas últimas décadas do século XIX outros centenários de temáticas portuguesas também foram celebrados no Brasil a exemplo do centenário de morte do Marquês de Pombal (1882)⁷⁴ e o quadricentenário do “descobrimento” da Índia (1897-1898), tendo sido este último iniciativa da colônia portuguesa residente em Terras de Vera Cruz.

E as evocações do Brasil nas comemorações portuguesas? Também se encaixavam neste modelo comitiano do culto dos grandes homens/momentos da história pátria em Portugal? Podemos dizer que, na maioria dos casos sim, muito embora, de acordo com as conjunturas, a ênfase de celebração do elemento brasileiro enquanto fruto do gênio colonizador lusitano tenha sido coadjuvante, como foi o caso da comemoração dos quatrocentos anos do “descobrimento” do Brasil (1900) comparada com o quadricentenário do “descobrimento” da Índia (1897-1898).

Em contrapartida, veremos que, especialmente a partir da década de 1920, as aclamações ao Brasil - enquanto prova viva das potencialidades colonizadoras do Império lusitano - tornam-se mais acentuadas, como demonstrará a análise da participação portuguesa no centenário da independência brasileira (1922), bem como a participação brasileira nas festas do Duplo centenário português (1940), a portuguesa nas comemorações do tricentenário da restauração pernambucana e do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954) e, por fim, a apoteótica participação brasileira nas comemorações do quinto centenário de morte do Infante Dom Henrique (1960).

No caso da literatura escolar portuguesa, perceberemos que o aprofundamento das abordagens do Brasil, compreendido como grande passagem da história pátria, ganhará terreno, sobremaneira, com a consolidação do Estado Novo. Deste modo, é a partir da década de 1930 em diante que poderemos sentir uma maior dedicação dos autores dos livros didáticos as temáticas referentes à ex-colônia americana sob os moldes das comemorações cívicas. Discutiremos a complexidade desta questão mais apropriadamente no terceiro capítulo da presente tese.

⁷⁴ Segundo Fernando Catroga, “Precisamente porque se trata de julgar o mérito de uma vida, as comemorações, tal como na tradição católica, elegiam a data da morte como o dia maior da evocação. Contudo, as necessidades de consagração em tempo útil levariam a que, não sem alguma polémica, também algumas festas tivessem eleito a data do nascimento do homenageado”. C.f. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2005, p. 103.

Vale ressaltar que, naturalmente, a imagem que se construiu do Brasil pelas metamemórias forjadas no ciclo do comemoracionismo lusitano, assim como nas páginas dos manuais escolares portugueses, também estiveram associadas às circunstâncias das relações luso-brasileiras. Deste modo, não nos esqueceremos das razões de Estado que moveram as visitas presidenciais nas duas pontas do Atlântico, a fim de desvendarmos os interesses reais que moviam os frequentes votos de amizade luso-brasileira em um sentido mais lato.

Enfim, o exame crítico das metamemórias – comemoracionismo e literatura escolar portuguesa – no recorte cronológico em questão nos provoca o seguinte questionamento: será possível dessacralizar a imagem do Brasil vinculada à consagração da memória nacional portuguesa? Para logarmos esta tentativa, devemos recorrer à historiografia que, segundo Carlos Drummond de Andrade, “[...] veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o muro entre as famílias [...]. Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado e se deposita, grânulo, no poço vazio da memória”⁷⁵.

A historiografia e as metamemórias

Segundo a mitologia grega, *Clio* – a deusa da história e da criatividade – era filha da deusa da memória – *Mnemosine* – e de *Zeus* – aquele que havia triunfado sobre *Cronos* – o deus do tempo – e avô de *Clio*. Em certo sentido, ainda que simbólico, a genealogia mitológica parece sugerir algumas condições essenciais para o nascimento da história tais quais a pré-existência da memória (mãe de *Clio*) e do tempo (avô de *Clio*).

Partindo desta premissa, podemos afirmar que a memória seria a matriz principal para o surgimento da história enquanto narrativa, assim como para o seu desenvolvimento enquanto conhecimento cientificamente organizado. De todos os modos, tanto a deusa mãe quanto a deusa filha têm uma função comum que consiste em recuperar os vestígios remanescentes do passado. Irrefutavelmente, estes “indícios”⁷⁶,

⁷⁵ ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2012, pp. 1197-1198.

⁷⁶ Lembremos aqui do método indiciário discutido por Carlo Ginzburg que consiste essencialmente na refutação dos métodos quantitativos baseados nas generalizações em favor dos detalhes, da atenção ao pormenor, aos sinais, ou aos indícios. O modelo defendido e empregado por Ginzburg em suas pesquisas

ou “traços”⁷⁷, são a base do exercício do recordar bem como da operação historiográfica.

No entanto, quando falamos da produção de memórias que visam cristalizar-se no tempo, onde nos interessa particularmente a questão da memória nacional, é possível perceber que é, sobretudo no século XIX, com a formação dos Estados-nações europeus, que a historiografia passou a desempenhar um papel central no processo de monumentalização do passado. Neste contexto, desenvolveu-se uma cultura historicista e comemoracionista que, sob a égide das políticas da memória, preocupou-se em consagrar, de um modo mais continuado e institucional, as versões exaltadoras da história nações. Não por acaso, a historiografia positivista deu o suporte filosófico para que, de uma maneira mais ortodoxa ou mais mitigada, os fatos históricos nacionais mais destacáveis e as grandes personalidades pontuassem uma narrativa predominantemente normativa, acrítica, descritiva e etnocêntrica do destino das comunidades nacionais.

Na contramão desta tendência passadista, Nietzsche reivindicou a possibilidade de construção de um conhecimento histórico livre do “excesso de memória”. Para o filósofo alemão, os moldes pretensamente científicos de organização do conhecimento histórico do século XIX eram responsáveis pelo distanciamento dos homens com relação ao próprio curso de suas vidas no presente e pelo seu desenraizamento diante de suas perspectivas de futuro. Neste contexto, a crítica nietzscheneana dirige-se

historiográficas encontra fundamentação nos pressupostos metodológicos do historiador da arte italiano Giovanni Morelli, no famigerado personagem do escritor Arthur Conan Doyle - o detetive Sherlock Holmes - e o psicanalista Sigmund Freud. Acerca das inspirações do paradigma indiciário elaborado por Ginzburg, o mesmo nos acrescenta: “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli). Como se explica essa tripla analogia? A resposta, à primeira vista, é muito simples. Freud era um médico; Morelli formou-se em medicina; Conan Doyle havia sido médico antes de dedicar-se à literatura. Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base dos sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo – o doutor Watson, por exemplo. [...] Mas não se trata simplesmente de coincidências biográficas. No final do século XIX – mais precisamente, na década de 1879-1880 -, começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica. Mas as suas raízes eram muito antigas”.GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 150-151.

⁷⁷ Vejamos a definição de traços, segundo Fernando Catroga: [...] não há representação memorial (nem historiografia sem *traços*. Registrada desde o século XII, a palavra (do latim *tractus*) referia-se a uma seqüência de impressões deixadas pela passagem de um animal; o que lhe permitia funcionar como *testemunho* e *indício*, como ensinaram Lévinas, Ginzburg e Paul Ricoeur. Pelo que não surpreende que a extensão do seu significado se tenha alargado, referindo-se, hoje, a qualquer vestígio humano, voluntário ou involuntário. C.f. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, pp. 21-22.

especialmente a uma historiografia historicista que almejava refletir o passado monoliticamente e à revelia da complexidade e contingência das experiências humanas.

Neste sentido, nos disse Nietzsche sobre as representações historiográficas do passado vigentes em seu tempo:

[...] quão fluída e oscilante, quão inexata seria essa comparação! Quantas diferenças é preciso negligenciar, para que ela faça aquele efeito fortificante, com que violência é preciso meter a individualidade do passado dentro de uma forma universal e quebrá-la em todos os ângulos agudos e linhas, em benefício da concordância ⁷⁸.

Segundo ele, a história só é um conhecimento útil quando se coloca a serviço da vida e não do postulado científico que preconizava a construção de um conhecimento acumulável e objetivo:

A história na medida em que está a serviço da vida, está a serviço de uma potência a-histórica e por isso nunca, nessa subordinação, poderá e deverá tornar-se ciência pura, como, digamos, a matemática. Mas a questão até que grau a vida precisa em geral do serviço da história é uma das questões e cuidados mais altos no tocante à saúde de um homem, de um povo, de uma civilização. Pois, no caso de uma certa desmedida de história, a vida desmorona e degenera, e por fim, com essa degeneração, degenera também a própria história⁷⁹.

O que o parecia preocupar era a hegemonia de uma erudição histórica que exaltava a verdade de um passado morto, fechado para a vida. Em contrapartida, se o conhecimento das coisas pretéritas pudesse consorciar-se com a existência humana, a história superaria qualquer necessidade de provar-se enquanto “conhecimento puro”⁸⁰ e tornar-se-ia capaz de admitir a novidade, logo, a diferença e a ruptura que surgem no tempo.

No século seguinte, continuando a crítica nietzschiana, Walter Benjamin alertou para o fato de que as mitologias nacionais (consagradas pelas metamemórias que nos interessam) dispostas no corpo da narrativa histórica legitimam o *status quo* de uma

⁷⁸ NIETZSCHE, Friedrich. “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” in *Obras incompletas*; Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1974, p. 69.

⁷⁹ *Ibidem* 1974, p. 68.

⁸⁰ *Ibidem*, 1974, p. 67.

determinada ordem política ou social vigente que podia ser entendida a partir de uma perspectiva da história dos vencedores. O filósofo nascido na capital do *Reich* defendia que a história não era impulsionada pela ideia de futuro associada ao ideal do progresso linear, senão pelo próprio passado e por suas experiências concretas. Neste sentido, criticava a continuidade geracional da tradição (histórica, política, cultural), recebida e perpetuada como herança, para, em vez disso, defender que cada geração tem um “[...] encontro marcado com as gerações precedentes [...] a cada geração foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo”⁸¹.

A mensagem de Benjamin aqui convocada consiste essencialmente em que o passado não deve ser resgatado e conservado, mas sim e, sobretudo, libertado. Animado por esta ideia, ele propõe uma desconstrução da história dos vencedores que seria o ponto de partida para a construção da história dos vencidos.

Sob a luz das críticas de Nietzsche e de Benjamin, voltamos ao mito de *Clio* com novos olhos. Seria possível libertar *Clio* e *Mnemosine* do excesso de memória onde podemos inserir perfeitamente o papel das metamemórias construídas em nome da legitimação política e ideológica dos Estados-nações emergentes? Dentro deste mesmo questionamento, podemos ainda indagar: seria possível trazer ao juízo crítico da operação historiográfica o elemento brasileiro evocado e monumentalizado pelas metamemórias portuguesas plasmadas nas festas cívicas e nos manuais escolares? A quem e por que interessava construir uma determinada visão sobre o Brasil nestes espaços de representação da história pátria portuguesa? O Brasil foi em algum momento condescendente com estas representações e exaltações do passado nacional que o atrelava à ex-metrópole?

Em primeiro lugar, esclarecemos o terreno das comemorações cívicas e manuais escolares como as fontes (primárias e secundárias) de nossa investigação, ou ainda como os traços - compreendidos como “representificação do ausente”⁸² - da nossa análise crítica de cunho historiográfico. Isto vale para dizer que os atos, discursos e explorações simbólicas das festas cívicas portuguesas evocativas do elemento brasileiro

⁸¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; Tradução de Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 223.

⁸² CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, p. 33.

assim como os conteúdos manualísticos sobre o mesmo tema, serão esquadrihados, confrontados com os seus próprios silêncios e omissões e com suas abordagens apoteóticas e exaltadoras da imagem do Brasil. A euforia e a apatia das evocações e invocações serão, portanto avaliadas enquanto indicadores das próprias conjunturas que envolviam os processos históricos dos dois países isoladamente, bem como de seu relacionamento diplomático e político.

Em segundo lugar, para alcançarmos o objetivo de definir a imagem do Brasil, bem como as encenações da amizade luso-brasileira no processo de monumentalização da memória nacional portuguesa, convocamos uma virtude da deusa *Clio*: a criatividade, ou imaginação histórica. Trata-se do legado da inteligência de *Zeus* miscigenado com a memória de *Mnemosine* e que é capaz de auxiliar o historiador em sua missão de reinterpretar aquilo que já não é – o ausente. Neste aspecto, a imaginação histórica possibilita não apenas a articulação entre o tempo vivido e o tempo dos horizontes de expectativa que buscam interpretar o passado, como também possibilita a elaboração de modelos interpretativos dos vestígios do passado, terreno a partir do qual se desenvolve a narrativa histórica.

Segundo Marc Bloch, a operação historiográfica não deve prescindir do emprego da imaginação crítica, capaz de confrontar os testemunhos (orais ou escritos) bem como de reverter uma situação de ausência (ou veracidade duvidosa) de fontes e documentos em um exercício para a reflexão interpretativa do passado, em vez de representar um embuste ao trabalho do historiador:

Ora, tal é o caso de um grande número de deformações do testemunho. O erro, quase sempre, é previamente orientado. Sobretudo, espalha-se, só ganha vida sob a condição de se combinar com os *parti pris* da opinião comum; torna-se então como o espelho em que a consciência coletiva contempla seus próprios traços. [...] ⁸³.

Para Bloch, a relevância de submeter os testemunhos à crítica histórica não estava tão só na descoberta da veracidade ou falsidade destes mesmos, mas, sobretudo, no ato de entender as suas próprias intencionalidades formalizadoras de uma determinada visão do passado. Sob a luz do historiador francês, confirmamos na virtude

⁸³ BLOCH, Marc. *op. cit.*, 2001, p. 106.

criativa de *Clio* um sólido suporte para a análise crítica da história pátria portuguesa ritualizada pelas festas comemorativas e páginas dos manuais escolares. Diante disto, nos lançamos o desafio de dessacralizar as evocações de um Brasil estrategicamente idealizado sob as lógicas de sucessivas políticas de memória que marcaram a luta pela defesa do Império lusitano entre as últimas décadas do século XIX até às vésperas da Revolução de 1974.

Passemos então à primeira etapa investigativa da presente tese referente às evocações ao Brasil no ciclo do comemoracionismo cívico português.

CAPÍTULO II

O Brasil e as festas cívicas portuguesas

Como vimos, as comemorações cívicas podem ser compreendidas como “ritualizações da história”⁸⁴ ou seja, como ritos que têm por objetivo consagrar determinados acontecimentos e fixá-los na memória social. No entanto, a lógica principal que engendra este tipo de cerimônias consiste em dar forma a “um culto encenado”⁸⁵ e dirigido aos “grandes homens” / “grandes acontecimentos” do passado. Mas, vale ressaltar que este *modus operandi* litúrgico transcende a exaltação do passado em si mesmo, uma vez que pretende encontrar uma conexão com o presente que o invoca como forma de projetar a sua glória⁸⁶.

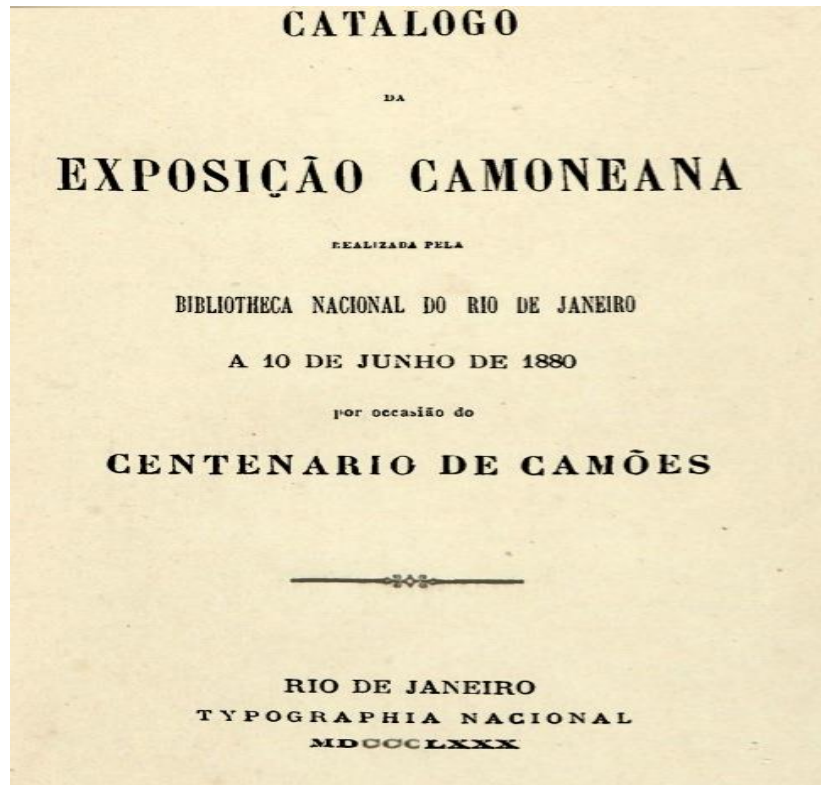
Como comprovaremos ao longo deste capítulo, esta mesma lógica marcou as evocações ao Brasil nas comemorações cívicas portuguesas e vice-versa. Neste sentido, confirmaremos que a exaltação do passado comum aos dois países e o elogio recíproco do desenvolvimento da civilização de base luso-cristã nas duas pontas do Atlântico representavam, em realidade, um desejo de (re) aproximação diplomática e política, que se intensificou em determinadas conjunturas e cujo apogeu será atingido com a defesa de uma possível aliança entre Brasil e Portugal disposta a colaborar mutuamente em assuntos de interesse comuns.

⁸⁴ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 221.

⁸⁵ CONNERTON, Paul. *op. cit.*, 1993, p.51.

⁸⁶ De acordo com Paul Connerton, “[...] os ritos têm a capacidade de conferir valor e sentido à vida daqueles que o executam.” C.f. *Ibidem*, 1993, p. 53.

O tricentenário de morte de Camões no Brasil (1880)



Capa do Catálogo da Exposição Camoneana realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1880. S/ Autor. *Catalogo da Exposição Camoneana realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1880 por ocasião do centenário de Camões*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.

Como se sabe, a celebração do tricentenário de morte de Luis de Camões ganhou dimensões internacionais que não se restringiram apenas a Portugal e ao Brasil, pois o poeta,

Representa para os portugueses todas as forças da sua nacionalidade, e para a Europa moderna a mais elevada corrente intellectual da Renascença, o Centenário não podia ser senão uma festa universal, para a qual as academias e as praças, a erudição e o entusiasmo popular se harmonisassem em uma consciente admiração. E assim foi: de Portugal ao Brazil, de França, de Hong-Kong, a todas as ilhas dos Açores, chegou essa corrente electrica do entusiasmo pelo nome de Camões, aclamado unanimamente no dia 10 de junho de 1880 como

uma das mais altas expressões d'esta collectividade dos povos – a Humanidade⁸⁷.

Entretanto, podemos afirmar que tanto a iniciativa e o empenho da comunidade portuguesa do Brasil, como dos positivistas militantes brasileiros em celebrar os trezentos anos da morte de Camões do outro lado do Atlântico, foram um marco da retomada das relações luso-brasileiras que viviam um intenso clima de conflito desde a emancipação da ex-colônia em 1822. Em solo brasileiro destacaram-se os festejos protagonizados pelo RGPL do Rio de Janeiro⁸⁸, que conseguiram evitar o modelo nacionalista das comemorações portuguesas, conferindo à celebração.

A este respeito Teófilo Braga acrescentou:

O pensamento do Gabinete Portuguez de Leitura teve um grande alcance; a sua realização unificou dois povos separados por um obcecado empirismo político, e o assombro das festas do Centenário, durante quatro dias de emoções sublimes e nunca sentidas, fez mais na obra de concórdia do que cinquenta annos de boa diplomacia⁸⁹.

De fato, parece-nos tarefa impossível negar o que a realização deste terceiro centenário da morte de Camões no Brasil simbolizou para a (re) aproximação entre Brasil e Portugal. O que pode ser assinalado por dois fatos: o primeiro se refere ao canal de comunicação que foi aberto entre os positivistas republicanos portugueses e brasileiros⁹⁰ a partir da celebração deste evento nos moldes comtianos da filosofia

⁸⁷ BRAGA, Teophilo. *op. cit.*, 1880, p. 514.

⁸⁸ Convém saber que o prédio do RGPL do Rio de Janeiro erguido no ano de 1837 – grande ícone da arquitetura neomanuelina no Brasil, – já demarcava a vigência de uma mentalidade de práticas evocativas e historicistas que tinham como objetivo central a representação do grande momento apoteótico da história pátria portuguesa – os descobrimentos marítimos. Neste sentido, mesmo antes do centenário camoniano, a simbologia do prédio em questão já configurava uma espécie de culto à fase áurea das navegações portuguesas, o que se pode confirmar em sua estatuária e medalhões ornamentais que aludiam a personagens históricas como Luís de Camões, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. C.f. ANACLETO, Cláudia. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, São Paulo, Dezembro Editorial, 2004; TABORDA, Humberto Jorge Dias, *História do Real Gabinete Português do Rio de Janeiro*, Serviço de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940; MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. “Da ideologia à arquitetura, um projeto além-mar: os Gabinetes Portugueses de Leitura no Brasil” in *19&20*, Rio de Janeiro, volume 2, abril, 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/gabinete_portugues.htm>. Acessado em 24/03/2014.

⁸⁹ BRAGA, Teophilo, *op. cit.*, p. 517.

⁹⁰ Sobre a ampla análise das relações travadas entre positivistas, republicanos e modernistas portugueses e brasileiros no final do século XIX e principais do século XX, C.f. PAREDES, Marçal de Menezes.

positivista, e o segundo diz respeito ao êxito logrado na retomada das relações entre os dois países a partir da exaltação de um tronco histórico e cultural comum.

Ateremos-nos então ao primeiro destes pontos. Parece haver unanimidade entre os estudiosos do tricentenário de Camões no Brasil e em Portugal acerca do protagonismo exercido por Teófilo Braga na interlocução entre positivistas e republicanos luso-brasileiros. Deste modo, a concepção do filósofo português acerca da importância dos centenários⁹¹ para a definição da nacionalidade de um povo e o papel de relevância que atribuiu a Camões dentro da construção de uma nacionalidade portuguesa⁹² também foram pontos reiterados pelos mentores e dirigentes das comemorações camonianas no Brasil, sobretudo por aquelas realizadas no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro⁹³.

De fato, Miguel Lemos, um dos brasileiros que estava à frente da direção deste Gabinete, foi também o fundador da Igreja Positivista do Brasil (inaugurada a 15 de maio 1881, um ano após a celebração do tricentenário da morte do poeta), e o evento dedicado a Camões – idealizado por ele e demais positivistas brasileiros e portugueses – teria dado início aos cultos da religião da humanidade no Brasil⁹⁴. Por sua vez, Teixeira Mendes – outro dos “brasileiros ilustres” que tomaram a frente dos festejos camonianos na ex-colônia americana citados por Teófilo Braga – foi um grande representante da

Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910). Coimbra, 2007, Dissertação de Doutorado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁹¹ Segundo Teófilo Braga, os “(...) *Centenários* dos grandes homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o gênio que é a síntese do seu caráter nacional, aquele que melhor exprimiu essas tendências, ou o que mais serviu essa individualidade étnica”. C.f. BRAGA, Teófilo. *op. cit.*, 1884, p. 4.

⁹² De acordo com Teófilo Braga: “O Centenário de Camões devia ser a festa da nacionalidade portuguesa; toda a grandeza e sumptuosidade que se desenvolveu adquiriu uma significação mais profunda, não só em relação ao lugar que nos compete na história da civilização, como nos acidentes que envolverem o futuro da nossa nacionalidade”. C.f. *Ibidem*, 1884, pp. 6-7.

⁹³ Lembremos que esta instituição era então dirigida por positivistas “[...] brasileiros ilustres, como Teixeira Mendes e Miguel de Lemos”. BRAGA, Teófilo. *op. cit.*, 1880, p. 517.

⁹⁴ C.f. LEAL, Elisabete Costa, “O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 180: versões de história e militância positivista” in *História* [online]. 2006, volume 25, n.2, p. 72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 22/06/2013.

filosofia positivista no Brasil, tendo sido o autor do texto original do calendário republicano, de inspiração positivista, proposto ao governo provisório na infância da república brasileira ⁹⁵.

O grande envolvimento e participação cativa de figuras do positivismo brasileiro⁹⁶ nas comemorações camonianas do Brasil foi destacável ao ponto de Miguel Lemos ter sido um dos oradores principais na ocasião do tricentenário de Camões em Paris.

Vejamos:

Par délégation du seul pouvoir spirituel que j'accepte, j'ai assumé la charge de prononcer la glorification d'un organe de l'Humanité. Le successeur de Auguste Comte [Pierre Lafitte] a lui-même exposé au public, à la fin de la dernière leçon de se Cours de Morale, les motifs exceptionnels de cette délégation. Il est utile a-t-il- dit que la glorification du meilleur type portugais soit fait à Paris, et soit faite par un Brésilien: il y aura là une démonstration éclatante de l'universalité de la nouvelle religion qui glorifie les services des grands hommes de tout les pays, et qui parvient a étendre, chez les descendants coloniaux des populations européennes, les haine sorties de luttes de l'indépendance nationale, en y substituant un sentiment profond de la continuité historique. La glorification de Camões, du type le plus caractéristique qu'ait produit le Portugal, sera d'autant plus décisive, qu'elle émanera d'un Brésilien ⁹⁷.

A partir do discurso de Miguel Lemos, podemos identificar as similitudes que o Brasil e a França detinham na interpretação do positivismo comtiano em uma base mais ortodoxa que veio a legitimar a religião da humanidade naqueles dois países. A

⁹⁵ C.f. Ibdem, 2006, pp. 68-69.

⁹⁶ Dentre estes, citamos nomes como Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A parte, elencamos algumas referências bibliográficas sobre a história do positivismo no Brasil. C.f. LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1967; PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Grijaldo Ltda., 1974; TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1957; PAIXÃO, Jorge Carlos. *O Positivismo e a educação no Brasil*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo, 1998; PAIM, Antônio (org). *Plataforma política do Positivismo ilustrado: antologia*, Brasília, Editora da UNB/ Câmara dos Deputados, 1981.

⁹⁷ C.f. LEMOS, Miguel. *Luis de Camões por Miguel Lemos*, Paris, Au Siège Central du Positivisme, Versailles, Imp. de E. Aubert, 1880, p.3.

importância de Camões neste sentido era exaltada por suas contribuições para o progresso da humanidade, razão pela qual o próprio Auguste Comte o havia colocado entre os grandes homens comparáveis a uma espécie de santos laicos dignos de culto universal. Por isso, o nome do grande poeta português foi incluído no Calendário Positivista proposto por Auguste Comte, correspondendo ao dia dezessésis do oitavo mês do ano intitulado mês de Dante, dedicado ao culto dos grandes homens da Europa Moderna:

CALENDARIO POSITIVISTA PARA UN AÑO CUALQUIERA
o
CUADRO CONCRETO DE LA PREPARACION HUMANA

(Cuadro D-II)

| | | Sexto mes SAN PABLO El Catolicismo | Séptimo mes CARLO MAGNO La civilización feudal | Octavo mes DANTE La Europa Moderna | Noveno mes GUTTEMBERG La industria modernan | Décimo mes SHAKESPEARE El Drama moderno |
|-----------|----|--|--|--|---|---|
| Lunes | 1 | San Lucas | Teodorico el Grande | Los Juglares | Marco Polo | Lope de Vega |
| Martes | 2 | San Cipriano | Pelagio | Bocacio | Jacques Cœur | Moreto |
| Miércoles | 3 | San Anastasio | Otón el Grande | Rabelais | Gama | Rojas |
| Jueves | 4 | San Jerónimo | San Enrique | Cervantes | Néper | Otway |
| Viernes | 5 | San Ambrosio | Villiers | La Fontaine | La Caille | Lessing |
| Sábado | 6 | Santa Mónica | Don Juan de Lepanto | Foë | Cook | Goethe |
| Domingo | 7 | SAN AGUSTIN | ALFREDO | ARIOSTO | COLOMB | CALDERON |
| Lunes | 8 | Constantino | Carlos Martel | Leonardo de Vinci | Bencenuto Cellini | Tirso |
| Martes | 9 | Teodosio | El Cid | Miguel Angel | Amontons | Vondel |
| Miércoles | 10 | San Crisóstomo | Ricardo | Holbein | Harrison | Racine |
| Jueves | 11 | Santa Pulqueria | Juana de Arco | Poussin | Dollond | Voltaire |
| Viernes | 12 | Santa Genoveva | Alburquerque | Velázquez | Arkwright | Metastase |
| Sábado | 13 | San Gregorio el Grande | Bayard | Téniers | Conté | Schiller |
| Domingo | 14 | HILDEBRANDO | GODOFREDO | RAFAEL | VAUCANSON | CORNELLE |
| Lunes | 15 | San Benito | San León el Grande | Froissart | Stevin | Alarcón |
| Martes | 16 | San Bonifacio | Herbert | Camoens | Mariotte | Mme de Motleville |
| Miércoles | 17 | San Isidoro | Pedro el Ermitaño | Los Noveli. españoles | Papin | Mme de Savigné |
| Jueves | 18 | San Anselmo | Suger | Chateaubriand | Black | Lesage |
| Viernes | 19 | Eloisa | Alejandro III | Walter Scott | Jouffroy | Mme de Staal |
| Sábado | 20 | San Benezet | San Francisco de Asís | Manzoni | Dalton | Fielding |
| Domingo | 21 | SAN BERNARDO | INOCENCIO III | TASO | WATT | MOLIERE |
| Lunes | 22 | San Francisco Javier | Santa Clotilde | Petrarca | Bernard Palissy | Pergolèse |
| Martes | 23 | San Carlos Borromeo | Santa Matilde | Tomás Kempis | Guglielmini | Sachini |
| Miércoles | 24 | Santa Teresa | San Etienne | Mme de Lafayette | Duhamel | Gluck |
| Jueves | 25 | San Vicente Paul | Santa Isabel de Hungría | Fenelon | Saussure | Beethoven |
| Viernes | 26 | Claudio Fleury | Blanca de Castilla | Klopstock | Coulomb | Rossini |
| Sábado | 27 | G. Fox | San Fernando III | Byron | Carnot | Bellini |
| Domingo | 28 | BOSSUET | SAN LUIS | MILTON | MONTGOLFIER | MOZART |

Calendário Positivista proposto por Comte. COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista o Exposicion Resumida de la Religion Universal*, Editora Nacional, Madrid, 1982, p. 269.

Não obstante, em sua fala, Miguel Lemos frisa o aspecto da substituição do sentimento de ódio das lutas de independência dos povos euro-descendentes pela defesa de uma continuidade histórica. Este ponto do discurso nos parece sintomático para compreendermos a visão que os positivistas brasileiros passam a construir de Portugal enquanto agente histórico que “descobriu” o Brasil para o mundo civilizado, colocando-

o nos trilhos do progresso. Sob sua lógica historicista, filiavam a antiga colônia americana nas qualidades do gênio nacional português, sintetizadas na figura de Camões⁹⁸, e exaltavam a relevância do elemento lusitano na formação da nacionalidade brasileira⁹⁹.

Esta nova visão da velha metrópole possibilitou o aprofundamento do diálogo entre intelectuais brasileiros e portugueses que vinha se consolidando desde a década de 1870¹⁰⁰. A partir de então, novos canais foram abertos para o debate acerca dos cânones

⁹⁸ Se no Brasil do final do século XIX, o positivismo abria espaço para a construção de uma nova visão de Portugal, também aí criava-se uma nova visão do Brasil devido ao avanço do positivismo naquele país e a celebração do tricentenário de Camões. Veja-se: “[...] esse povo irmão pelo sangue e pela língua, essa nação americana que atravessa uma crise idêntica àquela que nós atravessamos, sentiu-se igualmente abalada e comovida ao pronunciar-se o nome de Camões e não se esqueceu de prestar ao grande épico as devidas homenagens”. BASTOS, Teixeira. “Bibliographia Camoneana” in *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*, prop. Antônio Furtado; dir. Teophilo Braga e Teixeira Bastos, Lisboa, 1880-1881, p. 93. Acerca do avanço da filosofia positiva no Brasil, C.f. MATTOS, Julio de. “Popularização da Filosofia Positiva no Brasil” in *O Positivismo: Revista de Philosophia...op. cit.*, 1880, volume 2, pp. 250-252.

⁹⁹ Acerca desta identificação entre os positivistas brasileiros e portugueses sob o signo de Camões, atente-se na opinião de Teófilo Braga: “A Philodopia Positiva penetrou também no Brasil, e a geração que se dissolvia em um eretismo poético-metaphysico, fortalece-se com a educação científica, e pelo critério sociologico abandona esta vaga hostilidade que uma politica dynastica de egoísmo assentou entre Portuguezes e Brasileiros. Sômos filhos da mesma tradição histórica, falamos a mesma língua, e exercemos uma acção mutua que precisa ser conhecida e dirigida. Foram os Positivistas brasileiros que restabeleceram estas condições naturaes da reciprocidade dos dois povos, e a festa do Centenario de Camoes tinha de ser lucidamente aproveitada para dar ás emoções da collectividade a coherencia de uma evidente noção racional”. BRAGA, Tophilo. “O centenário de Camões no Brasil” in *Ibidem*, 1880, p.512.

¹⁰⁰ Um importante exemplo destes novos espaços de diálogos entre intelectuais brasileiros e portugueses ao longo da década de 1870 foi o Jornal *O Panorama*, que contou com a imensa colaboração dos escritores portugueses Alexandre Herculano (que viria a assumir a direção do Jornal) e Francisco Adolfo de Varnhagen (diretor suplente desde maio de 1837) entre outros. Neste sentido, vejamos a visão do Brasil que era disseminada pelo órgão em questão: “Ainda que hoje este vasto Império, separado de Portugal, forme por si uma nação, independente, por todos os títulos, não deixam contudo os brasileiros de ser irmãos dos portugueses. Por que uma grande família não pode viver reunida, segue se porventura daí que os membros de que Ella se compunha, sejam entre si estranhos? Se um filho chegando à virilidade, saiu de sob a tutela materna, deverá sua mãe amaldiçoá-lo por isso? Neste caso está o Brasil: a sua idade viril tinha chegado. Mais rico do que Portugal; com uma civilização sempre progressiva; produzindo gênios e homens extraordinários, era absurdo ou antes impossível, que os seus habitantes deixassem de conhecer que Portugal não tinha jus a tracta-los como colonos. A consciência desta verdade causou a revolução do Brasil, e esta revolução era justa. Nós tentamos a sorte das armas, porque o orgulho nacional fora offendido; mas a sorte das armas nos foi contraria, e a independência do Brasil foi reconhecida. Esses acontecimentos pertencem já à história; os ódios recíprocos estão já extinctos, e os dois povos, ligados por laços de sangue, fallando a mesma língua, seguindo a mesma fé, habituados a usos e costumes mui semelhantes, nada mais devem ser do que aliados fieis, e amigos sinceros. A razão, a política, e até a religião aconselham estes sentimentos a ambas as nações. [...] Nós pela nossa parte trabalharemos nisto com animo sincero de ser uteis aos nossos compatriotas; e as pessoas illustradas do Império brasileiro receberemos quaesquer notas, ou rectificações, que tiverem a bondade de nos communicar, sobre o que escrevermos ácerca do seu paiz”. C.f. PEDRA, A. Vianna; MASSA, João Baptista. *et. al. O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis*, (Lisboa), volume 1, (maio-dezembro), 1837, p. 279. Os correspondentes do Jornal

literários, da filosofia e aplicação do positivismo nos estudos humanísticos e, especialmente, sobre a implementação da república enquanto modelo político idealizado pelos pressupostos positivistas para o governo das nações em pleno progresso.

Em Portugal, um dos espaços dedicados aos debates desta natureza – a *Revista de Estudos Livres* - foi fundado por Teófilo Braga em 1883, e no Brasil, por sua vez, destacamos a *Revista Brasileira* e a *Gazeta de Notícias* que tinha uma coluna chamada “Centro Positivista”, onde temas de interesses da filosofia e cultura positiva eram introduzidos e discutidos por seus adeptos das duas pontas do Atlântico. Naturalmente, o debate de opiniões não significava a plena convergência, como se comprova pela posição de literatos brasileiros como Silvio Romero, que buscou demarcar uma identidade nacional genuinamente brasileira, o que, na opinião deste autor, implicava a diferenciação com a ex-metrópole ¹⁰¹.

O caráter nacionalista da obra de Silvio Romero em muito se aproximou da obra de Teófilo Braga no aspecto em que esta defendia as especificidades culturais do povo português do restante do mundo ibérico. Entretanto, o autor sergipano chegou a travar uma intensa polêmica com o filósofo português por questões de direitos autorais. Explicamos. Em 1883, foi publicada em Portugal uma obra de Sílvio Romero – *Cantos e Contos do povo brasileiro* – para a qual Braga havia sido convidado a escrever o prefácio. No entanto, o autor brasileiro acusou o português de haver alterado o conteúdo de seu texto e creditado algumas ideias nele apresentadas como sendo suas ¹⁰². Não

O Panorama no Brasil eram cinco: João Maria Martelli Junior na Bahia, João Gualberto da Costa no Maranhão, Francisco Gaudencio da Costa no Pará, Francisco Severiano Rebelo em Pernambuco e L. A. P. de Sousa no Rio de Janeiro. C. f. PEDRA, A. Vianna; MASSA, João Baptista. *et. al. op. cit.*, p.2.

¹⁰¹ Silvio Romero buscava fundamentar em sua obra um elemento nacional genuinamente brasileiro, e neste sentido, procurou destacar-se culturalmente de Portugal. Em 1883, Teixeira Bastos publicou uma síntese da história literária do Brasil da autoria de Silvio Romero na *Revista de Estudos Livres*. C.f. BASTOS, Teixeira. “Introdução à História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero e últimos Harpejos do Sr. Silvio Romero” in *Revista de Estudos Livres*, volume 1, 1883.

¹⁰² C.f. ROMERO, Sílvio, *Uma Esperteza. Os Cantos e Contos Populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Protesto*, Rio de Janeiro: Tipografia da Escola, de Serafim José Alves, 1887, p.11-12. Sobre o mesmo tema ainda, C.f. MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000; PAREDES, Marçal de Menezes, “Uma polêmica luso-brasileira” in *A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga*, *Revista de Estudos Ibero-Americanos* - nº 2, pp. 105-109, PUCRS, Edição Especial, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1352/107> Acessado em 22/06/2012.

obstante, os dois autores apresentavam pontos de vista bastante distintos sobre a questão da fundação da nacionalidade brasileira ¹⁰³.

Polêmicas à parte, estes novos canais de comunicação entre intelectuais brasileiros e portugueses, que foram abertos a partir da celebração do tricentenário camoniano celebrado no Brasil, estavam harmonizados sob um ponto principal de identificação entre os republicanos convertidos ao positivismo (ou vice-versa) tanto do Brasil como de Portugal, opção que albergava a certeza de que “o regime monárquico, tanto na sua expressão absolutista como na sua versão constitucional, era um produto sociológico definitivamente superado na marcha da civilização humana” ¹⁰⁴.

Contudo, o positivismo encontraria interpretações distintas em ambos os países, tendo uma parte influente dos positivistas brasileiros (liderada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes) se orientado por uma linha mais ortodoxa que viria a desenvolver o humanitarismo religioso a partir do qual se reivindicava a participação dos adeptos do Apostolado e da Igreja Positivista do Brasil na vida política do país. Com efeito, a corrente ortodoxa brasileira dinamizou a sua militância positivista junto à sociedade no sentido de dirigir apelos de ordem cívica e patriótica mediante a celebração de festas públicas dedicadas aos grandes homens da “raça” humana e com a proposição de um novo calendário positivista em substituição ao calendário gregoriano com o advento da República no país ¹⁰⁵.

¹⁰³ Silvio Romero tentou explicar a essência da fundação da nacionalidade brasileira através da tipificação do elemento “mestiço”, genuinamente brasileiro, em detrimento da noção de “moçárabe” elaborada por Teófilo Braga para designar a formação da identidade nacional portuguesa. C.f. PAREDES, Marçal de Menezes. *op. cit.*, 2007, pp. 322-359. Na ótica de Silvio Romero, a “origem” da nação brasileira não estava vinculada exclusivamente a perpetuação da tradição portuguesa - como defendia Teófilo Braga - e ao contestar este argumento, acabou por alimentar uma desavença com o filósofo português. Revidando as teorias de Silvio Romero, escreveu certa vez Teófilo Braga a um discípulo seu no Brasil, “quem relancear os dois volumes da História da poesia portuguesa, compreenderá os meus objetivos, quando ativara a impressão dos cantos populares do Algarve, da Madeira, da Galiza, do Brasil, a fim de *integrar as desmembradas tradições lusitanas*. O Silvio anda muito longe de perceber isto. Deixo-o onde está, evitando contatos desabonadores”. C.f. PACHECO, Fran. “Carta de Teófilo Braga a Fran Paxeco, (Lisboa, 27/11/1905)” in *Cartas de Teófilo (com um definitivo trecho autobiográfico do Mestre e duas Confissões de Camilo)*, Lisboa, Portugal, 1924, pp. 64-67.

¹⁰⁴ HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; *et. al. op. cit.*, 2007, p. 8.

¹⁰⁵ O calendário adotado em 1890 pela jovem República brasileira foi de inspiração positivista, mas não coincidia com o calendário adotado internamente pela Igreja Positivista do Brasil. Deste modo, podemos observar no calendário republicano a isenção de feriados religiosos e a conservação do feriado de finados que além de já estar arraigado na cultura popular brasileira estava de certa forma em sintonia com os

Ademais, os positivistas ortodoxos do Brasil acreditavam que a sua ação política deveria assentar no argumento da doutrina sobre a superação do estágio metafísico (e monárquico) pela república, salto histórico que traria consigo uma reformulação cultural que seria capaz de romper com o passado caótico. No entanto, a militância da corrente positivista ortodoxa esteve restrita aos primeiros anos do governo provisório republicano ¹⁰⁶, o que nos leva a concluir sobre as limitações de sua influência e intervenção social na vida pública brasileira. Além disso, deve salientar-se que a mensagem dos positivistas ortodoxos estava, sobretudo direcionada às camadas mais intelectualizadas da população, o que acabava por excluir mais da metade da população nacional no contexto da Primeira República e por suprimir a sua representatividade política junto à vontade popular e aos quadros do próprio governo republicano.

Em Portugal, por sua vez, a religião da humanidade comtiana não foi compreendida em termos ortodoxos, tendo havido uma distinção entre um “Comte saudável” ¹⁰⁷, que seria o Comte do *Curso de Filosofia Positiva*, e o “Comte mentalmente desequilibrado” ¹⁰⁸, que seria o Comte do *Sistema de Política Positiva* ou do *Catecismo Positivista* ¹⁰⁹.

preceitos positivistas de culto aos mortos. Quando a imprensa internacional divulgou a notícia de que o Brasil havia adotado o calendário positivista idealizado por Augusto Comte, o então Ministro da Fazenda Rui Barbosa não demorou em desmentir a informação o que descredibilizou a ação do positivismo ortodoxo no país. Acerca deste calendário positivista adotado pela Igreja Positivista do Brasil e proposto ao novo governo republicano, C.f. LEAL, Elisabete da Costa, *op. cit.*, 2006.

¹⁰⁶ É importante ressaltar que os positivistas brasileiros marcaram sua influência na vida política do país durante os anos do governo provisório instaurado após a Revolução Republicana de 1889, onde encontravam alguns discípulos e representantes do positivismo no poder como Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro, tendo este último sido a conexão mais importante entre a IPB e o governo. Mas, não tardou para que Demétrio Ribeiro logo deixasse o governo provisório e rompesse em seguida com a IPB. Sobre o tema, C.f. *Ibidem*, p. 69, 2006.

¹⁰⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; *et. al. op. cit.*, 2007, p. 9.

¹⁰⁸ *Ibidem* 2007, p.9.

¹⁰⁹ Ainda sobre a escola comtiana seguida em Portugal que prescindiu às formulações acerca da religião da humanidade preconizadas por Comte, veja-se o que já em 1977 Fernando Catroga escrevia: “Radica nesta diferença o destino da obra de Comte. Como se sabe, logo após a sua morte, os discípulos dividiam-se em duas escolas diferentes. Uma, a de LAFFITTE, aceitou-a como um todo e procurou fazer reviver o positivismo religioso; a outra, chefiada por LITTRÉ, ateu-se ao essencial do *Cours* e relegou para o campo da degenerescência mental as outras obras do mestre. Aqui interessa-nos particularmente este último movimento, na medida em que foi através dele que o comtismo penetrou no nosso país. Que espécie de leitura fez esta escola dos textos de Comte? Em síntese, pode dizer-se que tomaram uma atitude heterodoxa e menos reaccionária face a alguns dos princípios mais controversos do ideário comteano. Assim, não punham em validade nem a validade da lei dos três estados, nem a teoria do

Seja como for, para Comte, o desenvolvimento da religião da humanidade através de uma liturgia sociolátrica deveria substituir as religiões cristãs nos países que já viviam o seu estágio *científico* de evolução. No Brasil, a compreensão desse momento esteve ligada à luta pela instauração da República, de modo que os baluartes do governo provisório instaurado após a Revolução Republicana no Brasil de 15 de novembro de 1889 ou eram oriundos da Igreja Positivista do Brasil - fundada a 11 de maio de 1881 - (como foi o caso de Teixeira Mendes, um dos criadores da IPB juntamente a Miguel Lemos), ou eram simpatizantes de sua doutrina (como foi o caso de Benjamin Constant, personalidade que, apesar de não ser membro cativo da IPB, foi cotado como um dos representantes dos interesses daquela instituição nos primeiros anos da República brasileira).

Em contrapartida, os intelectuais portugueses, mais heterodoxos do que boa parte dos seus interlocutores brasileiros, seguiam a linha de Émile Littré, e não tanto a leitura de Pierre Laffite, e compartilhavam a seguinte opinião com respeito à religião da humanidade elaborada por Comte:

(...) em lugar de se lançarem na estulta tentativa de implantarem em Portugal uma nova religião, como fizeram alguns positivistas brasileiros, procuraram antes compatibilizar os conteúdos do cristianismo primitivo, e ganhar a hegemonia espiritual, a qual, contra Comte, não deveria ser exercida por uma casta ou uma seita dogmatizada, mas, pelo contrário, e à boa maneira liberal, pela ação legitimadora e vigilante da opinião pública¹¹⁰.

As diferenças entre a ala ortodoxa brasileira e o positivismo português se realçavam especialmente no que tocava ao tema da sociolatria e à institucionalização de uma religião da humanidade estrita. Porém, Teófilo e os seus correligionários não deixavam de se apropriar da intenção religadora desta última, bem como de alguns dos

conhecimento positivista, nem o essencial da sua taxinomia e da sua sociologia. Rejeitavam a dimensão religiosa do positivismo e punham o acento tónico na ética altruística, quase maçônica, na Paidéia cientista que o comtismo, inegavelmente, transportava”. C.f. CATROGA, Fernando. “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social” in *Revista de História das Idéias*, volume 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1977, p. 20.

¹¹⁰ Ibidem, 1977, p. 73.

pressupostos teóricos e das práticas rituais (comemorações, calendarizações, símbolos, exposições, congressos) que colocavam ao serviço da religiosidade civil e cívica portuguesa.

Seja como for, um canal de comunicação ficou aberto entre os republicanos positivistas brasileiros e portugueses a partir da celebração do terceiro centenário da morte de Camões no Brasil, passo que muito contribuiu para que o ideal republicano se propagasse em ambos os países. Assim, quando a notícia da Revolução Republicana brasileira de 15 de novembro de 1889 chegou a Portugal ficava a certeza de que, tarde ou cedo, Portugal alcançaria esse estágio de progresso da marcha da humanidade, segundo versava a doutrina positivista comtiana.

Não por acaso, após a instauração da República no Brasil, a luta antimonárquica e a propaganda republicana se fortaleceram na imprensa portuguesa, ao passo que aumentava o teor de suas críticas contra aquilo que chamavam de “despotismo”. Também o *Ultimato* inglês, declarado a 11 de janeiro de 1890, contribuía para que a monarquia portuguesa fosse brutalmente atacada, como podemos conferir no periódico *Anathema* (1890):

Que nos resta para evitar novos ataques à nossa honra e à nossa propriedade material? Resta-nos substituir à intriga das facções a política patriótica; à vil especulação a moralidade. O inimigo não está só na Gran-Bretanha ou em n'outro qualquer paiz estrangeiro; também está em todo nosso território e o pior, o mais traçoeiro, o mais poderoso não é o estrangeiro; é o portuguez; é o conjunto dos nossos vícios; é elle que produziu syndicatos para o enriquecimento de poucos à custa da nação; que traçou attrahentes programas democráticos para depois serem escarnecidos ou despresados por aquelles mesmos que solemnemente juravam estar na realisação das suas doutrinas a salvação da pátria; que tem persistentemente violado a consciência dos eleitores, já perseguindo-a, já corrompendo-a; que tem convertido muitos diplomas de legislador em títulos com que se alcançam logares públicos ou se obtêm benesses; que tem propagado assombrosamente a calúnia, ao mesmo tempo em que tem pestiferamente fomentado a hypocrisia; que até profanou a própria caridade, convertendo-a em arma facciosa; que foi rebaixando tanto a dignidade cívica dos portuguezes, ou dementando numerosos homens de estado, que tornou em pensamento director de muitos delles, a sentença repugnantissima: “A única força política ainda existente em Portugal é o rei”. Nação onde taes factos se têm dado, - ou ressurgem para fundar a verdadeira democracia – a do saber e da virtude, - aquella em que a justiça não seja um nome vão, e em que os mais respeitados, os mais influentes, os mais queridos, sejam os que mais

utilmente, mas honradamente trabalham – ou morre na podridão dos seus vícios ¹¹¹.

Dentre as passagens analisadas sobre a notícia da instauração da República no Brasil na imprensa lusitana, nos chamou especial atenção as palavras de Bernardino Machado - nascido no Brasil¹¹² e ainda monárquico -, aquando da primeira visita de um representante do governo republicano brasileiro a Portugal, o Ministro plenipotenciário Joaquim Francisco Assis Brazil em 1897:

Como lhes disse, o novo representante do Brazil foi acolhido na capital com grandes manifestações de júbilo. A Lisboa seguiu-se o Porto; e, mais ainda do que sucedera aqui, onde os republicanos predominaram nos festejos, assenhoreando-se da sua direcção, as festas celebradas na segunda cidade do reino tornaram-se numa demonstração dos progressos das ideias republicanas. Já ninguém pôde suppor que a província ainda considere a palavra republica como um sinónimo de desordem e anarchia: por toda a parte o nome do presidente da republica brasileira foi saudado affectuosamente, quasi se diria anciosamente. E não há duvida que a presença entre nós do sympáthico ministro do Brazil, dessa antiga colônia que é um prolongamento de Portugal, serve de familiarizar cada vez mais o nosso paiz com as instituições ali implantadas ¹¹³.

A visita do ministro Assis Brazil a Portugal deixava claro o sentimento de fraternidade que recrudescia entre os republicanos luso-brasileiros. Muito embora o ministro tivesse sido recebido com certa hostilidade pelos representantes da coroa

¹¹¹ FREITAS, Rodrigues. “Regenera-te ou morrerás” in *Anathema* (número único), Coimbra, A. V. M., A.P.R., 1890, pp. 22-23.

¹¹² “Bernardino Luis Machado Guimarães nasceu no Rio de Janeiro em 28 de março de 1851, filho de António Luís Machado Guimarães e da sua segunda esposa D. Praxedes de Sousa Guimarães. Em 1860, a família regressa definitivamente a Portugal, fixando residência em Joane, concelho de Famalicão”. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=36> Acessado em: 24/03/2014.

¹¹³ MACHADO, Bernardino. “O governo do engrandecimento do poder real” in *Da Monarchia para a República (1883-1905)*, Coimbra, Typographia F. França Amado, 1905, pp. 161-162. É preciso esclarecer que, em 1897, quando da visita do ministro Assis Brazil a Portugal na qualidade de primeiro representante do Brasil a visitar a antiga metrópole após a instauração da República brasileira, Bernardino Machado ainda não era um republicano. Contudo, não se pode negar que a visita e a calorosa recepção popular do ministro brasileiro causou grande impacto sobre as convicções de Bernardino Machado e o sensibilizou no sentido das causas republicanas abraçadas por portugueses e brasileiros. Entretanto, em 1905, data em que Bernardino Machado publicou as memórias da visita do ministro Assis Brazil a Portugal citadas acima, ele já era um republicano convicto. C.f. Biografia de Bernardino Luis Machado Guimarães. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=36> Acessado em: 24/03/2014.

portuguesa¹¹⁴, é possível perceber, a partir da década de 1890, uma inversão nas relações entre Brasil e Portugal. Até então, Portugal via no Brasil uma espécie de filho que após atingir a maioridade teria se emancipado, todavia sem sacrificar os seus laços de nação monárquica regida por um imperador descendente da Casa de Bragança. Com o advento da república, o Brasil teria reforçado a sua autonomia política e, segundo os pressupostos evolutivos da humanidade assinalados por Comte, e se transformado numa nação que, ao alcançar o estágio científico com a sua nova forma de governo correspondente, caminhava, na ordem, rumo a um futuro comandado pelo ideal de progresso infinito e irreversível.

Contudo, vale salientar que, para os defensores da monarquia, a instauração da República na antiga colônia americana nem sempre foi compreendida como algo positivo, ou celebrável. Nesta perspectiva, podemos apontar algumas razões que teriam concorrido para um rompimento das relações entre Brasil e Portugal na última década do século XIX.

Da parte deste país, podemos assinalar a reprovação do exílio da família real de Bragança e Orléans decretado pelo governo republicano brasileiro em 1891. A posição do governo português diante deste fato não demorou em manifestar-se, de modo que na ocasião da Segunda Revolta da Armada (1893), a antiga metrópole mandou enviar a corveta *Mindelo* para a costa da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de auxiliar os marinheiros insurrectos que exigiam a deposição do Presidente Floriano Peixoto do poder e que, em alguns casos, defendiam a restauração da monarquia¹¹⁵.

No entanto, o que se destaca na concretização do tricentenário da morte de Camões no Brasil é o nascimento de um espírito solidário entre os republicanos positivistas brasileiros e portugueses que, após a implantação da república em 15 de

¹¹⁴ Bernardino Machado faz a seguinte descrição do banquete oferecido ao ministro Assis Brazil em Lisboa: “Notou-se precisamente que ninguém ousasse levantar um brinde ao membro do governo presente. Vê-se que o convite que lhe fôra dirigido, não passava do mero cumprimento duma formalidade de etiqueta, dado o caracter internacional do banquete, até porque nenhum dos outros ministros foi convidado, nem sequer o chefe do gabinete, que de certo folgaria com a feliz conjuntura de protestar a seu respeito, tão contestado às instituições vigentes do Brazil”. Para consultar mais a fundo o tema da visita do ministro Assis Machado, C.f. MACHADO, Bernardino. *op. cit.*, 1905, p. 150.

¹¹⁵ Trataremos este tema com maior profundidade no próximo capítulo onde discutiremos a celebração do centenário da abertura dos portos (1908).

novembro de 1889, veio transformar a imagem do Brasil nas relações com Portugal, fosse em termos positivos (a repercussão do advento da república na opinião dos republicanos e positivistas portugueses¹¹⁶) ou negativos (o repúdio da monarquia lusitana e de parte da comunidade portuguesa do Brasil dirigido às instituições republicanas deste país¹¹⁷) em se tratando de política.

Mas, como se sabe, o sentido das comemorações camonianas que uniu os dois países atlânticos nestes festejos foi aquele mais afim às ideias e expectativas compatíveis com as do republicanismo. Na ex-metópole, tal evento – idealizado pelo chamado “comitê de salvação” formado por Teófilo Braga e Ramalho Ortigão e que a muito custo conseguiu o apoio do governo português para a sua realização – buscava enfatizar a situação de crise que a sociedade portuguesa então vivia, contrastando-a com a fase áurea da história portuguesa versejada nos cantos de Camões. Assim, Teófilo

¹¹⁶ Chamou-nos atenção o comentário de António José de Almeida sobre a república brasileira na ocasião da morte do Imperador D. Pedro II, na qual ele critica o regime republicano brasileiro construtivamente pelo caráter pacífico de sua implementação: “(...) São assim as revoluções, mesmo aquellas que como a do Brazil peccam por tolerantes e benignas. As idéias para se alimentarem precisam de lágrimas e de sangue. E a derrota que os povos vão seguindo em demanda do porto ideal, sempre resplandecente esempre chimerico, só é praticável e bella quando cadáveres a juncam, quando os padrões que deixam assinalada a marcha da phalange que avança são montes de corpos inertes! E se a revolução do Brazil tão útil e lógica merece os applausos de toda a gente de senso é certo que esse velho, que há dias deixou de viver, se era credor de respeito de todos, pela sua posição de vencido, mais do que ninguém tinha direito às homenagens d’elles que se dizem defensores do princípio que representou”. ALMEIDA, José de. *Azagaia*, Coimbra: Typographia Operária, 2º fascículo, janeiro, 1892, p.1. Neste texto, José de Almeida declara seu respeito e homenagem ao falecido Imperador brasileiro D. Pedro II por ter se portado como um vencido da revolução republicana brasileira e não por sua posição de representante da monarquia brasileira. Ainda sobre a recepção da revolução republicana brasileira na imprensa portuguesa. C.f. COELHO, Latino, “República do Brasil” in *O Século*, (Lisboa), sábado, n.º 2.790, 9º ano, 16 de novembro, 1889, p. 1.

¹¹⁷ Na descrição do cenário político brasileiro de finais do século XIX, Tito Franco D’Almeida relatava a formação do partido restaurador constituído de portugueses e brasileiros defensores da restauração da monarquia no Brasil: “Surgira um partido restaurador, formado com emigrados portugueses e brasileiros adoptivos.” FRANCO, Tito. *Monarchia e monarchistas*, Pará, Typ. De Tavares Cardoso, 1895, p. 1. Em um de seus livros, José Augusto Corrêaerce o seguinte comentário acerca das constantes críticas a recém-instaurada república no Brasil: “Li e meditei no opúsculo de S. Boaventura, intitulado *A Revolução no Brazil*. E d’essa leitura e meditação resultou para mim a convicção de um dever a cumprir como cidadão brasileiro e como democrata – refutar as conclusões d’este trabalho que eu faço a justiça ao auctor de considerar uma fiel tradução de suas convicções pessoaes, mas que também não deixa de ser uma injusta e iffundada agressão à jovem República Brazielira, e que confirma evidentemente, já não direi a antipathia, mas sim o ódio de alguns membros da colônia portuguesa no Brasil, e especialmente de alguns dos membros mais abastados d’essa colônia, às instituições democráticas d’aquelle paiz”. CORRÊA, José Augusto. *A Revolução do Brazil eo o opúsculo de S. Boaventura*, Lisboa, Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1894, p. 5. Mesmo no Brasil eram lançadas obras que se mostravam completamente opositoras a instauração da república no país. C.f. CALDAS, Honorato. *A deshonra da Republica: artigos publicados e memórias inéditas do cárcere, sobre a Revolta da Esquadra e o governo do Marechal Floriano Peixoto*, Rio de Janeiro, Typ. Moraes, 1895.

Braga politizou a celebração do tricentenário camoniano, buscando inculcar, mesmo subliminarmente, um sentimento de esperança e de crença no grande destino da civilização portuguesa que só uma nova política poderia concretizar.

No Brasil, o mesmo evento também obteve suas apropriações políticas. De acordo com Teófilo Braga, o empenho e a participação do então Imperador brasileiro D. Pedro II nas diferentes formalidades que as festas camonianas assumiam no país se justificava pelo apoio que encontrava nas comunidades portuguesas defensoras da preservação da monarquia no Brasil e em Portugal¹¹⁸. Mas, devemos considerar que, ao apontar a presença do Imperador nestes festejos como uma bandeira da luta pela preservação da monarquia naquele país, Teófilo Braga reivindicava um fundo republicano para a celebração do evento, tanto em Portugal quanto no próprio Brasil. Não obstante, não se deve esquecer o perfil ilustrado¹¹⁹, liberal e mesmo de simpatizante moderado do republicanismo (sobretudo pelo final de seu reinado)¹²⁰ e do abolicionismo¹²¹ do então Imperador do Brasil, apresentado em biografias recentes de

¹¹⁸ De acordo com a opinião de Teófilo Braga a presença do Imperador Pedro II nos festejos tinha um objetivo, conseguir o apoio político da colônia portuguesa residente no Brasil. Veja-se: “O Imperador, que se tem apoiado no espírito conservador da colônia portuguesa, assistiu com sua família a esta festa, bem como todos os poderes do estado e o corpo diplomático.” BRAGA, Teophilo. *op. cit.*, 1880, p. 517.

¹¹⁹ O perfil de um administrador ilustrado não raro é encontrado nas biografias históricas sobre a figura de Dom Pedro II nas últimas décadas no Brasil. Veja-se: “Além de favorecer artistas e intelectuais, Dom Pedro II patrocinou pessoalmente muitas iniciativas educacionais, fundando ou colaborando para a fundação de escolas e instituições de pesquisas científicas”. OLIVIERI, Antônio Carlos. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Editora Callis, 1999, p. 23. É indiscutível o contributo do Imperador Dom Pedro II para a criação de uma política cultural destinada a educar os espíritos de seus súditos no Império brasileiro. Neste sentido, podemos destacar uma preocupação centrada no desenvolvimento das ciências e das letras no Brasil. Como exemplos deste projeto levado a cabo pelo Imperador Dom Pedro II, podemos destacar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo de seu reinado (1838), para além da fundação das primeiras universidades do país (a Universidade de Direito em Olinda fundada em 1827 e a Universidade de Direito de São Paulo também fundada no mesmo ano, bem como a promoção de uma reforma educacional (a exemplo da reforma das escolas de medicina efetivada em 1830) em harmonia com as novas teorias iluministas que se espalhavam pela Europa. Para consultar o tema da fundação do IHGB, da reforma das escolas de medicina e da fundação das primeiras universidades do Brasil. C.f. SCHWARCZ. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 126.

¹²⁰ Sobre a “simpatia” do Imperador com a república, vejamos: “[...] Sua posição, em relação ao regime republicano até o final do reinado foi de estranha simpatia. Talvez mais do que simpatia. Segundo Rebouças, ele teria dito a Antônio Prado: ‘Eu sou republicano. Todos o sabem. Se fosse egoísta, proclamava a república para ter as glórias de Washington’”. CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 129.

¹²¹ Acerca do posicionamento de Dom Pedro II frente à questão da escravatura o mesmo autor afirma: “[...] Homem culto e informado, Dom Pedro II repudiava o trabalho escravo e o considerava uma vergonha [...]”. OLIVIERI, Antônio Carlos. *Op. cit.*, 1999, p. 44. Ainda sobre Dom Pedro II e sua postura

historiadores brasileiros que desvinculam a figura do Dom Pedro II do despotismo e do abuso de poder legalmente encoberto pela vigência do poder moderador.

Na capital política do Brasil, D. Pedro II se fez presente nas cerimônias realizadas pelo RGPL situada na rua que a partir daquela data deixava de se chamar Rua da Lampadosa para chamar-se Rua Luis de Camões ¹²². Ficavam assim inauguradas as festividades do tricentenário do poeta do gênio lusitano em terras brasileiras.

A efervescência nas ruas da capital do país naquele dez de junho era algo fora do comum. Em várias repartições públicas havia sido decretado feriado e, desde cedo, as pessoas se aglomeravam pela antiga Rua da Lampadosa e arredores.

Dentre os presentes na cerimônia realizada no RGPL do Rio de Janeiro destacamos

Todas as corporações scientificas e litterarias desta côrte, instituições beneficentes e de caridade, o commercio, a imprensa, o parlamento, a municipalidade, o exercito, a marinha, etc. Entre as commissões de sociedades viam-se: a do Club Gymnastico Portuguez, com a sua banda de musica á frente; a do Lyceu Litterario Portuguez, composta de alumnos do mesmo Lyceu e que trazia em uma bandeja a corôa que á noite devia ser deposta junto ao busto do poeta no theatro D. Pedro II; a da Imperial Sociedade amante da Instrucção, representada pela directoria, que acompanhára algumas das orphams do respectivo Asylo; a da câmara municipal da côrte; representada por seu presidente e maioria dos seus membros, tendo á frente o seu procurador que carregava a bandeira da municipalidade; e do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, representado pelo seu presidente, visconde do Bom Retiro e outros membros; a do Lyceu de Artes e Offícios, representada por seu directore alguns dos professores; a da Faculdade de Medicina da côrte; a da Escôla Polytechnica; a da Sociedade Portugueza de Beneficencia e secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, representadas pelo sr. conde de Salvador de Matosinhos e outros sócios; a do Retiro Litterario Portuguez, etc. Entre os cavalheiros representantes das mais altas classes sociaes, via-se grande numero de senadores, deputados, o Sr. ministro do Imperio, o Sr. cônsul de Portugal acompanhado de sua exma. Senhora; officiaes

aboliconista, veja-se: “Em carta a Barral, de 23 de novembro de 1866, anunciou a partida para a guerra de 260 forros e acrescentou: ‘Tomara que já se possam libertar todos os escravos da nação, e providenciar a respeito da emancipação dos outros. Há de se lá chegar e grande será minha satisfação’”. CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.*, 2007, p. 132.

¹²²A Rua que se chamava Rua da Lampadosa também passou-se a chamar Rua Luís de Camões a 10 de junho de 1880. C.f. SANDMAN, Marcelo Corrêa. “As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil” in *Revista Letras*, nº 59, Curitiba, (UFPR), 2003, pp. 50-51.

superiores do exercito e marinha o ver. Cura da freguezia, representantes do Jornal do Commercio, Cruzeiro, Diario Official, Revista Ilustrada da Gazeta de Noticias, representada por seu redactor principal ¹²³.

Diante desta plateia, na noite de 10 de junho de 1880 os festejos do RGPL realizados no Teatro Dom Pedro foram inaugurados pelo discurso do deputado Joaquim Nabuco (um monarquista com ideias republicanas) no qual se notava a especial ênfase atribuída à identificação do Brasil com o Poema de Camões ¹²⁴. Em seguida, apresentou-se uma peça escrita por Machado de Assis, especialmente para aquela noite, intitulada *Tu, só tu, puro amor* e que relatava a história de amor entre Camões e Catherina de Ataíde. Depois da representação da peça, soou o *Hynno triumphal a Camões* composto pelo maestro brasileiro Carlos Gomes. Além das homenagens já citadas, o Gabinete ainda teria mandado imprimir, em Lisboa, uma edição especial comemorativa para a ocasião do tricentenário de Camões ¹²⁵.

A celebração do tricentenário camoniano no Brasil protagonizada pela cidade do Rio de Janeiro causou um grande impacto na produção literária em torno da obra camoniana e naturalmente na imprensa na antiga colônia.

¹²³ *A Provincia de São Paulo*, (São Paulo), terça-feira, nº 1589, 6º ano, 15 de junho, 1880, p.1.

¹²⁴ “Quanto ao Poema, deixai-me dizê-lo, ele nos pertence também um pouco. Quero esquecer a língua Portuguesa, que nos é comum, e a sucessão legítima que nos faz tão bons herdeiros, pondo de parte a tradição nacional, dos contemporâneos de Camões e do velho Portugal dos Lusíadas, como os Portugueses do século XIX, para tomar somente a obra de arte. Qual é a idéia dos Lusíadas, se eles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça Portuguesa? Mas o descobrimento do Brasil não será uma parte integrante desse conjunto histórico? As antigas possessões de Portugal na Índia reclamam o Poema com o seu título de nascimento e de batismo, porque ele é o roteiro dos navegantes que foram a..... ver os berços onde nasce o dia; só as terras do Ocidente, encontradas ao acaso nessa derrota matinal, não podem ter parte na obra que representa o impulso, que as encontrou perdidas no mar; e as entregou à civilização, porque nelas o claro Sol se esconde? Entretanto a Índia Portuguesa é uma pálida sombra do Império que Afonso d’Albuquerque fundou; ao passo que o Brasil e os Lusíadas são as duas maiores obras de Portugal. Quanto ao Poeta, que deve ter também, não vos parece?” Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000041.pdf>

Acessado em 20/07/2011.

¹²⁵ Sobre as comemorações do tricentenário camoniano celebradas no RGPL do Rio de Janeiro, C.f. BRAGA, Teophilo. *op. cit.*, 1880, pp. 516-518; MARTINS, A. A. de B. *Esboço histórico do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1901, pp. 50-51.

Neste sentido, destacamos:

textos, como a edição dos *Lusiadas*, feita em Lisboa pelo Gabinete do Rio, com prefácio de Ramalho Ortigão, recensão de Adolpho Coelho, retrato de Bordallo Pinheiro, a dos *Sonetos*, feita no Porto pelo Gabinete de Pernambuco, prefaciada por Souza Pinto; a das *Poesias Lyricas*, feita no Rio pela comissão brasileira do centenário, sob a direcção de Teixeira Mendes e Teixeira de Souza. A segunda ordem de publicações que se concentraram ao redor do centenário foram as homenagens da imprensa e da tribuna. Se nem todos os jornaes deram numero exclusivamente dedicado a Camões, como o fizeram, entre outros, a *Gazeta*, o *Jornal*, *Le Messenger du Brésil*, e o *Diário do Maranhão*, todos destinaram um artigo pelo menos a commemorar o dia. Sentimos não conhecer o nome de todos os oradores: os de que lembramos são Teixeira Mendes, Joaquim Nabuco e Basílio Machado. A terceira ordem foram os estudos críticos, em muito menos numero. Entre elles, se contam na critica historica ou litteraria, os livros de Affonso Celso Junior e Reinaldo Montóro; na critica bibliographica, uma importante *Memoria* de José do Castilho, dada á luz pela Biblioteca Nacional ¹²⁶.

De fato, a ocasião do tricentenário obteve imensa repercussão nas letras e na imprensa brasileira, o que veio a suscitar uma espécie de divulgação da obra camoneana de modo que

muita gente que ignorava Camões fez agora conhecimento com aquelle grande espírito; muita gente que o conhecia superficialmente aproveitou o ensejo para o conhecer melhor. Mesmo para o povo rude e anphabeto deve ter ferido alguma fibra o espetáculo grandioso; deve-lhe ter mostrado que há homens chamados poetas, e que os poetas, ainda trezentos annos depois de mortos, podem receber da posteridade o culto que lhes negaram os contemporâneos ¹²⁷.

Além das cerimónias que tiveram palco no RGPL do Rio de Janeiro, a Exposição Camoniana realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também foi uma iniciativa de grande relevância. Segundo Teófilo Braga, esta Exposição foi considerada a mais completa, devido ao seu diversificado acervo da obra do poeta e dos

¹²⁶ S/ Autor. *Almanak da Gazeta de Noticias para 1881 (contendo muitos artigos de interesse geral e uma parte litteraria recreativa)*, Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Noticias, 1880, pp. 149-150.

¹²⁷ *Ibidem*, 1880, p. 149.

temas relacionados com ele ¹²⁸. A movimentação na Biblioteca no dia em que se inaugurou a Exposição também foi grande. Segundo o jornal *A Provincia de São Paulo*, “A affluencia de pessoas gradas, que para alli concorreram para o mesmo fim foi extraordinária, continuando no dia seguinte” ¹²⁹. Ainda no Rio, se destacaram as festividades do Retiro Literário Português ¹³⁰ e do Teatro Ginasio ¹³¹.

A festa dos estudantes brasileiros e a regata realizada na baía de Botafogo dentro do quadro das programações dos festejos camonianos da cidade do Rio de Janeiro demonstravam o entusiasmo popular com relação às festividades, que se espalharam pela cidade e por todo o país. Os estudantes realizaram uma *Marche aux flambeaux*, no dia 12 de junho, que saiu do Teatro Municipal e percorreu as ruas do centro da cidade. O percurso foi animado pela banda dos Imperiais marinheiros, enquanto os estudantes aludiram aos caminhos do Oriente navegados pelo Poeta português, ostentando “balões chineses suspensos em varas, com flâmulas e galhardetes” ¹³².

A regata realizada na baía de Botafogo no dia 13 de junho reuniu centenas de participantes e milhares de pessoas. Os prêmios aos concursantes foram entregues pessoalmente pelo Imperador D. Pedro II: doze edições da edição especial dos *Lusíadas* editadas pelo RGPL e uma medalha de bronze cunhada pela mesma instituição. O povo parecia estar contagiado pelo luxuoso evento realizado pelo Clube de Regatas, as

¹²⁸ De acordo com Teófilo Braga, “A [exposição] Camoniana da biblioteca do Rio de Janeiro, depois das ultimas aquisições em Inglaterra, é a primeira e a mais completa das colleções conhecidas; com os empréstimos dos amadores, a Exposição organizada pelo sabio bibliotecario Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão tornou-se surprehendente. Ali se reuniram quatrocentas e oitenta producções diversas, edições, traducções, estudos criticos e trabalhos artisicos de primeira raridade”. BRAGA, Teophilo. *op.cit.*, 1880, p. 515. Para consultar todas as obras de autoria de Camões bem como as críticas literárias e iconografias disponibilizadas nesta Exposição realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, C.f. S/ Autor. *Catalogo da Exposição Camoneana realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1880 por ocasião do centenário de Camões*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.

¹²⁹ *A Provincia de São Paulo, op. cit.*, nº 1589, 6º ano, 1880, p.1.

¹³⁰ Sobre os festejos camonianos do Retiro literário português do Rio de Janeiro, C.f. BRAGA, Teophilo. *op.cit.* 1880, p. 519.

¹³¹ Sobre as festas neste Teatro: C.f. *A Provincia de São Paulo. op. cit.*, nº 1589, 6º ano, 1880, p.1.

¹³² BRAGA, Teophilo. *op.cit.*, 1880, p. 519.

sacadas das casas estavam todas decoradas, e os fogos de artifício completavam o tom festivo que ornava a baía durante aquele dia e noite de homenagens ¹³³.

Para além do Rio, merecem relevo as festas camonianas realizadas na cidade do Recife, sobre as quais o jornal pernambucano *O Democrata* relatou:

Iniciaram-se os festejos com a inauguração do retrato do poeta desventurado, distribuindo-se n'essa mesma noite o volume dos sonetos camonianos primorosamente impressos no Porto. O livro mereceu o mais affectuoso acolhimento por parte das pessoas que o assignaram. [...] Seguiu-se na noite immediata o espectáculo de gala no theatro Isabel. Representou-se o “Luiz de Camões” do Sr. Burgain. A salla regorgitou; a concurrencia foi satisfactoria. [...] Publicou-se também um jornal especial, edição única, intitulado *Pernambuco e Camões*, onde collaboraram os Srs. Drs. Aprigio Guimarães, Souza Pinto, Martins Junior, Pereira da Costa, Cunha Mello, V. Chaves Junior, Eduardo de Carvalho, Izaias de Almeida, Victoriano Palhares e Alfredo Falcão ¹³⁴.

A capital paulista também incorporou o espírito das celebrações camonianas, conforme o resumo do jornal *Correio Paulistano*:

O dia 10 de junho foi celebrado nesta capital do seguinte modo: As 5 horas da manhã a banda de musica do Club do Gymnastico Portuguez dirigio se ao edificio da Faculdade de Direito em cuja entrada achava-se reunido quasi todo o corpo acadêmico apezar da hora matinal. Trocaram-se discursos por parte dos acadêmicos, e dos membros do club percorrendo todos depois as ruas da capital. As 8 horas da noite achavam-se reunidas no salão do Club Gymnastico grande numero das principaes famílias da capital, muitas pessoas gradas, os srs. presidente da província, chefe de policia, vice-consul da nação portugueza, desembargadores, juizes de direito da capital, conselheiro Duarte de Azevedo, dr. Leite de Moraes, representante da Congregação da Faculdade, o sr. dr. Brazilio Machado representante da *Constituinte*, dr. Américo de Campos da *Provincia*, dr. Iglez Sousa da *Tribuna Liberal*, dr. Kohlman da *Germania*, dr. Alberto Bzanat do *Correio Paulistano*, Sr. Navarro de Andrade redactor do *Binoculo*, o acadêmico Sr. Leal do *Monithor Catholico*, dr. Rangel Pestana representando a *Loja America*, Visconde de Tres-Rios, Barão de S. Joaquim, e muitas outras pessoas e comissões. [...] Tomaram depois a palavra o 1º secretario do Club sr. Cunha Lobato que leu um belo trabalho sobre Camões, os srs. Plinio Guedes orador do Club, dr. Leite

¹³³ Sobre a realização da Regata na Baía de botafogo no dia 13 de junho, C.f. BRAGA, Teophilo. *op.cit.* 1880, pp. 519-520.

¹³⁴ *O Democrata: órgão do Club deste nome* (Pernambuco), nº 18, 1º ano, 19 de junho, 1880, p. 4.

Moraes, que falou em nome da Academia, dr. Brazilio Machado que em nome da imprensa diária pronunciou um esplendido e eloquentissimo discurso muitas vezes interrompido pelos applausos do auditório, e sendo ao terminar muito victoriado, Affonso Celso Junior, por parte da *Beneficente Mineira*, Roberto Tavares representando o *Commercio*, Assis Brazil o *Club Republicano Academico*, Silva Nunes o *Ensaio Juridico*, Leal Ferreira o *Monitor*. [...] Ao terminarem os discursos o Sr. conselheiro presidente da sessão pronunciou palavras de agradecimento aos oradores e as pessoas presentes, pedindo ao Sr. presidente da província para correr o reposteiro do gabinete de leitura que o club inaugurava para commemorar o centenário de Camões. [...] Hoje o Club Gymnastico, ainda em commemoração do centenário, abre os seus salões aos numerosos convidados para um grande baile de gala que se anuncia esplendido ¹³⁵.

O saldo das festas realizadas na cidade do Rio de Janeiro e em outros locais do país – especialmente em São Paulo e Pernambuco ¹³⁶ – deixava confirmado o lugar de relevância do elemento português e de seu grande gênio nacional – Camões – na sacralização da história pátria brasileira sob o viés ideológico da religião da humanidade.

De acordo com os positivistas brasileiros

Cumprimos, pois, um dever sociológico, e pagamos um tributo sincero ao cantor das descobertas dos portuguezes, fazendo em nome da humanidade a apotheose dele, que por seus trabalhos como patriota e poeta, tem tido influencia real e definitiva sobre os destinos da nossa espécie. O que nós fazemos por Camões, fê-lo já Florença por Miguel Angelo, Anvers pelo grande poeta Rubens, Haya, por Spinosa, e Paris, por Voltaire. Com justiça, nós brasileiros tomamos parte destas festas que não significam a prostração dos vivos em homenagem ao morto, mas sim a alegria na commemoração de sua gloria, de suas virtudes dignas de ser imitadas. A igreja mostra-se ridente e festiva quando celebra a beatificação de um santo. Os representantes das sciencias, das industrias, das letras e artes mostram-se por sua vez alegres e felizes celebrando a glorificação de um grande homem ¹³⁷.

¹³⁵ *Correio Paulistano*, (São Paulo), sábado, nº 7062, 28º ano, 12 de junho, 1880, p. 3.

¹³⁶ Ainda sobre as festividades do tricentenário camoniano em São Paulo e Pernambuco, que juntamente ao Rio de Janeiro foram as mais significativas do Brasil, C.f. BRAGA, Teophilo. *op.cit.* 1880, pp. 519-520.

¹³⁷ *A Provincia de São Paulo*, (São Paulo), domingo, nº 1588, 6º ano, 13 de junho, 1880, p.1.

A partir de então, estava iniciado o culto aos “grandes homens” / “grandes acontecimentos” portugueses em solo brasileiro, o que, por um lado, fomentou o reconhecimento da antiga colônia no interior do ciclo do comemoracionismo cívico lusitano, e, por outro lado, permitiu que o próprio Brasil fosse exaltado como obra-mestra do processo civilizador cantado por Camões.

O centenário da morte do Marquês de Pombal no Brasil (1882)



Ilustração do Marquês de Pombal pelo artista português G. Barradas. PINTO, A. de Souza. *O Marquez de Pombal: comemoração do primeiro centenário de sua morte pelo Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco*, Recife, Typographia Industrial, 1882, (contracapa).

A celebração do centenário do Marquês de Pombal, celebrado em 1882, veio dar continuidade ao culto dos grandes homens da humanidade, sob a orientação do positivismo comtiano, e foi pretexto para exaltar o avanço da ciência, da secularização e da modernização da nação lusitana, assim como do Brasil. Como sabemos Sebastião José de Carvalho e Melo que ficou reconhecido por sua ação reformadora como ministro do Rei D. José I, foi uma figura contraditória que sintetizou a recepção e adaptação dos princípios iluministas à realidade portuguesa. Tornou possível a

improvável convivência de elementos da tradição monárquica e de novos ventos modernizadores da política, filosofia e ciência que sopravam por toda Europa. Conhecido por sua intransigência e governo de mão de ferro, o Marquês também tem sido apontado por alguma historiografia luso-brasileira como uma figura negativa devido à sua tendência para governar mediante o emprego de princípios centralizadores e mesmo por ser um ditador sanguinário ¹³⁸.

Seja como for, não foi esta a visão predominante na celebração do seu primeiro centenário de morte em 1882. Isto porque, tanto no Brasil quanto em Portugal, a iniciativa foi dos republicanos (aqui e ali coadjuvados por monárquicos anticlericais e antijesuíticos), o que fez com que houvesse uma preocupação maior na republicanização da memória do ministro de D. José I. Deste modo, tentou-se ofuscar os “defeitos” da “personalidade” deste grande homem com a grandeza de sua obra, erguida num tempo em que Portugal estava dominado por uma monarquia subalternizada ao poder do clero e da nobreza que reivindicava pergaminhos mais antigos do que os da Casa de Bragança.

Em terras lusitanas, e no contexto da comemoração, vozes como as de Teófilo Braga e Manuel Emídio Garcia apresentavam a figura do Marquês como a origem do poder ministerial que viria a contrastar com o exercício de poder do próprio monarca. Neste sentido, dentre os traços mais destacados do seu governo, salientavam a secularização da sociedade a partir de medidas como a expulsão dos jesuítas e a emancipação dos indígenas dos domínios lusitanos, a reforma da educação e o incentivo ao fomento da ciência moderna, medidas que ajudaram a libertar Portugal do regime

¹³⁸ C.f. BEBIANO, Rui. “O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica” in *Revista de história das ideias - O Marques de Pombal e o seu tempo*, tomo 2, volume 4, 1982, pp.381- 428; ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995; FERRO, João Pedro. *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995; PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ICNM, 1983; CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982; MENDONÇA, Marco Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Companhia Editorial, 1960; MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira (1750-1808)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

“católico-feudal”¹³⁹ pela força do despotismo. Em síntese, os promotores da iniciativa apostaram no recalçamento da faceta de ditador do ministro, atenuando-as com o recurso ao peso do espírito de sua época. Vejamos:

No Marquez de Pombal vemos a forte ação exercida no seu meio social, como a expulsão dos Jesuítas, a secularização da instrução publica, a relação contra a absorção commercial da Inglaterra, a abolição da escravatura, o desenvolvimento das industrias e a criação da receita do estado sobre bases económicas do imposto indirecto, que tornam o seu nome o centro d’onde irradia toda a actividade de um século. N’este aspecto exterior, n’estas manifestações de auctoridade, nas relações da vida publica o nome do Marquez de Pombal merece ser glorificado; porém, se entramos nas circumstancias da sua personalidade, na consideração dos meios de que se serviu para realisar as grandes medidas, achamo-nos sem sympathia por elle, apparece-nos muitas vezes repugnante, criminoso e com uma certa monstruosidade moral. Esta face odiosa precisa ser encoberta pelo effeito das reformas fundamentaes que executou, libertando a sociedade portugueza do regimen catholico-feudal que nos atrophiaava representando nas duas classes, os Jesitas e a Aristocracia, que estavam instinctivamente colligadas entre si¹⁴⁰.

Não admira, assim, que tenham aproveitado a oportunidade para atacar as consequências nocivas da influência jesuítica e da aliança entre o Trono e o Altar na evolução histórica da sociedade portuguesa e que tenham enaltecido, sobretudo, a ação reformadora pombalina, na sequência da apropriação que, nos princípios de Oitocentos, tinha sido feita pelos monárquicos liberais mais progressistas. Daí que, enquanto seus defeitos eram desculpabilizados pela nefasta influência do meio em que governou (o positivismo sensibilizava os seus prosélitos para o papel das condições mesológicas na história), as virtudes elegiam-no como um dos grandes precursores do anticonservadorismo e da modernização da cultura e da política portuguesas, bem como dos seus domínios coloniais, tornando-o num dos principais artífices de uma modernização que, despida de enquadramentos monárquicos, absolutistas e clericais, caberia à futura República acelerar e consumir.

¹³⁹ BRAGA, Teophilo. “O centenário do Marquês de Pombal” in *O Positivismo, Revista de Philosophia*, volume 4, Porto, Liveraria Universal, 1882, p. 65.

¹⁴⁰ *Ibidem*, 1882, pp. 64-65.

No Brasil, a figura de Pombal foi evocada em nome dos efeitos positivos de sua ação modernizadora na colônia. Neste sentido, o jornal cearense *A Constituição* justificava deste modo a importância de se celebrar o centenário de morte do Marquês de Pombal em terras brasileiras:

Nós, brasileiros, temos também motivos para não sermos indiferentes às glórias do grande ministro. Pombal descendia, pelo lado materno, da índia da *tribu tabayara*, nossa compatriota, Maria do Espírito-Santo Arco Verde, de quem vinha ainda a ser, em linha recta, sexto neto. Ao sangue brasileiro, que ainda lhe corria muito fresco nas veias e com o qual ainda podemos muito bem enfileiral-o na famosa galeria dos nossos heróis, tem que acrescentar as sympathias do seu sábio governo para conosco ¹⁴¹.

De fato, a colônia de portugueses residentes no Brasil e os positivistas republicanos foram os responsáveis pela concretização do centenário do Marquês de Pombal, efeméride que obteve maior expressão na capital política do país. A comissão executiva da evocação contava com o nome de figuras que haviam promovido anteriormente o centenário de Camões ¹⁴². Contudo, nota-se que a dimensão destes festejos comemorativos foi mais reduzida se comparada com os de 1880.

Dos festejos pombalinos do Brasil, destacamos a iniciativa do Clube de Regatas Guanabareense do Rio de Janeiro, que teve lugar no Teatro Imperial Pedro II a oito de maio de 1882. Rui Barbosa, que naquela altura era deputado geral do Império, foi o

¹⁴¹ *A Constituição*, (Fortaleza), domingo, nº 36, 20º ano, 07 de maio, 1882, p. 1.

¹⁴² A Comissão Executiva do centenário do Marquês de Pombal na cidade do Rio de Janeiro esteve composta por Barão do Rio Bonito (presidente); Visconde de Sistello (vice-presidente); Comendador Frederico Gustavo de Oliveira Roxo (vice-presidente); Antônio Pollo (secretário); Capitão de fragata Luís Filippe de Saldanha da Gama (secretário); Comendador Antonio Thomaz Quartim (tesoureiro); Visconde de Arcozello (tesoureiro); Comendador Antônio José Ricões; Dr. Antonio Zeferino Candido (responsável pela edição); Antônio Joaquim Xavier de Farias; Antonio Pinto da Silva; Antônio José Marques de Abreu Junior; Alfredo Ignacio de Abreu Soares; Bernardo José de Andrade; Dr. Carlos Augusto de Miranda Jordão; Eduardo José de Almeida e Silva; Ernesto Werneck Teixeira de Castro; Eugênio José de Almeida e Silva; Francisco José Correia Quintella; Dr. Hermogenes Pereira da Silva; Comendador João Francisco Fróes da Cruz; João Luiz Tavares Guerra; Joaquim Henrique da Costa Reis; José de Miranda Monteiro de Barros; Dr. Thomás Alvez Junior; Dr. Ruy Barbosa (orador); Leopoldo Américo Miguez (diretor da parte musical). Os nomes dos integrantes da Comissão Executiva do primeiro centenário de morte do Marquês de Pombal no Rio de Janeiro, C.f. COELHO, Latino; MOREIRA, Henrique, *et. al.. O Marquez de Pombal: obra comemorativa pelo centenário de sua morte mandada publicar em Lisboa pelo Club de Regatas Guanabareense*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 2.

principal orador a render homenagens ao Marquês de Pombal e a identificar os impactos positivos de sua ação reformista na vida da nação brasileira.

O então deputado iniciou o seu discurso apresentando um panorama da vida social e política de Portugal no momento em que Dom José I nomeou Pombal como seu novo ministro ¹⁴³. Em seguida, apresentou a figura do Marquês como “precursor do século XIX” ¹⁴⁴ ressaltando os aspectos que considerava vanguardistas da reforma que promoveu, atribuindo-lhe louvores pelo desenvolvimento de um “espírito protetivo” ¹⁴⁵, que foi capaz de resguardar Portugal da sujeição em que se encontrava frente à Inglaterra e de garantir a recuperação econômica do reino português mediante uma política de monopólios e de “proibições” ¹⁴⁶. Parece-nos interessante que, muito longe de considerar as medidas do Marquês como um paradoxo diante dos princípios da doutrina liberal – sobremaneira naquilo que toca aos monopólios e às restrições de liberdade econômica imposta às colônias lusitanas –, o orador tenha comparado Pombal com outras figuras referenciais da teoria econômica do século XIX como Adam Smith, Turgot e Quesnay ¹⁴⁷.

Curiosamente, Rui Barbosa enxergou no Marquês do Pombal um vulto que antecedia o liberalismo econômico, apesar de admitir o caráter contraditório de sua personalidade política. Contudo, assim como Teófilo Braga e outros haviam compensado a consciência dos aspectos obscuros da administração de Sebastião José de Carvalho e Melo com a grandeza de sua ação reformista e modernizadora (onde se prezava sobremaneira a luta contra a aristocracia e o clero), também o fez Rui Barbosa na celebração do centenário do Marquês de Pombal no Brasil.

¹⁴³ C.f. BARBOSA, Rui. “Discurso pronunciado a 8 de maio de 1882 por parte do Club de Regatas Guanabarenses no Imperial Theatro Pedro II” in *Obras completas de Rui Barbosa: discursos e trabalhos parlamentares – centenário do Marquês de Pombal; O desenho e a arte industrial*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, volume 9, tomo 2, 1882, p. 198-199.

¹⁴⁴ Ibidem, 1882, p. 200.

¹⁴⁵ Ibidem, 1882, p. 201.

¹⁴⁶ Ibidem, 1882, p. 201.

¹⁴⁷ . Ibidem, 1882, p. 201.

Como é possível comprovar nas palavras do próprio Rui Barbosa, a sua justificação para a celebração do centenário pombalino não diferia em quase nada das razões apresentadas por Teófilo Braga em Portugal. Vejamos:

A filosofia anunciava, ontem apenas, esta época, em quase plena realidade já hoje: a do reconhecimento religioso do gênero humano para com os benfeitores da civilização. Eis o que confere o direito a esse imortal encher este recinto, e possuir agora aqui todas as almas. Na epopeia da sua campanha contra o jesuitismo, contra as desigualdades de casta, na enorme galeria das suas reformas sociais está a síntese do seu gênio, a expressão histórica do seu nome, a fórmula radiante da sua contribuição para o progresso¹⁴⁸.

Este fragmento do discurso pronunciado por Rui Barbosa nos leva a perceber a convergência de objetivos políticos nas comemorações pombalinas quer da parte brasileira quer da parte portuguesa. Podemos, portanto, pensar aqui em uma continuidade do diálogo entre intelectuais brasileiros e portugueses, como bem atesta a edição comemorativa de um livro sobre o Marquês de Pombal mandado imprimir, em Lisboa, por iniciativa do Clube de Regatas Guanabarenses e cujos colaboradores eram autores bastante conhecidos das fileiras republicanas tanto do Brasil como de Portugal¹⁴⁹.

Mas, vale salientar que as apropriações políticas da figura do Marquês de Pombal não se esgotaram no ponto de vista republicano das celebrações. O governo português via neste centenário uma oportunidade para atenuar a consciência da crise e da decadência que acompanhava a realidade do Império colonial e buscava renovar as esperanças e fomentar o patriotismo cívico a partir da evocação de uma política capaz de solucionar os mesmos problemas que já vinham do século XVIII, tais quais, o peso do jesuitismo, a sujeição econômica a Inglaterra e as dificuldades de manutenção e integração do império colonial.

¹⁴⁸ ¹⁴⁸. Ibidem, 1882, p. 206.

¹⁴⁹ Os colaboradores da obra referida foram José Maria Latino Coelho, Henrique Corrêa Moreira, Machado de Assis, Silvio Romero, Thomás Alves Junior, Conte Ângelo de Gubernatis, George Weber, Manuel Emidio Garcia, Oliviera Martins, Jullio Matos e Teophilo Braga. Cf. COELHO, José Maria Latino; MOREIRA, Henrique Corrêa; *et. al. op. cit.*, 1885, p. 3.

Ora, a mais-valia simbólica que, neste sentido, se intentou extrair do centenário pombalino foi a possibilidade de superar os desafios da ação integradora do governo metropolitano em todo o território colonial, assim como a defesa dos interesses comerciais frente a outras potências imperialistas a exemplo da Inglaterra. Grosso modo, este deveria ser o realce das festas pombalinas sob a ótica monarquista. Daí que o Marquês fosse enaltecido por ter sido o artífice da modernização do Estado português e o responsável pelo êxito econômico e político do Império lusitano. Este último aspecto de sua personalidade deveria prevalecer sobre a memória de outras medidas e ações particulares do governo pombalino, particularmente a expulsão dos jesuítas dos territórios subjulgados à Coroa ¹⁵⁰ e a sua defesa do fim da escravidão dos indígenas.

Seja como for, a despeito do embate das ideologias monárquicas e republicanas que moeram o centenário de Sebastião José de Carvalho e Melo, devemos perceber que a iniciativa brasileira em celebrar esta data da agenda cívica portuguesa acabava por aproximar, novamente, os dois países em causa entorno da exaltação de um passado comum. Deste ponto de vista, Pombal servia não só como grande gênio de sua nação, que teria contribuído para o progresso da civilização lusitana na Europa e nos trópicos, como também era uma prova histórica do êxito logrado pela obra colonial portuguesa. De fato, na medida em que o centenário pombalino realizado no Brasil celebrava, no ministro de D. José I, não só o responsável pela emancipação do cativo indígena, pela construção de espaços civis nas cidades amazonenses e pela libertação da ex-colônia da ação exploradora dos jesuítas, mas também o reformador da educação, o fomentador da ciência moderna e o representante da Ilustração que reformou e modernizou o país, a exaltação acabava por atestar as potencialidades civilizadoras da antiga metrópole.

Neste sentido, as palavras de Rui Barbosa proferidas a oito de maio de 1882 no evento realizado pelo Clube de Regatas Guanabareense são bastante reveladoras:

¹⁵⁰ A idéia negativa que se construiu sobre a administração pombalina e algumas de suas atitudes marcantes a exemplo da expulsão dos jesuítas do Império lusitano ganhou fôlego após a realização do Concílio I realizado em Roma entre 8 de dezembro de 1869 a 18 de dezembro de 1870. Os temas centrais debatidos ao longo do Concílio I foram: dogma (a infalibilidade do Papa), ordens eclesíásticas, a presença da Igreja no Oriente e as missões e questões político-eclesíásticas. Naturalmente, os objetivos fixados pela realização do Concílio I iam na contramão das medidas “laicas” levadas a cabo ao longo da administração pombalina, dentre as quais aquela mais radical – a expulsão dos jesuítas, veio a prejudicar os interesses da Igreja e despertá-la contra este tipo de atitude despótica e “modernizadora”. Acerca do Concílio I, C.f. *Catholic Encyclopedia*. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/15303a.htm> Acessado em: 12/12/2011.

De lá é que o vulto do marquês de Pombal se projeta sobre o século XIX, sobre a humanidade, sobre esta segunda pátria da língua e da alma portuguesa, para onde ele cogitara em transportar os penates da antiga glória lusitana, sobre a solenidade maravilhosa deste centenário, primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes, que, por cima dos séculos, através das lutas e reações obscurantistas, há de levar a tua imortalidade, ó prodigioso reformador, até onde chegar a história das duas nações que te coroam hoje aqui nesta fraternização sublime ¹⁵¹.

Embora a celebração do centenário pombalino não tenha granjeado a mesma dimensão mediática alcançada pelas festas do Rio de Janeiro em 1880, não se pode deixar de mencionar a importância que outras cidades como São Paulo e Recife dedicaram a esta data.

A cidade de São Paulo, por exemplo, organizou as homenagens ao Marquês com uma programação intensa, conforme as informações do jornal *Província de São Paulo*:

Deram-se no domingo as festas anunciadas. Pela madrugada, salvas foguetes e bandas de musica. Á tarde e á noite a passeata, composta de diversas corporações. A cidade iluminou-se nas ruas principaes. Foi brilhantíssima e muito concorrida a marche *aux flambeaux*, sendo prodigiosa a concorrência do povo por toda a parte. Os iniciadores dos festejos devem estar satisfeitos, pois não há duvida que viram seus esforços coroados. De nossa parte, mesmo por causa das festas, vemo-nos forçados a guardar para amanhã a minuciosa descrição do ocorreu. Para hontem á noite preparava-se com grande animação o grande saráu litterario e musical. Para hoje está marcado o baile de gala, no salão do Club Gymnastico ¹⁵².

Na capital pernambucana, as comemorações do centenário pombalino foram mais uma vez, iniciativa do Real Gabinete de Leitura Português do Recife.

Para além da programação organizada especialmente para a ocasião, a instituição portuguesa lançou um livro comemorativo em homenagem à figura do Marquês, uma espécie de estudo do perfil ilustrado do administrador e de suas obras a serviço da pátria portuguesa:

¹⁵¹ BARBOSA, Rui. *op. cit.*, 1882, p. 232.

¹⁵² *A Província de São Paulo*, (São Paulo), terça-feira, nº 2140, 8º ano, 09 de maio, 1882, p. 1.

O centenário do Marquez de Pombal, cujas festas presentemente se preparam, tem por sua vez elevadíssima significação nacional e humana. A vida desse famoso estadista foi provida de acções benéficas. Fino tacto administrativo; energia e tenacidade fora do comum; clara intelligencia da situação política da Europa sua contemporânea e, particularmente, das necessidades mais urgentes do meio onde a sua actividade exerceu; acrysolado patriotismo e exemplar probidade, eis os predicados eminentes do grande homem que por um momento conseguiu dominar os efeitos da lamentável decadência do seu paiz; eis a distinctíssima individualidade do ministro do rei D. José. A mais dos benefícios directos feitos á sua pátria, e dos quais se dará breve notícia no correr deste breve estudo, o Marquez de Pombal deve ser contemplado no numero de sagazes estadistas da era moderna, que, como excellentemente diz Beesly, pelo emprego de meios convenientes no seu tempo, souberam manter a unidade pollitica do occidente, unidade que hoje faculta o domínio espiritual da philosophia positiva e a substituição consequente do estado anarchico e agitado das sociedades modernas pelo estabelecimento definitivo de uma civilização industrial, esclarecida pela sciencia e embelezada pela arte ¹⁵³.

Para além das cerimônias comemorativas que tiveram palco nas principais cidades brasileiras do período (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife), no dia oito ou nove de maio de 1882, as primeiras páginas de alguns jornais importantes dedicaram artigos alusivos à obra do Marquês de Pombal, exaltando sua figura e justificando a sua merecida homenagem. Assim, *A Província de São Paulo*, por exemplo, publicou dois artigos, um do jornalista pernambucano Joaquim Saldanha Marinho e outro do próprio Teófilo Braga, com o objetivo de “honrar a memória de um dos maiores reformadores do século XVIII” ¹⁵⁴.

Parece-nos irrefutável que tanto o centenário camoniano quanto o pombalino tenham sido as comemorações cívicas da agenda portuguesa que obtiveram maior impacto em terras brasileiras nas últimas décadas do século XIX. Após a evocação destes dois grandes vultos da história pátria portuguesa, apenas o centenário do “descobrimento” do próprio Brasil (1900) voltaria a ser alvo de investimentos simbólicos concretos dirigidos a uma liturgia cívica comum à ex-colônia americana e à

¹⁵³ PINTO, A. de Souza. *O Marquez de Pombal: commemoração do primeiro centenário de sua morte pelo Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco*, Recife, Typographia Industrial, 1882, p. 32.

¹⁵⁴ *A Província de São Paulo. op. cit.*, 1882, ano 8, nº ?, p. 1.

antiga metrópole lusitana. No entanto, antes disso, o quinto centenário indiano (1897-1898) foi igualmente assinalado no Brasil, embora de modo muito pontual.

O quarto centenário da Índia e o Brasil (1897-1898)

Grosso modo, podemos dizer que a celebração do centenário da chegada dos portugueses à Índia não integrou um programa de comemorações oficiais apoiado pela iniciativa do governo republicano brasileiro e tampouco obteve grande repercussão entre os positivistas brasileiros que naquela altura estavam mais preocupados com a organização do IV centenário do “descobrimento” do Brasil a se realizar em 1900. Contudo, isto não significa que a passagem da efeméride não tenha encontrado seus ecos no Brasil, em particular na colônia portuguesa, em forte ascensão devido ao aumento do movimento migratório.

De fato, a colônia portuguesa radicada no Brasil, uma das maiores – senão a maior – colônias de portugueses no mundo aos finais do século XIX, tratou de divulgar e organizar a celebração daquele centenário, seguindo o ponto treze do plano das comemorações que foi apresentado em sessão solene na SGL, realizada a 28 de maio de 1889:

Para que a celebração nacional seja quanto possível extensiva a todo o território portuguez e associe e abranja todas as classes sociaes, poderão desde já constituir-se, por iniciativa dos cidadãos ou da comissão central executiva, em todas as localidades e em todas as colônias portuguezas residentes em paiz estrangeiro, comissões especiaes destinadas a auxiliar essa comissão e a promover e organizar a celebração nas respectivas áreas ¹⁵⁵.

No Brasil, a comunidade portuguesa do Pará apresentou um manifesto endereçado às colônias lusitanas residentes no estrangeiro, ressaltando a relevância da celebração do quarto centenário indiano pelo mundo como meio de representação e defesa dos interesses coloniais de Portugal. Com efeito, a ocasião é apresentada como um momento propício à reflexão do problema atual da preservação e prosperidade

¹⁵⁵ S/ Autor. *Annaes da Comissão Central Executiva apresentados pela Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa*, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895-1896, p. 38.

econômica das colônias portuguesas. Mas, sintomaticamente, em todos os exemplos referidos à administração oitocentista do Império, o Brasil é indicado como modelo.

Vejamos:

Mas a semente, lançada com vigorosa mestria, fructificara. Fizemos do Brasil um colosso e a India, se a Hollanda e a Inglaterra nos não depredassem em épocas tristes, seria actualmente um paiz pujantíssimo, falando a nossa língua e dando curso aos nossos hábitos. Nem tudo se perdeu, todavia. O monumento dos Jeronymos, posto em rima sonora n'Os Lusíadas, essas duas creações de um povo brioso, incarnado plenamente em dous homens, - um marinheiro e um poeta -, garantem-nos o viver autonomo do futuro ¹⁵⁶.

Além de ser visto como paradigma da administração colonial lusitana, o papel da ex-colônia americana, como grande polo de concentração da comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, também foi um fator que contribuiu para a reivindicação da celebração do quadricentenário indiano em território brasileiro:

O Brasil, em particular, pela voz das sociedades portuguezas, inspirada pelos ministros e pelos cônsules, constituindo-se comissões nas localidades principaes, muitíssimo pode e deve conseguir em favor de Portugal. (...) No Brasil onde se encontra reunida a maior porção de portuguezes, poderiam ampliar-se proficuamente as manifestações. E, para prova, alinhavaremos um esboço do quadro dos trabalhos realisaveis. Submettemo-lo ao exame da comissão central do Rio, que certamente lhes dará o devido andamento ¹⁵⁷.

Sob este ímpeto, a comissão do centenário indiano paraense traçou uma síntese de medidas que poderiam favorecer os interesses do Império lusitano junto do governo brasileiro, mediante a ação da comunidade portuguesa instalada no Brasil e que consistia: na aproximação das relações luso-brasileiras nos quesitos comerciais, industriais e mesmo intellectuais e literários ¹⁵⁸; no controle dos dados dos focos de imigrantes portugueses espalhados pelo Brasil para que houvesse uma ação

¹⁵⁶ S/ Autor. *Centenário Indiano: manifesto endereçado às colônias lusitanas residentes no estrangeiro pelas Associações Portuguezas estabelecidas no Pará*, Pará, Typ. e Papelaria de Alfredo Silva, 1897, p 9.

¹⁵⁷ C.f. *Ibidem*, 1897, p. 17.

¹⁵⁸ C.f. *Ibidem*, 1897, p. 18.

uniformizada da colônia de imigrantes lusitanos ¹⁵⁹; e na deliberação da atitude da colônia portuguesa frente às comemorações do quarto centenário da “descoberta” do Brasil em 1900 ¹⁶⁰. O esboço de tais medidas deixava claro que a antiga Terra de Vera Cruz deveria ser vista como um potencial aliado da política colonial portuguesa e que a ação da comunidade de emigrantes aí radicados era fundamental para a concretização desse objetivo.

Não estava equivocada a colônia portuguesa do Pará em pensar assim. Como veremos no último capítulo desta tese, a Índia será um tema que pautará o índice da agenda das relações luso-brasileiras até os finais da década de sessenta do século XX. Ora, neste momento, as disputas entre novas potências coloniais europeias pelos territórios da África e Índia e a subsequente pressão internacional pela descolonização e autonomia política dos territórios subjugados a Portugal, que recrudescerão em meados do século XX, colocavam a questão indiana no cerne das preocupações de Portugal. Neste sentido, era preciso persuadir constantemente o Brasil e garantir o seu apoio e reconhecimento do direito histórico de Portugal sobre o território indiano que há séculos colonizava.

Sob esta lógica, argumentava-se que:

Enquanto o Brasil evoluiu e se desenvolveu no sentido da sua transformação de Brasil luso-americano em Brasil contemporâneo e adquiria o direito à independência, os territórios portugueses da Índia evoluíam no sentido de uma completa lusitanização, e, por conseqüência, no da sua integração na unidade nacional ¹⁶¹.

Mas, indubitavelmente, a ação intermediadora da comunidade portuguesa no Brasil fez com que a ocasião do quarto centenário indiano fosse um momento oportuno para a introdução da questão indiana no Brasil.

¹⁵⁹ C. f. *Ibidem*, 1897, p. 19.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, p. 19.

¹⁶¹ Cf. PERDIGÃO, José de Azeredo. *A Índia portuguesa na comunidade luso-brasileira: conferência proferida no Instituto Vasco da Gama sob os auspícios da Delegação da Índia dos Amigos da Comunidade Luso-Brasileira*, Goa, Imprensa Nacional de Goa, 1960, p. 59.

Contudo, dentre as tímidas manifestações do quadricentenário indiano no Brasil promovidas fora da comunidade portuguesa, destacamos a sessão solene realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a 20 de maio de 1898, ocasião em que o sócio Theodoro Sampaio proferiu um discurso alusivo à importância da celebração. Vejamos:

À margem deste grande mar Atlântico, o Mar Tenebroso de outr'ora, cujos arcanos primeiro decifraram as armadas gloriosas da Lusitânia, nós, os Brasileiros, os descendentes dos heróicos marinheiros que ao longe passam triumphantes, não podemos ter ouvidos indifferentes aos ecos dessa symphonia de triumpho. Que a onda oceânica emmudecida e confidente deixe chegar até nós os sons festivos de além-mar com que o povo portuguez quer affirmar o seu renascimento, retemperando a fibra patriótica na commemoração dos seus feitos gloriosos. Tomemos meus senhores a nossa parte nessa festa de família que também é a nossa festa, porque foi no constante, atrevido lidar do lusitano contra o salso elemento que surgiu o Brazil, cuja historia nos seus primeiros lineamentos é a mesma gloriosa historia do descobrimento do caminho da Índia. (...) Devemos ter orgulho dessa procedência que se enfaixa em glorias e tão esplandentes glorias como só as podia cantar o gênio de Luiz de Camões. Povo que nasceu bofejado pelas victorias, ennobrecido pelos feitos insignes da mãe-patria não córa diante das nações, exulta glorioso por um passado que não morre. E tu não perecerás, oh heróica Lusitânia, como não perecem os povos de destinos gloriosos como o teu. E assim como o *pean* o canto alegre dos vencedores de Salamina, entoado séculos depois, (quando já não havia Grécia, fazia ainda estremecer entre obscuros descendentes a fibra patriótica e ao mundo inteiro recordava as glorias da pátria de Themistocles e de Aristides, assim os teus *Lusiadas* levarão ás gerações futuras a tua memoria para sempre veneranda; e então, por uma poderosa evocação como só aquelle divino poema pode ter, na imaginação dos povos, recordando os teus feitos e como enfeixando-os numa apothose, surgirá no horisonte do mar Tenebroso, já então illuminado pela tua gloria, a armada rutilante, transfigurada do nobre Gama aproando á immortalidade¹⁶².

Sob a luz do fragmento acima citado, podemos perceber a lógica que movia a defesa de membros de uma instituição histórica brasileira na celebração deste evento. Defendia-se a grandiosidade do “descobrimento” da Índia como se do próprio Brasil se tratasse, e exaltava-se a glória dos descobrimentos portugueses como o momento de seu surgimento no fluxo da História concebida a partir de um ponto de vista progressista,

¹⁶² SAMPAIO, Theodoro. “O caminho da Índia: discurso proferido pelo sócio Sr. Dr. Theodoro Sampaio como orador official do Instituto, na sessão Magna de 20 de maio de 1889” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume 3, 1898, pp. 234-236.

positivista e naturalmente, eurocêntrico. Mas, talvez devido à aproximação entre o quadricentenário indiano e os quinhentos anos do Brasil, o investimento naquela festa não foi considerado plausível devido à prioridade que este último requeria.

Para finalizar este subtópico, não podemos deixar de mencionar uma curiosidade da história do futebol brasileiro, contextualizada no período da celebração do centenário indiano: a fundação do Clube de Regatas Vasco da Gama. Inspirados pelas comemorações do quarto centenário da descoberta dos caminhos marítimos para a Índia, um grupo de jovens rapazes, formado preponderantemente por imigrantes portugueses, decidiu fundar uma associação destinada ao fomento da prática do remo, que era, pelos finais do século XIX, um dos esportes mais populares no Rio de Janeiro.

De fato, o associativismo esportivo dos imigrantes portugueses brasileiros era, antes que um simples grupo ou clube, um meio de preservar elementos característicos da colônia portuguesa em terras brasileiras ¹⁶³. A própria criação desta equipe na ocasião de uma relevante comemoração para a nacionalidade portuguesa era uma prova disto. Sendo assim, ao homenagear o quarto centenário indiano com a fundação de um Clube de Regatas no Rio de Janeiro, os imigrantes lusitanos mostravam-se plenamente orientados (e engajados) com os problemas suscitados pela questão colonial e pela questão da ocupação portuguesa no Oriente, constantemente ameaçada pela presença britânica aos finais do século XIX.

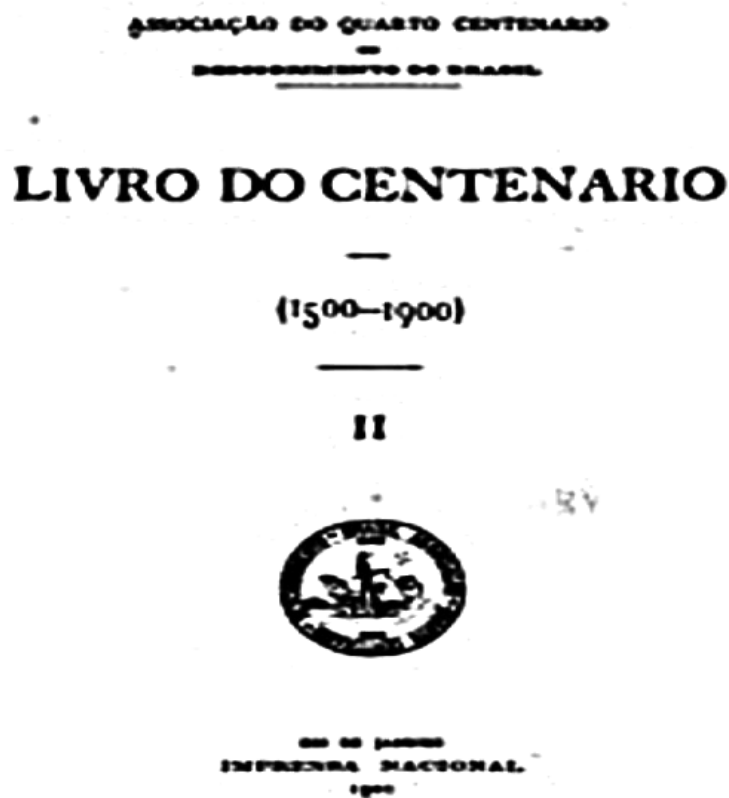
A fundação do Clube de Regatas Vasco da Gama foi em si mesma uma homenagem ao centenário indiano e não deixou de ser uma demonstração do alinhamento político dos emigrantes portugueses para com sua pátria. Em nosso entendimento, a fundação deste Clube também consistiu em uma forma de dar publicidade ao tema da Índia em terras brasileiras. Por estas razões, parecia ser mais justo para com a pátria portuguesa

¹⁶³ De acordo com Candido Fernandes Carvalho, os portugueses residentes no Rio de Janeiro não se sentiam identificados com os clubes de remo existentes na capital do Império pelos finais do século XIX. Veja-se: “Os nossos rapazes, portugueses do comércio, que tinham de levantar cedo, para dias inteiros de canseiras, esses rapazes procuravam as praias, para os banhos de mar, somente aos domingos. Os clubes a que pertenciam os jovens de nomes arrevesados, ou os estudantes das academias, iniciavam suas atividades muito tarde e aqueles que deviam de ser dos nossos começavam a labuta quase plea madrugada. Esses rapazes precisavam, portanto, de ter uma agremiação sua, de acordo com os seus hábitos, onde todos falassem a mesma língua, e onde todos sentissem as mesmas emoções; e surgiu a idéia, dentro de um dos clubes de ginástica da época, de se fundar um clube de remo [...]”. CARVALHO, Candido Fernandes. *Club de Regatas Vasco da Gama – Memória do Cinquentenário 1898-1948*, Rio de Janeiro, Club de Regatas Vasco da Gama, 1949, p. 135.

homenagear o quarto centenário indiano, em vez de esperar dois anos e homenagear o quarto centenário do “descobrimento” dos caminhos marítimos para o Brasil. Ora, naquele período, os territórios coloniais portugueses situados na Índia eram uma importante parte do Império lusitano, ao passo que o Brasil já era uma República completamente autônoma.

Por sua vez, importa destacar que pertencia à Grã-Bretanha a hegemonia colonial no mundo e que o seu domínio na Índia constituía, então, a joia da coroa. Esta realidade estava a chocar crescentemente com os interesses portugueses, particularmente em África, ao mesmo tempo em que as posições defendidas pela grandes potências em Berlim (1885-1886), assim como as reivindicações que conduziram à humilhação do *Ultimato* (1890), não só tinham excitado a opinião pública portuguesa, como criado um sentimento patriótico antibritânico que condicionará, a nosso ver, a importância que, em Portugal, foi dada à aventura de Vasco da Gama, maneira de lembrar aos novos senhores dos mares uma prioridade histórica que o direito do mais forte não podia pôr em causa. Tudo isto também vale para justificar por que é que a comemoração do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil não foi alvo de muitos investimentos da parte do governo português de então, tanto mais que se mantinham importantes desentendimentos entre os dois países, em boa parte herdados dos anos anteriores.

O quarto Centenário do “descobrimento” do Brasil (1900)



Associação do quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. *Livro do Centenário (1500-1900)*, volume 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

Em termos portugueses, a celebração dos quatrocentos anos do “descobrimento” do caminho marítimo para o Brasil também foi uma iniciativa da SGL. Isso nos leva a refletir acerca de um ponto comum entre os centenários realizados por iniciativa desta instituição – criada em 1875, com a finalidade de defender a posição de Portugal no Ultramar ¹⁶⁴ –, tanto mais que as suas atividades explicitam bem os principais objetivos

¹⁶⁴ A SGL foi fundada em 1875 com a finalidade de contemplar os interesses do colonialismo português dessa época, dentre os quais destacamos, sobremaneira a defesa dos territórios ultramarinos, especialmente daqueles situados em África. C.f. GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984; MARY, Cristina Peçanha. *Geografias Pátrias: Brasil e Portugal 1875-1889*, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

políticos da nação portuguesa nos finais do século XIX e princípio do século XX: “legitimar historicamente a luta pela manutenção das suas colônias”¹⁶⁵.

Neste sentido, os centenários promovidos por esta Sociedade podem ser identificados como de interesse nacional, mesmo que ainda conservassem o modelo positivista das primeiras comemorações: as de Camões e do Marquês de Pombal. Ademais, não podemos perder de vista o contexto histórico no qual o problema da manutenção do Império se apresentava como um desafio cada vez maior. Lembramos que, em 1886, Portugal assinou um “Tratado de Limites” com a França e, subsequentemente, com a Alemanha através do qual ficava reconfirmada a soberania portuguesa nos territórios de Angola e Moçambique¹⁶⁶.

Este Tratado feria os interesses estratégicos da Grã-Bretanha, que pretendia ligar o Cairo à África do Sul com a construção de uma ferrovia naquela região da África Ocidental, em relação aos territórios de Angola e Moçambique. À revelia da aprovação das demais potências coloniais europeias, a Coroa britânica contestou o domínio lusitano sobre as possessões africanas que lhe foram destinadas pelo “Mapa Cor-De-Rosa” e impôs o Ultimato de 1890 ao governo português. Perante estas exigências, Portugal deveria renunciar seu domínio sobre certas áreas, particularmente as situadas no Sul de Moçambique. Diante das circunstâncias, o país cedeu à pressão inglesa, atitude que desencadeou uma onda de antibritanismo e de subsequente intensificação da oposição ao governo monárquico. Dentre as manifestações de repúdio ao Ultimato inglês em Portugal, podemos sublinhar a Revolução de 31 de janeiro de 1891 que se desenrolou no Porto e ecoou pelo país¹⁶⁷.

Dentro deste contexto, e perante a fraqueza militar de Portugal face ao grande Império da época, lembrar a Índia seria um bom meio de atacar (simbolicamente) a Grã-Bretanha, num contexto em que a questão da preservação das colônias portuguesas em África e na Índia estava na ordem do dia da política internacional, o que justifica o destaque maior que foi devotado ao centenário indiano frente ao brasileiro. Frise-se

¹⁶⁵ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 225.

¹⁶⁶ C.f. CRUZ, Duarte Ivo. *op. cit.*, 2013.

¹⁶⁷ C.f. ABREU, Jorge de. *A Revolução Portuguesa: o 31 de janeiro (Porto, 1891)*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912.

ainda que a esta altura as colônias portuguesas da África também eram alvo de disputas entre a Alemanha e outras potências coloniais europeias ¹⁶⁸. Ademais, não podemos esquecer que um dos maiores objetivos da política portuguesa aos finais do século XIX era justamente alcançar o êxito econômico de suas colônias, de modo que estas se tornassem capazes de absorver a mão de obra nacional que até então tinham o Brasil como seu quase único destino. Para lograr tal empreitada era preciso efetivar a dominação sobre as colônias, mediante a ocupação militar de seus respectivos territórios para poder defendê-las dos potenciais inimigos e comandá-las. Acreditamos que este também tenha sido um ponto crucial para que o centenário indiano significasse mais para a agenda política da época do que o empolamento do feito de Pedro Álvares Cabral.

Some-se a tudo isto a questão da situação econômica e financeira de Portugal, decorrente da bancarrota dos inícios da década de 1890, bem como os dinheiros gastos no centenário da Índia, fatores que explicam, pelo menos em grande parte, a limitação dos investimentos nas festas de 1900.

Contudo, as adversidades características da inserção de Portugal no quadro das disputas imperialistas europeias reclamavam a possibilidade de se explorar alguma mais-valia simbólica da celebração do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Neste sentido, destacamos especialmente a sessão solene realizada na SGL a cinco de maio de 1900, onde sobressaíram-se os discursos do então vice-presidente da SGL, Almeida d'Eça e do Rei português Dom Carlos ¹⁶⁹. Em síntese, a mensagem passada através dos oradores consistia na evocação da aventura de 1500 como um grande feito da história portuguesa, pelo qual se identificava Pedro Álvares Cabral como o grande

¹⁶⁸ O “Tratado Anglo-germânico” celebrado em 1898 possuía uma cláusula secreta que acordava a partilha de Angola, Moçambique e Timor. No entanto, no ano seguinte Portugal e Inglaterra selaram o “Tratado de Windsor” pelo qual ficava estabelecido que a Inglaterra apoiaria Portugal com a condição de poder ocupar o território moçambicano para transportar tropas e armas para a guerra anglo-boér. Ficava então assegurado pelo Tratado de Windsor que a cláusula secreta da partilha das colônias portuguesas contida no “Tratado Anglo-germânico” não seria acionada. C.f. LOPES, Arthur Ribeiro. *A convenção secreta entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a partilha das colônias portuguesas*, Lisboa, Imprensa da Portugal- Brasil, 1988.

¹⁶⁹ C.f. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 19ª série, nº 1 e 2, janeiro - fevereiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 99-110; *Brasil-Portugal – Revista quinzenal ilustrada*, nº 32, 2º ano, 16 de maio, 1900, p. 20.

autor de uma das maiores façanhas da história portuguesa e da humanidade - o descobrimento do Brasil para o mundo civilizado ¹⁷⁰.

Exaltava-se a memória do navegador português sob o espírito do patriotismo cívico que animava as comemorações realizadas no período entres séculos XIX e XX. Envolvidos por este clima, alguns membros da SGL que compunham a comissão americana chegaram a propor a transladação dos restos mortais de Pedro Álvares Cabral para o Mosteiro dos Jerônimos, desde 1880 o panteão nacional da pátria portuguesa, lugar de memória onde já jaziam, entre outros, Luis de Camões e Vasco da Gama. Entretanto, devido a uma série de razões, essa proposta não chegou a ser concretizada ¹⁷¹.

Não muito diferente era o sentido explorado pelas comemorações brasileiras do quarto centenário do descobrimento do país – a figura de Pedro Álvares Cabral foi então elevada a uma espécie de pai da pátria brasileira, e conseqüentemente, a um símbolo de forte apelo patriótico:

¹⁷⁰ Assim encerrava a sessão solene realizada na SGL a 5 de maio de 1900 com as palavras do Rei Dom Carlos: “Meus senhores: Dois deveres nos trouxeram hoje aqui. Um d’elles, que assiste a todos os portuguezes verdadeiramente amigos da sua pátria, foi a glorificação de um d’aquelles actos extraordinários que nos tornaram grandes perante o mundo, que nos tornaram grandes para sempre, a glorificação de um d’aquelles heroes que, como Pedro Alvares Cabral, descobriu terras novas para o mundo e para a civilisação. Mesmo para aquelles que hoje, arriscando o meu sangue, nos teem conservado as terras que outr’ora foram conquistadas por esses heroes, esse dever cumprimol-o gratissimos; mas um outro ainda existe no coração de nós todos, um dever de gratidão. Esse dever nos trouxe aqui e essa gratidão é para com o povo brasileiro, verdadeiramente irmão nosso, que sempre nos tem testemunhado sympathia e carinho em todas as occasiões em que, quer nas nossas alegrias, quer nas nossas desgraças, a elle nos temos dirigido. Esse dever, meus senhores, leva-nos a pedir-vos que, do fundo do coração, mandemos uma saudação a esse povo, acompanhada dos votos mais sinceros pela sua prosperidade, saudação que parta como de irmãos para irmãos em nome da mãe pátria. Está levantada a sessão”. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, op. cit.*, 1901, p. 20.

¹⁷¹ De acordo com Maria Isabel João, “A proposta foi objecto de discussão e outras ideias surgiram entre os sócios presentes. Havia quem fosse contrário à transladação pelo facto do Mosteiro continuar em obras de restauro e não estarem reunidas as condições para receber com dignidade os restos de Pedro Álvares Cabral. Outro problema ainda mais difícil se iria colocar: o facto de haver ossos de mais do que uma pessoa no carneiro onde se julgava estarem também os de Cabral, na igreja do convento da Graça, em Santarém. Além do hábito antigo de enterrar mais do que um indivíduo na mesma campa, parece que a sepultura fora profanada aquando das invasões francesas e nela havia esqueletos distintos. Tal como já tinha acontecido com as transladações de Camões e Vasco da Gama, não se podia identificar com certeza os restos de Pedro Álvares Cabral. A cerimónia teria, por conseguinte, um valor meramente simbólico. Mas continuava a haver quem se opusesse ao plano, seja pelas razões já invocadas ou por considerarem que as cinzas de Cabral estavam muito bem junto de sua mulher, D. Isabel de Castro, e onde ele tinha escolhido ser enterrado. Assim sendo, a transladação não chegou a ser realizada”. JOÃO, Maria Isabel. “Percurso da memória: centenários portugueses no século XIX” in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 8, janeiro-março, 2000. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm&hl=pt-PT&gl=pt&strip=0> Acessado em 22/06/2012.

[...] Repetindo o nome do nauta, portuguez, que personifica o primeiro facto historico da pátria, escrevendo a data de 1500, porta da nossa historia, desejamos despertar o patriotismo popular, avivando-lhe o seu passado, que se prende ao seu presente e ao seu futuro. Pedro Alvares Cabral que pode ser indicado como o primeiro homem da nossa raça, que pisou terras do Brasil, o primeiro que aqui ergueu o lábaro do christianismo, e mandou celebrar a primeira missa, ou o primeiro hymno de paz e amor, que ouviu a Terra de Santa Cruz, era filho de Fernão Cabral e de D. Isabel Gouvêa¹⁷².

Entretanto, a participação portuguesa nas celebrações do programa oficial das comemorações brasileiras é relevante para a compreensão do lugar que o Brasil delegava a Portugal enquanto o agente responsável pela sua entrada no fluxo da “História” e sua colocação no mapa do “mundo civilizado”¹⁷³. De fato, a presença eminente do representante de Portugal, enviado pelo Rei Dom Carlos – o general Francisco Maria da Cunha –, foi imprescindível nos tributos dirigidos à nação lusa durante os festejos de maio de 1900 realizados no Rio de Janeiro.

Não se economizaram exaltações ao elemento português enquanto componente especial da nacionalidade brasileira¹⁷⁴. Desde a recepção do general a bordo do Cruzador Dom Carlos¹⁷⁵ até à sua despedida, os enaltecimentos da genialidade da colonização portuguesa se multiplicaram.

Enumeremos alguns dos atos mais importantes que marcaram a programação do quadricentenário do Brasil na capital do país: a inauguração de um monumento em

¹⁷² AZEVEDO, Moreira. “O descobrimento do Brazil, intuitos da viagem de Pedro Álvares Cabral” in *Livro do Centenário (1500-1900)*, volume 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 42.

¹⁷³ “Incorporou-se o Brasil nesta data ao mappa das nações, á história da civilização geral. Assignala este aniversario a aurora da existência do nosso paiz, os primeiros hymnos das nossas crenças, e o nosso adeantamento cívico. É um jubileo nacional, é o marco que lançamos no mappa, onde vivem os povos civilizados”. *Ibidem*, 1900, p. 42.

¹⁷⁴ Veja-se, por exemplo, o fragmento do livro do centenário de 1900, “Relatando a viagem de Pedro Álvares Cabral, que em 1500 deu a Portugal uma nova terra, e aos Brasileiros uma pátria, commemoramos a vida do Brasil durante quatro séculos. [...] Festejando este facto histórico, prova o Brasil o seu progresso, cultura e civilização o período de qatrocentos annos”. *Ibidem*, 1900, pp. 41-42.

¹⁷⁵ Sobre a recepção do general Francisco Maria da Cunha a bordo do cruzador Dom Carlos juntamente da comitiva que o acompanhou: “Aproxima-se então d’elle o antigo galeão D. João VI, donairoso, lembrando uma gôndola veneziana e recebe a seu bordo o delegado portuguez acompanhado pelo secretario do Presidente da Republica, subchefe da casa militar do Sr. Campos Salles, encarregado de negócios de Portugal, empregados da leção e officiaes às ordens”. *Brasil-Portugal – Revista quinzenal ilustrada*, nº 33, 2º ano, 1 de junho, 1900, p. 22.

homenagem a Pedro Álvares Cabral no Largo da Glória no Rio de Janeiro, em três de maio de 1890, com a presença do general e representante português e do presidente da República brasileira Campos Salles ¹⁷⁶; a excursão ao corcovado e às Paineiras dedicada aos representantes de Portugal e Itália ¹⁷⁷; o passeio até à Floresta da Tijuca organizado pela marinha do Brasil em homenagem aos oficiais dos navios cruzadores portugueses Dom Carlos e o italiano Etruria ¹⁷⁸; as corridas de cavalos no Derby Club do Rio de Janeiro, assistidas pelo representante português Francisco Maria da Cunha e pelo comandante no navio cruzador Dom Carlos ¹⁷⁹; o passeio marítimo oferecido pelo Clube Naval à oficialidade do cruzador Dom Carlos ¹⁸⁰; a visita do general Francisco Maria da Cunha ao Colégio Militar do Rio de Janeiro ¹⁸¹; a sessão extraordinária realizada em nove de maio de 1990 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e convocada especialmente para receber o Senhor Francisco Maria da Cunha, ocasião em que o representante de Portugal nos festejos do centenário brasileiro foi promovido a membro honorário do IHGB ¹⁸²; a sessão solene realizada pelo IHGB em homenagem a classe médica portuguesa representada pelo Sr. Dr. Lopes Rio – médico do cruzador Dom Carlos – a 12 de maio de 1890 ¹⁸³.

¹⁷⁶ C.f. CERRI, Luis Fernando. *Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão*. Disponível em: <http://www.geocities.ws/lfcronos/texFESTASNACIONAIS.html>. Acessado em 18/08/2011.

¹⁷⁷ Sobre a excursão: “Mais de mil convivas encheram o comboio que pela longa e pittoresca estrada de ferro do Corcovado, ali os conduziu. (...) os membros das legações e alguns directores da associação, acompanhados pelas senhoras de sua família, foram ao cume da montanha. Quando subiam as Paineiras, uma banda militar saudou-os com os hymnos portuguez e italiano, e egual recepção tiveram no alto do Corcovado. (...) do corcovado passaram as Paineiras onde se encontravam os outros convivas. No grande pateo do hotel, em doze enormes mesas serviu-se um esplendido almoço, durante o qual estalaram as rolhas do champagne em sucessivos e affectuosos brindes a Portugal, á Italia, ao Brasil, aos exércitos das nações, ás marinhas dos três paizes representados, as senhoras presentes e as sociedades promotoras d’esse encantador passeio, que nunca esquecerá. Um bello discurso do Dr. Frontin poz termo á serie de brindes, saudando a Pedro Álvares Cabral, e o Brasil descoberto pelo grande navegador portuguez”. *Brasil-Portugal – Revista quinzenal iustrada*, nº 34, 2º ano, 16 de junho, 1900, p. 19.

¹⁷⁸ C.f. *Ibidem*, 1900, p. 22.

¹⁷⁹ C.f. *Ibidem*, 1900, 23.

¹⁸⁰ C.f. *Brasil-Portugal – Revista quinzenal iustrada*, nº 35, 2º ano, 01 de julho, 1900, p. 24.

¹⁸¹ C.f. *Ibidem*, nº 36, 2º ano, 16 de junho, 1900, p. 29.

¹⁸² C.f. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 63, parte 2, 3º e 4º trimestre, Rio de Janeiro, 1902, p. 436.

¹⁸³ C.f. *Ibidem* 1902, p. 438.

Na cidade de São Paulo, a data também foi celebrada com grande entusiasmo, tendo os festejos sido inaugurados por uma missa campal realizada no largo Coração de Jesus:

À 1 hora da tarde, em uma das salas da Faculdade de Direito, o Instituto Juridico Academico realiza uma sessão solemne. No salão do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo effectua-se, ás 7 ½ horas da noite, a sessão magna para commemorar a gloriosa data nacional. É orador official da solemnidade o dr. Theodoro Sampaio. Às 6 horas da tarde, um grupo de moços do bairro do Bráz, soltará, da rua Martin Bachard n. 75, um balão de 12 metros de comprimento, solemnizando com isso a data de hoje. No theatro Polytheama, o grêmio dramático “Gil Vicente” realiza hoje um espetáculo de gala commemorando a data do quarto centenário. O espectáculo consta da representação do drama *Henriqueta*; da peça em um acto, o *Pantheon*, escripta expressamente para a commemoração do dia de hoje e da recitação de uma poesia pela menina Rosita Weinberg, que faz parte do grupo infantil “Gremio Gil Vicente”. Desde a sede social até o theatro, os sócios do Gremio, incorporados, serão acompanhados da sociedade musical “D. Carlos I”, cujos sócios trajarão de marinehrios, e alli executarão peças de seu repertorio. No theatro será feita a inauguração do novo estandarte do Gremio. Tocarà nos intervallos uma secção da banda de musica da brigada policial. Será distribuída profusamente o numero do jornal da sociedade intitulado o *Palco*. [...] Nas repartições publicas e minicipaes não haverá hoje expediente. À noite as fachadas do palácio do governo e demais edificios públicos estarão illuminadas, tocando no jardim do palácio a banda de musica da brigada policial

184

A comunidade portuguesa da capital paulistana também rendeu suas homenagens à data do quadricentenário do “descobrimento” do Brasil:

No Club Gymnasio Portuguez realisa-se hoje a noite um grande baile commemorativo do quarto centenário. A Sociedade Portugueza de Beneficiencia Vasco da Gama solemnizará o dia de hoje do seguinte modo: Às cinco horas da manham, em frente a secretaria da sociedade, alvorada com uma salva de 21 tiros, em seguida apresentação de uma banda de música. Às 3 horas da tarde, no prédio da avenida Rangel Pestana, 166, sessão solemne, presidida pelo dr. Santos Rodrigues, sendo oradores officiaes os srs. drs. Forbes da Costa e Celso Garria. Terminada a sessão será organizada grande *marche au flambeaux* 185.

¹⁸⁴ *O Estado de São Paulo*, (São Paulo), quinta-feira, nº 7881, 26º ano, 03 de maio, 1900, p.3.

¹⁸⁵ *Ibidem*, 1900, p.3.

Vale salientar que a ocasião da passagem do quarto centenário do "achamento" do Brasil impulsionou a revisão deste tema por parte de historiadores brasileiros e portugueses. Embora apenas mais tarde, especialmente a partir da década de 1920, estas revisões das “origens” históricas do Brasil viessem a ser difundidas, devemos lembrar que já em 1900 havia quem não concordasse com a veracidade dos relatos da Carta de Pero Vaz de Caminha e questionasse a chegada de Pedro Álvares Cabral a Terra de Vera Cruz como o primeiro contato entre os navegadores europeus e o território brasileiro.

Neste sentido, recordamos a curiosa celebração do quarto centenário brasileiro realizada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco solenizada a 26 de janeiro de 1900, data em que acreditava-se que o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón teria chegado à cidade de Cabo de Santo Agostinho na costa pernambucana, exatamente três meses antes de Pedro Álvares Cabral chegar a Salvador da Bahia¹⁸⁶.

A respeito desta teoria, Damião Péres afirmou:

De longa data se tem atribuído a três navegadores – Vespúcio, italiano ao serviço da Espanha, Pinzone Lepe, espanhol – o descobrimento de regiões setentrionais brasileiras antes de Cabral abordar ao Brasil. Vespúcio tomou parte em 1499 na viagem de Hojeda, cuja frota atingiu a costa setentrional sul-americana a cerca de 200 léguas ao oriente de Pátria, bem a oeste do início das terras brasileiras. Porém o italiano afirmou em carta de 18 de julho de 1500, dirigida a Lourenço de Médicis, ter percorrido a costa para leste até 5 graus, o que equivale a dizer que se separou de Hojeda; na *Lettera di Amerigo Vespucci*, opúsculo sem data que se crê impresso em 1505 ou 1506, a latitude atingida diz-se ser de 8 graus. Em qualquer dos casos, a navegação alegada teria ultrapassado a foz do Amazonas. Pinzon fez viagem depois de Hojeda, encetando-a ainda em 1499, e dos relatos que fez ao cronista Anghiera, bem como das informações constantes de três textos oficiais espanhóis, tem-se deduzido que atingiu a costa sul-americana a umas 600 léguas ao oriente de Pátria, para onde se dirigiu; se isso tivesse sido exacto, Pinzon teria descoberto uma boa parte da costa setentrional brasileira¹⁸⁷.

¹⁸⁶ A respeito desta celebração, C.f. COIMBRA, João. “Discurso lido na sessão magna do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano a 26 de janeiro de 1900, commemorando a descoberta do Brasil e a rendição do domínio holandez” in *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, nº 53, Recife, 1900, pp. 109-116.

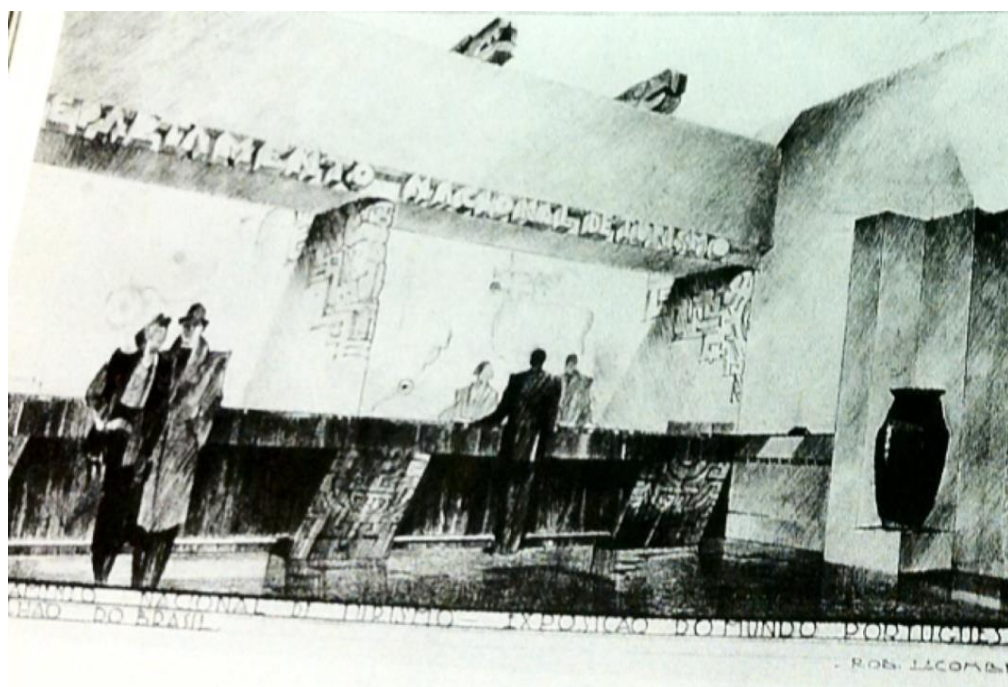
¹⁸⁷ PÉRES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidades*, 2ª edição, Lisboa, Bertrand, 1968, p. 96.

Entretanto, este evento não obteve repercussão significativa na imprensa pernambucana, muito menos na brasileira, pelo que é difícil encontrar menções a iniciativa do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em todo caso, talvez a ideia de discutir a veracidade da data ou autoria do “achamento” do Brasil fosse incompatível com o clima de culto cívico e patriótico que então se devotava a figura heróica de Pedro Álvares Cabral.

Finalmente, muito embora as comemorações dos quatrocentos anos do “achamento” do Brasil tenham sido celebradas com intensidades distintas em Portugal e no Brasil, é possível concluir que, nas duas pontas do Atlântico, estas festas exploraram um propósito comum: a construção de uma imagem modelar da ex-colônia americana enquanto produto da ação colonizadora e civilizadora portuguesa. De fato, este centenário inauguraria uma nova fase das encenações fraternais luso-brasileiras, onde se intercambiavam apelos sentimentais de parentesco e oportunamente evocava-se a idealização de um passado comum aos dois países como estratégia de legitimação para o avanço de suas relações político-diplomáticas no presente. Simultaneamente, buscava-se reafirmar a capacidade civilizadora dos portugueses, mérito que as novas potências coloniais colocavam em causa, sobretudo após o Ultimato inglês imposto ao Império lusitano e suas pretensões de dominação sobre os territórios de Angola e Moçambique.

Como veremos nas comemorações cívicas realizadas no século XX, este tipo de teatralização da amizade luso-brasileira se intensificou conforme os interesses diplomáticos e políticos conjunturais dos dois países e a orientação das arremetidas imperiais durante esse período.

O Brasil e as festas do Duplo Centenário Português (1940).



Pavilhão do Brasil na exposição do Mundo Português em 1940. ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 pp. 187-188.



Pavilhão do Brasil na exposição do Mundo Português em 1940. *Ibidem*, pp. 187-188.

Seguindo a linha cronológica das comemorações que encenam um passado comum entre Brasil e Portugal, devíamos apresentar aqui o centenário de abertura dos portos

(1908) e o centenário da independência do Brasil (1922) antes de adentrarmos a década de 1940 para discutir a participação brasileira no Duplo Centenário da Fundação e Restauração portuguesa. Entretanto, por serem aquelas duas comemorações referidas parte da agenda comemoracionista brasileira, só analisaremos a participação portuguesa nestes respectivos eventos no próximo capítulo.

De antemão, vale ressaltar que o momento de Fundação e Independência de Portugal já era simbolicamente explorado desde os finais do século XIX quando na Europa pululavam os nacionalismos, e quando o advento da República em cinco de Outubro de 1910 ressuscitava o espírito do “perigo espanhol” junto ao governo português. Neste contexto, o momento histórico em causa se fazia crucial nas evocações de cunho patriótico, ao mesmo tempo em que integrava uma estratégia de legitimação histórica para a consolidação política da jovem República portuguesa. Com estes fins, instaurou-se o 1º de dezembro como feriado nacional alusivo à data da Independência lusitana ¹⁸⁸.

Além disto, ao longo da experiência republicana

[...] punham-se em circulação alguns dos signos ou sugeriam-se algumas das lendas que o romance histórico e a historiografia de divulgação vinham mitificando desde o século passado. E, logicamente, a escolha não era inocente, como não foi arbitrário que a comemoração filatélica da Independência delineada pela Comissão Central 1º de Dezembro se tenha traduzido na homenagem a um ciclo. É que a ideia inscrevia-se numa proposta de longo alcance, já que o projecto que a apresentava via-a como o primeiro passo para a futura comemoração do duplo centenário em 1940. Mais concretamente, pensando na obtenção de um excedente de receitas, propunha-se a criação de um fundo específico que tinha por objectivo promover e efectuar naquela data ‘uma exposição internacional de carácter económico, científico e histórico’. Quer isto dizer que, já nos inícios da década de vinte, se pensava em comemorar em grande o oitavo centenário da Fundação e o terceiro da Restauração, pelo que erram todos os que atribuem a paternidade da ideia a Alberto de Oliveira, que a defendeu em 1929, ou ao salazarismo ¹⁸⁹.

Diante do esclarecimento acima sobre o nascimento da ideia de celebração do Duplo Centenário que veio a concretizar-se no ano de 1940, podemos dizer que o Estado Novo

¹⁸⁸ C.f. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 255.

¹⁸⁹ *Ibidem*, 1998, p. 256.

acabou por se apropriar de um projeto que lhe era anterior, inculcando-lhe a novidade de gerar consensos entorno da própria aceitação do novo regime. Ademais, a ocasião também era oportuna para renovar as esperanças dos portugueses e mesmo dos distintos setores políticos que inspiraram e mesmo até apoiaram a ascensão do governo salazarista (alguns setores militares, os sociais-democratas cristãos, os republicanos conservadores, alguns adeptos da monarquia, etc.) ao poder. Neste sentido, a dupla comemoração de 1940 foi cuidadosamente planejada pelo Secretariado Nacional de Propaganda para representar um momento de “regeneração nacional” em que o próprio governo estadonovista se autoapresentava “como o futuro do nosso melhor passado”¹⁹⁰.

De acordo com Margarida Acciaiuoli, a princípio, a intenção de Salazar era aproveitar a ocasião das comemorações do Duplo Centenário para realizar uma Exposição internacional que sintetizasse as passagens gloriosas da história portuguesa. Neste sentido, pensou-se pedir a colaboração de outros países na elaboração de um evento deste porte.

Segundo a autora,

Que países teria o Presidente do Conselho em mente, não sabemos. O certo é que dedicava já ao Brasil uma atenção cuidada, fazendo-lhe uma ‘referência especial’ fosse qual fosse ‘a parte que nas comemorações centenárias (quisessem) amavelmente tomar outros Estados’”¹⁹¹.

Entretanto, como se sabe, a eclosão da Segunda Grande Guerra impossibilitou os planos iniciais da internacionalização do evento, o que, por um lado, acabou por ser um argumento positivamente explorado internamente a favor da neutralidade, pacifismo e preservação da ordem da nação portuguesa em detrimento dos demais países beligerantes europeus, e, por outro lado, contribuiu para o protagonismo da participação brasileira nas comemorações de 1940. É a nossa intenção neste subcapítulo analisar a cooperação do Brasil de Getúlio Vargas com o Portugal de Salazar e examinar o sentido

¹⁹⁰ Ibidem, 1998, p. 264.

¹⁹¹ ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.111.

que se procurou atribuir à participação brasileira nos festejos do Duplo Centenário de 1940.

A presença do Brasil na qualidade de convidado de honra na Exposição Internacional do Mundo Português veio dar continuidade ao estreitamento da nova fase de entendimento das relações luso-brasileiras que datavam da segunda década do século XX¹⁹². Ademais, não podemos esquecer o fato de que neste contexto histórico, Brasil e Portugal compartilhavam afinidades políticas e ideológicas capazes de privilegiar a parceria entre os governos nas duas pontas do Atlântico bem como na nova conjuntura mundial.

Como é sabido, o Estado Novo em Portugal, respaldado juridicamente pela Constituição de 1933, emprestou seu nome ao novo regime político ascendente no Brasil desde 1937 (embora, o golpe de Estado tivesse sido em 1937, apenas em 1938 o Estado Novo legitimou-se no poder). Este fato inicial já nos parece um indicador acerca da aprovação e admiração que o Brasil varguista rendia ao Portugal salazarista. Da parte de Portugal, o convite especial dirigido ao Brasil como convidado de honra nas festas comemorativas do Duplo Centenário (da Fundação - 1140 e da Restauração 1640) também era um sinal do lugar de relevo que o regime atribuía ao Estado Novo brasileiro nesta nova conjuntura política mundial.

Naturalmente, as autoridades portuguesas também estavam sensíveis à questão do fortalecimento dos laços luso-brasileiros em termos práticos, dentre os quais a aceitação brasileira do projeto colonialista do Estado Novo consistia um aspecto de suprema relevância. O próprio Antônio de Oliveira Salazar chegou a se queixar da dificuldade de conseguir o apoio brasileiro para a defesa dos interesses internacionais portugueses, expressamente ao caso do colonialismo, embora não deixasse de assinalar outra orientação que podia ser explorada. É que, se “O anticolonialismo é uma constante da

¹⁹² A visita do Presidente da República portuguesa António José de Almeida ao Brasil em 1922, a travessia aérea Lisboa- Rio de Janeiro, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a honrosa participação portuguesa no centenário da independência brasileira inauguraram uma nova fase muito positiva para o relacionamento luso-brasileiro. Trataremos destes temas no próximo capítulo dedicado a participação portuguesa nas comemorações brasileiras.

política brasileira”, “outra constante é também o não reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força”¹⁹³, meio que os independentismos não excluam.

De todos os modos, para lograr tal objetivo, era preciso “seduzir” o Brasil e tratá-lo como uma espécie de “filho prodígio” de modo que o reconhecimento da grandiosidade brasileira pudesse fazer ressaltar a componente lusitana de sua história e nacionalidade. Com isto, e como tinha acontecido em outros contextos comemoracionistas, se pretendia lograr o apoio do governo do Rio de Janeiro, uma vez que, tendo a ex-colônia sul-americana como aliada, a ação colonizadora lusitana poderia combater as pressões internacionais e insinuar que era capaz de reconhecer independências quando os povos das suas colônias estivessem preparados para ser novos “Brasis”.

Como temos sublinhado, o êxito deste desiderato continuava a implicar o enaltecimento de um passado comum entre os dois países, como atestam as palavras do Presidente da Comissão Executiva dos Centenários portugueses na ocasião da entrega das terras do Pavilhão do Brasil ao Delegado Executivo da Comissão brasileira do evento, o General Francisco José Pinto:

O Brasil vem contar-nos, na grandeza das suas revelações, o que fez da nossa herança colonial, a que esplendor e a que opulência elevou o patrimônio que deixamos nas suas mãos. As fundações do Pavilhão Brasileiro sobre as quais vai lançar-se a benção ritual, revestem-se para nós – como todo este conjunto de edifícios – de expressão e de sentido simbólico. Construir é subir. Subiremos unidos, e tão alto, que as duas Nações possam ver distintamente, não apenas o passado de que se orgulham, mas o Futuro glorioso que as espera. Em nome da Comissão Executiva, a que presido, saúdo na pessoa de V. Ex^a, Senhor embaixador, o excelso Presidente Getúlio Vargas, a cujo espírito superior tanto interesse merecem as Comemorações portuguesas; na pessoa do ilustre Delegado Executivo, a Comissão Brasileira dos Centenários, presidida pela figura prestigiosa do Sr. General Francisco José Pinto; em vossa Excelência, Senhor Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, todos os colaboradores da sua obra admirável; - e faço veementes votos para que a íntima cooperação de Portugal e do Brasil, durante o ano áureo de 1940, torne, se é possível, ainda mais estreitos e perduráveis os laços de afecto que unem as duas Nações¹⁹⁴.

¹⁹³ SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, volume 6, 1944, p. 196.

¹⁹⁴ Comissão Executiva dos Centenários. *Revista dos Centenários*, nº 13-31, 2º ano, janeiro, 1940, Lisboa, pp. 15-16.

Por sua vez, o Brasil também possuía seus interesses próprios para colaborar nestas festas portuguesas de 1940: a data coincidia com o segundo aniversário do Estado Novo brasileiro, fato que foi adequadamente aproveitado para a autopropaganda do regime frente à opinião pública portuguesa (e europeia). No opúsculo escrito exclusivamente com a intenção de ser distribuído entre as autoridades portuguesas naquela ocasião, encontra-se um artigo redigido pelo próprio Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, intitulado “O Brasil e o Estado Novo”:

A comemoração do segundo aniversário do novo regime encontra o país em perfeita ordem e entregue ao labor fecundo. Só isso representa para motivo de justo e natural regosijo. As tarefas que nos propuzemos vêm sendo realizadas sem esmorecimento e em curto espaço de tempo, os seus benefícios se estendem por todo o Brasil, desde os grandes centros do litoral às mais afastadas regiões do interior. Muito há ainda por fazer. Ninguém melhor do que nós, durante vários anos devotados ao trato das coisas públicas, tomando o pulso às necessidades, recebendo sugestões de todos os brasileiros patriotas, escolhendo cuidadosamente a oportunidade para tomar medidas que se ajustem às circunstâncias, pode evitar as deficiências da nossa organização¹⁹⁵.

Tanto de um lado como do outro, a certeza da necessidade de uma aproximação entre os dois países naquela nova conjuntura aumentava. De fato, alguns avanços concretos já haviam sido alcançados entre a diplomacia luso-brasileira desde a década de 1930, a exemplo do Tratado de Comércio consolidado em 1933, sob o propósito de estabelecer princípios de liberdade de comércio e de navegação entre os Estados, além de prever a criação de uma zona franca entre os dois países. Contudo, na prática, devido à situação de crise da economia mundial, os resultados concretos foram a princípio insignificantes.

No entanto, com o ímpeto de reverter esta situação, Salazar enviou uma comissão especial ao Brasil no ano de 1938 para estudar o estado em que se encontrava o

¹⁹⁵ S/ Autor. *Brasil 1940: Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*, Rio de Janeiro, Publicação patrocinada pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, 1940, p. 25.

comércio entre as duas nações naquele momento. Na sequência desta orientação, um ano após a realização da Exposição do Mundo Português, celebrou-se, em Lisboa, um Protocolo Adicional ao Tratado do Comércio de 1933, com o intuito de incrementar as trocas comerciais. Ainda que não resolvesse o problema do protecionismo econômico luso-brasileiro, tal Protocolo deixava trilhado o caminho que seria percorrido para o novo Acordo de comércio de 1949, entendimento que, por fim, trouxe resultados mais significativos devido ao contexto da liberalização da economia no período do pós-guerra ¹⁹⁶.

Contudo, estes objetivos continuavam a não prescindir do recurso ao argumentário historicista, interessado na reatualização da representação do passado comum entre Brasil e Portugal isenta de quaisquer elementos trágicos ou traumáticos e onde a idéia de uma “amizade” entre os dois povos aparecia como algo “natural”. Tal estratégia acabou por sensibilizar o sentimento patriótico de modo recíproco em cada um dos países. E, se um se declarava orgulhoso por suas origens históricas (de um ponto de vista eurocêntrico, naturalmente), o outro se vangloriava da prova viva de sua capacidade colonizadora e civilizadora.

Não por acaso, o Brasil constantemente mostrava a sua gratidão a Portugal, aceitando o tom de aclamação que lhe era dirigido, atitude bem patente no discurso proferido pelo Chefe da Embaixada Especial do Brasil, na sessão solene realizada na Assembleia Nacional, aquando da abertura da Exposição do Mundo Português:

O Brasil orgulha-se da nossa comum história até o começo do século passado e, embora integrado no pensamento e nos ideais americanos, ostenta como altíssimo título a sua origem lusitana. O patriotismo brasileiro tem, por isso mesmo, uma das suas mais profundas raízes no culto a Portugal e o nosso nacionalismo, enlaçando o presente com o passado, é um enamorado ciumento da terra esplêndida, mas busca principalmente na história e Raça as fôrças propulsoras das suas realizações. Consideramos a nossa ascendência lusitana como um foral de heroísmo, valor, lealdade e fé, compromisso imperativo que temos com a humanidade de continuar a grandeza nos nossos feitos ¹⁹⁷.

¹⁹⁶ C.f. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, pp. 59-61.

¹⁹⁷ Comissão Executiva dos Centenários. *op. cit.*, nº 13-31 de janeiro de 1940, ano 2, p. 20.

Essencialmente, este era o tom com que as autoridades brasileiras revidavam as homenagens que lhe eram atribuídas. Ainda como prova de gratidão, o governo brasileiro enviou a Lisboa uma cópia da estátua de Pedro Álvares Cabral que fora inaugurada em 1900, no quarto centenário do seu “descobrimento” e que hoje está localizada, em Lisboa, na Freguesia de Santa Isabel (junto ao Jardim da Estrela e no início da Avenida Pedro Álvares Cabral).

Tal era o clima de troca de venerações entre o governo brasileiro e o português, realidade reveladora dos interesses que cada um destes países respectivamente confiava um ao outro com a esperança de fortalecê-los conjuntamente. Neste sentido, da parte do Brasil, incorporar a sua herança lusitana e europeia nas festas cívicas portuguesas de 1940 era também um ato oportuno para divulgar a idéia de uma nação moderna e progressista e sugerir a sua relevância econômica tanto no presente como no futuro.

Esta autorrepresentação do Brasil foi bem espelhada na exposição patente no Pavilhão brasileiro, montado na Exposição do Mundo Português:

De facto, o conjunto dos *stands*, organizado por Ernesto Steech, dava ampla expressão à literatura, à medicina, ao direito e à pedagogia (com destaque para José de Alencar e Olavo Bilac) e à imprensa (com citação da fundação de um órgão régio criado por D. João VI em 1808 – alicerce do primeiro jornal carioca – em referência que depois saltava para o ano de 1939 em ilustradora foto-metragem de uma conferência de imprensa dada por Getúlio Vargas a 236 diários e 700 revistas). Oswaldo Cruz, a quem o Rio de Janeiro devia o seu saneamento, teve direito a busto, assim como os pioneiros da aviação, Santos Dumont, Bartolomeu de Gusmão e Augusto Soeiro – tiveram honras de se verem figurados. Mas seria na propaganda das novas vias de comunicação que o Brasil demoraria a sua representação para além das curiosidades de ‘peças de cerâmica, flechas envenenadas de curare e redes de caboclo multicolor’ noticiadas. Ao fundo do pavilhão, o ‘stand’ de arte guardava obras de Oliani, Rodolfo Bernardelli, Martins Ribeiro, Cozzo, Guerra, Cotuzzo, Almeida Júnior, Navarro Costa e Cândido Portinari – com o seu já celebre quadro “O café”, única obra, aliás, a merecer uma cuidada reflexão nas páginas de ‘O Diabo’”¹⁹⁸.

Sob a luz do fragmento, é possível verificar que a autorreferência ao governo do presidente Getúlio Vargas se sobrepôs à menção de qualquer outro período histórico. Note-se que as “novas vias de comunicação”, não apenas eram apresentadas como um

¹⁹⁸ ACCIAIUOLI, Margarida. *op. cit.*, 1998, pp. 187-188.

signo do progresso tecnológico, como reforçavam a propaganda do governo varguista em terras lusitanas. Nesta perspectiva, também eram evocados nomes como o de Oswaldo Cruz, para ressaltar os avanços do urbanismo em cidades como o Rio de Janeiro, sede do Governo varguista, e a própria menção aos artistas modernos – dentre os quais se destacou, sobremaneira, Cândido Portinari e sua obra-prima “O café” – parecia estar posta ao serviço do louvor do Estado Novo brasileiro e da idéia de “novidade” ou de “modernidade” que aquele regime procurava veicular.

Entretanto, a participação brasileira nos festejos portugueses de 1940 em muito transcendeu sua presença física plasmada no Pavilhão do Brasil, como bem salientou, em enfáticas linhas, Augusto de Castro, Presidente da Comissão dos Centenários:

Veremos no Tejo, unidades da heróica marinha de guerra brasileira; nos cortejos e nas paradas cívico-históricas contingentes do seu exercício de terra e mar; a sua arte florescerá no monumento a Pedro Álvares Cabral que o Govêrno da República irmã oferece à Nação portuguesa; a sua indústria não deixará de afirmar, noutra certame, as suas poderosas realizações e as suas possibilidades deslumbrantes; grandes figuras da Igreja brasileira virão dizer-nos com que ardor no Brasil imenso, germinou a Fé católica dos nossos primeiros missionários; historiadores, investigadores, eruditos d’além Atlântico trabalharão conosco na obra, que ousa supor definitiva, do Congresso Luso- Brasileiro de História; num só claustro pleno intercontinental, as Universidades, as Academias, os Institutos das duas nações glorificarão o passado comum, a maravilhosa língua portuguesa, falada desde o século XVI, em todas as partes do Mundo ¹⁹⁹.

Como se pode ver, a presença multifacetada do Brasil nas comemorações portuguesas de 1940 é relevante para a compreensão das intenções que historicamente o evocavam. Seja como for, a antiga colônia vestia as alusões positivas que as encenações do passado lhe resguardavam e reclamava orgulhosamente as suas raízes lusitanas. Contudo, as exaltações da história comuns não se limitaram ao plano das trocas de homenagens entre os dois governos. Elas também chegaram ao ambiente acadêmico e científico, mediante a realização do primeiro Congresso Luso-Brasileiro de História que teve por principal objetivo o “(...) esclarecimento de factos passados cuja sombra se projecta

¹⁹⁹ Comissão Executiva dos Centenários. *op. cit.*, nº 13-31 de janeiro, 2º ano, 1940, ano 2, pp. 14-15.

ainda na alma dos dois povos e cuja exacta interpretação não é indiferente, nem à nossa amizade actual, nem ao nosso entendimento futuro”²⁰⁰.

Ora, se a evocação do passado comum era uma estratégia de avanço para a parceria luso-brasileira no presente, os argumentos dos historiadores e políticos da memória se faziam imprescindíveis neste sentido. Era preciso rever a história, seleccionar os fatos, reinterpretá-los do ponto de vista de uma teleologia que viabilizasse a comunhão entre os povos luso-americanos. E, para além de se difundir uma história comum entre a ex-colônia e a ex-metrópole que tivesse impactos positivos em seu relacionamento no presente, o Congresso Luso-Brasileiro de História também proporcionou a aproximação entre a intelectualidade dos dois lados do Atlântico, abrindo novas cooperações e a possibilidade de novos vínculos culturais.

Para efeitos de conclusão, podemos dizer que, embora a colaboração brasileira nas festas do Duplo Centenário fosse um momento de suma relevância para o bom relacionamento luso-brasileiro, tal parceria encontrou suas limitações e teve de se defrontar com novos desafios após a II Guerra Mundial, conjuntura em que, com a criação das Nações Unidas e com o aparecimento do movimento dos países não alinhados no contexto do reordenamento das relações internacionais polarizadas pela emergência de dois blocos, a descolonização ganhou nova força.

Entretanto, o Duplo Centenário abriu novas perspectivas para o relacionamento diplomático entre a antiga metrópole e a ex-colônia. Neste sentido, destacamos que no ano seguinte após a marcante participação brasileira nas comemorações lusitanas de 1940, firmou-se o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, celebrado entre o Secretariado de Propaganda Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Segundo Angela de Castro Gomes,

Por ele, seriam criados uma revista, *Atlântico*, e um Boletim mensal. Também se estabeleceu que se faria trocas de emissão de rádio, de documentários cinematográficos e de informações, além da publicação de livros e da realização de estudos, com destaque sobre o folclore luso-brasileiro. Inúmeros intelectuais portugueses e brasileiros se envolveram nesse diversificado conjunto de iniciativas, que selava um antigo desejo de aproximação entre Brasil e Portugal, por meio de

²⁰⁰ Congresso do Mundo Português. *Programas, Discursos e Mensagens*, volume 19, Lisboa, Sessão de Congressos, 1940, p. 268.

políticas no âmbito da cultura, um imenso e reconhecido capital simbólico a ser explorado com sólidas possibilidades de sucesso e duração²⁰¹.

Embora a intensidade das trocas culturais deste Acordo não tenha sido muito significativa, pelo menos a curto prazo, o referido Acordo representou uma conquista no âmbito do desenvolvimento de uma política cultural luso-brasileira.

²⁰¹ C. f. GOMES, Angela de Castro. ‘A “grande aliança”: um projeto político-pedagógico luso-brasileiro na Primeira República’ in *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, 22 a 26 de junho, 2013, pp. 1-2.

CAPÍTULO III

Portugal e as festas cívicas brasileiras

No sentido de construir uma imagem de reciprocidade das relações luso-brasileiras, bem como das evocações que o Brasil também fazia de seu passado colonial, analisaremos a partir de agora o lugar de importância atribuído a Portugal nas festas cívicas brasileiras.

A participação portuguesa no Centenário da Abertura dos Portos no Brasil (1908)



Ilustração do Palácio Manuelino construído para a delegação portuguesa na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *1908: Um Brasil em Exposição*, Brasília, Caixa Cultural Brasília, 2012, p. 44.

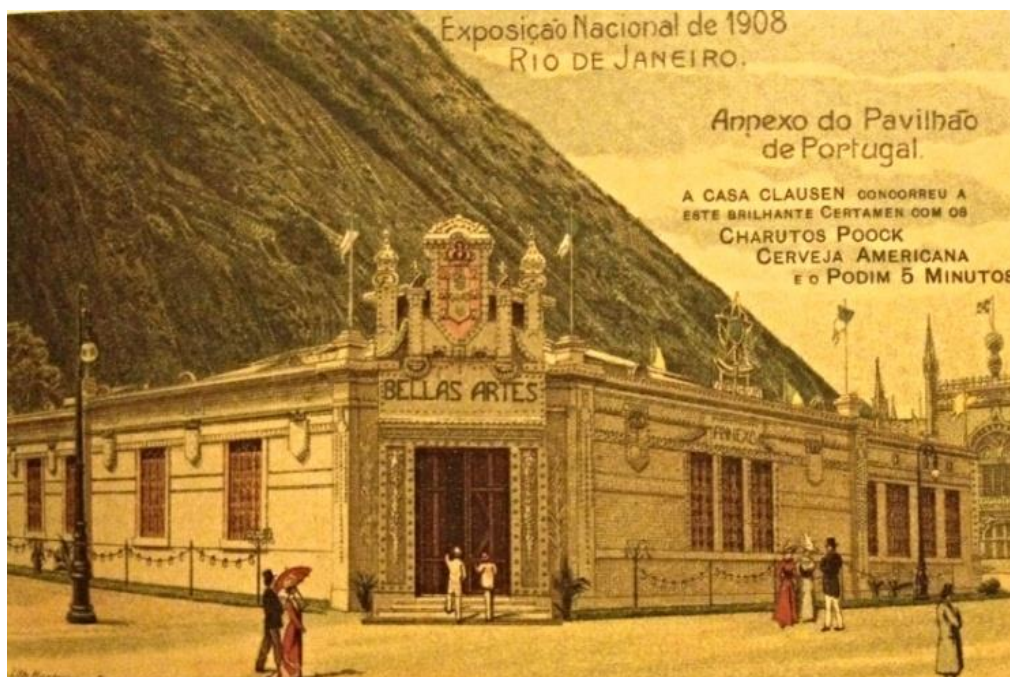


Ilustração do Anexo “Belas Artes” do Pavilhão Português na Exposição Nacional de 1908. *Ibidem*, p. 55.

A celebração do centenário da Abertura dos Portos (1908) foi de suma relevância para a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. Neste sentido, devemos percorrer o contexto das relações entre estes dois países na transição do século XIX para o século XX a fim de compreendermos a relevância desta comemoração no fortalecimento dos laços luso-brasileiros oficiais.

Como é sabido, pelos idos de 1891, deu-se a Revolta da Armada, insurreição protagonizada pelos oficiais da Marinha brasileira que em grande parte preconizavam a restauração da monarquia no Brasil, uma vez que se sentiam desprestigiados perante o alinhamento entre o exército brasileiro e o jovem governo republicano²⁰².

Com a renúncia de Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente republicano, Floriano Peixoto assumiu o poder, atitude que acabou sendo taxada como um ato anticonstitucional pelos membros da marinha e por antiflorianistas, cujos ânimos de reprovação se intensificaram e vieram a deflagrar o segundo episódio da Revolta da

²⁰² Não se deve esquecer que o próprio Presidente Floriano Peixoto era oriundo dos quadros do Exército, tendo participado e se destacado na Guerra do Paraguai, para participar apenas uma das batalhas que integrou.

Armada (1893) – liderada por Saldanha da Gama e Custódio de Melo. Este último desejava alcançar a presidência do país e imprimiu um caráter mais radical à insurreição, cujo apogeu pode ser assinalado no episódio em que os encouraçados da marinha bombardearam a cidade do Rio de Janeiro ²⁰³.

Nesta ocasião, ganhou notoriedade a presença do navio português – a corveta *Mindelo*, comandada por Augusto de Castilho, capitão de fragata da marinha portuguesa – na costa do Rio de Janeiro. Dentro desta embarcação se concedeu refúgio e asilo político do governo português aos revoltosos, informação que não tardou a chegar ao conhecimento do governo brasileiro, que, por sua vez, reagiu com a interrupção de seu relacionamento diplomático com a ex-metrópole. Tendo Augusto de Castilho cedido ao apelo de Saldanha da Gama para socorrer os combatentes da marinha brasileira e seus aliados, ficava subentendido para o governo republicano de Floriano Peixoto o comprometimento de Portugal numa revolta cujo objetivo seria restaurar a monarquia. Iniciava-se, então, uma crise diplomática entre Brasil e Portugal, talvez a mais difícil de superar durante todo o século XX.

Diante do incidente, as autoridades portuguesas abriram um processo no Conselho da Marinha de Guerra para analisar as acusações que lhe foram dirigidas pela ex-colônia e julgar o caso de Augusto de Castilho. Este acabou por ser absorvido, não sem antes ter apresentado as razões de sua presença no cenário da Revolta da Armada:

Achava-se em Angola em julho de 1893, e dispunha-se a voltar para Lisboa, quando na noite de 14 recebeu pelo telegrapho ordem de marchar sem demora para o Rio de Janeiro, onde se temiam preocupações graves. Chegado ao Rio em 11 de agosto, nem sequer suspeitava que sanguinolento drama ia representar-se aos olhos do mundo, drama onde lhe coube a elle um tão grande papel. A commissão do conselheiro Castilho na Bahia do Rio de Janeiro, foi cheia de difficuldades que elle sempre venceu. Imparcial sempre, entre os altos interesses que ali se discutiam pela boca dos canhões de navios e fortalezas, soube mostrar do princípio ao fim da lucta a mesma firmeza, aconselhando com lealdade o governo portuguez, enviando-lhe tensos e minuciosos relatórios das phases por que passava a revolução, protegendo os interesses dos nossos patrícios

²⁰³ Sobre as revoltas lideradas pela marinha brasileira no contexto do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), C.f. LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *op. cit.*, 2008, pp. 567- 572.

domiciliados no Brazil, e cooperando com a diplomacia e as forças estrangeiras para o bem commum²⁰⁴.

Como se pode perceber, o texto citado constitui uma defesa da honra de Augusto de Castilho, que buscava realçar a figura de um homem ao serviço de sua pátria, cuja presença nas revoltas do Rio de Janeiro não deveria ser analisada de modo isolado ou descontextualizado do conjunto de tantas outras ações importantes que havia participado em nome dos interesses do Império lusitano. Também era apresentado como uma espécie de “herói” responsável pela salvação de alguns revoltosos importantes, incluindo o próprio Saldanha da Gama. É propriamente este o teor da carta que um jurista brasileiro não identificado teria enviado ao advogado de defesa de Augusto de Castilho – Dr. Eduardo de Sá – e citada por este mesmo.

Veja-se:

Não preciso dizer-lhe que quero ler tudo quanto publicar a respeito, pois a causa do Conselheiro Castilho é assas sympathica a nós brasileiros. [...] Se erraram, visaram, entretanto, um fim patriótico, e á sua punição deviam anteceder formulas que garantissem o direito de defeza. Se nas dobras da bandeira Portugueza não se abrigassem Saldanha da Gama e seus companheiros, teriam sido infallivelmente trucidados por uns turbulentos que, a pretexto de salvar a República, contra a qual, aliás ninguém attentou, praticaram os actos, os mais sanguinários, mais contrários á civilização moderna²⁰⁵.

A princípio, podemos compreender a atitude de instauração de um processo político, destinado a tratar especificamente da presença da corveta *Mindelo* na ocasião da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, como uma preocupação por parte do governo português em apurar os fatos e prestar alguma satisfação ao governo brasileiro do ocorrido²⁰⁶. Em contrapartida, o resultado do processo, favorável ao réu, não contribuiu

²⁰⁴ S/ Autor. *Portugal e Brazil: conflicto diplomático – O processo no Conselho de Guerra da Marinha, do capitão de fragata Augusto de Castilho – factos e documentos*, volume 1, Lisboa, M. Gomes Editor, 1894, p. 10.

²⁰⁵ *Ibidem*, 1894, pp. 14-15.

²⁰⁶ Consta no processo, apresentado como “processo político” e não criminal, que “tendo o governo dos Estados Unidos do Brazil rompido as relações diplomáticas com Portugal, como consta da nota do appenso 1º a fl. 157, doc. nº 235, este processo foi infelizmente instaurado para com elle se demoverem os attrictos políticos d’aquelle rompimento”. *Ibidem* 1894, p. 27.

para que o episódio ficasse esclarecido, nem para que as interpretações do governo brasileiro sobre o caso fossem reconsideradas.

O corte das relações entre Brasil e Portugal teria perdurado oficialmente até março de 1895 e o seu restabelecimento deveu-se, em parte, à intermediação inglesa²⁰⁷ e ao desempenho do então ministro de Portugal no Brasil, Camelo Lampreia, responsável pelo desenvolvimento de uma política diplomática de reaproximação entre os dois países. Segundo José Calvet de Magalhães, o ministro Lampreia foi fundamental para que a ex-metrópole tomasse parte na comemoração do centenário da Abertura dos Portos (1908) assim como para viabilizar a visita do Rei D. Carlos à ex-colônia americana naquela mesma ocasião:

O ministro de Portugal no Rio de Janeiro, Carlos Lampreia, propôs ao governo português que, na ocasião daquela comemoração, o rei D. Carlos fizesse uma visita oficial ao Brasil. O governo de João Franco e o próprio monarca aceitaram a sugestão, e a visita real principiou a ser preparada cuidadosamente em Portugal e no Brasil, com o apoio do ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, e do próprio Congresso brasileiro, que aprovou os créditos necessários para custear todos os preparativos da visita do primeiro chefe de Estado português ao Brasil. A chegada do rei ao Rio de Janeiro, a bordo de um navio português, estava prevista para o dia 7 de junho de 1908²⁰⁸.

Desde o convite de honra dirigido ao monarca português para integrar aquelas comemorações de 1908, até o acerto de outros aspectos pensados para a participação portuguesa naquele certame, pode-se concluir que o Brasil pretendia homenagear a ex-metrópole por ter incentivado a sua abertura comercial aos mercados mundiais, ao

²⁰⁷ Veja-se: “A Inglaterra intervieria para o restabelecimento das relações entre Portugal e o Brazil. A gentilêsa chgou ao ponto dos brasileiros enviarem o seu novo representante numa data grata aos dois países, a 3 de maio, consagrada da desoberta das Terras de Santa Cruz por Pedro Alvares Cabral, posto de joelhos a beijar osolo bemdito e logo, diante dum altar, dando graças a Deus por sua bondade, enquanto as maravilhas dum Império fecundo avultavam seus olhos de navegador, mais habituado às cerrações do que aosdeslumbamentos. Requentara-se em amabilidades e rejubilavam os portugueses e brasileiros. Nomeava-se-se ministro para o Rio de Janeiro um poeta cujos versos andavam lá repetidos de bôca em bôca, Thomaz Ribeiro, o autor do *D. Jayme*, o mestre da poesia. O País de além-mar acreditava como seu plenipotenciário um alto espírito, o dr. Assis Brazil, comose nêste apelido quisesse substanciar que para Portugal toda a Nação se volvia. Encheram-se as ruas de povoa-fim-de se saudar o novo ministro; os jornalistas aguardaram-no no Entroncamento e quando se instalou no hotel Bragançanão chegaram as salas para conter os que o fôram cumprimentar. Resolvera-se o mais doloroso dos conflitos nacionais. Os dois povos voltavam a entender-se como irmãos que são, separados pelas águas imensas, mas unidos pelos laços do passado, gratos um ao outro, ligados desde os séculos da epopeia que a ambos envolveu”. MARTINS, Rocha. *op. cit.*, 1926, p. 301.

²⁰⁸ MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, p. 54.

mesmo tempo em que almejava estabelecer relações amistosas que contemplassem seus interesses econômicos e comerciais. Em contrapartida, o evento em questão também foi de extrema relevância para Portugal porque ofereceu uma oportunidade perfeita para o estreitamento dos laços com o Brasil. Por isso, tão logo recebido o convite, o Rei Dom Carlos não hesitou em aceitá-lo ²⁰⁹, sendo a viagem que devia fazer em 1908 apresentada como “o termo natural de todos os seus esforços” ²¹⁰.

Vale salientar que esta seria a primeira visita oficial de um chefe de Estado português ao Brasil, muito embora nunca tenha chegado a se concretizar por conta do fatídico episódio do Regicídio perpetrado no dia primeiro de fevereiro daquele mesmo ano. No entanto, apesar desta fatalidade, a presença portuguesa no centenário brasileiro de 1908 foi significativa e se orientou no sentido de uma reconciliação com a ex-colônia. Ademais, colaborou com o sentido que o Brasil visava explorar na celebração daquele evento, mostrando-se aos olhos do mundo como uma nação moderna e desenvolvida ²¹¹.

Não por acaso, dentre os prédios da Exposição Nacional do Rio de Janeiro realizada em 1908, destacou-se o Pavilhão Português - único pavilhão estrangeiro do evento - um palácio no estilo manuelino projetado pelo arquiteto brasileiro Dom Isidro Monteiro.

Vejamos:

As it was the king of Portugal who issued the famous decree in commemoration of which Brazil is holding a National Exposition, the mother country has been invited to take part in the celebration, a

²⁰⁹ Antecipando a viagem que planejava realizar para o Brasil em 1908 - e que não se concretizou devido ao seu assassinato ocorrido a 1 de fevereiro de 1909 juntamente com o seu filho, o Príncipe Luís Filipe - o Rei D. Carlos cuidou em designar uma missão especial como prova de seu agradecimento ao governo brasileiro pelo convite feito: “The government of Portugal has taken a great interest in the event, and early in July the royal cruiser, D. Amelia, was sent on a special mission to Rio, under command of Captain Nunes de Silva, carrying to the President of Brazil presents from the late King Dom Carlos (which his late Majesty was to have presented in person), and from the present King, Dom Manoel. [...] High officials of the Portuguese Court have come over to represent their sovereign, and the cordial relations between the two countries have been strengthened in closer bonds than ever by mutual expressions of fraternal interest”. WRIGHT, Marie Robinson. *op. cit.*, 1908, pp. 16-17. Ainda sobre o tema do convite dirigido ao Rei Dom Carlos I para participar do centenário da Abertura dos Portos no Rio de Janeiro, C.f. MARTINS, Rocha. *op. cit.*, 1926, pp. 548-549.

²¹⁰ CASTRO, Luís Vieira de. *D. Carlos I. Elementos de história diplomática*, Lisboa, Editorial Império, volume 1, 1936, p. 204. Ainda sobre a questão da viagem projetada pelo Rei D. Carlos I ao Brasil, C.f. CAVALHEIRO, Rodrigues. *Dom Carlos e o Brasil*, Lisboa, Política e História, 1960, pp. 125-144.

²¹¹ C.f. LANÇA, Joaquim. *op. cit.*, 1965.

spacious building called, from the style of its architecture, the Manuelino Palace, was presented to Portugal by the Brazilian government for the purpose of an exhibition hall and, in the pavilion of Portuguese art, ample space is provide for a display of particular interest and value²¹².

No anexo do Pavilhão Português, havia um espaço, que se chamou “Prédio de Belas Artes”, onde se realizou uma exposição representativa do passado comum entre Portugal e Brasil que evocava momentos estratégicos para aquela ocasião, a exemplo do “descobrimento” do Brasil; sua subsequente colonização; a chegada da família real portuguesa ao Brasil (que também completava seu primeiro centenário naquele mesmo ano de 1908), e a elevação da colônia brasileira a qualidade de vice-reino²¹³.

Com a integração portuguesa nestas celebrações se idealizava um passado compartilhado entre os dois países em causa, omitindo o quanto a própria medida da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional teria afetado a economia metropolitana bem como as consequências negativas que a transferência da família real para o Brasil acarretara para Portugal. Além disso, o fato do Brasil ser uma república e Portugal uma monarquia era algo que não se mencionava no trato entre as cúpulas dos dois países, assim como também não se falava no incidente diplomático do final do século e muito menos se mencionava o exílio dos Bragança imposto pelo governo republicano brasileiro²¹⁴. O que estava em jogo aqui era uma encenação do passado que forjava uma continuidade com o presente, onde as rupturas eram esquecidas, de modo

²¹² WRIGHT, Marie Robinson. *op. cit.*, 1908, pp. 16-17.

²¹³ *Ibidem*, pp. 73-74.

²¹⁴ O convite dirigido ao Rei de Portugal D. Carlos I e por este aceito, implicava em uma certa omissão das desavenças do passado entre Brasil e Portugal em nome dos interesses do presente. Neste sentido, segundo Rocha Martins, “Festajavam, pois, os brasileiros, o centenário do início da sua emancipação que se principiara pelo fator econômico e acabara no acto político. D. João VI, celebrado como um grande Rei no Brasil, era desdenhado em Portugal. O seu descendente devia chegar em junho, a 7, ao Rio de Janeiro. A colônia preparava uma recepção magnífica ao Soberano. Tinham-se colhido já quantias de e pensava-se em celebrar um tratado de comércio entre as duas Nações, em restabelecer de vez as carreiras da navegação, criando-se em Lisboa o entre-posto para as mercadorias brasileiras. Ao sentimentalismo de dois povos labutadores acrescentava-se a liga firme dos dos recíprocos interesses. [...] A Rainha acompanha-lo hia, esquecendo ambos as famílias de Bragança e de Orléans destronadas, havia dezassete anos, para só pensarem nos grandes resultados desta viagem”. MARTINS, Rocha. *op. cit.*, 1926, pp. 548-549.

que fosse possível recuperar a “amizade” brasileira e concretizar uma série de acordos e tratados que trouxessem vantagens recíprocas às economias de ambos os países ²¹⁵.

No entanto, a relevância da participação portuguesa não se limitou exclusivamente às representações idealizadoras do passado. No Pavilhão Manuelino, como também ficou conhecido o Pavilhão Português, os visitantes podiam apreciar uma exposição sobre os atuais aspectos econômicos e sociais de Portugal ²¹⁶. Também obteve grande destaque na imprensa brasileira a *vernissage* da Exposição sobre Portugal que se realizou no anexo Belas Artes ²¹⁷, mostra que, entre outras obras de artistas portugueses, exibiu uma tela da Rainha Dona Amelia.

Segundo o artista português Jorge Collaço,

[...] sua Majestade a Rainha D. Amelia, ao ter sciencia de que as artes portuguezas concorreriam ao certâmen brasileiro, dissera: - “Tenho muito desejo de mandar ao Brasil um quadro meu, que não vá dizer só ao Brasil o muito que estimo esse paiz, como será também uma espécie de saudação que faço aos bons portuguezes que tanto amor sabem ter pela sua pátria”. E a rainha, lamentando-se por não lhe permitir o estado de abatimento moral em que vive fazer trabalho novo, entregou a Jorge Collaço uma téla, representando uma paisagem portuguesa, um trecho de campo com um carro puxado por dois bois ²¹⁸.

Vale ressaltar que nesta mesma Exposição também figurava um quadro do recém-assassinado Monarca D. Carlos I, intitulado “Paizagem Alentejana”, para além de outro da autoria da duquesa de Palmela. O jornal carioca *O Paiz* fez uma espécie de

²¹⁵ Fazia parte dos planos de Portugal a realização de convênios de ordem comercial mediante a criação de uma linha de navegação entre os dois países em destaque, de um entreposto e de um porto franco para os produtos brasileiros em Lisboa, que desde aí poderiam circular para toda a Europa. C.f. ALVES, Jorge Fernandes. *op. cit.*, 1999, p. 11.

²¹⁶ Estavam expostos no Pavilhão Manuelino alguns dos produtos mais relevantes da produção econômica portuguesa, como vinhos, queijos, manufaturados, azeite de oliva, cortiça, etc. C.f. WRIGHT, Marie Robinson. *op. cit.*, 1908, p. 68.

²¹⁷ De acordo com o jornal carioca *Correio da Manhã*, “Das 4 as 5 horas da tarde do dia 11 foi grande a romaria ao belo anexo, onde as Bellas Artes de Portugal estão installadas. Os membros da comissão recebiam os seus convidados, e faziam as honras dos seus bellos salões, explicando a historia de alguns dos quadros expostos e dando todas as informações necessarias para melhor elucidação dos visitantes”. *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), terça-feira, nº 2.584, 8º ano, 11 de agosto, 1908, p. 1.

²¹⁸ *Ibidem* 1908, p. 1.

rescensão das obras expostas, na qual é possível surpreender o interesse em homenagear a memória do Rei Dom Carlos I naquela ocasião tão próxima ao regicídio ²¹⁹.

Para além das exposições realizadas no Pavilhão Manuelino e no anexo Belas Artes, a seção portuguesa lançou dois volumes de um livro de divulgação de ensinamentos históricos, geográficos e socioeconômicos do Portugal contemporâneo ²²⁰. Não podemos deixar de lembrar que, nesta época, este tipo de evento, que contemplava, sobremaneira, o conteúdo de exposições – históricas, ou artísticas –, se destinava a louvar os caminhos da modernização e do progresso das nações, propagando-os ao mundo. Deste modo, Portugal também se adaptou a lógica deste tipo de iniciativas que, no caso em análise, pretendia apresentar os avanços da indústria, da ciência e da tecnologia no Brasil, vendendo a idéia de um país moderno ²²¹.

A colaboração portuguesa com o Brasil no centenário de 1908 também se traduziu numa série de homenagens da parte das autoridades da antiga colônia americana. Assim podemos constatá-lo no discurso de inauguração, proferido pelo Chefe Diretor da Exposição Nacional, Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, que

²¹⁹ “Quatro grandes retratos a oleo reclamam o olhar do visitante; são de D. Carlos, da Rainha D. Amelia, do infeliz príncipe herdeiro D. Luiz Felipe e de D. Manoel II. Dezenas de outros trabalhos espalham-se por esse salão; o que se lhe segue é especialmente dedicado á pintura, de que, aliás, há numerosos trabalhos pelas outras salas do edificio. Lá está Columbano com aquele rigor de verdade physiologica, que poucos como ele sabem dar aos seus retratos; lá figura Malhoa, em sua variada collecção de trabalhos, como sejam *Os bebedos*, na feição de Rembrandt; *O barbeiro na aldeia* e *A Procissão*, telas características da vida portugueza; lá se encontram Salgado, com uma serie de magníficos retratos; Sousa Pinto, com sua feição bizarra de artista portuguez influenciado pela arte francesa, a que ele deve, por certo, a execução do admirável trabalho que é *Au bon coin*, um minúsculo quadrinho de o,m 30, em que o artista aproveita o efeito da noite; Carlos Reis, com o grande retrato a oleo de D. Carlos I, seguido do seu Estado-amior; enfim, muitos outros artistas, cuja enumeração não faremos agora mas de que nos ocuparemos em tempo, porque os seus trabalhos mercem mais que uma simples refferencia, como as que temos feito aqui”. *O Paiz*, (Rio de Janeiro), terça-feira, 11 de agosto, nº 8713, 24º ano, 1908, p. 1.

²²⁰ C.f. TEIXEIRA, Judice; ARROYO, António. *Notas sobre Portugal – Exposição nacional*, volume 1 – volume 2, Rio de Janeiro, Seção Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

²²¹ Acerca da apresentação do Brasil como uma nação moderna na ocasião do centenário da abertura dos portos: “A Exposição Nacional de 1908, realizada entre os dias 28 de janeiro a 15 de novembro de 1908, na Praia Vermelha, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, foi promovida pelo Governo Federal, para celebrar o centenário do início das livres transações marítimas. O grande evento, também tinha como objetivos fazer um inventário da economia, da cultura, da história do país e apresentar a nova Capital da República - urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz – a diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram, revelando o Brasil, sua diversidade e seus contrastes, pela primeira vez em toda a sua complexidade”. GOMES, Renato Cordeiro. “Progresso, velocidade, máquina e mídia: um futurismo periférico e a crônica jornalística de João do Rio”. Trabalho apresentado ao *XIX Encontro da Compós*, PUC-Rio, 2010, p. 2. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt5_renato_cordeiro_gomes.pdf Acessado em 05/04/2014.

atribuiu à ex-metrópole os primeiros ensinamentos de comercialização no âmbito internacional e a possibilidade de exercer a sua liberdade de transações marítimas devido a declaração da abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras ²²². No mesmo tom de gratidão e enaltecimento, o Dr. Miguel Calmon destacou a ativa participação da delegação portuguesa naquele evento e rendeu homenagens ao Rei Dom Carlos, destacando a devoção e o carinho que os brasileiros tinham por sua figura ²²³.

Um exame crítico da interação entre Portugal e Brasil na Exposição Nacional de 1908, realizada na Praia Vermelha do Rio de Janeiro, nos leva a concluir que a encenação de um passado comum era algo convergente entre estes dois países, e naquela conjuntura, também vinha ao encontro do interesse que influentes setores de ambos os países tinham em atenuar e em superar a onda de lusofobia da década anterior, particularmente incentivada pelos setores mais radicais do republicanismo brasileiro, agora em perda. Por outro lado, não se pode esquecer que, do ponto de vista social, se estava num momento em que as taxas de emigração portuguesa para o Brasil caminhavam para os seus máximos, realidade que as elites políticas tinham de sopesar.

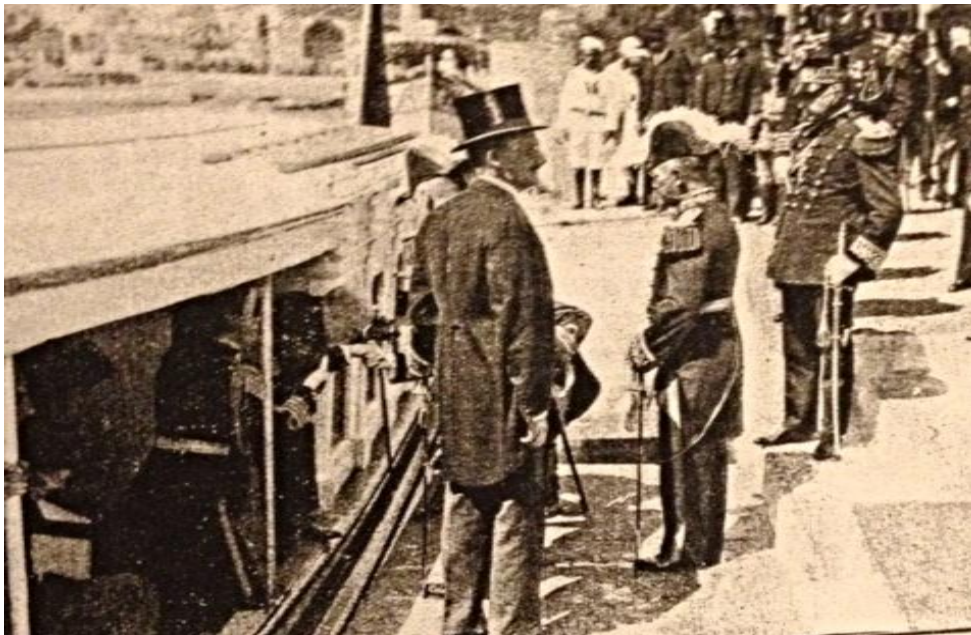
²²² “Referring to the Portuguese exhibit, Dr. Olyntho called attention to the appropriateness of having the mother country represented in a celebration commemorative of a date equally noted in the annals of both countries, and he paid a high tribute to the metropolis from which the Brazilian province of a century ago took its first lessons in commercial enterprise”. WRIGHT, Marie Robinson. *op. cit.*, 1908 *op. cit.*, 1908, p. 34.

²²³ *Ibidem*, 1908, p. 36.

Portugal e o centenário da independência do Brasil (1922)



O Presidente brasileiro Epitácio Pessoa ladeado por Gago Coutinho e Sacadura Cabral no Palácio do Catete em 1922 na ocasião dos festejos do centenário da independência do Brasil. PEDROSO, Joaquim; MAGALHÃES, J. A. de (organizadores). *Album: Portugal no primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Papelaria União, 1922, p. 48.



Chegada do Presidente português António José de Almeida ao Brasil para as comemorações de 1922. *Ibidem*, 1922, p. 68.

As subseqüentes visitas de Campos Sales²²⁴ e de Hermes da Fonseca²²⁵ a Portugal, em resposta aos convites que lhes foram dirigidos pelo governo deste país, demonstram a intensificação das relações luso-brasileiras nas primeiras duas décadas do século XX. O fato é que tais visitas, realizadas em momentos tão efervescentes da realidade política da antiga metrópole, foram cruciais para o reconhecimento quase que imediato do governo brasileiro ao novo regime republicano instaurado em cinco de outubro de 1910²²⁶.

A partir de então, é possível afirmar que, de certa forma, o espectro neocolonial que acompanhava as relações entre Brasil e Portugal, e que teria concorrido para anteriores desavenças entre as duas nações – a exemplo do episódio da Segunda Revolta da Armada ocorrida em 1894 –, deixava de representar qualquer ameaça. Em outras palavras, com o fim da monarquia e o advento da república na ex-metrópole, as possibilidades de uma possível recolonização da antiga colônia americana pareciam finalmente improváveis.

De todos os modos, a partir de então, podemos perceber um melhor entendimento de ambos os lados, quer fosse pelo desempenho dos diplomatas republicanos portugueses no Brasil – Antônio Luiz Gomes e Bernardino Machado – ou da ação de diplomatas e políticos brasileiros que contribuíram para uma reaproximação com a ex-metrópole, – a exemplo do ministro brasileiro das relações exteriores Dr. Lauro Müller e do senador gaúcho Pinheiro Machado²²⁷.

²²⁴A 5 de agosto de 1898 o Presidente Campos Sales chegava a Lisboa a bordo do navio *Thames*. Dentre as homenagens que lhe foram prestadas em Portugal, destacamos o banquete oferecido pelo Rei Dom Carlos na SGL no dia 6 de agosto. C.f. MONTEIRO, Tobias. *op. cit.*, 1990, pp. 207-215.

²²⁵ O Presidente Hermes da Fonseca teria chegado a Portugal no dia 1 de outubro de 1910 a bordo do encouraçado São Paulo. C.f. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, p. 54.

²²⁶ A Revolução Republicana que estourou nas ruas de Lisboa a 4 de outubro de 1910 triunfou e no dia seguinte estava declarada a República em Portugal. No dia 5 o Presidente Hermes da Fonseca deixava o Porto de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, mas já no dia 6 deixava claro que o Brasil reconheceria a República portuguesa tão logo a maioria de sua população se mostrasse favorável ao novo regime instaurado em Portugal, o que veio a acontecer em 22 de outubro daquele mesmo ano. C.f. *Ibidem*, 1997, p.55. Ainda sobre o reconhecimento da República portuguesa por parte do Brasil, C.f. S/ Autor, *Livro D'Oiro e Catalogo Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, Lisboa, Editora da Imprensa Nacional, 1922, p. 5.

²²⁷ *Ibidem*, 1922, p. 6.

Ainda neste contexto da retomada das relações luso-brasileiras nas duas primeiras décadas do século XX, destacamos a instituição do feriado do dia do “descobrimento” do Brasil no calendário dos feriados nacionais portugueses. No dia primeiro de maio de 1912, o Parlamento de Lisboa, por proposta de Afonso de Lemos, Magalhães Lima (nascido no Brasil), Rovisco Garcia e Bernardino Machado (nascido no Brasil e filho de portugueses que retornaram ao seu país de origem então denominados por “torna-viagem”), dedicou o dia 3 de maio para evocar o descobrimento da terra de Vera Cruz. A partir de então este dia seria lembrado e celebrado como o dia do Brasil ²²⁸. E por fim, temos a elevação da legação portuguesa sediada no Rio de Janeiro ao estatuto de Embaixada, medida também retribuída pelo governo brasileiro com sua legação em Lisboa ²²⁹.

De fato, a criação das embaixadas abriu novos caminhos para a efetivação de uma política diplomática luso-brasileira. Não obstante, para além do entendimento proporcionado pela adesão comum ao mesmo modelo de governo republicano nas duas pontas do Atlântico, também a coparticipação de Portugal e Brasil na primeira grande guerra teria reforçado o entendimento luso-brasileiro ²³⁰.

Como já foi dito, não podemos deixar de lembrar que o presidente brasileiro Hermes da Fonseca reconheceu em primeira mão a república recém-instaurada em Portugal em 1910. Mesmo antes deste fato se consumar, e ainda na ocasião de sua posse no cargo de Presidente da República, a antiga metrópole teria prestado sua primeira homenagem a um país estrangeiro. Portugal enviou ao Brasil, na qualidade de seu representante,

²²⁸ “No dia 01 de maio de 1912, o Parlamento Português, por proposta de Afonso de Lemos, Magalhães Lima, Rovisco Garcia e Bernardino Machado, declarou de gala nacional o 3 de maio, data do descobrimento da Terra de Vera-Cruz. É o dia do Brasil, destinado para sempre ao culto sagrado do amor que lhe votamos”. *Ibidem*, 1922, p. 6.

²²⁹ Vejamos: “Num gesto de aproximação luso-brasileira, ambos os governos decidiram, em 1913, elevar à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro. O parlamento português pela lei de 10 de julho de 1913, autorizou o governo a elevar à categoria de Embaixada a legação portuguesa no Rio de Janeiro, a que o governo procedeu por decreto a 1 de Novembro. Idêntica autorização foi aprovada pelo parlamento brasileiro e sancionada pelo decreto do governo brasileiro a de 7 de janeiro de 1914”. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p.56.

²³⁰ Veja-se: “Com a comunhão de instituições republicanas e com a co-participação na grande guerra pelo direito, estreitou-se intimamente a inata e a indissolúvel aliança entre portugueses e brasileiros”. S/ Autor. (Livro D’Oiro...) *op. cit.*, 1922, p. 5.

Manuel de Carvalho, bem como um navio de guerra, para saudar o novo presidente oriundo das forças militares brasileiras ²³¹.

Esboçado o panorama da diplomacia luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX, podemos dizer que a participação portuguesa nas comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil deu continuidade ao ensejo de uma nova fase das relações entre os dois países. Ademais, a presença da delegação lusitana nas festas do centenário brasileiro de sua independência foi marcante e obteve um efeito bastante positivo na opinião pública da antiga colônia. Neste sentido, destacamos a ida do presidente português Antônio José de Almeida ao Brasil que, vale salientar, foi a primeira visita de um chefe de Estado português desde a independência da antiga colônia americana que ocorrera há exatos cem anos.

Os dezenove discursos ²³² proferidos pelo presidente português ressaltavam os vínculos históricos, culturais e linguísticos entre as duas pátrias em questão, o que contribuiu para que o espírito de fraternidade luso-brasileiro fosse exaltado na ocasião das comemorações brasileiras de 1922, a despeito das reais consequências negativas que a emancipação política brasileira trouxe ao relacionamento entre ex-colônia e ex-metrópole nos idos de 1822 e nos anos subsequentes:

Brasil e Portugal são duas patrias irmãs, cada uma vivendo em sua casa, tendo um passado até cem annos commum e um futuro, em pontos, diverso, mas, em tantos outros quivalentes. Os Brasileiros sentem-se em Portugal como na sua Patria. Os Portuguezes, em vastos núcleos de trabalhadores, sentem-se no Brasil, como na sua própria terra. As mesmas instituições republicanas, embora sob aspecto differente, governam e dirigem as duas nações, que têm dado provas ambas ellas de amar sinceramente a democracia. Uma língua incomparável que retine o melhor ouro da linguagem humana e dispõe de um poder plástico sem igual, serve – maravilhoso instrumento de civilização e solidariedade – os dous povos que se sentem presos nas espiras desse verbo quase divino. Que outra coisa é preciso para que elles se auxiliem sempre e se entendam cada vez mais? Creio que coisa nenhuma, já que o sentimento fraterno que enleia os seus

²³¹ “A primeira homenagem externa da República Portuguesa foi para o Brasil, indo saúda-lo como enviado extraordinário Manuel de Carvalho, comandando um navio de guerra, por ocasião da posse no novo presidente, no aniversario da proclamação da República brasileira”. I.d., 1922, p. 5.

²³² De acordo com José Calvet de Magalhães, “A visita de Anónio José de Almeida constituiu um notável sucesso pessoal. As suas conhecidas qualidades oratórias impressionaram vivamente os Brasileiros, para quem a oratória foi sempre um culto preferido. Em dez dias que permaneceu na capital brasileira, António José de Almeida proferiu dezanove discursos”! MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, p. 58.

corações, perennemente alvoroçados pela estima commum, é tão forte, que em caso nenhum a vontade dos homens o póde quebrar²³³.

Entretanto, a relevância das festas de 1922 para as relações entre o Brasil e Portugal não se restringiu ao campo estritamente político. Sem dúvida, devemos elucidar que um dos maiores investimentos na construção de um espírito fraterno entre portugueses e brasileiros se depositou na exploração simbólica da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabra. Com este feito, dir-se-ia que o Brasil estava a ser revisitado por novos “descobridores”, que apresentavam ao mundo um novo meio de ligação entre o Atlântico Sul e o Atlântico Norte: os ares. Na lógica dos interesses portugueses, ao mesmo tempo em que se simbolizava a permanência de uma ligação histórica (que as novas emigrações tinham reavivado), mostrava-se a manutenção da capacidade de aventura, bem como o estágio de desenvolvimento tecnológico e científico de um Portugal moderno que inaugurava uma nova fase de entendimento com a nação brasileira, maneira de também responder àqueles que continuavam a apontar a herança lusitana como a principal responsável pelo atraso da ex-colônia.

Foi precisamente sob a ótica positiva que o artista modernista e então diretor da Revista *Ilustração Portuguesa* – António Ferro – interpretou o emblemático voo realizado por Gago Coutinho e Sacadura Cabral:

Eu vinha afirmar ao Brasil a maré-cheia de anciedade que vae pela minha pátria anunciar-lhe a ressurreição do Portugal moderno, do Portugal menino, que acaba de ser dado, outra vez, à luz, à luz do sol que o queimou, que, despeitado, o lançou ao mar, ao mar que não lhe faz mal, porque Portugal e o mar são irmãos gêmeos. [...] Perante a viagem de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, – disse eu – essa viagem que é um vibrar de estrophes, eu sinto-me insignificante, mesquinho, hummilde, na minha viagem commoda e tranquillã. Que mais poderei eu dizer ao Brasil que elles vão dizer? Resta-me apenas

²³³ PEDROSO, Joaquim; MAGALHÃES, J. A. de (organizadores). *Album: Portugal no primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Papelaria União, 1922, pp. 71-72. Ainda sobre a participação portuguesa no centenário da independência do Brasil, C.f. JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. “As comemorações do sete de setembro em 1922: uma (re) leitura da história do Brasil” in *Revista de História Comparada*, nº 2, volume 5, 2011, pp. 155-178. Disponível em: http://www.hcomparada.ifes.ufri.br/revistahc/artigos/volume005_Num002_artigo008.pdf Consultado em 06/04/2012; MOURA, Ignacio Baptista de. *Brasil - Portugal: a primeira travessia aérea inter-oceanica de Lisboa ao Rio de Janeiro em 1922*, Belém, Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1922

afirmar ao Brasil que em Portugal há tantos aviões como almas, almas que ardem no desejo sagrado de subir....²³⁴.

António Ferro proferiu tais palavras em uma entrevista realizada no Palace Hotel (Rio de Janeiro) concedida ao jornalista Álvaro Moreyra, da *Ilustração Brasileira*, em junho de 1922. Como podemos perceber, o artista/ escritor português preocupou-se em transmitir uma imagem moderna de Portugal, mas sem deixar de exaltar os vínculos históricos entre o seu país e o Brasil. Sua visão da primeira travessia aérea Rio-Lisboa é fundamental para percebermos esta viagem como o traço mais expressivo e estrategicamente explorado pela participação portuguesa nas comemorações do centenário da independência do Brasil.

Na verdade, a viagem realizada pelos dois pilotos portugueses não deixava de ter efeito alegórico para demonstrar, a nível mundial, a aprovação recíproca entre as repúblicas portuguesa e brasileira, sob a encenação de um espírito fraterno e amistoso, se eliminando assim qualquer rastro de mau entendimento político até então presente na história dos dois países. Neste sentido, o presidente Antônio José de Almeida acrescentou sobre os pilotos portugueses que, “Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram ainda, e mais uma vez, o traço de união entre as duas pátrias distantes, mas que se continuam e se completam em uma só grande Pátria”²³⁵.

Como se antevia, a travessia aérea Rio-Lisboa - fato de suma relevância para a história da aviação mundial - insuflou os sentimentos patrióticos dos portugueses e de muitos brasileiros em torno de uma viagem que foi capaz de fazê-los reviver um momento glorioso da história portuguesa, considerado o começo da história do Brasil. Deste modo, não erramos em dizer que o efeito sentimental alcançado pela travessia atlântica lograda pelos dois pilotos portugueses foi incomparavelmente superior ao da presença do próprio representante do chefe de Estado português nos festejos da independência brasileira. Assim o confirmaram os jornais brasileiros da época ao

²³⁴ FERRO, António. “Os novos de Portugal aos novos do Brasil” in *Ilustração Brasileira*, nº 22, 2º ano, 24 de junho, Rio de Janeiro, 1922, p. 6.

²³⁵ ALMEIDA, António José de. *Discursos do Dr. António José de Almeida*, Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922, pp. 3-4.

dedicarem mais espaço às notícias do *raid* aéreo Lisboa-Rio do que à presença de Antônio José de Almeida ²³⁶.

Contudo, mesmo antes da primeira travessia aérea Rio-Lisboa e da chegada do presidente português ao Brasil em 1922, a participação portuguesa no centenário da independência brasileira já era um tópico especialmente estudado pela organização deste evento. Assim, no quadro das programações deste centenário, realizou-se a Exposição Internacional no Rio de Janeiro, certame em que Portugal ocupou dois pavilhões exclusivos, destinados a divulgar um pouco de sua história, obra colonizadora, cultura, indústria e comércio. Foram eles o “Pavilhão das Indústrias” e o “Pavilhão de Honra”. Este último foi o único pavilhão de um país estrangeiro a estar situado juntamente aos do Brasil, o que é bastante sintomático para percebermos o lugar que era atribuído à participação portuguesa enquanto parte relevante da história de sua ex-colônia assim como para destacar a amistosa relação entre ambos os países.

²³⁶ O *Diário de Pernambuco* dedicou diversas páginas contando toda a epopéia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral desde a saída de Lisboa a cada uma de suas paradas pelas cidades brasileiras. Em contrapartida, a visita do presidente Antônio José de Almeida ou dividia página com as notícias dos aviadores portugueses que sempre estavam em posição de destaque, ou aparecia na segunda ou terceira página, ou em tópicos específicos relativos ao centenário da independência. Sobre a chegada dos aviadores ao Recife, primeira cidade brasileira onde os pilotos aterrissaram, C.f. *Diário de Pernambuco*, (Recife), quarta-feira, nº 126, 34º ano, 6 de junho, 1922, p.1-2; *Ibidem*, quinta-feira, nº 127, 34º ano, 7 de junho, 1922, pp. 1-3; *Ibidem*, sexta-feira, nº 128, 34º ano, 8 de junho, 1922, pp. 1-3, 5. Sobre a chegada dos aviadores a cidade de Salvador, C.f. *Ibidem*, sábado, nº 129, 34º ano, 9 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, segunda-feira, nº 130, 34º ano, 11 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, terça-feira, , nº 131, 34º ano, 12 de junho, 1922, p.1; *Ibidem*, quarta-feira, nº 132, 34º ano, 13 de junho, 1922, p.1. Sobre a chegada dos aviadores em Porto Seguro, C.f. *Ibidem*, quinta-feira, nº 132, ano 34º, 14 de junho, 1922, p.1; *Ibidem*., sexta-feira, nº 133, 34º ano, 15 de junho, 1922, pp. 1-2. Sobre a chegada dos aviadores em Vitória, C.f. *Ibidem*, segunda-feira, nº 134, 34º ano, 18 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, terça-feira, nº 135, 34º ano, 19 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, quarta-feira, nº 136, 34º ano, 20 de junho, pp. 1-2; *Ibidem*, quinta-feira, nº 137, 34º ano, 21 de junho, 1922, p. 1; *Ibidem*, sexta-feira, nº 138, 34º ano, 22 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, sábado, nº 139, ano 34º, 23 de junho, 1922, p. 1; *Ibidem*, domingo, nº 140, 34º ano, 24 de junho, 1922, p. 1; *Ibidem*, segunda-feira, nº 141, 34º ano, 25 de junho, 1922, p. 1; *Ibidem*, terça-feira, nº 142, 34º ano, 26 de junho, 1922, p. 2; *Ibidem*., quarta-feira, , nº 143, 34º ano, 27 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, nº 144, ano 34, quinta-feira, 28 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, sexta-feira, nº 145, 34º ano, 29 de junho, 1922, p. 1; p. 3; *Ibidem*, sábado, nº 146, 34º ano, 30 de junho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, domingo, nº 147, 34º ano, 01 de julho, 1922, pp. 1-2; *Ibidem*, nº 148, 34º ano, segunda-feira, 02 de julho, 1922, pp. 1-2. Do Rio, os aviadores seguiram de trem para a cidade de São Paulo onde foram ovacionados e homenageados pela população paulista. C.f. *O Estado de São Paulo*, (São Paulo), domingo, nº 15.868, 58º ano, 02 de julho, 1922, p.1. Naturalmente, há muitos outros jornais de diversos estados brasileiros que noticiavam as viagens dos dois pilotos portugueses pelo Brasil, mas os que aqui foram citados servem apenas para referenciar o tema pela ótica da imprensa brasileira. Também a presença do presidente Antônio José de Almeida é noticiada nos jornais mencionados, embora de um modo secundarizado se comparada ao protagonismo concedido a abordagem da epopeia de Gago Coutinho e Sacadura Cabral entre Lisboa e Rio de Janeiro, assim como dentro do território brasileiro.

O Pavilhão das Indústrias e o Pavilhão de Honra foram desenhados pelos arquitetos portugueses Carlos Ramos e Ricardo Severo e foram os últimos a serem inaugurados na Exposição Internacional do Rio de Janeiro ²³⁷. Os motivos da inauguração tardia se deveram também ao fato da chegada dos membros da Comissão Executiva da seção portuguesa do centenário da independência – Visconde de Pedra Alva e Lisboa Lima ²³⁸ - se ter atrasado e do tempo que levaram para definir o programa oficial da participação da ex-metrópole naquela Exposição. Demais, a instalação de dois pavilhões próprios implicou trabalho duplicado, e o lugar de honra que se dirigia à sua participação junto às autoridades brasileiras aumentava as exigências para que o país pudesse representar-se bem num acontecimento de dimensão internacional.

Arquitetonicamente, os dois pavilhões seguiram o estilo *neocolonial*, dominante naquele período na América Latina e no Brasil ²³⁹. Por sua vez, a escolha do arquiteto português radicado em São Paulo, Ricardo Severo - considerado “o pioneiro do tradicionalismo na arquitetura” ²⁴⁰ - para os construir nos parece algo extremamente

²³⁷ O *Diário de Lisboa* comentava com tom irônico a demora da inauguração dos pavilhões portugueses na Exposição Internacional do Rio de Janeiro: “O Sr. Dr. Duarte Leite comunicou ao governo que os nossos pavilhões, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, talvez sejam inaugurados antes de 15 de maio. Esta maneira dubitativa de dizer o que se não sabe faz-nos lembrar aquele individuo que, interrogado pelo seu credor sobre o dia certo do pagamento duma divida, respondeu: - Só lhe pagarei, no dia em que o Sr. Não seja curioso.” *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quarta-feira, nº 640, 3º ano, 9 de maio, 1923, p.1. Finalmente o Pavilhão da Honra foi inaugurado a 21 de maio de 1922 e o Pavilhão das Indústrias dois dias depois. C.f. PEDROSO, Joaquim; MAGALHÃES, J. A. de (organizadores). *op. cit.*, 1922, pp. 71-72.

²³⁸ C.f. *Diário de Pernambuco*, (Recife), domingo, nº178, 34º ano, 20 de agosto, 1922, p. 1.

²³⁹ Acerca do tema do *neocolonial* na arquitetura brasileira, veja-se: “As comemorações do centenário da independência, a Semana de Arte Moderna de 1922, bem como o inquérito ‘Arquitetura Colonial’ promovido pelo ‘O Estado de São Paulo’ em 1926 indicam a hegemonia da arquitetura *neocolonial* nesse momento. Contudo, esta hegemonia não significava uma homogeneidade de leituras e proposições acerca do passado-futuro de nossa arquitetura, nem a inexistência de oposições ao movimento. O inquérito organizado ‘por Fernando de Azevedo, sob influência de Severo e Mariano’ n’*O Estado* surgiu em razão da ‘acalorada discussão entre arquitetos e artistas’ gerada pelo aumento do prestígio e divulgação do *neocolonial*, ao mesmo tempo em que pretendia rebater as críticas feitas ao movimento, esclarecer e divulgar os seus princípios, de modo a ‘assentar as bases da renovação da arquitetura, dentro do espírito tradicionalista e de defesa de nossas velhas casas e igrejas de valor artístico ou de tradições históricas’. Dele, participaram os maiores expoentes desse ‘movimento de renascença tradicionalista’, ou ‘campanha de arte tradicional’, além de Ricardo Severo apresentado como o pioneiro do tradicionalismo na arquitetura, José Wash Rodrigues, Alexandre de Albuquerque, [...], José Mariano Filho [...] e Adolfo Pinto Filho”. Mesmo não sendo o único modelo existente nos anos da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil realizada no Rio de Janeiro, o estilo neocolonial foi o modelo hegemônico e adotado na construção dos pavilhões portugueses naquele evento, pela autoria de Ricardo Severo. C.f. MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007, p. 68.

²⁴⁰ *Ibidem*, 2007, p. 68.

harmônico com as próprias pretensões de Portugal em se fazer presente naquelas comemorações de 1922, que consistiam essencialmente em uma reaproximação diplomática e política com a ex-colônia ²⁴¹.

No entanto, ainda que este estilo tratasse de uma “nova” releitura do passado, apostada em sinalizar a importância da matriz cultural lusitana, a verdade é que a opção decorria na conjuntura em que a emergência do movimento modernista - que teve o seu grande palco na “Semana de Arte Moderna”, realizada entre 11 e 17 de fevereiro de 1922, em São Paulo - colocava em novos moldes o repensamento das raízes do Brasil.



Pavilhão de Honra de Portugal junto aos pavilhões nacionais. PEDROSO, Joaquim; MAGALHÃES, J. A. de (organizadores). *op. cit.*, 1922, p. 98.

²⁴¹ “O projeto de aproximação com o Brasil desenvolveu-se ainda mais depois da proclamação da República portuguesa em 1910. A parte da questão da relevância do reconhecimento internacional do novo regime instaurado em Portugal, também a questão da manutenção das colônias se fazia urgente na agenda diplomática portuguesa. Neste sentido, uma reaproximação com o Brasil poderia significar uma nova era de entendimento entre os governos dos dois países, de onde poderia vir o apoio da antiga colônia aos projetos colonialistas da ex-metrópole. C.f. FERREIRA, Marie-jo. “As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidadeluso-brasileira” in *Modernidades Alternativas*, Rio de Janeiro, Editora da fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 119-138.



Pavilhão Português das Indústrias. *Ibidem* 1922, p. 100.

A propósito das finalidades da participação portuguesa nas comemorações brasileiras de 1922, vejamos as palavras de Lisboa de Lima, comissário geral do governo português na Exposição Internacional do Rio de Janeiro:

O esforço português nesta Exposição Internacional encontraria, por certo o carinhoso apoio do grande mercado brasileiro que abrirá largamente os braços aos produtos portugueses. Confirmando mais uma vez, e nesta hora em que os povos se buscam e se estudam, que o Brasil e Portugal continuam fraternalmente unidos na defesa dos seus mútuos interesses, conseqüência lógica das vibrações inconfundíveis de uma idêntica sentimentalidade e de uma linguagem em que se confunde em um mesmo ritmo de elegância e de beleza ²⁴².

Não podemos deixar de lembrar que no ano de 1922, Portugal e Brasil já ensaiavam seu primeiro acordo comercial, muito embora, naquele ano, apenas um documento tivesse sido assinado pelo Presidente da República brasileira e portuguesa (dizia

²⁴² S/ Autor. *Livro D'Oiro e Catalogo Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, *op. cit.*, 1922, p. 15.

respeito a questões de propriedade literária e artística). No entanto, como faltava pouco mais de um mês para concluir seu mandato, o presidente brasileiro Epiácio Pessoa parecia não demonstrar interesse em celebrar convênios naqueles dias de festa com Portugal ²⁴³. Mas, seja como for, as bases de um novo acordo e de tantos outros pareciam estar mais sólidas para uma futura concretização a partir do contato da comissão portuguesa e do Presidente António José de Almeida com as autoridades brasileiras.

Cinquenta anos depois, Portugal voltará a desempenhar um papel de suma relevância nas comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil. A visita do Presidente português Américo Thomaz e do primeiro ministro Marcelo Caetano, que traziam consigo os restos mortais de Pedro I do Brasil e IV de Portugal para serem depositados no Museu do Ipiranga, em São Paulo, ajudou a consagrar o lugar do herói português na memória cívica brasileira, gesto que também pretendia simbolizar os elos históricos existentes entre o Brasil e Portugal, fato que era demandado pela própria realidade daquele presente ²⁴⁴. Na altura, a Comunidade Luso-Brasileira tinha sido criada há um ano.

Mas, nesta ocasião, o Império lusitano já estava moribundo e as explorações simbólicas do Brasil enquanto estratégia de defesa do colonialismo português também já não surtiam os efeitos de outrora. Ora, a conjuntura internacional fechava o cerco às

²⁴³ Segundo José Calvet de Magalhães, “A missão que acompanhava o presidente tencionava negociar diversos convênios com as autoridades brasileiras, mas o único acordo assinado, que foi preparado por Jaime Cortesão e João de Barros, foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, firmada em 26 de setembro, que só viria a ser ratificada em 4 de abril de 1924, durante a presidência de Teixeira Gomes. Francisco Antonio Correia teve várias entrevistas com várias personalidades importantes do mundo econômico e tentou preparar as bases para um almejado acordo comercial. Nada de concreto foi, porém, neste e noutros domínios sobre os quais a comissão portuguesa ambicionara firmar acordos. O mandato presidencial de Epiácio Pessoa terminava em 15 de novembro daquele ano, e a administração brasileira de então não estava em encetar negociações ou celebrar acordos. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, pp. 58-59.

²⁴⁴ Em entrevista concedida a imprensa portuguesa o então embaixador do Brasil em Portugal (no ano de 1972) relata como os restos mortais de Dom Pedro I foram recebidos no Brasil na ocasião do sesquicentenário da independência daquele país: “Como não poderia deixar de ser – principiou por nos dizer o Professor Gama e Silva – com júbilo e profunda gratidão. Desejo há muito acalentado pelo povo brasileiro, que já construíra no monumento do Ipiranga em São Paulo, o mausoléu destinado a acolher as cinzas do seu primeiro Imperador e Defensor Perpétuo, de norte a sul do país as manifestações foram as mais eloqüentes, salientando-se o pronunciamento feito, a 12 de agosto de 1971, pelo ilustre Presidente Emílio Garrastazú Medici, na resposta que dirigiu ao eminente chefe de Estado de Portugal, Almirante Américo Deus Rodriguez Thomaz. E a nossa gratidão será eterna e jamais desmerecida”. S/ Autor. *A entrega dos restos mortais de D. Pedro IV à nação brasileira – depoimentos e entrevistas*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Companhia Nacional, 1972, pp. 17-18.

dominações políticas sobre outros povos, ao passo que a ONU preconizava a universalização do direito de autodeterminação para todos os países da nova ordem mundial. Entretanto, por extrapolar o recorte cronológico da presente tese, o esquadramento da participação portuguesa nas comemorações do sesquicentenário de Independência do Brasil (1975) não será aprofundado e não fará parte de nossa investigação.

Portugal e as comemorações do tricentenário da restauração pernambucana e do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo

O ano de 1954 trouxe consigo duas comemorações relevantes para a história brasileira e que igualmente diziam respeito a Portugal. Foram elas o quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (cuja data exata corresponde ao dia 25 de janeiro) e o terceiro centenário da restauração pernambucana (celebrado precisamente no dia 27 de janeiro). Com a aproximação das jornadas comemorativas, as notícias sobre as duas datas, de suma relevância para a história do Brasil, dividiam espaço nos jornais brasileiros. Naturalmente que, na região Sudeste o centenário paulistano ganhava maior destaque, enquanto no Nordeste o tema da restauração pernambucana era assunto majoritário naquele ano de 1954.

De fato, o que nos interessa na abordagem de ambos centenários tem sobretudo a ver com a finalidade política que os moveu e que acabou por mobilizar evocações de elementos luso-brasileiros. Tanto Pernambuco quanto São Paulo foram, portanto, rememorados como produto histórico da obra colonizadora no Brasil, de modo que a relevância das respectivas comemorações não passou despercebida na antiga metrópole.

Vinte anos antes, por exemplo, a importância histórica da restauração pernambucana para Portugal já era comentada por um consagrado historiador lusitano, Damião Peres:

Supor que a guerra das capitâneas do norte do Brasil é coisa excêntrica e secundária em relação a parte essencial da história pátria afigura-se-nos outro erro, tanto ou mais do que nas batalhas do Alentejo, se decidida no Brasil a independência do Brasil e o futuro dos portugueses. A Portugal fora impossível manter a autonomia. Amputado que fosse da nação o corpo do Império. E o domínio dos

holandeses no Brasil, separando aquelas províncias em duas, e debilitando-as igualmente, depois de instalados no coração do Atlântico em tão admirável posição estratégica. Além de fraccionar o Império, ameaçava-o na sua estabilidade, desde que evoluira para o Atlântico²⁴⁵.

Vale salientar, que mesmo que os dois centenários brasileiros tivessem ecoado em terras lusitanas, suas celebrações foram pontuais, tendo quase sempre ocorrido dentro de ambientes acadêmicos e/ ou científicos, ou espaços mais ligados a divulgação da cultura portuguesa a exemplo de palácios onde se montaram exposições temáticas, etc.

Segundo Hugo Rocha, o então presidente do Grupo de Estudos Brasileiros da Universidade do Porto, estas duas datas comemorativas apenas perdiam para o três de maio (data do “descobrimento” do Brasil), o sete de setembro (Independência) e para o quinze de novembro (proclamação da república), o que, de fato, teria levado aquela organização a celebrá-las, ainda que estes atos comemorativos estivessem, em seu dizer,

[...] à margem dos actos comemorativos de iniciativa brasileira, pois a tomar parte neles não foi convidado por qualquer entidade oficial ou particular, o Grupo de Estudos Brasileiro, que não quis perder esse ensejo de provar quanto ama e admira a nação brasileira e está sempre pronto a colaborar naquilo que, dalgum modo, contribuía para o conhecimento mais alto do Brasil e o apreço mais fervoroso pelo Brasil em Portugal. Associando-nos ao júbilo das duas nações irmãs, pois tanto o centenário paulistano como o centenário pernambucano interessavam, simultâneamente ao Brasil e a Portugal, deliberamos promover uma série de actos comemorativos de carácter cultural [...] que assimilasse o duplo acontecimento e fizesse convergir para ele a curiosidade e o interesse duma parte, diminuta embora, da população portuguesa²⁴⁶.

Na verdade, o formato das comemorações do centenário pernambucano e paulista em Portugal em muito se distanciou do perfil comemorativo destas festas no Brasil, o que é perfeitamente natural, dado o significado mais representativo que tais datas ofereciam a fabricação identitária de um país moderno, industrializado, voltado ao

²⁴⁵ PERES, Damião. *História de Portugal*, volume 6, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, p. 697.

²⁴⁶ ROCHA, Hugo (cordenador). *O quarto centenário da fundação de São Paulo e o terceiro centenário da restauração de Pernambuco celebrados pelo Grupo de Estudos Brasileiros do Porto*, Porto, Edição do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, 1955, p. 6.

progresso e que se buscava introjetar na memória nacional em ocasiões oportunas como a destes festejos cívicos, respectivamente. Contudo, é bem verdade que não houve um plano de comemorações que integrasse a ex-metrópole em seus festejos da parte da iniciativa do governo e instituições brasileiras, muito embora, à revelia desta falta, as datas em questão tenham sensibilizado a consciência histórica de alguns agentes do governo português, instituições científicas, acadêmicas, etc.

Em contrapartida, vale salientar que, no Brasil, a centralidade do elemento lusitano quer na celebração do tricentenário da restauração pernambucana ou do quadricentenário da fundação de São Paulo, foi uma realidade. Vejamos.

Portugal e o tricentenário da Restauração Pernambucana (1954)

No caso específico das comemorações do tricentenário da restauração pernambucana, realçamos o caráter popular destes festejos realizados em Recife e Olinda, os quais, com o curso dos anos, metamorfosearam-se em uma espécie de culto mariano à figura de Nossa Senhora dos Prazeres. Segundo Evaldo Cabral de Mello, estudioso das festividades e do imaginário que envolve a celebração do tricentenário pernambucano, as "festas da restauração" foram inicialmente criadas em torno de Nossa Senhora da Estância e Nossa Senhora dos Prazeres, tendo a primeira se esvaecido da memória das festas e cedido espaço à consagração da segunda.

Com grande reclame popular, o culto a Nossa Senhora dos Prazeres atravessou os anos, ainda que seu sentido original tenha se transfigurado da alusão "à memória dos soldados que haviam tombado nos montes Guararapes em 1648 e 1649"²⁴⁷ – para um estrito “culto marial à imagem da Virgem”²⁴⁸.

A 24 de janeiro de 1954, uma procissão acompanhou a transferência da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, da Igreja homônima situada no Monte dos Guararapes – importante cenário de batalhas e resistência anti-holandesa – para a Igreja da

²⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 52.

²⁴⁸ *Ibidem*, 1997, p. 52.

Misericórdia em Olinda, ato que simbolizou o ponto alto do início das comemorações dos trezentos anos da expulsão dos protestantes flamengos do nordeste brasileiro:

Hoje, domingo, 24, o povo e o Exército, em procissão transportarão a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres que se encontra na Igreja votiva dos montes Guararapes, para o mosteiro da Misericórdia em Olinda, a cidade que mais sofreu com a invasão, tendo sido palco da derrota de 1630, numa manhã de fevereiro, 'dia '15'. [...] No dia 27, data central das comemorações, uma grande passeata militar desfilará pelas ruas do Recife, dela participarão tropas e aviões da Aeronáutica, tropas da Marinha e do Exército, a cuja frente marcharão representações de todas as esquadras militares sediadas nos Estados que sofreram a ocupação flamenca, com os fardamentos que se vestiam na época da invasão batava²⁴⁹.

O tricentenário da expulsão holandesa, celebrado em Pernambuco em 1954, pode se destacar pela forte participação popular, especialmente no que toca ao apelo religioso que se agregou a estas celebrações. Entretanto, tais festividades não se reduziram aos espetáculos organizados na via pública, a exemplo de procissões e desfiles militares, de modo que também fez parte das programações festivas o aprofundamento de discussões e debates a fim de atribuir um sentido histórico único (e unívoco) ao episódio da restauração. Foi exatamente neste contexto que a presença portuguesa se fez relevante.

Uma das intervenções destacáveis da comissão portuguesa presente naquele evento foi o discurso proferido pelo Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – que, diga-se de passagem, foi o maior representante de Portugal naquelas comemorações – na ocasião da abertura do Congresso de História no Teatro Santa Isabel (Recife), realizado em homenagem ao tricentenário da restauração pernambucana.

Em nome da antiga metrópole, o professor de Coimbra afirmou:

Quis o Governo português que no início das festas do ano áureo da Restauração de Pernambuco estivesse com especial encargo de vos saudar e de associar-se aos vossos sentimentos festivos com o mesmo espírito e o mesmo coração, pois as raízes da família são coisa profunda e de alguma maneira sagrada. Aqui estou pois, para desejar que o halo sagrado luminoso de Nossa Senhora dos Prazeres a

²⁴⁹ *Folha da Manhã*, (Rio de Janeiro), domingo e segunda-feira, n.º 9.151, 29.º ano, 24 e 25 de janeiro, 1954, p. 6.

caminho da fortaleza das Cinco Portas seja a auréola veneranda que proteja e cinja, para todo o sempre, as nossas duas Pátrias²⁵⁰.

O interesse do governo português em enviar um representante para as comemorações do terceiro centenário da expulsão dos holandeses do Brasil significa, não apenas o reconhecimento histórico da importância da data para a ex-metrópole, mas confirma a sua estratégia de reaproximação do Brasil. Deste modo, devemos salientar que o clima de troca de homenagens, desencadeado pelo espírito comemorativo de 1954, tinha sido favorecido pela aproximação política e diplomática luso-brasileira que a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953) impulsionou. Tomar parte nas comemorações brasileiras de 1954 era, portanto, para o governo português, um modo de manter o diálogo vivo com os poderes dominantes de duas importantes metrópoles brasileiras: Recife e São Paulo. No entanto, nem sempre estes movimentos de aproximação se traduziam em avanços políticos e diplomáticos em curto prazo.

Além disso, fazer-se representar em uma comemoração histórica, implicava a recepção de homenagens direcionadas. No caso do tricentenário pernambucano, as honras concedidas à presença portuguesa foram assinaláveis. Neste sentido, exaltou-se o patriotismo dos guerreiros responsáveis pela reintegração da região no domínio português, em um tempo em que lutar pela pátria significava defender a integridade do Império lusitano.

Vejamos um trecho da reportagem da *Folha da Manhã* que comentava os discursos proferidos nas comemorações desta efeméride histórica:

Relembrando passagens do heroico acontecimento, que constitui uma das mais belas páginas da nossa história, o orador ressaltou as admiráveis figuras de Fernandes Vieira, Negreiros e Poti. Citando Gilberto Freire, o Sr. Novais Filho [relevante político pernambucano] mostrou como a Restauração Pernambucana unificou e entrelaçou definitivamente o Brasil, 'Impedindo fosse a pátria retalhada e dividida, graças exclusivamente ao patriotismo dos brasileiros que tão bravamente lutaram e derrotaram os holandeses; apesar da tremenda desigualdade de armas e de conhecimento de guerra'²⁵¹.

²⁵⁰ BETTENCOURT, Gastão de. *O Tricentenário da Restauração Pernambucana: o sentido luso-brasileiro das comemorações*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955, p. 24.

²⁵¹ *Folha da Manhã*, (Rio de Janeiro), quinta-feira, nº 9.154, 29º ano, 28 de janeiro, 1954, p.3.

Além do espírito patriótico de fraternidade luso-brasileira que a festividade evocou, vale dizer que a hermenêutica da celebração esteve fortemente influenciada pelas teses de Gilberto Freyre sobre a formação da nacionalidade brasileira, o que pode justificar a exaltação dos heróis da restauração enquanto representantes das principais etnias que deram início ao processo (pacífico e/ou violento) de miscigenação no Atlântico Sul. Neste sentido, a *Folha da Manhã* prossegue: “O orador referiu-se ‘a irmanização das três raças, muito bem representadas nos heróis Poti, Negreiros e Fernandes, que possibilitou a construção do Brasil hoje’²⁵² .

André Vidal de Negreiros representava o brasileiro, mestiço de raças; João Fernandes Vieira era o português; Henrique Dias, um capitão negro, e Filipe Camarão um índio valente. Estas figuras eram cultuadas nas comemorações do tricentenário da restauração pernambucana não apenas como protagonistas maiores das batalhas dos Guararapes, mas também como arquétipos da miscigenação brasileira sob o domínio colonial lusitano. E, neste sentido, as teorias do lusotropicalismo, em voga nos idos de 1950, fomentaram leituras desta efeméride histórica que tendiam a distinguir a formação de uma cultura lusotropical em terras brasileiras das influências da cultura flamenga.

Na voz dos intérpretes brasileiros, as lutas pela restauração pernambucana indicavam, sobremaneira, um momento forte da formação da consciência nacional, bem como da composição étnico-cultural do país.

Sob esta ótica, vejamos um fragmento do discurso do então governador de Pernambuco – Evelino Lins de Albuquerque:

Longe de reduzir esse interesse acentua-o ainda mais o facto de não ter sido incorporado aos quadros da civilização luso-tropical então nascente, absolutamente nada ou quase nada do invasor. Na medida em que a amálgama frustou-se, avulta e prepondera a evidência de como essa cultura luso-tropical, se bem infante entre nós, possuía um carácter e uma infra estrutura já bastante firmados para resistir ás demoradas e atraentes influências da longa ocupação²⁵³ .

Na maioria das vezes, neste tipo de interpretação, muito recorrente nas festividades pernambucanas de 1954, Gilberto Freyre era constantemente citado como

²⁵² Ibidem, 1954, p.3.

²⁵³ BETTENCOURT, Gastão de. *op. cit.*, 1955, p. 10.

uma espécie de “ardente e generoso profeta da cultura luso-brasileira”²⁵⁴. Mas, além do realce do elemento lusitano na composição da alma patriótica que moveu as lutas de restauração no nordeste brasileiro, a ex-metrópole também foi alvo de homenagens mais estritas. Como exemplo, citamos a exposição intitulada *Aspectos de Portugal*, realizada no Salão Nobre do RGPL e organizada por iniciativa do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (órgão de propaganda do regime salazarista). Em julho do mesmo ano, o SNI montara uma Exposição Histórica também no RGPL do Recife, sobre o tema do Tricentenário. É igualmente merecedora de destaque a presença ilustre do escritor português Gastão de Bettencourt, figura hoje esquecida, mas que, em 1955, lançou um livro onde resumiu as comemorações do Tricentenário em além e aquém-mar²⁵⁵.

Merecem ainda a nossa menção os documentos históricos, cartas, plantas geográficas, iconografias e pinturas que a comissão portuguesa levou a Pernambuco para as exposições comemorativas do Tricentenário. Tais contributos acabavam por aproximar ainda mais as componentes histórico-culturais luso-brasileiras, não apenas no que se refere ao passado comemorado, mas também à celebração que se realizava naquele presente.

De acordo com Gastão de Bettencourt, em Portugal, os festejos do tricentenário pernambucano foram novamente protagonizados pelo SNI, mas algumas figuras atuaram de modo decisivo para chamar atenção da relevância desta data para o processo histórico da colonização e do Império lusitano. Jordão Emerenciano, - um historiador pernambucano e diretor do Arquivo Público do estado de Pernambuco, - foi uma destas figuras que despertou o interesse das autoridades portuguesas para tratar da “restauração luso-pernambucana”²⁵⁶.

²⁵⁴ Ibidem 1955, p. 10.

²⁵⁵ Ibidem 1955.

²⁵⁶ Segundo Bettencourt, a ida de historiador pernambucano a Portugal na passagem do ano de 1952 para 1953, “[...] trazia-nos a indicação, a recordação, aliás, de que em 1954 se ia celebrar um facto histórico, que não era apenas dos brasileiros, mas dos portugueses também. Em entrevistas concedidas à Imprensa portuguesa, em artigos e na magistral conferência que pronunciou no Secretariado Nacional de Informação e sob os seus auspícios, o Dr. Jordão Emerenciano, o consagrado autor da ‘Retirada para o Brasil’ e de tantos e tão valiosos trabalhos históricos, chamou a atenção portuguesa para o evento que Pernambuco se preparava para celebrar com a maior pompa e em que desejava a nossa participação, como se impunha”. Ibidem, 1955, p. 135.

Emerenciano realizou uma conferência, intitulada “Da Restauração Pernambucana e da Unidade Espiritual luso-brasileira”, no salão do Secretariado Nacional de Informação a 27 de janeiro de 1953. E foi seu propósito enaltecer a união do espírito luso-brasileiro que moveu as batalhas anti-flamengas do Pernambuco do século XVII. Pelos vistos, a sua missão em Portugal teve êxito, uma vez que, logo após o retorno do ilustre historiador pernambucano à sua terra, ficava oficialmente confirmada a participação portuguesa nas festividades do tricentenário da restauração pernambucana.

Em seguida, foi definida uma comissão mista formada por brasileiros e portugueses (alguns residentes no Brasil e outros fixados em seu próprio país)²⁵⁷ para organizar os festejos de 1954. Em terras lusitanas, uma das primeiras organizações a demonstrar interesse pelo Tricentenário foi a Associação dos Arqueólogos Portugueses, pois veio a promover uma série de conferências sobre temas relativos quer à invasão holandesa ao nordeste brasileiro, quer à situação do Império naquela época²⁵⁸. Em segundo lugar, a Sociedade Histórica da Independência também se prontificou a realizar uma série de conferências acerca do tema celebrado²⁵⁹.

No entanto, o ponto alto das comemorações da restauração pernambucana em Portugal foi a Exposição Histórica – organizada pelo chefe do Arquivo Ultramarino, Alberto Iria, – que se realizou nas salas do SNI em Lisboa. Segundo as palavras do próprio Iria, a intenção do evento consistia em por em relevo

As efemérides que tal certame pretende comemorar, são daquelas que, pela sua excepcional importância e especial significado histórico, transcendem a vulgaríssima celebração de qualquer simples Tricentenário. O da Restauração Pernambucana, se agora nos lembra, emocionadamente, o que significa, para a forte unidade política do Brasil actual, a libertação do Nordeste do domínio holandês, há trezentos anos, valha a verdade que sempre nos fará ter presente o que

²⁵⁷ De acordo com Bettencourt, a lista de portugueses estava formada “[...] a começar por pelo Cônsul do nosso país, - Dr. Manuel de Sá Nogueira: portugueses de Portugal, tais como o Secretário Nacional da Informação e o chefe da Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do mesmo Secretariado”. Ibidem, 1955, p. 141.

²⁵⁸ C.f., Ibidem, 1955, p. 142.

²⁵⁹ Segundo Bettencourt, tais conferências foram [...] presididas por vários membros do Governo e Embaixador do Brasil, proferidas pelos professores Orlando Ribeiro, Gastão de Melo e Matos, Francisco de Assis de Oliveira Martins. Também ao Chefe da Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do Secretariado Nacional da Informação foi confiado o encargo de narrar o que foi a primeira fase das Comemorações a que acabara de assistir. C.f. Ibidem, 1955, p. 144.

este facto representou para a segurança e conservação das outras parcelas da terra portuguesa de além-mar em África, de modo particular para Angola, São Tomé e Príncipe, Costa da Mina e arquipélago Cabo Verde. Prova-o, à evidência, a documentação exposta²⁶⁰.

Diante destas palavras, não parece descabida a analogia implícita que a Exposição Histórica agrega às celebrações do Tricentenário. Ora, falar da relevância do sucesso da expulsão dos holandeses como um fato decisivo para a conservação da integridade territorial do Império Lusitano, não apenas no que respeita ao nordeste brasileiro, mas, sobretudo, a outras partes do ultramar – neste caso, países da África portuguesa –, refletia, na verdade, suscitava analogias com problemas com que o governo português lidava nas décadas de 1950.

Como já dissemos, a situação portuguesa no cenário internacional daqueles anos não era fácil. O país estava isolado perante as pressões internacionais, advindas tanto do bloco capitalista quanto do bloco comunista, pelo fim do comunismo no mundo. Neste sentido, a apropriação política do Tricentenário servia à causa portuguesa para responder aos novos desafios. Com esta diferença. Em vez dos holandeses, agora, quem punha em risco o Império lusitano era a comunidade internacional, com exceção do Brasil, que, em 1953 (através da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta), novamente se mostrava um aliado tácito da política externa da ex-metropole. Daí que, sobre a intencionalidade da participação, Alberto Iria acrescentasse:

São, portanto, efemérides que, na hora presente, altamente interessam à consciência cívica destas duas grandes Pátrias distintas, Portugal-Brasil, de raízes e missões históricas comuns. E, por isso, jamais poderão deixar de ser comemoradas com grata admiração pela memória daqueles que, num dos mais difíceis e angustiosos momentos da vida nacional, aquém e além Atlântico, tornaram possível o chamado ‘Milagre’ da Restauração de Pernambuco!²⁶¹.

Por sua vez, o fato daquela Exposição, após ser exibida em Lisboa se ter transferido para o Recife, em julho de 1954 - mais especificamente para o Real

²⁶⁰ Secretariado Nacional da Informação, cultura Popular e Turismo. *Exposição Histórica Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana (1654-1954)*, Palácio Foz- Gabinete Português de Leitura, Lisboa- Recife, 1954, p. 7.

²⁶¹ *Ibidem*, 1954, p. 7.

Gabinete de Leitura da capital pernambucana – vinha ao encontro dos objetivos propagandísticos de quem a promovia: alinhar os ex-colonizados e ex-colonizadores, a favor da preservação da cultura lusitana no mundo. Ainda que de modo sutil, esta não deixava de ser uma mensagem subliminar nas festas do Tricentenário protagonizadas pelo SNI, especialmente no que diz respeito à Exposição Histórica, evento de grande porte e visibilidade nos programas das comemorações das duas pontas do Atlântico.

Portugal e o quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954)

O quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo também deu um lugar de destaque ao elemento português nos festejos celebrados no Brasil, muito embora a realidade de São Paulo - que já integrava o estatuto de uma megalópole em 1954 – fosse bem diferente da do Recife. Na verdade, a complexidade do universo desta megalópole, com distintas colônias de imigrantes fortes (inclusive portugueses, como se bem sabe), possuía distintas matrizes culturais e históricas referenciais no processo de formação da cidade. Por isso, o elemento português obteve uma centralidade relativa se compararmos a festividade paulistana com o Tricentenário pernambucano.

O fragmento do discurso do embaixador português António de Faria nas festas de inauguração do Parque do Ibirapuera é revelador desta realidade:

Foi com o maior desvanecimento que recebi o honroso encargo de, em representação dos meus colegas do Corpo Diplomático, usar da palavra nesta cerimônia de inauguração da Exposição Internacional do IV centenário de São Paulo. Desejo antes de mais nada agradecer a distinção que esta escolha representa para Portugal. Tem a participação dos vários países o intuito de mostrar o que de mais expressivo existe na sua vida nacional. Não houve, porém, apenas o propósito de divulgar realizações puramente materiais; houve também a intenção de transmitir uma mensagem de afeto, simpatia e admiração. Na verdade, a presença de tantas nações neste certame traduz vivamente o muito apreço que lhes merece São Paulo, pelo que significa de força, dinamismo e de progresso, tão pujantemente afirmados no 4º centenário da sua fundação. No Palácio das Nações, que hoje se inaugura, há vida de povos trazida à convivência do povo de São Paulo e de todo o Brasil. São manifestações que valem pelo que traduzem na ordem das relações internacionais, através da confraternização das culturas, de técnicas, e das faculdades criadoras de cada um deles.²⁶²

²⁶² O *Estado de São Paulo*, (São Paulo), domingo, nº 24.313, 75º ano, 22 de agosto, 1954, p. 10.

De qualquer modo, a componente histórica e portuguesa era incontestemente ressaltada enquanto matriz cultural e histórica do sentimento patriótico do modo de ser paulistano - e mesmo da nacionalidade brasileira -, posto que comemorar a fundação da cidade bandeirante significava que se tinha de passar pela colonização portuguesa, não obstante os avanços nacionalizadores das heroicidades anteriores à Independência que pudessem ser eleitas, numa espécie de retrospectiva ao contrário, como precursoras deste acontecimento. Por esta mesma razão, o governo português não podia desprezar a relevância histórica que a data conferia à nação portuguesa, de modo que nomeou representantes (a exemplo do próprio embaixador António de Faria) para homenagear São Paulo na data do aniversário dos seus quatrocentos anos:

Estas comemorações do IV Centenário de São Paulo sentimo-las também como nossas, porque nelas se celebram alguns séculos de História comum, durante os quais se urdiu, na teia do tempo, a amizade de dois povos, pela identidade da raça, língua, religião e cultura ²⁶³.

Novamente, o elemento português surgia como traço da nacionalidade brasileira e as figuras dos bandeirantes ²⁶⁴ – João Ramalho ²⁶⁵ – e dos jesuítas – o Padre António

²⁶³ Ibidem, 1954, p. 10.

²⁶⁴ Veja-se um trecho de uma canção entoada pelos paulistanos na ocasião do quadricentenário de sua cidade em 1954: “Paulista eu sou, há quatrocentos anos/ Imortal, Indomável, Infinita/ Dos mortos de que venho, ressuscita/ A alma dos Bandeirantes sobre-humanos”. *A Gazeta: Edição comemorativa da passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*, São Paulo, segunda-feira, nº 14.590, 68º ano, 25 de janeiro, 1954, p. 60.

²⁶⁵ Os relatos acerca de João Ramalho não eram os mais positivos, em contrapartida, a sua figura marcou a união entre os colonos e os índios, não apenas em termos amistosos, mas também no que respiceta ao processo de miscigenação na capitania de São Vicente, uma vez que, este colono teria se casado com Bartira, a índia filha do cacique Tibiriçá, chefe da nação Goianaz. Vejamos algumas memórias das comemorações acerca figura do português João Ramanlho: “Quando Martim Afonso de Sousa aportou em São Vicente, pelas alturas de 1532, foi recebido, com surpresa sua, por dois patrícios que aqui já se encontravam havia longo tempo: Antonio Rodrigues e João Ramalho. Do primeiro muito pouco se conhece. Apenas que se casara com uma filha de Piquerobi, o cacique de São Miguel de Ururai, com quem teve muitos filhos. Quanto ao segundo, a fama era das piores. "Judeu degredado para uns; simples náufrago casual para outros; precursor de Colombo na América, segundo frei Gaspar da Madre de Deus; filho da casa real, dá-lo Pedro Taques; uma e única pessoa como bacharel de Cananéia, na opinião de Cândido Mendes; boçal e rude analfabeto para uns; personagem, pelo menos, iniciado nos rudimentos da Cabala, para Horácio de Carvalho", João Ramalho foi uma autêntica figura de novela. Deixara crescer a barba descuidada. Vivendo no mato, no meio da indiada, pouco ligava à indumentária. Era truculento, despótico, dominado pelos modos desabridos. Em conseqüência, não havia quem não o temesse. Um dia, andejando sempre, galgou a Paranapiacaba, e veio bater nas margens de Guapituba, onde conheceu o cacique Tibiriçá, com quem fez boa amizade. O aventureiro apreciou o lugar. Resolveu ficar. Aquilo por ali estava cheio de "índias passivas e ofertantes, que andavam nuas e não sabiam se negar a ninguém". Uma, porém, no meio de tantas, mexeu-lhe com o coração. Chamava-se Bartira. Além de bonita, Bartira sendo filha do cacique Tibiriçá, era um bom partido. João Ramalho não vacilou. Abandonou as demais e

Nóbrega e José de Anchieta – fundadores do colégio jesuítico de Piratininga na capitania de São Vicente eram exaltadas de uma maneira acrítica, eufemística e, sobretudo, heróica:

[...] O padre Anchieta é o mais conhecido e o mais carinhosamente tratado de todos os jesuítas que estiveram no Brasil. A ele e a Nóbrega, aliás mais que a quaisquer outros, devemos o engrandecimento do Brasil Colônia, a que tanto se dedicaram e a que ofereceram a própria vida ²⁶⁶.

Entretanto, também eram evocadas as figuras dos índios no processo de formação da cidade, especialmente a do cacique Tibiriçá ²⁶⁷, muito embora sempre fosse para ressaltar a união amistosa entre os bandeirantes e os nativos que habitavam a capitania de São Vicente. Naturalmente, estas memórias, decantadas de conflitos, desarmonias ou resistências ao processo de colonização iniciado na região sudeste do Brasil, atendia ao princípio consensualizador e legitimador característico das comemorações cívicas que, no caso específico da comemoração paulistana, buscou

ficou com ela. Tornou-a a predileta. O chefe da tribo gostou. Ter um branco como genro era uma incomensurável honraria para a família... O núcleo de Santo André, assim chamado em memória do padroeiro da vila, foi atraindo outros forasteiros. A seleção não poderia ser das maiores. Apareceu gente de toda a espécie: bons e maus, estes em maior número do que aqueles”. *Revista do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*, nº 1, São Paulo, Órgão Oficial da Comemoração do Quarto Centenário, 1954, p. 17.

²⁶⁶ *A Gazeta: Edição comemorativa da passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. op. cit.*, 1954, p. 15.

²⁶⁷ “Este cacique indígena, chefe da nação Guaianaz, e um dos chefes das tribos aliadas de São Paulo, prestou inúmero e relevantes serviços à colonização paulista. À sua boa índole, energia e ao seu esforçado concurso, deveu Martim Afonso de Sousa uma boa parte do progresso da capitania de S. Vicente. Era irmão de Arari, chefe dos Tupis e Carijós, que, naquele memorável dia 10 de junho de 1562, atacaram a vila de São Paulo, sendo derrotados, graças aos esforços dos jesuítas e de Tibiriçá. Amigo dedicado de Martim Afonso, tomou o cacique o seu nome ao ser batizado, quando convertido pelas prédicas de Anchieta e Leonardo Nunes. Faleceu a 25 de dezembro de 1562, com avançada idade, vítima de prolongada enfermidade. Aquêl dia de natal foi de tristeza para os índios. O cacique, desde cedinho, estava passando muito mal. O padre Anchieta, a seu lado, empenhava-se em suavizar-lhe os últimos momentos. Havia muito tempo vinha êle sofrendo de camaras de sangue. E com a avançada idade que atravessava, aquilo mais lhe torturava os derradeiros estertores... A indiada, cá fora, não se conformava, e chorava. Chorava aos gritos angustiados. E pela aldeia rolava um lamento surdo e inquietante. Os tambores lá longe, ecoavam. Logo mais, a nova melancólica caiu como um raio: Tibiriçá morrerá! O Martim Afonso deixara de existir. Piratininga inteira vibrou: os índios e os padres. À tardinha, realizou-se o sepultamento com toda a pompa. Compareceu todo o mundo. João Ramalho e sua mulher Bartira, batizada com o nome de Isabel, seus numerosos filhos, seus netos, todos os seus descendentes, os jesuítas, os indígenas chorando... Seu corpo foi levado para o colégio de São Paulo e ali sepultado. Hoje jaz na cripta da Catedral de São Paulo, ali no largo da Sé”. *Revista do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. op. cit.*, nº 1, 1954, p. 17.

forjar um sentimento mais nativista. Deste modo, os silêncios e omissões das evocações históricas da fundação da cidade bandeirante justificavam este fim.

Tal objetivo fora logrado com êxito. O júbilo e o sentimento de “orgulho” de ser paulistano tomavam conta das *ágoras* e do espírito da população da cidade de São Paulo em janeiro de 1954:

Exatamente à meia-noite repicaram festivamente todos os sinos da cidade, enquanto se ouvia por toda a parte o som das sereias das fábricas, fogos espocavam, as buzinas dos carros soavam ruidosamente, os rádios emitiam músicas comemorativas, e o povo nas ruas, festejava com grande entusiasmo²⁶⁸.

De fato, e mesmo que o papel dos indígenas fosse também exaltado como mito fundador, a certidão de nascimento daquele que, na década de 1950, já constituía o maior centro urbano da América Latina era atrelada à obra da colonização portuguesa. Conforme a análise dos jornais da época, o trabalho dos jesuítas e bandeirantes era frequentemente apresentado como o principal responsável pelo atual desenvolvimento e progresso que a metrópole paulistana atingira ao longo do século XX:

O sinal está aberto. O tráfego livre... E na nossa frente, estende-se o São Paulo dinâmico e babélico, que exhibe, firmada por Anchieta e Nobrega, tendo a testemunhá-la o português João Ramalho e o cacique Tibiriçá, originalíssima certidão de nascimento em que se lê a sua idade provecta: 400 anos! E enfeitando tudo os arranha-céus colossais, sombrios monstros de cimento armado, as sujas chaminés das fábricas e das usinas eternamente a cachimbarem um fumo negro, e, pelas ruas e avenidas trepidantes, nos escritórios e oficinas, como num autêntico formigueiro humano, os três milhões de paulistanos labutam, atanzados com os negócios, testa vincada, preocupados com o trabalho de cada dia... Nesta hora significativamente patriótica, sobremodo expressiva, festas fora do comum reboam e toda uma população vibra de entusiasmo, nas comemorações sem par de uma efeméride memorável: quatro séculos da existência bem vivida da metrópole agigantada²⁶⁹.

Em muitas passagens como estas se ressaltavam as qualidades dos corajosos bandeirantes e da fé dos jesuítas, como uma maneira de consagrar os mitos fundadores de São Paulo, elevados a fonte inspiradora quer dos novos “heróis” (os trabalhadores)

²⁶⁸ *O Estado de São Paulo: Edição do IV Centenário*, (São Paulo), segunda-feira, nº 24.145, 57º ano, 25 de janeiro, 1954, p. 160.

²⁶⁹ *Revista do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. op. cit.*, nº 1, 1954, p. 1.

paulistanos do presente, quer do efeito cívico que unia a população paulistana em torno de uma mesma identidade histórica progressista e desenvolvimentista.

Neste sentido, o fragmento do *Hino dos Bandeirantes* é bastante revelador:

Paulista, pára um só instante/ Dos teus quatro séculos ante/ A tua terra sem fronteiras, O teu São Paulo das "bandeiras"!/ Deixa atrás o presente:/ Olha o passado à frente!/ Vem com Martim Afonso a São Vicente!/ Galga a Serra do Mar! Além, lá no alto,/ Bartira sonha sossegadamente/ Na sua rede virgem do Planalto./ Espreita-a entre a folhagem de esmeralda;/ Beija-lhe a Cruz de Estrelas da grinalda!/ Agora, escuta! Aí vem, moendo o cascalho,/ Botas-de-nove-léguas, João Ramalho./ Serra-acima, dos baixos da restinga,/ Vem subindo a roupeta/ De Nóbrega e de Anchieta./ Contempla os Campos de Piratininga!/ Este é o Colégio. Adiante está o sertão./ Vai! Segue a "entrada! Enfrenta! Avança! Investe!/ Norte- Sul- Este- Oeste,/ Em "bandeira" ou "monção"/ Doma os índios bravios;/ Rompe a selva, abre minas, vara rios; [...] ²⁷⁰.

Os aspectos culturais da fé e religiosidade cristã também foram muito marcantes nas comemorações paulistanas de 1954. A “Campanha de gratidão aos fundadores da cidade de São Paulo” foi um exemplo disto. Esta Campanha teve por principal objetivo resgatar o “Pateo do Collegio”, espaço simbólico do nascimento da cidade que fora desapropriado após a expulsão dos jesuítas do Brasil, outorgada pelo Marquês de Pombal em 1759, e devolvê-lo ao domínio da Ordem da Companhia de Jesus, pretensão que, porém, só se efetivou em 1979 ²⁷¹. O clima festivo colocava a figura dos jesuítas em lugar especial na história brasileira, o que se comprovava também pela organização de exposições de arte sacra trazida ao Brasil pelos membros da Companhia de Jesus.

A exposição, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, reuniu uma espécie de repertório cronológico de estátuas e iconografias religiosas

São cerca de quatrocentas imagens, representativas de um largo período de nossa história, dos primórdios da colonização até a época contemporânea, provenientes de diversas regiões do país, e em grande parte da terra bandeirante. Arte de pequenas imagens é esta, mas Arte maiúscula. Em dois níveis, pelo menos, o histórico e o estético, se acentua a sua relevância. No histórico, pois que têm essas pequenas

²⁷⁰ FEDERICI, Hilton. *Símbolos Paulistas: estudo histórico-heráldico*, São Paulo, Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981, p. 20.

²⁷¹ C.f. Disponível em: http://www.pateocollegio.com.br/newsite/conteudo.asp?i=i1&pag_id=4. Acessado em 19/05/2013.

obras-primas de nossa estatuária religiosa o poder de evocar, ora no característico desenho de suas formas, ora num detalhe do ornamento ou da indumentária, ora num peculiar arranjo policrômico, o espírito, o sentimento, o estilo de um lugar e de uma época ²⁷².

Além desta Exposição de Imagens Religiosas, houve uma série de outras mostras abertas ao público, de Filatelia, Ex-libris, Vestes Imperiais, Louça Histórica, etc. Dentre todos estes eventos de cunho histórico organizados pelo IHGSP, destacamos a realização da Exposição Histórica comemorativa do IV Centenário da cidade de São Paulo, cuja organização foi coordenada por Jaime Cortesão em 1952 e que ocorreu, de fato, em 1954. Além deste evento, realizou-se, ainda, o Congresso de História Comemorativo do IV Centenário que teve por objetivo fundamentar, através dos estudos e pesquisas de cunho historiográfico, as questões relativas ao processo de formação da cidade de São Paulo.

A relevância da colônia portuguesa fixada em São Paulo também não foi esquecida nas comemorações de 1954:

[...] E o grande avatar prossegue. Vamos em meados do século XX. Entretanto, S. Paulo tornava-se uma das mais prodigiosas metrópoles da América do Sul, com razão, orgulho do Brasil. E da nossa gente, sem dúvida, que pelo afluxo emigratório concorre para a glória e fortuna da magnífica urbe e do seu planalto. Pois, S. Paulo é ainda hoje fecundamente regado por suor português ²⁷³.

Para além da ocasião das festas que celebravam os quatrocentos anos da fundação de São Paulo, uma outra iniciativa deve ser destacada, devido à sua importância para o nosso estudo. Referimo-nos ao II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros ²⁷⁴, ocorrido em setembro de 1954, também na capital paulista. Entre a baliza do quarto centenário paulistano e a realização deste evento, podemos dizer que os

²⁷² Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Imagens Religiosas Brasileiras: Exposição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 1954, p. 2.

²⁷³ Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 344, 39º ano, 1954, p.88.

²⁷⁴ Desde nomes da literatura portuguesa como Fernando Pessoa eram tema de apresentações no evento até comunicações de trabalhos que discutiam o relacionamento entre o Brasil, a Europa e os Açores. C.f. SPINA, Segismundo. *Itinerário de Fernando Pessoa* (Comunicação apresentada ao II colóquio internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Seção de Literatura, São Paulo, setembro, 1954, p. 54.

dois países, ou melhor, alguma intelectualidade dos dois países procurava reforçar o seu mútuo conhecimento.

Deste modo, desde os gêneros literários portugueses mais contemporâneos até os estudos socioeconômicos do país se davam a conhecer em São Paulo, cidade que completava quatrocentos anos e se afirmava como o maior centro industrial do país, bem como seu centro do modernismo cultural ²⁷⁵ e arquitetônico ²⁷⁶. Da mesma forma, a estética da modernidade brasileira, que tinha sua melhor metáfora na própria cidade paulistana, mostrava-se aberta ao diálogo com os intelectuais do Portugal da época.

Explicitado o lugar de relevância do elemento português nas comemorações quadrisséculares do aniversário de São Paulo, vale esclarecer que, em contraste com as festas pernambucanas, não encontramos o mesmo envolvimento do SNI e de representantes do governo português nestas comemorações, ao contrário do que aconteceu no caso das festas pernambucanas. Compreende-se.

Em primeiro lugar, Pernambuco tinha uma maior abertura política e cultural em relação à ex-metrópole, pois se trata da terra de Gilberto Freyre, altamente influenciada, nos ambientes políticos, acadêmicos e científicos, pelas teses luso-tropicalistas tão em voga naquele momento. Ao contrário, “a nova” São Paulo e seu modernismo se chocavam com a visão patriarcal, patrimonialista e representante de uma classe política agrária, açucareira, de perfil político não raro conservador, a que vinculavam a hegemonia da obra freyriana.

Na contramão de tudo isto, era objetivo essencial da própria comissão das comemorações dos 400 anos da capital paulista – presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho, empresário do ramo industrial, fundador da Bienal de São Paulo e mecenas

²⁷⁵ “Como ocorreu na década de 1920, ‘moderno’ se tornou a palavra ação, a palavra potência, a palavra epifania, que condensou conotações sobrepostas em camadas sucessivas e cumulativas, agora representadas pelo desenvolvimento econômico e cultural. Essa noção de modernidade se tornou o fio condutor para as celebrações e, principalmente, para os empresários e políticos interessados em expor a pujanã de São Paulo, o que não significou contemplar os interesses da população”. MOURA, Irene Barbosa. *A cidade e a festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo*. Tese de Doutorado em História Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 38.

²⁷⁶ Lembremo-nos do Parque do Ibirapuera projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer – o papa da arquitetura moderna brasileira – especialmente para os festejos comemorativos de 1954. Destacamos ainda neste projeto de Niemeyer com o qual presentou a cidade de São Paulo, as contribuições do arquiteto português Nadir Afonso.

dos artistas de expressão modernista e futurista²⁷⁷ – defender as inovações, os avanços técnicos da industrialização, a modernização da vida em distintos aspectos (urbanístico, artístico, estético, etc). Não obstante, não podemos desconsiderar que as comemorações paulistas também buscaram se associar ao projeto de uma democratização política, o que fez com que as comemorações dos quatrocentos anos da cidade tivessem um forte eco não apenas em janeiro – suposta origem de sua data de fundação –, mas também no mês de julho, mais especificamente nos dias nove, dez e onze.

Ora, fora nestes dias do mês de julho de 1932 que se dera o levante armado contra o governo provisório instaurado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930 no Brasil. Lutava-se, portanto, contra a revogação da constituição de 1891, pela dissolução do Congresso nacional, pela deposição dos governadores e pelo fim da autonomia dos estados da federação brasileira. Desde 1930, Vargas governava através de decreto-lei. Diante desta realidade, os paulistanos pegaram em armas e lutaram pelo fim do governo varguista e por uma nova constituição democrática para o país.

Como em 1954, por acaso, Getúlio Vargas ainda estava no poder, a ocasião das comemorações do aniversário paulistano parecia mais que oportuna para evocar a memória da Revolta Constitucionalista, atribuindo-se, deste modo, um sentido político aos festejos do quarto centenário da fundação de São Paulo:

Em 1932 o que deu força a São Paulo foi a frente única que se estabeleceu para o combate á ditadura. Outra frente única precisávamos agora realizar, a fim de prosseguir no combate. Se não estamos em regime ditatorial, estamos, entretanto, sob a ameaça de cair outra vez debaixo de sua tirania. Conquanto presidente constitucional, o caudilho rio-grandense continua a nutrir propósitos ditatoriais e se a ocasião se lhe oferecer para um golpe, o golpe será dado. Não pode haver a esse respeito dúvida alguma. Toda a política de s. exc. gira em torno de sua perpetuação no poder ou, quando menos, em torno da entrega do poder a pessoa de sua família ou de sua confiança. O domínio da dinastia; de que é o chefe supremo, continua a ser um dos seus sonhos mais afagados. A sua intervenção nos Estados, notadamente em São Paulo, para imprimir ás próximas eleições o seu cunho individual, é a manifestação mais recente desse propósito alarmante²⁷⁸.

²⁷⁷ Breve biografia sobre a vida de Matarazzo Sobrinho: Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3588 Acessado em 20/05/2013.

²⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, (São Paulo), sábado, nº 24.286, 57º ano, 10 de julho, 1954, p. 3.

Talvez tal perfil político das comemorações paulistanas, que notoriamente se distanciavam do projeto político varguista e de suas tendências antidemocráticas, tenha, por um lado, retraído ou mesmo feito fracassar os tentames do governo português para ter mais relevo naquelas festividades, e por outro lado, limitado os convites honrosos dirigidos aos representantes políticos portugueses. Naturalmente, era de conhecimento público a boa relação entre Vargas e Salazar em 1954. Possivelmente, estas razões desvendem a disparidade que notamos entre o investimento do governo português nas comemorações brasileiras e o efetuado no centenário pernambucano e paulista.

Mas, seja como for, em Portugal, a ocasião do aniversário quadrissecular paulista não passou em branco, tendo a sua evocação se preocupado em dimensionar o lugar de importância da fundação de São Paulo na história da ex-metrópole, ao mesmo tempo em que se divulgava a imagem da cidade que, já na década de 1950, era considerada a segunda maior metrópole da América Latina.

Dentre os atos festivos celebrados em Portugal, para além da iniciativa do Grupo de Estudos Brasileiros da Universidade do Porto, assinalamos algumas homenagens pontuais ²⁷⁹ e o famoso discurso do historiador português então radicado no Brasil – Jaime Cortesão – proferido na SGL a 28 de janeiro de 1954 ²⁸⁰. A obra de Cortesão obteve grande repercussão tanto no Brasil quanto no antigo reino, por defender a tese de São Paulo ser a “capital geográfica do Brasil” e por desenvolver o argumento segundo a qual a fundação da cidade bandeirante teria se iniciado em 1532, quando Martim Afonso de Sousa estabeleceu os primeiros agrupamentos de colonos portugueses em Piratininga ²⁸¹.

²⁷⁹ No município de Figueira da Foz houve uma homenagem aos dois centenários brasileiros. Vejamos: “Em virtude de força maior, a homenagem que, nesta cidade, deveria ser prestada á nação irmã anteontem, na conferência do publicista Augusto Cruss Aflalo, sob o tema ‘Como os segredos de D. João II tornaram possíveis os dois grandes centenários de S. Paulo e a restauração pernambucana’, ficou transferida para o próximo dia 1 de fevereiro, pelas 21 e 30, na sede da Biblioteca Publica. Foram convidados a assistir os srs. embaixador do Brasil e a consuleza do Brasil, assim como vários catedráticos de Coimbra”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quarta-feira, nº 11. 189, 33º ano, 27 de janeiro, 1954, p. 11.

²⁸⁰ O mesmo tema apresentado naquela ocasião na SGL seria desenvolvido e publicado em 1955. C.f. CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*, Lisboa, Livros de Portugal, 1955.

²⁸¹ Acerca do discurso proferido por Jaime Cortesão na SGL, C.f. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quinta-feira, nº 11.190, 33º ano, 28 de janeiro, 1954, p.8; *Ibidem*, sexta-feira, 33º ano, nº 11.191, 29 de janeiro, 1954, p.1.

As comemorações dos quatrocentos anos da fundação da cidade de São Paulo em Portugal podem ser elencadas a partir da Exposição Histórica comemorativa do seu IV centenário, realizada no Palácio Galveias, em Lisboa, no mesmo ano de 1954²⁸².

A mídia e a imprensa portuguesa de um modo geral deram grande visibilidade ao centenário paulistano em terras lusitanas, ao mesmo tempo em que ressaltavam o estado atual de desenvolvimento da cidade, apresentado quase sempre o fruto da clarividência daqueles que lançaram os seus alicerces (os bandeirantes e jesuítas portugueses)²⁸³. Deste modo se também foi agregada uma função pedagógica às celebrações em terras portuguesas, o que tinha toda pertinência lógica e pragmática em um tempo em que o projeto colonialista perdia sua força mediante as pressões da ONU e das potências capitalistas e comunistas.

Além das celebrações do aniversário quadrissecular da cidade de São Paulo em terras portuguesas no continente europeu, vale mencionar que o tema (juntamente ao tricentenário da Restauração pernambucana) também foi alvo de elaboração de estudos²⁸⁴ e homenagens²⁸⁵ no ultramar português.

Mas, em 1954, não apenas o Brasil foi lembrado por seus centenários em terras lusitanas como também a ex-metrópole foi honrada por parte do governo brasileiro. Não por acaso, na mesma semana das comemorações do tricentenário da restauração pernambucana e do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo, o então

²⁸² C.f. *Exposição histórica comemorativa do I centenário da fundação de São Paulo: 1554-1954*, Lisboa, Soc. Industrial de Tipografia, Palácio Galveias, 1954.

²⁸³ Veja-se o texto do *Diário de Lisboa* que comentou a palestra de Jaime Cortesão na SGL intitulada “Os portugueses e a fundação de São Paulo” por ocasião dos quatrocentos anos daquela cidade: “[...] O seu grande amor a Portugal não pereceu, antes se engrandeceu. Nunca ninguém, tão decididamente, se votou ao estudo e à investigação histórica, a fim de mostrar, nas suas raízes e causas ignoradas ou mal entendidas, a grandeza do domínio português, criador de um povo e de uma civilização. Nas suas vindas à Pátria Amada, Jaime Cortesão dá-nos a impressão de que serve a mesma fê, sem mudar de lugar. É português duas vezes: uma no Brasil e outra em Portugal. Ou antes, é português duas vezes, mas com uma só Pátria, em dois continentes”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), nº 11.191, 33º ano, 1954, p.8.

²⁸⁴ C.f. SIMÕES, Alberto. “Duas comemorações centenárias Luso-brasileiras: quarto centenário da fundação de S. Paulo, terceiro centenário da restauração de Pernambuco” in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, nº 88, 1954, pp. 59-61.

²⁸⁵ C.f. GUERREIRO, Jerônimo Alcântara. “Dois centenários luso-brasileiros: conferência realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Lourenço Marques, na tarde de 5 de novembro de 1954, com assistência do elemento oficial e corpo consular, integrado no ciclo de comemorações do 4º centenário da fundação da cidade de S. Paulo e 3º centenário da fundação da libertação de Pernambuco, levada a efeito pela sociedade de estudos sob os auspícios do governo da Província e com a colaboração do Rádio Clube de Moçambique/ Jerônimo Alcântara Guerreiro” in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, nº 88, 1954, pp. 17-31.

ministro português dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, foi contemplado com a insígnia da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul na sala da embaixada do Brasil em Lisboa.

É amanhã á tarde, que se realiza, no palácio da embaixada do Brasil, a cerimônia da entrega das insígnias da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul ao sr. prof. dr. Olegário Mariano pretende sublinhar o especial significado da decisão do Governo brasileiro de distinguir o ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo interesse com que tem trabalhado por uma aproximação cada vez mais estreita entre as duas nações irmãs e que teve ainda há pouco, tão expressiva demonstração no tratado recentemente assinado no Rio de Janeiro ²⁸⁶.

De fato, este ano de 1954 marcado por dois centenários que, em maior ou menor grau, envolveram movimentações políticas e culturais entre os dois países, sinal da concretização de alguns dos objetivos consignados no Tratado de Amizade em Consulta de 1953.

Contudo, para além da agenda comemoracionista – quer a já mencionada, quer a que será referida mais à frente -, o escrutínio das representações do Brasil no âmbito da literatura escolar portuguesa, produzida no mesmo contexto cronológico das festas cívicas que acabamos de analisar, contribuirá para o aprofundamento da compreensão das explorações simbólicas do Brasil em defesa do imperialismo lusitano.

²⁸⁶ *Diário de Lisboa*, (Lisboa), nº 11.191, 33º ano, 1954, p.8.

CAPÍTULO IV

O Brasil nos manuais escolares portugueses (1880-1960)

De um modo geral, pode-se dizer que os conteúdos desenvolvidos em torno da ex-colônia americana nos manuais escolares lusitanos tinham as mesmas intenções que orientavam a agenda das comemorações desde os finais do século XIX: fixar o ideal de apogeu e de império na memória nacional, mediante invocações exemplares, empoladas como lição de história posta ao serviço dos combates contra aqueles que, em crescendo desde os anos de 1880 (conferência de Berlim), punham em causa a capacidade civilizadora dos portugueses.

De fato, veremos que, em consonância com as comemorações, os manuais escolares portugueses foram de suma relevância para a construção de uma memória específica do Brasil nas representações do passado português, construída sob a visão de uma “nação amiga”, ou de um “povo irmão”. Em realidade, esta idéia de fraternidade, atrelada à antiga colônia presente nos manuais, embora remonte á conjuntura da Independência – raiz frequentemente esquecida pelos estudiosos da matéria -, ganhou maior presença na retórica dos discursos políticos, nos finais do século XIX, quando foi formulada com o propósito de superar – conforme uma concepção naturalista-organicista da vida das nações – a decadência do Império português frente às novas potências mundiais.

De acordo com Marçal Paredes de Menezes, o relacionamento luso-brasileiro na transição entre o final do século XIX e princípios do XX pode ser caracterizado a partir de três linhas interpretativas: a derivação, a convergência e o distanciamento²⁸⁷. A linha que interessa ao nosso objeto de agora – os manuais escolares – é justamente a da convergência²⁸⁸, porque neles (tal como nas comemorações) o que esteve em causa foi

²⁸⁷ De acordo com Marçal, “Adiante-se dese já, que, no quadro deste raciocínio, identificamos três linhas interpretativas maiores no tocante às relações luso-brasileiras: a que perspectiva esse relacionamento em termos de *derivação*; a que o faz em termos de *convergência*; e a que o faz em termos de *distanciamento*”. PAREDES, Marçal de Menezes. *op. cit.*, 2007, p. 76.

²⁸⁸ Ainda de acordo com Marçal, há uma lógica interpretativa dos relacionamentos luso-brasileiros fundamentada sobre “[...] um viés analítico estruturado sobre a ideia de uma *associação* de interesses e projectos comuns envolvendo Brasil e Portugal, países e culturas cujo relacionamento se deveria interpretar, primordialmente, de acordo com este viés crítico, sob a lógica da *convergência*”. *Ibidem*, 2007, p. 94.

explicitar conteúdos que pudessem contribuir para a prova da confluência.. O ponto de partida para datar este movimento de reaproximação luso-brasileira escolhido por aquele autor centrou-se em textos saídos da *Revista Ocidental*, dirigida por Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, que discutiam a tese acerca do mal de origem ibérica que se tinha estendido da Península às colônias luso-hispânicas e que era apresentado como a causa do atraso deste conjunto de países frente a outras potências imperiais da Europa. Neste sentido, a *Revista Ocidental* almejava que os povos de origem ibérica, na Europa e no além-mar, superassem o atraso histórico e cultural em que se encontravam perante outros povos mediante a “[...] reunião dos elementos da nova renascença intellectual da península, e a formação das novas escholas hespanhola e portugeza”²⁸⁹.

A apologia de um diálogo intelectual ibero-americano, em boa parte feita à luz dos cânones literários ou filosóficos do positivismo (e aqui ressaltamos a influência de Teófilo Braga sobre a produção de Luis Pereira Barreto, notoriamente em sua obra *Soluções positivas da política brasileira*²⁹⁰), foi um dos principais pontos aludidos em prol da aproximação cultural (onde também se incluíam convicções políticas, sobretudo concernentes ao republicanismo), comumente apontada como solução para recolocar o mundo ibérico e seu legado nos rumos do progresso.

Sob esta perspectiva, os países ibéricos passaram a conceber a sua obra civilizatória como possibilidade de constituir espaços potenciais de perpetuação e renovação de suas respectivas culturas para além do continente europeu. Porém, nesse contexto, o relacionamento luso-brasileiro buscou demarcar-se, invocando a língua portuguesa e os seus elos históricos, o que, ao longo dos anos, contribuiu para a difusão de uma imagem mais fraterna ou amistosa do Brasil enquanto produto da colonização lusitana. E um bom exemplo desta orientação encontra-se no projeto da revista *Atlântica* (1915-1920), liderado por João de Barros²⁹¹. Deste modo, nos parece lícito afirmar que

²⁸⁹ QUENTAL, Antero; REIS, Jaime Batalha. *Revista Ocidental*, 1º ano, tomo 1, fascículo 1, 1875, p. 5.

²⁹⁰ C.f. BARRETO, Pereira. *Soluções positivas da Política Brasileira*, São Paulo, Livraria Popular, 1880.

²⁹¹ Cf. MIRANDA, Luciana Lilian de. “*Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que deveremos ser*” in *A causa luso-brasileira em João de Barros, 912-1922*. Dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 2014; CONCEIÇÃO, Cecília Dias de C. H. CONCEIÇÃO, Cecília Dias de C. H. *A Revista Atlântica: documento sócio-cultural e literário de uma época, um abraço mental entre Portugal e Brasil*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1997; LEAL, Ernesto de Castro. “A ideia de

talvez muito mais do que as comemorações, a elaboração da literatura escolar de finais do século XIX em diante tenha propulsado uma exaltação permanente e duradoura de vínculos culturais e históricos entre a ex-colônia americana e a velha metrópole.

Ora, em larga medida, os manuais escolares portugueses, desde as duas décadas finais do século XIX até a década de 1960 – em seus sucessivos graus de ensino, e tanto nos livros adotados na metrópole como no ultramar –, intencionavam destacar a componente portuguesa na formação da nacionalidade brasileira. Mas, não será abuso concluir que a idealização do Brasil nos manuais escolares portugueses também aparece condicionada pelo propósito de se reforçar uma autoestima nacional mobilizável para a defesa e continuidade do sonho imperial, atitude cada vez mais necessária face à cobiça das possessões portuguesas (na Ásia e na África) por parte das grandes potências (Grã-Bretanha, Alemanha), bem como às pressões internacionais levantadas após a elaboração do *Relatório Ross* (1925) que retoma a denúncia acerca do recurso a de mão de obra escrava nos domínios ultramarinos (propriamente, Angola e Moçambique) ²⁹².

No entanto, no esforço de compreender a vulgarização de uma imagem positiva do Brasil na literatura escolar portuguesa, é preciso apresentar algumas funções essenciais deste meio didático enquanto veículo de estruturação e organização do conhecimento ²⁹³, guia do aprendizado ²⁹⁴ e difusor de uma determinada concepção da

Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX” in *Ibérica*, nº 12, 3º ano, volume 4, Juiz de Fora, dezembro, 2009, pp. 5-20.

²⁹² De acordo com o sociólogo estadunidense Edward Ross, os trabalhadores angolanos haviam pessoalmente assumido que os colonizadores portugueses lhes submetiam a um regime de trabalho forçado, sob o qual “nobody care whether they live or die”. Archives of the League of Nations (ALN): Mandates, R66 /45003 / 23252: ROSS, Edward A., *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa*, New York, 1925, p. 12.

²⁹³ “Le manuel propose une certaine progression de l'acquisition des connaissances et une organisation en blocs successifs d'unités d'enseignement. Plusieurs possibilités se présentent pour l'organisation de l'apprentissage: de l'expérience pratique de l'élève à la théorie; de la théorie à des exercices d'application pratique avec le contrôle des acquisitions; des exercices pratiques l'élaboration théorique; de l'exposé à des exemples, des illustrations; d'exemples et d'illustrations à l'observation et à l'analyse”. SEGUIN, Roger. *op. cit.*, 1989, pp. 22-23.

²⁹⁴ “Pour guider l'élève dans la perception et l'appréhension du monde extérieur, dans l'élaboration des connaissances acquises par des voies différentes que celles des programmes scolaires, dans la maîtrise de ses propres expériences. Deux alternatives sont possibles pour ce guidage de l'apprentissage: la répétition, la mémorisation, l'imitation de modèles; une activité plus ouverte et créative de l'élève qui peut utiliser ses propres expériences et observations”. *Ibidem*, 1989, p. 23.

respectiva disciplina a que corresponde. Como Roger Seguin destaca, os manuais são responsáveis por

[...] une sélection des connaissances dans une certaine discipline et un certain thème, dans la mesure où l'acquisition du savoir doit se faire progressivement, en fonction des années successives de la scolarité et pour ne pas surcharger les programmes; - une filtration de ces connaissances, pour les réduire, parfois les simplifier et les rendre accessibles et claires pour les élèves d'un certain niveau scolaire; - Le manuel offre des connaissances mais souvent dans la perspective d'une certaine idéologie de la connaissance: importance relative des sciences et des techniques; conception de l'histoire; normes linguistiques; établies²⁹⁵.

No caso da análise específica do conjunto dos manuais elaborados no contexto cronológico em causa, foi possível concluir que, a despeito da disciplina e grau de escolaridade, todos serviam o propósito de internalizar, na memória de seus leitores, a utopia de Império. Com este fim, eles acabaram por disseminar uma concepção idealizada do passado nacional que intencionava, sobretudo, expurgar a ideia de decadência do presente e do futuro da nação lusitana. Não por acaso, o período das grandes navegações e “descobrimientos” foi estrategicamente explorado nas suas páginas como meio para confirmar o destino da nação portuguesa, convencimento que era transversal às várias famílias político-ideológicas que emergiram com a Revolução liberal e com a consequente consolidação do sistema representativo: colonizar e civilizar.

O período áureo dos “descobrimientos” ou das “grandes navegações” portuguesas assumia, assim, a função de uma espécie de pontualizador do processo de ascensão e de decadência do Império no itinerário da história pátria portuguesa. Pode-se inclusive pensar que este momento foi glorificado como uma espécie de mito (re) fundador, cuja evocação seria capaz de fazer reacender as chamas das esperanças individuais e de revigorar o Império. A aprendizagem desta lição de história permitia, assim, memorizar e socializar as epopeias marítimas e colonizadoras e projetá-las no imaginário da população alfabetizada e, através desta, na população em geral.

²⁹⁵ Ibidem, 1989, p. 22.

De fato, a interiorização de uma história pátria ritualizada e mitificada na memória nacional foi e é uma tarefa central da formação escolar. Trata-se, como observou Pierre Nora, de

Une histoire largement mythologique, dans sa structure comme sa fonction, unitaire, même si porteuse de divisions sur chacun de ses éléments internes, principalement dispensée par l'école; un vaste récitatif assez homogène dans ses cadres, sa chronologie, ses points de passage obligés, ses figures consacrées, sa hiérarchie d'événements pour permettre, du primaire au supérieur, à l'intérieur des successions bien établies, l'aller et retour de la version savante à la version élémentaire, et l'imprégnation du tout dans le tissu social²⁹⁶.

Na França, talvez o livro mais emblemático de forte apelo patriótico adotado no ensino primário tenha sido o *Le tour de la France par deux enfants*, publicado primeiramente em 1877 pela Editora Eugène Berlin e cujo êxito fê-lo subir a uma tiragem de mais de sete milhões de exemplares em 1914 e a constantes reedições e utilização, nas escolas francesas, até a década de 1950²⁹⁷. Este livro foi essencial para a consolidação dos princípios políticos e ideológicos da Terceira República e acabou por extrapolar os objetivos iniciais do contexto histórico de sua criação para ser considerado o perfeito manual do jovem cidadão gaulês, segundo o qual “Les enfants d’une même patrie doivent s’aimer et se soutenir comme les enfants d’une même mère”²⁹⁸.

Em Portugal, os manuais escolares por nós analisados também assumiram a função de cultivar princípios cívicos na consciência dos mais jovens, inculcando-lhes valores patrióticos sempre alusivos à glória dos descobrimentos e à disseminação da cultura portuguesa e do cristianismo pelo mundo, mediante a ação civilizadora do gênio lusitano. Assim, também não surpreende que eles também dessem guarida ao culto dos

²⁹⁶ NORA, Pierre. NORA, Pierre. “L’ère de la commémoration in les lieux de mémoire” in *op. cit.*, p. 4710. O mesmo autor escreveu uma obra onde aprofunda especificamente a questão do nacionalismo e os manuais escolares. C.f. NORA, Pierre. “Le Nationalisme français d’après les manuels scolaires” in *Etudes Générales*, volume 4, nº 1, Paris, Association Française de Science Politique, 1962, pp. 1-24. Ainda sobre o mesmo tema, C.f. J. M. Ozouf, “Le Thème du patriotisme dans les manuels scolaires” in *Le Mouvement social*, nº 49, outubro-novembro, 1964, pp. 5-31.

²⁹⁷ Para uma análise mais profunda e especial sobre este manual, C.f. M. O., Jacques. “Le petit livre rouge de la République”, in *Les lieux de mémoire*, volume 1, Paris, Gallimard, 1997, pp. 291-321.

²⁹⁸ BRUNO, G. *Le tour de la France par deux enfants: devoir et patrie* (Cours Moyen), deux cent seizième édition conforme aux programmes du 27 juillet 1882, Paris, Librairie Classique Eugène Berlin, 1891, p. 191.

“grandes acontecimentos” / “grandes homens” do passado, postos ao serviço, como nos ritos cívicos, do fortalecimento de “uma doutrina que há de desenvolver sempre todas as virtudes humanas, pessoais, domésticas e cívicas”²⁹⁹.

Contudo, apesar destas aproximações, vale ressaltar a maior força pedagógica dos manuais escolares sobre a das comemorações na difusão de uma determinada imagem do Brasil e mesmo na consagração no imaginário português até à década de 1960. É que, enquanto os centenários tiveram lugar uma só vez (ou só se repetirão cem anos depois) e se caracterizavam pela efemeridade de celebrações e por linguagens simbólicas difíceis de decifrar, os manuais, ao contrário, representavam uma espécie de panteão nacional³⁰⁰, palpável e foleável e todos os anos ensinável por um professor. Ademais, a intenção do magistério dos livros escolares era estendida ao processo de aprendizagem e formação dos jovens cidadãos portugueses de aquém e além-mar, o que significa dizer que as lições sobre a ex-colônia americana eram estudadas não apenas em Portugal, mas em todas as parcelas que integravam o Império lusitano entre 1880 e os inícios da década de 1970.

Também destacamos que a moral subjacente aos ensinamentos sobre o Brasil era algo facilitado pela linguagem dos manuais escolares que sempre cuidaram em levar em consideração as capacidades cognitivas correspondentes à faixa etária de seus leitores³⁰¹.

Deste modo, alguns recursos didáticos eram utilizados para reforçar a internalização dos conteúdos referentes à antiga Terra de Vera Cruz. Em certos casos, para fazer aumentar a credibilização do descrito, empregavam-se textos, poesias e

²⁹⁹ Auguste Comte preconizou em seu Catecismo Positivista que o culto dos grandes vultos da Humanidade deveria ter por base “uma doutrina que há de desenvolver sempre todas as virtudes humanas, pessoais, domésticas e cívicas”. COMTE, Auguste. *op. cit.*, 1978, p. 122.

³⁰⁰ Diante desta vantagem específica dos manuais frente às comemorações, nos permitimos construir uma analogia entre esta e a função dos panteões propriamente ditos, considerando que “a consagração panteônica, mais do que a comemoração, constitui um ritual muito próximo do enterramento. Deste modo, como tais cerimônias visam a perpetuação são mais uma das expressões do desejo de que a memória colectiva funcione como um segundo além. É que o Panteão Nacional foi instituído como garantia de que a corrupção do tempo jamais destruirá a lembrança dos que por ‘obras valorosas’ a Pátria decididui da morte libertar”. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 349.

³⁰¹ Essencialmente, a faixa etária dos estudantes portugueses correspondente aos sucessivos graus de formação escolar entre 1880 e 1960 tem sido mais ou menos esta: pré-escolar, de três a seis anos; ensino básico, entre os seis e os quinze anos; ensino secundário ou liceal, entre os quinze e os dezoito anos.

fábulas de autores brasileiros. Por exemplo, o livro de leitura *Terra Amiga*, editado no ano tardio de 1965, adotou um texto de Monteiro Lobato (*Sítio do Pica-pau amarelo*) que descrevia a visita de Dona Benta e seus dois sobrinhos a Portugal, terra dos avós daquela senhora:

Dona Benta, depois de abraçar o seu avô velhinho, voltou-se para os sobrinhos e disse-lhes: - Foi deste tronco que um galho robusto se transplantou para o Brasil. Porque todo o Brasil não é mais que um rebento vicejante do velho Portugal! E os pequenos abraçaram também o velho com emoção ³⁰².

Mas, a parte mais didática da elaboração dos conteúdos manualísticos sobre o Brasil esteve marcada, sobretudo, por um considerável investimento iconográfico ou imagético. O uso de imagens e recursos visuais tem sido alvo de inúmeros estudos e as opiniões sobre sua eficácia no processo de aprendizagem dos jovens leitores dividem-se. Para alguns autores, os registros iconográficos podem retrair ou secundarizar o interesse dos leitores pelo texto, rivalizando com as lições de onde supostamente se deveria extrair o conteúdo mais completo para o aprendizado de determinado tema ³⁰³. Para outros, ao contrário, estes registros constituem um meio mais lúdico de memorização, capaz de favorecer o processo de aprendizado ³⁰⁴. Há ainda autores que encaram o emprego das imagens nos manuais como uma espécie de “paratexte” ³⁰⁵, ou de texto paralelo ao escrito cuja teorização mais centrada no campo específico da didática escolar ainda é precária:

³⁰² LOBATO, Monteiro. “Terra Amiga” in *Caminhos Portugueses: livro de leitura para a 4ª classe*, Porto, Edições Lello, 1965, p. 169.

³⁰³ C.f. A. Woodward. “When a picture isn’t worth a thousand words: an analysis of illustrations and content” in *Elementary School Science Textbooks*, San Francisco, American Educational Research Association, SIG Group, 1989; COSSETTE, Claude, *Les images démaquillées*, Québec, Editions Riguil Internationales, 2ª edition, 1983; A., Paivio. *Mental representations: a dual-coding approach*, New York, Oxford, 1986.

³⁰⁴ C.f. J. R., Levin; R. E. Mayer, “Understanding Illustrations in Text” in B. Britton; A., Woodward; M. Binkley, (eds.), *Learning From Textbooks: Theory and Practice*. Hillsdale, New Jersey Hove and London, Lawrence Erlbaum Associates, 1993. Disponível em: <http://www.questia.com/read/47626636> Acessado em 22/05/2014.

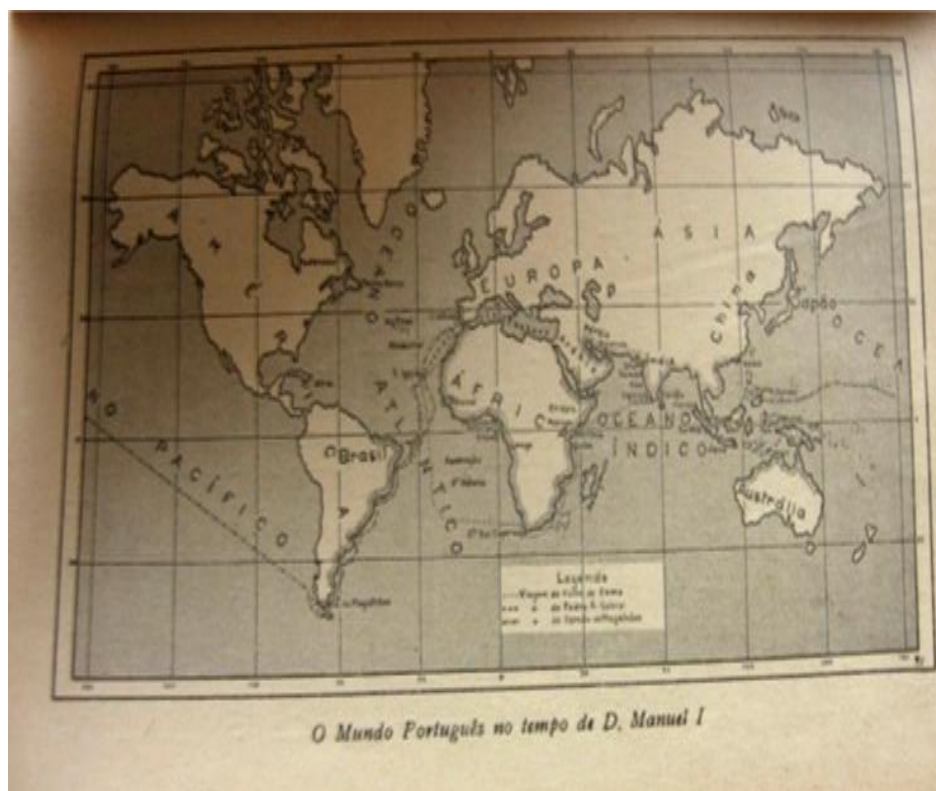
³⁰⁵ DANIEL, Jacobi. "Références iconiques et modèles analogiques dans des discours de vulgarisation scientifique" in *Informations sur les sciences sociales*, nº 24, volume 4, 1985, p. 848.

Cette exigence fondamentale a d'ailleurs été maintes fois formulée par les chercheurs: les limites de l'analyse des images à vocation éducative s'expliqueraient par le manque d'une théorie générale de l'image à laquelle référer son usage pédagogique. Il faut ensuite définir les paratextes du point de vue de la pratique communicative et du lieu d'interaction sociale qui sont les leurs: la communication didactique et pédagogique³⁰⁶.

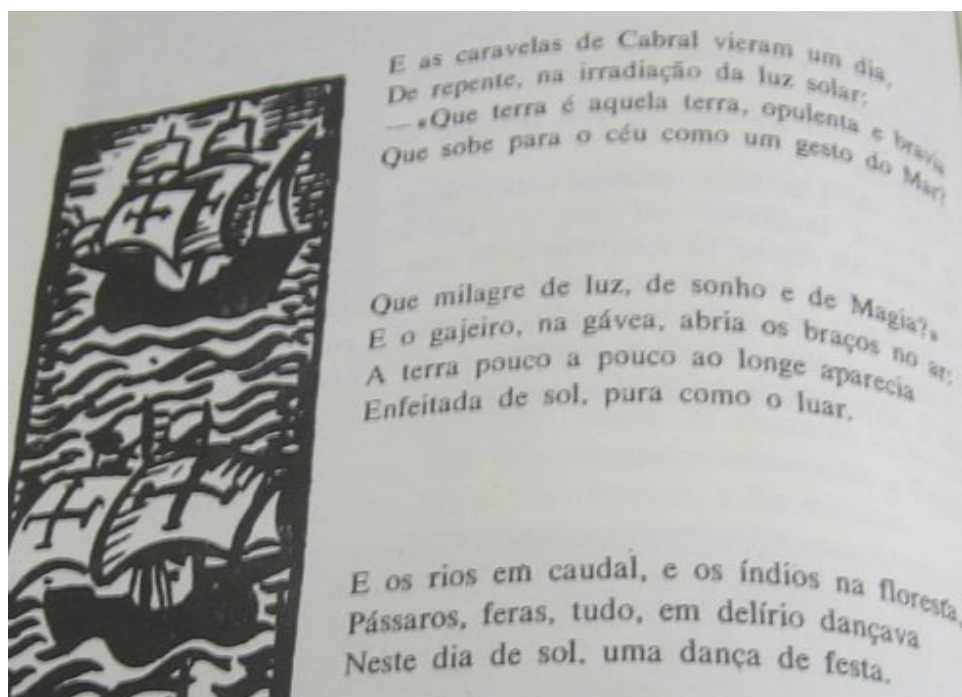
No caso específico das ilustrações adotadas nas abordagens manualísticas ao Brasil, é possível concluir que estas, de fato, assumem a função de paratexto, ou de uma espécie de esboço ilustrado que anuncia e informa visualmente o leitor do tema que a lição em causa vai tratar. A prática passou a ser mais comum nos manuais da década de 1920 em diante. Antes disso, os artifícios figurativos tinham sido incipientes, pois resumiam-se, quase sempre, à reprodução de mapas ou planisférios das rotas de navegação marítima dos “descobrimentos”. Em contrapartida, é possível observar que, mormente da segunda década do século XX em diante, o emprego destes recursos iconográficos se intensificou e se manteve em livros de sucessivos graus de escolaridade.

As iconografias referentes ao Brasil estão preponderantemente atreladas a temáticas que podem ser consideradas “clássicas” no interior da literatura escolar portuguesa produzida no período em causa (1880-1960), a saber: as cartografias do mundo português na época dos descobrimentos; as caravelas de Pedro Álvares Cabral, e, não raro, retratos alusivos à figura do próprio navegador; representações dos jesuítas e nativos indígenas. Entretanto, nos chamou especial atenção as poucas referências ilustrativas à figura de Dom Pedro I do Brasil (Dom Pedro IV de Portugal), costumeiramente apontado por diversos autores de manuais como uma espécie de “patrono” da independência brasileira, como veremos mais adiante.

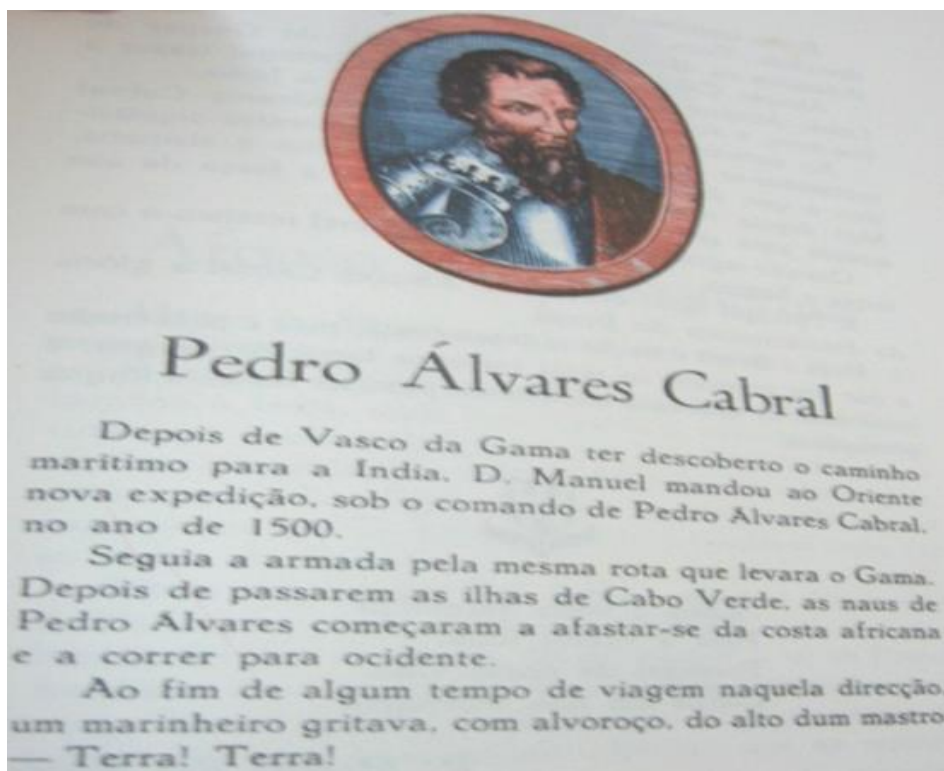
³⁰⁶ PERAYA, Daniel; NYSSSEN, Marie Claire. “Les illustrations dans les manuels scolaires. Vers une théorie générale des paratextes” in *Médiascope*, Versailles, Centre de Recherche et de documentation pédagogique de Publiés, n°. 7, 1994, p. 4.



“O Mundo Português no tempo de D. Manuel I”. PIMENTA, Romeu. *A nossa história contada às crianças*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1944, p.105.



Representação das caravelas de Pedro Álvares Cabral. MATTOSO, Henriques G. *Casa Lusitana: leituras da história de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá Costa, 13ª edição, 19--?, p. 134.



Retrato de Pedro Álvares Cabral. S/ Autor. *O livro da terceira classe: ensino primário elementar*, Porto, Livraria Figueirinhas, 4ª edição, 1958, p. 141.



Imagem alusiva a primeira missa realizada no Brasil pelo Frei Henrique que teria sido acompanhada pelos indígenas. MATTOSO, António G. *Mar Português: leituras da história de Portugal* (Ensino técnico profissional), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951, p. 147.

Mas, o estudo das imagens contidas nos manuais escolares indica apenas a suposta eficácia de um recurso didático paratextual, e, por isso, a sua investigação, isolada da crítica do texto escolar propriamente dito, empobreceria a discussão que nos dispomos a realizar. Portanto, nos interessa esclarecer que, independentemente da forma como os professores ministravam os conteúdos referentes ao Brasil com base nos livros escolares, ou de como os estudantes recepcionavam estas lições, a presente análise se restringe ao campo sólido dos conteúdos textuais dos manuais em sua imanência, pois, de acordo com Alain Chopin, “le texte imprimé est permanent”³⁰⁷ e possibilita “une utilisation fréquente, répétée, prolongée”³⁰⁸, o que favorece o estabelecimento “d’une certaine orthodoxie politique, idéologique, scientifique, pédagogique”³⁰⁹.

Ao longo deste capítulo, constataremos que as lições sobre o Brasil estiveram condicionadas, fundamentalmente, por finalidades políticas e ideológicas assentes no ideal de Império, bem como na defesa de um arquétipo de nação multirracial, pluricontinental, una e indivisível, conceito que, aliás, já estava presente na Constituição liberalista de 1822 e que foi constantemente reafirmado em sucessivos momentos políticos até atingir o seu cume sob a égide do projeto colonialista do Estado Novo. Como já ficou sugerido, a ex-colônia americana foi de imensa utilidade para o triunfo desta apologia imperialista subsumida nos ensinamentos da bibliografia escolar, uma vez que servia de argumento comprovativo acerca das capacidades civilizadoras e colonizadoras da nação lusitana, majoritariamente apresentado como exemplo paradigmático do talento do gênio lusitano em miscigenar etnias e aculturá-las sob o signo de uma nação que se queria una e indivisível.

Para além de uma leitura político-ideológica – que, no fundo, implicou a renovação do projeto imperialista ou colonialista desde as duas últimas décadas do século XIX até meados da década de 1960 –, consideraremos a influência dos principais embates no campo da produção da historiografia portuguesa sobre as interpretações da antiga colônia americana contidas nos livros escolares. Dentre eles, é mister compreender o papel primordial da divulgação da *Carta de Pero Vaz de Caminha* como

³⁰⁷ CHOPIN, Alain. *Les Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris, Hachette Éducation, 1992, p. 22.

³⁰⁸ Ibidem, 1992, p. 22.

³⁰⁹ Ibidem, 1992, p. 22.

um marco fundacional positivo, bem como os efeitos decorrentes do desenvolvimento de uma historiografia assente em critérios mais científicos sobre o Brasil, perspectiva que, paulatinamente, também se repercutiu na *história-ensinável*, isto é, nas páginas dos manuais escolares.

Os impactos da *Carta de Pero Vaz de Caminha* nas abordagens dos manuais escolares portugueses sobre o Brasil

Não obstante ser um documento quinhentista, a *Carta*, escrita pelo escrivão português Pero Vaz de Caminha, tardou mais de dois séculos a ser publicitada. Enviado ainda em 1500 ao Rei D. Manuel I, sob os cuidados de Gaspar de Lemos, o documento passou das mãos do monarca para os arquivos da Secretaria de Estado, onde permaneceu guardado sob a rubrica “segredo”. Alguns anos depois, foi enviado ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, então situada no castelo da capital metropolitana. Apenas em 1773, José Seabra da Silva, o chefe guardião do arquivo da Torre, decidiu fazer uma cópia da carta, percebendo a sua grande importância. Por volta de 1790, um historiador castelhano – Juan Bautista Muñoz – teria encontrado a carta e publicou-a na sua *Historia del Nuevo Mundo* (1793). Contudo, o autor não fez nenhuma leitura crítica do manuscrito, tendo-o apenas anexado a outros documentos históricos que deu a lume no final de sua obra ³¹⁰.

Entretanto, no Brasil, a *Carta* de Caminha terá chegado possivelmente quando a família Real portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro em 1808 ³¹¹. Quase uma década depois, o padre e historiador Manuel Aires de Casal encontrou o relato de Caminha no Arquivo da Marinha Geral do Rio de Janeiro, tendo-o publicado em sua

³¹⁰ Cf. MUÑOZ, Juan Bautista. *Historia del nuevo mundo*, volumen 1, Oxford, Universidad de Oxford, 1793.

³¹¹ Acerca da carta de Caminha, acrescentou Jaime Cortesão: “Assinalou-a primeiro, com perfeita consciência do seu valor excepcional, o português José de Seabra da Silva; pela primeira vez a publicou o português Pe. Manuel Aires do Casal. Resta saber quem a trouxe de Portugal para o arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro. Presumia Manuel de SouzaPinto que a cópia tivesse viajado para o Brasil na bagagem da corte portuguesa – o que se nos afigura hipótese aceitável”. CORTESÃO, Jaime. “Carta de Pero Vaz de Caminha” in *Obras Completas de Jaime Cortesão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, p. 34.

*Corografia Brazílica*³¹² (1817). No entanto, nesta publicação, o documento viu algumas das suas partes suprimidas, especialmente as que se referem à nudez dos nativos e nativas, talvez por serem passagens consideradas como uma ameaça ao pudor, de acordo com as convicções religiosas de seu editor.

Seja como for, o impacto da publicação sobre a historiografia brasileira não tardou em se manifestar pela pena de vários autores, o que contribuiu, de modos distintos, para a mitificação do manuscrito de Pero Vaz como o marco inicial da nacionalidade brasileira. Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *Crônica Do Descobrimento do Brasil* (1840), fundiu, ao bom estilo romântico também em voga no Brasil na primeira metade do século XIX, a ficção literária com os cânones historiográficos da época – o aporte documental – e se consagrou como o primeiro crítico da *Carta* e um dos primeiros a divulgar uma nova versão da historiografia brasileira em terras portuguesas na importante revista *O Panorama* (dirigida por Alexandre Herculano)³¹³.

Contudo, em Portugal, antes mesmo desta publicação, a Academia de Ciências de Lisboa já havia integrado a carta de Caminha na *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas* (1826)³¹⁴. Mas, devido aos impactos da emancipação brasileira nas relações com a ex-metrópole, o tema do descobrimento do Brasil parece não ter despertado grande interesse de imediato, de modo que, conforme sustenta Fábio William Lopes Braga, apenas mais tarde, “por ocasião do Quarto Centenário do Descobrimento da América, em 1892, e do Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, a *Carta* volta a ser foco do interesse dos eruditos”³¹⁵.

³¹² CASAL, Manuel Aires de. CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brazílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*, volume 1, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1817, pp. 12-34.

³¹³ VARNHAGEN, F. A. “Crônica do descobrimento do Brasil”, in *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, (Lisboa), nº 1 – nº 7, volume 4, janeiro – dezembro, 1840.

³¹⁴ S/ Autor. *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas*, , nº 1, tomo 4, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1826.

³¹⁵ BRAGA, Fabio William Lopes. *A Carta de Caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira*, Dissertação de Mestrado em Literatura, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 36.

Neste sentido, parece-nos revelador o fato dos manuais escolares portugueses de finais do século XIX e começo do século XX abordarem o tema do “descobrimento” do Brasil de modo econômico, com textos muito sintéticos, alusivos a algumas passagens da *Carta de Caminha*.

Vejamos este texto de 1882:

Indo Pedro Álvares Cabral para a Índia em 1500, ou por genio aventureiro, ou para evitar as calmarias do Golfo da Guiné, afastou-se da costa africana. Assaltado por uma tempestade, foi ter a uma terra desconhecida, onde embarcou e fez levantar uma cruz e dizer missa. Foi esta terra chamada de santa Cruz e depois Brazil³¹⁶.

Na realidade, como comprovaremos a seguir, é só a partir dos impactos de novas análises da *Carta de Caminha* – principalmente após os emblemáticos trabalhos de autoria de Jaime Cortesão – e sobre a colonização que as interpretações acerca do achamento do Brasil, bem como do seu povoamento ganharão maior relevo nos manuais escolares. Antes disso, boa parte das abordagens relativas à chegada dos portugueses à antiga Terra de Vera Cruz era apresentada num tom sucinto e fiel ao preceito investigativo da história científica positivista, segundo o qual só o documento contém a verdadeira informação para que se possam conhecer os fatos históricos como aconteceram.

Talvez por isso, em parte, se justifique a neutralidade e ausência de hipóteses ou questionamentos ao enredo documentado por Caminha nestas primeiras interpretações da literatura escolar consultada sobre a chegada de Cabral à costa brasileira. Não por acaso, do conjunto de sessenta e um manuais analisados desde o século XIX até a década de 1960, deparámos com uma média de 0,75% páginas dedicadas exclusivamente ao Brasil nos livros escolares elaborados no contexto da Monarquia e inícios da República portuguesa. Em contrapartida, com o advento do Estado Novo, este número subiu para 2,70%. Mas, de momento, voltemos à arqueologia histórica das interpretações da *Carta* em questão.

³¹⁶ AFFREIXO, José Maria da Graça. *Compendio de História de Portugal*. Coimbra, Casa Minerva, 1882, p.82.

No Brasil, Capistrano de Abreu publicou, no ano em que se celebrava o quarto centenário da chegada dos portugueses às terras brasileiras, o primeiro estudo histórico que tomou o relato de Pero Vaz por base (e como ponto de partida para uma revisão do tema da “descoberta”) – *O Descobrimento do Brasil pelos portugueses* (1900)³¹⁷. Naturalmente, o quarto centenário do descobrimento do Brasil incentivou a produção historiográfica relacionada com a questão da chegada de Cabral ao país, o que colocou a *Carta* no centro de todas essas questões. Neste mesmo ano, a Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil – responsável pela realização e programação das comemorações de 1900 – incluiu *O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social*, também de autoria de Capistrano de Abreu, no *Livro do centenário (1800-1900)*. Mais tarde, o estudo será publicado no *Descobrimento do Brasil* (1976) pela Editora Civilização Brasileira³¹⁸, juntamente com outro trabalho intitulado “Vaz de Caminha e sua carta”³¹⁹ e com outros textos igualmente da autoria de Capistrano.

Em 1922, a voga do centenário da independência do Brasil provocou uma retomada da discussão acerca da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. Nessa conjuntura, imperava a necessidade de historicizar a nacionalidade brasileira e, portanto, de reinterpretar os seus “começos”. Novamente aqui a *Carta* de Pero Vaz de Caminha acendeu novos debates na historiografia brasileira e portuguesa, desta vez um tanto mais complexos e autônomos em relação às informações contidas no documento.

Com o objetivo de enriquecer a história do descobrimento do Brasil e dos descobrimentos portugueses, Jaime Cortesão foi um dos principais membros (era na altura o diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa) a compor a missão literária que acompanhou o Presidente português António José de Almeida em sua ida à ex-colônia por ocasião do centenário de sua emancipação política, tendo colaborado na *Historia da*

³¹⁷ ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil pelos portugueses*, Rio de Janeiro, Laemmert e C., 1900.

³¹⁸ ABREU, João Capistrano de. “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social”, in *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 128-189.

³¹⁹ *Ibidem*,. *op. cit.*, pp. 191-205. Este mesmo texto já havia sido publicado na RIHGB em 1908 em ABREU, João Capistrano de. “Vaz de Caminha e sua carta” in *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo 24, 1908, pp. 134-147.

colonização portuguesa do Brasil (1921-1924)³²⁰, obra coordenada por Carlo Malheiro Dias³²¹ e que veio a ter importantes consequências historiográficas nas duas pontas do Atlântico.

Além dessa obra, não podemos esquecer *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil* (1922), também de autoria de Cortesão, encomendada exclusivamente para a ocasião do centenário da independência do Brasil e publicado em Portugal pela Editora Bertrand³²².

Acerca de sua colaboração de cunho investigativo para as comemorações do primeiro centenário da independência brasileira, ressaltou o historiador português:

Em boa verdade, não nos pertence a iniciativa deste livro. Convidados a colaborar na História da Colonização do Brasil, a obra monumental com que a colônia portuguesa em terras brasileiras celebra o Centenário da Independência, da nação irmã, e tendo-nos cabido dentro do seu largo plano, o relato da Expedição de Pedro Álvares Cabral, na sua organização, biografias de comandantes e primeiros passos, até à partida do Restelo, veio o nosso trabalho a assumir proporções, que excediam o âmbito marcado³²³.

De fato, Cortesão, que, entre os anos de 1940 e 1957, viveu exilado no Brasil devido às suas convicções republicanas e democráticas, foi responsável pelo desenvolvimento de novas teorias acerca da chegada dos portugueses ao Brasil com base na carta de Pero Vaz de Caminha. E as suas teses revolucionariam a compreensão do assunto, vindo igualmente a influenciar a literatura escolar portuguesa produzida a partir de meados de 1920 em diante, ou seja, já no contexto do Estado Novo.

³²⁰ Este livro de três volumes contou com a colaboração de historiadores como Alexandre Herculano, Capistrano de Abreu, Vanhagen e Jaime Cortesão. Foi publicado no Brasil e em Portugal. Edição brasileira, C.f. HERCULANO, Alexandre; CORTESÃO, Jaime, *et.al. História da Colonização Portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro Centenário da independência do Brasil*, volume 3, Rio de Janeiro, 1921-1924. Edição portuguesa, C.f. *Ibidem*, Porto, Litografia Nacional, 1921 -1924.

³²¹ Sobre este intelectual português e sua estada no Brasil, C.f. ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo. Um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Tese de Doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

³²² CORTESÃO, Jaime. *op. cit.*, 1922.

³²³ *Ibidem*, 1922, p. 16.

Por sua vez, na celebração do quinto centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral (1968), Damião Peres ³²⁴ lançou uma obra questionadora da suposta causalidade que teria levado o navegante português a “achar” as terras brasileiras. Em sua obra, o historiador português esclareceu questões a respeito do longo silenciamento que envolveu o documento de Caminha, texto que atestava a posse portuguesa sobre a antiga Terra de Vera Cruz e, simultaneamente, constituía uma espécie do seu “registro de nascimento”. Ao lado de Jaime Cortesão, as teses acerca do sigilo e intencionalidade dos descobrimentos portugueses viriam a difundir-se e a popularizar-se ainda mais na década de 1960, conjuntura em que, como comprovaremos, a literatura escolar lhe deu um maior acolhimento. No entanto, se, por um lado, a década de 1960 pode ser identificada como o momento em que a questão do sigilo e intencionalidade dos descobrimentos portugueses foi consagrada pelos debates da historiografia luso-brasileira, por outro lado, não se pode esquecer que estas teses já eram tema de investigação de historiadores portugueses há pelo menos cinquenta anos.

Por exemplo, Damião Peres, a partir do exemplo da chegada de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira, tinha defendido:

Com efeito, após um longo período durante o qual se acreditou no arrastamento da frota para oeste por uma tempestade, a moderna historiografia portuguesa, numa feliz associação de proficiência de técnicos e cientistas com os raciocínios de uma série de investigadores, vem mostrando desde há meio século a vacuidade desta tradição, sem a menor base no fidedigno relato de Pêro Vaz de Caminha ³²⁵.

Justamente por isso, em meados da década de 1910 em diante, encontramos alguns manuais escolares com referências às teses do sigilo e à intencionalidade do descobrimento do Brasil. Lembremos aqui também a sessão comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil, realizada pelo Instituto Arqueológico, Histórico

³²⁴ Este autor discutiu a hipótese de que a chegada de Cabral ao Brasil teria sido intencional e não obra do acaso. Cf. PERES, Damião. *op. cit.*, 1968.

³²⁵ *Ibidem.*, 1988, p. 68.

e Geográfico de Pernambuco em 1900, onde se defendeu a intencionalidade da chegada de Cabral à costa da Bahia ³²⁶.

De acordo com Jaime Cortesão, por sua vez, ao longo do século XV, Portugal incubiu-se de uma missão, protagonizada pelo Infante Dom Henrique, mas com o consentimento da Igreja (conforme reza a bula de Nicolau V de 8 de janeiro de 1454), que consistiu em ir até a Índia para atacar o Islã no Oriente. Com essa legitimação, ficava acordado que os descobridores trariam índios convertidos ao cristianismo para lutar nas cruzadas contra os sarracenos.

Contudo, objetivos de ordem econômica, para além da questão religiosa, se colocaram como um dos fatores primordiais que impulsionaram os descobrimentos henriquinos, a saber, a disputa pelo monopólio do tráfico oriental de mercadorias até então pertencente ao Islã:

O monopólio da navegação das estradas marítimas, instrumentos produtores fundamentais, visava apenas o monopólio comercial. Era êsse o objetivo que importava tornar secreto, tanto mais que se pretendia violar dois monopólios já estabelecidos, o de Veneza e o do sultanato mameluco do Egípto, e frustrar a vigilância e as ambições de Castela ³²⁷.

Seguindo a lógica da prática da política de sigilo dos descobrimentos, a suposta “casualidade” da chegada de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira foi posta em causa com base em

Uma série de documentos se acordam para afirmar que os portugueses haviam alcançado a saliência extrema da costa brasileira, que culmina no Cabo de S. Roque, antes da primeira viagem de Colombo em cerca de 1492. O primeiro é uma carta, escrita em 1514 a D. Manuel por Estêvão Fróis, o qual estava convencido de que a região de Cabo S. Agostinho, donde regressava, já cerca de 1492 era possuída por Portugal ³²⁸.

³²⁶ Os historiadores deste Instituto tiveram a iniciativa de celebrar o quarto centenário do Brasil não no dia três de maio como o restante do país, mas a 26 de janeiro de 1900, data em que, acreditava-se que o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón teria chegado à cidade de Cabo de Santo Agostinho na costa pernambucana, exatamente três meses antes de Pedro Álvares Cabral chegar a Salvador da Bahia. Trataremos deste tema mais adiante na presente tese.

³²⁷ CORTESÃO, Jaime. *Teoria Geral dos Descobrimientos Portugueses: a geografia e a economia da Restauração*, Lisboa, Seara Nova, 1940, p. 38.

³²⁸ *Ibidem*, 1940, pp. 45-46.

Ao longo do Estado Novo, as teses do sigilo dos descobrimentos já se encontravam bastante difundidas na historiografia portuguesa, de modo que era natural que os manuais escolares elaborados neste contexto passassem a incluí-las e a adotá-las nas suas considerações sobre o “achamento” e a colonização do Brasil. Ora, as teses do sigilo eram um tema que interessava ao regime estadonovista e às suas intenções de confirmar as potencialidades do gênio planificador, civilizador e colonizador português. Justamente por isso, é que, como veremos adiante, será possível observar uma diferença considerável entre o número de páginas dedicadas ao revisionismo de temas relacionados ao Brasil nos manuais escolares elaborados ao longo deste período político quando comparado com o anterior.

Ademais, a reforma da educação levada a cabo por Carneiro Pacheco, em 1936, instituiu as novas bases da “Educação Nacional”, no âmbito da *política do espírito* (teorizada por Antônio Ferro) disposta a consolidar e a consensualizar um nacionalismo autoritário, logo, pouco disponível para a aceitação de uma pluralidade de opiniões que pudesse contraditar outros conceitos de pátria, de nação e até de império. Por isso, não admira que essa reforma tenha imposto o uso do livro único na formação escolar portuguesa ³²⁹, o que acabou por uniformizar as interpretações históricas, incluindo as respeitantes ao Brasil.

Entretanto, excetuando o problema do sigilo dos descobrimentos e de seus desdobramentos sobre as elaborações de conteúdos relativos ao “achamento” e colonização do Brasil, pode-se dizer que os manuais escolares estadonovistas não trouxeram grandes alterações qualitativas sobre o elemento brasileiro enquanto ramo da história pátria portuguesa. Isto porque, segundo observou Sérgio Campos Matos ³³⁰, “será caso para estranhar que a instituição escolar seja das que mais resiste à inovação,

³²⁹ “A base X impunha para o ensino primário elementar o mesmo livro de leitura em cada classe e “nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior” o mesmo compêndio para as disciplinas de História de Portugal, história geral, filosofia e um único compêndio de educação moral e cívica. No que dizia respeito a este último ponto, invocava-se o § 3º, do artigo 43º da Constituição, que já atrás foi transcrito, o qual falava das “virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina moral cristã, tradicionais do país”. Era, aliás, este ponto que justificava a fixação de “um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição” em “todas as escolas públicas de ensino primário infantil e elementar” (base XIII)”. TORRALBA, Luis Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, volume 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 211-212.

³³⁰ MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a História nos Cursos dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

num país que, ainda nos anos trinta, revelava fortes persistências da sociedade do antigo Regime” ? ³³¹.

Nossa missão a partir de agora consiste em examinar as estratégicas exaltações do elemento brasileiro assim como do silenciamento das tensões, desavenças e memórias não compagináveis com o enaltecimento dos elos históricos e culturais entre a ex-colônia americana e sua velha metrópole promovido nas páginas dos manuais escolares. Neste sentido, nosso próximo passo será sintetizar as representações do Brasil na literatura escolar, centrando-nos nos seus temas mais transversais: o “descobrimento”; a colonização e exploração econômica; a independência; e, por fim – ainda que fosse uma questão menor nos manuais consultados –, a instauração da República.

O “descobrimento” do Brasil

Segundo Maria Cândida Proença, desde 1888, o ensino da história em Portugal se desvincilhou da geografia e passou a ser uma disciplina autônoma ³³². Com isso, os poderes políticos ganharam mais espaço para fixarem um passado idealizado na memória nacional. Por outro lado, e como se sabe, o peso do valor social e cívico das retrospectivas, pontualizadas pelos “grandes acontecimentos” e pelos “grandes homens”, ter-se-ia de refletir, sobremaneira, no modo como se ensinava a história às crianças (e mesmo aos adolescentes), o que fez com que os livros didáticos fossem estruturados por narrativas de cariz panteônico. E isto explica a inevitável similitude que se detecta entre o Olimpo cívico eleito para as grandes festas comemorativas e a galeria dos heróis exaltada nos manuais escolares.

De um modo geral, todos os heróis portugueses estavam ligados ao momento apoteótico da história pátria portuguesa – os “descobrimientos” – constantemente retratados nas páginas dos manuais como as origens da civilização moderna:

³³¹ *Ibidem*, 1990, p. 12.

³³² Cf. PROENÇA, Maria Cândida. “Da crise final da Monarquia ao alvorecer da República” in: *Um século do ensino de História*, Lisboa, Edições colibri, 2001, pp. 41-52, p. 43.

Toda a nossa glória, todo o nosso poder antigo, todos os valiosos serviços que prestámos a sciência, e á civilisação, descobrindo novas terras, navegando por mares ignorados, trazendo novos povos e novas civilisações ao conhecimento da Europa, os devemos aos nossos velhos marinheiros. Eles souberam crear para Portugal um logar glorioso entre todas as nações do mundo; êles foram verdadeiramente sublimes e imortaes, dignos do reconhecimento e admiração de todas as gerações³³³.

Não podemos perder de vista que, nas conjunturas em pauta, a consagração histórica dos “descobrimientos” estava a serviço de uma estratégia que tinha por finalidade resistir a “nova partilha imperialista do mundo”³³⁴ e que, em certo sentido, se fez presente nos manuais como meio de sugerir a relevância de uma constante integração cultural e histórica entre a metrópole e suas colônias³³⁵. Por isso, as lições sobre este tema central da história pátria portuguesa eram repetidamente exploradas na forma de argumento legitimador das possessões e domínios do Império lusitano e figuravam não apenas nos livros de história, mas também nos de geografia e de leitura dirigidos, sobretudo, aos estudantes do primeiro ciclo do ensino básico em diante. E esta lógica orientou os ensinamentos sobre o expansionismo português nos manuais escolares desde a Monarquia³³⁶, passando pela República até o Estado Novo, sem sofrer consideráveis modificações ao longo de suas abordagens.

Entretanto, no repertório dos “novos mundos ao mundo”³³⁷ que Portugal “descobriu”, o Brasil surge como uma referência constante em todos os manuais consultados, sobretudo nos dedicados ao ensino de história, geografia e leitura nos

³³³ CHAGAS, Franco; MAGNO, Aníbal. *Primeiros esboços da História de Portugal*, Ensino Primário, Lisboa, Tipographia Paulo Guedes, 1913, p. 91.

³³⁴ CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 301.

³³⁵ “As nossas colónias merecem bem que para elas se voltem as atenções da metrópole; merecem bem que para elas se devam o trabalho e as iniciativas nacionaes porque elas são a mais solida garantia do nosso futuro e da nossa influencia mundial”. CHAGAS, Franco; MAGNO, Aníbal. *op. cit.*, 1913, p. 152.

³³⁶ “Póde-se denominar este periodo o da virilidade portuguesa; os navegadores d’esta pequena nação cruzaram, em todos os sentidos, mares nunca antes devassados e descobriram á civilisação novos horisontes. Na administração interna, sobre as ruinas das instituições meio-feudaes, que antes dominavam o paiz, se estabeleceu o poder absoluto dos reis”. AFFREIXO, José Maria da Graça. *op. cit.*, Coimbra, Casa Minerva, 1882, p. 19.

³³⁷ Este é o título de uma das lições de um livro de leitura escrito por um famigerado autor de manuais escolares do Estado Novo português. Cf. MATTOSO, António G.; HENRIQUES, António. *Casa Lusitana: Leituras da História de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 19--?, p. 155.

diversos níveis da formação escolar. Contudo, o modo como os assuntos relativos à ex-colônia americana foram abordados nem sempre foi o mesmo.

Assim, o exame dos livros de final do século XIX e princípios do século XX conferiram um protagonismo maior à questão da “viagem” à Índia³³⁸, em detrimento do “descobrimento” do Brasil, por exemplo. Naturalmente, isto se justificava pelo contexto das disputas acirradas entre a Inglaterra, Holanda e Portugal no território indiano após a realização da Conferência de Berlim (1884-1885) e do Ultimato inglês (1891). Note-se ainda que, como vimos no segundo capítulo, em 1897-1898, foi comemorado o IV centenário indiano como uma espécie de resistência frente aos apetites expansionistas do Império britânico (e demais potências imperiais europeias) sobre os territórios dominados pelos portugueses na Ásia e, sobretudo em África. Como facilmente se entende, os manuais também acabaram por reproduzir esta mesma lógica defensiva em suas lições, atribuindo um papel de protagonista maior às viagens à volta do continente africano e, principalmente, a Vasco da Gama e, conquanto em menor grau, a Afonso de Albuquerque e à ação dos vice-reis da Índia.

Mas se, por um lado, as interpretações acerca da chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira, desenvolvidas nos manuais da passagem de finais do século XIX para o XX, tendiam a ser mais sucintas se comparadas ao caso indiano e oriental, por outro lado, é necessário esclarecer que isso não implicava que o “descobrimento” do Brasil fosse sempre tratado a partir de um ponto de vista abreviado, ou alheio a uma compreensão mais profunda do acontecimento. Havia exceções. Neste sentido, identificamos uma sensível diferença nos tratamentos clássicos do tema entre os manuais anteriores aos anos de 1900³³⁹ - isto é, prévios à difusão das teorias da

³³⁸ Um manual de 1909, por exemplo, não dedicava mais que sete linhas para desenvolver a narrativa sobre o descobrimento do Brasil (pp. 95-96) contra três páginas dedicadas ao descobrimento da Índia (pp. 96-98). C.f. SEABRA, Eurico. *Historia summaria de Portugal: ensino secundario official*, I, II e III classes, 2ª edição, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1909.

³³⁹ Eis aqui dois exemplos paradigmáticos de abordagens ao “descobrimento” do Brasil nos livros escolares do período. Primeiro exemplo: “El-Rei, animado com o feliz sucesso de Gama, faz partir para o mesmo destino treze náos ás ordens de Pedro Alvares Cabral. Um forte temporal obriga Cabral a correr muito para oeste, e descobre as costas do Brazil (25 de abril). Gaspar Corte-Real corre para o norte, e descobre a Terra Nova. Continua Pedro Alvares a sua viagem para a Índia; tocou em Moçambique, Quilôa, Melinde, ilhas de Anchediva, Calicut, recolhendo ao reino no fim d’este anno, ou começo de 1501”. MELLO, Joaquim Lopes Carreira de. *Compendio da Historia de Portugal desde os primeiros povoadores até os nossos dias*, Lisboa, Typografia Castro & Irmão, 1883, p. 79. Segundo exemplo: “Reunida esta outra vez, e querendo Cabral evitar as calmarias da Guiné, tanto se engolfou no oceano, que enxergou terras occidentaes (1500). Desembarcou em um lugar, a que chamou Porto Seguro, e deu, a

intencionalidade e sigilo dos descobrimentos - e alguns (poucos) livros elaborados nas duas primeiras décadas do século XX que já estavam atualizados com estas teses.

Assim, destacamos um *Compendio de Historia de Portugal* para uso das três primeiras classes dos liceus que teve seu texto aprovado a sete de setembro de 1907, mas que em sua sétima edição (1915), já apresentava um adendo ao texto original referente ao “descobrimento do Brasil” que esclarecia o seguinte:

A crítica moderna julga poder afirmar com segurança que, tendo D. Manuel I seguido á risca a política de D. João II, o descobrimento do Brazil por Pedro Álvares Cabral não foi obra do acaso, mas do intuito firme e propositado de procurar nos mares ocidentais o que Colombo ainda não tinha encontrádo claramente, um outro caminho para a Índia, porque a viagem pelo Cabo da Boa Esperança, além de muito morosa, era cheia de dificuldades e inúmeros perigos. Não tem portanto fundamento a opinião dos que afirmam que a esquadra de Pedro Álvares Cabral foi impelida por uma tempestade para as costas da América, assim como também não foi para evitarem as calmarias da Guiné que as naus portuguesas se foram afastando da costa para oeste, como alguns escritores teem sustentado³⁴⁰.

Também destacamos uma completíssima discussão sobre o problema do “achamento” do Brasil em um *Compendio de Geografia Elementar* de 1919 (dirigido aos estudantes da quinta classe do ensino liceal) e onde se encontra o acolhimento da refutação da ideia de casualidade dos descobrimentos.

Em 1500 uma numerosa e forte esquadra partiu do Tejo sob o comando de Pedro Álvares Cabral com destino a firmar no Oriente o nosso comércio e o nosso prestígio. Que não eram êstes unicamente os seus fins vê-se pela descoberta que esta viagem ocasionou: o Brasil. Ainda até há bem pouco a descoberta de Pedro Álvares Cabral, era considerada como casual, pois que – afirmava-se – uma tempestade levava os navios para uma corrente que os conduzira ao Brasil. Porém, a crítica moderna, o aparecimento de documentos referente ao acontecimento, as viagens anteriormente realizadas, tanto ao norte do continente novo (Lavrador), como às terras centrais (viagem de Duarte Pacheco Pereira), o próprio Tratado de Tordesilhas e a alteração que nêle exigiu D. João II, o mapa de Alberto Cantino feito em Lisboa, e

todo o território, o nome de terra de S. Cruz, nome, que foi substituído pelo de Brazil, logo que, de lá, principiou a vir o pau vermelho assim chamado”. PEREIRA, João Félix. *Compendio de Geographia para uso da instrucção secundaria*, 12ª edição, Lisboa, Typ. Da Bibliotheca Universal, 1883, p. 400.

³⁴⁰ MASCARENHAS, Arsénio Augusto Torres de. *Compendio de Historia de Portugal: para uso dos alunos das três primeiras classes dos Liceus*. 7ª edição, Lisboa, Typografia Correia & Rapozo, 1915, p. 108.

em que estava esboçado o litoral do continente norte-americano em ligação com o do sul (Brasil), - fazem hoje pôr de lado a casualidade da descoberta para se aceitar a intenção de D. Manuel em descobrir mais terras, ainda dentro da linha de marcação. A ideia de que os navios foram arrastados por violentos temporais não é admissível porque, na época em que a esquadra navegava, as tempestades sopram de noroeste-sudeste, devendo portanto afastar os veleiros da costa da América para o mar, isto é, para a Europa ou África ³⁴¹.

Mas, de fato, é a partir do Estado Novo que é possível assinalar uma vigência mais harmônica entre as explicações do “achamento” da Terra de Vera Cruz nos livros escolares e a valorização da intencionalidade dos descobrimentos. No entanto, o reflexo destas novas abordagens historiográficas não se encontra em todos os manuais deste período.

Em alguns casos, a visão escolar que se construiu acerca “achamento” das terras do Brasil continuava a seguir o modelo acrítico e mesmo superficial dos textos elaborados antes da divulgação das teses do sigilo dos descobrimentos. Este é o caso específico de um manual de leitura publicado em Moçambique, que diz que “Antigamente, no Brasil, só viviam os índios, isto é, os peles-vermelhas. Depois, no ano de 1500, uma armada portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral descobriu esse grande país, que ficou a pertencer a Portugal” ³⁴².

No entanto, como regra, é mais comum encontrar contestações à suposta casualidade do achamento do Brasil, como neste texto escrito pelo influente autor de manuais escolares estadonovistas do ensino liceal - António Gonçalves Mattoso: “Antes da armada de Pedro Álvares Cabral ter aportado às plagas do Brasil, a existência das terras a Ocidente era já uma certeza para os Portugueses” ³⁴³. Outros autores, a exemplo de Romeu Pimenta, indagavam se a existência das terras do Atlântico sul já eram

³⁴¹ O trecho citado corresponde a apenas uma página da discussão que ocupa três páginas completas do manual. C.f. SÁ, Mario de Vasconcelos. *Compendio de Geografia Elementar, parte 3 para quinta classe dos liceus*, Pôrto, Livraria Chardon de Lélo, 1919, pp. 54-57.

³⁴² BELCHIOR, Manuel; GONÇALVES, Américo. *Terra bem amada: leituras para a terceira classedo ensino primário*, Moçambique, Portugal, Impressor Académica, 19--?, p. 83.

³⁴³ MATTOSO, António G.; HENRIQUES, António. *Casa lusitana: leituras da história de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Sá da Costa, [19--?], p. 131. Uma breve biografia do autor pode ser consultada na obra de dirigida por Anónio Nóvoa. C.f. PAULO, João Carlos. “MATTOSO, António Gonçalves” in *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, ASA Editores, 2003, pp. 902-905.

conhecidas pelos navegadores portugueses, “Em 3 de maio de 1500, Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, ou foi tomar posse dessas terras, se é certo que já havia chegado Duarte Pacheco, no reinado de D. João II”³⁴⁴.

Todavia, o que devemos considerar na leitura crítica das interpretações históricas em torno da chegada dos primeiros portugueses ao Brasil é que, independentemente do maior ou menor grau dos impactos das teses do sigilo dos descobrimentos sobre as suas formulações, a ação heróica de Pedro Álvares Cabral permaneceu indiscutível. Ou seja, ainda que se admita a hipótese da intencionalidade, a gesta do “descobridor” não é posta em causa. Neste sentido, nos esclarece o texto:

Sabia-se, vagamente da existência de terras para Oeste dos Açores. Coube a Cabral a honra de o demonstra Organiza D. Manuel uma poderosa armada, composta de treze navios, que, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, parte do Restelo em 9 de março de 1500, levando a bordo muitos homens de armas e marinheiros, além dos mais famosos pilotos (Duarte Pacheco Pereira, Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho, Diogo Dias, etc.). Passam Cabo Verde, onde se perdeu dos outros o navio de Vasco de Ataíde, e a 22 de Abril, avistam a Terra de Vera Cruz, depois conhecida pelo nome de Brasil. Cabral envia a Lisboa a caravela de Gaspar de Lemos participando a D. Manuel o novo descobrimento desta “terra firme”. Muitos factos provam, porém, que as terras do Brasil eram conhecidas dos portugueses antes de 1500³⁴⁵.

Não encontramos nenhum manual que questionasse a grandeza de um feito que a probabilidade de não ter sido o primeiro não punha em causa, contribuído, assim, para que a figura de Cabral ombreasse com a do Infante D. Henrique e a de Vasco da Gama no panteão nacional dos manuais escolares portugueses, não obstante o menor investimento memorial feito em 1900. Segundo um livro de leitura,

De qualquer modo, por acaso ou de propósito, a armada capitaneada por Pedro Álvares Cabral avistou terras, e nelas desembarcou, em 1 de Maio de 1500, dia de Santa Cruz, razão porque o Navegador as baptizou com o nome de terras de Vera Cruz. [...] Pedro Álvares Cabral é, pois, uma figura comum das duas pátrias irmãs, - Portugal e Brasil - que, unidas e amigas formam a Comunidade Lusíada, abrangendo terras em todos os continentes e, na totalidade, mais de

³⁴⁴ PIMENTA, Romeu. *A nossa história contada às crianças*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1944, p. 100.

³⁴⁵ S/Autor. *Portugal no mundo: livro de leituras para a 4ª classe*, Lourenço Marques, Província de Moçambique, 1966, p. 65.

cem milhões de habitantes, de todas as raças, que falam a Língua Portuguesa³⁴⁶.

Talvez a preservação do heroísmo de Cabral se explique pelo fato de, pelo menos desde Camões, a sua figura estar associada a uma espécie de “surgimento” do Brasil no cerne da história pátria portuguesa e pela incerteza dos relatos que pudessem identificar precisamente os navegadores que teriam tocado pela primeira vez o litoral atlântico da América do Sul. Ademais, em relação a estes possíveis contatos, não existia nenhuma “carta de Pero Vaz de Caminha”.

Por outro lado, devemos ter ainda em conta que, a par das teorias dos sigilos dos descobrimentos terem aprofundado as abordagens dos manuais estadonovistas acerca do achamento do Brasil, os esforços pelo avanço diplomático e político das relações luso-brasileiras – a exemplo do projeto de criação de uma Comunidade Luso-brasileira – do período acabaram por contribuir, igualmente, para a exaltação deste vínculo histórico que simbolizava o princípio da união ou o elo original entre os dois países. Talvez também por isso fosse importante preservar a aura cívica de Cabral e seguir apresentando-o aos jovens estudantes como o herói responsável por incorporar a Terra de Vera Cruz no mapa do Império lusitano.

Neste sentido, é possível compreender os próprios limites da criticidade da literatura escolar frente ao imperativo de idealização da imagem do Brasil a ser difundida pelos manuais escolares estadonovistas. Tal desiderato é ainda mais visível nas abordagens relativas à colonização deste país. Vejamos.

A colonização do Brasil

Todos os manuais escolares analisados realçam a ação colonizadora de D. João III no Brasil, e, embora as abordagens deste tema possam variar ao longo dos anos, e mesmo dentre os manuais elaborados no mesmo período, não foi possível assinalar maiores contradições ou divergências entre elas. Em alguns manuais do final do século

³⁴⁶ S/ Autor. *Livro de leitura da Terceira classe*, Luanda, Edições ABC, 1965, pp. 88-89.

XIX até às duas primeiras décadas do seguinte século, a colonização portuguesa no Brasil era apenas introduzida dentro dos tópicos que resumiam o reinado de D. João III e pode-se dizer que representava um tema secundário frente à questão do começo do declínio do poder português na Índia e da inserção de Macau no Império português ³⁴⁷.

Contudo, apesar dos manuais escolares da Monarquia e da República convergirem na escassez de número de páginas e de linhas dedicados à questão do processo de colonização do Brasil, é possível identificar uma descontinuidade na maneira como aqueles dois regimes trataram o respectivo tema. No primeiro caso, é possível observar uma tendência para se realçar que o investimento feito na colonização da antiga Terra de Vera Cruz enfraqueceu o domínio em África e, depois, nos territórios orientais.

Vejamos:

Para dar maior desenvolvimento á colonisação do Brasil e ás conquistas orientaes, D. João III determinou que os portugueses avacuassem as praças de Alcacer, Arzilla e outras que ocupavam em Africa. É geralmente reputado um grande erro este abandono, que fez tomar aos mouros, grande ousadia contra os christãos, tomando-o como prova de fraqueza d'estes ³⁴⁸.

No caso dos manuais republicanos, a questão do cristianismo associada ao tema da colonização desaparece dos conteúdos. A propósito, vale esclarecer que, muito embora a adoção de manuais que vinham do período monárquico - mais precisamente, daqueles que tiveram seus textos alterados em 1907 – tenha continuado ao longo do regime republicano, isto não impediu que, paulatinamente, se tivesse concretizado uma relativa atualização de conteúdos, feita à luz dos valores que o governo republicano intencionava socializar na formação escolar portuguesa ³⁴⁹. Deste modo, a influência da

³⁴⁷ C.f. FRANCO, Chagas; MAGNO, Anibal. *op. cit.*, 1913, p. 89.

³⁴⁸ AFFREIXO, José Maria da Graça. *op. cit.*, 1882, p. 93.

³⁴⁹ De acordo com Justino Magalhães, “Quando da implantação da República, na sequência da Proclamação de 5 de Outubro de 1910, foi remetida para a posterior Reforma da Instrução uma política sobre os livros escolares para o Ensino primário. Nessa contingência, o governo retomou as orientações políticas e as listagens de 1903, com as alterações introduzidas em 1907, muito embora salvaguardando que era uma deliberação provisória: ‘Fica entendido que, visto tratar-se duma reforma que torne o ensino primário condigno da educação, que o Governo da República deve preparar ao povo português, as aprovações agora decretadas são feitas sem prejuízo daquela reforma’ (Decreto de 21.10.1910; art. 6º. § único). De facto, havia motivos para não adiar as deliberações. O ano escolar estava a iniciar-se e, em

ideologia republicana plasmou-se, sobretudo, na leitura da colonização brasileira, especialmente no desprezo dispensado à ação dos jesuítas e ao tratamento dos índios, talvez porque estes elementos estavam interligados e porque eram incompatíveis com o fundo antijesuítico, anticlerical e laicista que pautava a visão do mundo e da história que o novo regime pretendia nacionalizar.

Por essas razões, majoritariamente, o problema da colonização brasileira era retratado nos manuais republicanos de modo sucinto.

D. Manuel, preocupado com a Índia nenhum cuidado ligou ao Brasil; foi D. João III quem o tratou de colonizar, mesmo com o prejuízo das praças de África. Para esse fim, dividiu aquela nova possessão em capitanias e distribuiu-as por súditos portugueses, impondo-lhes a obrigação de formarem nelas estabelecimentos permanentes ³⁵⁰.

Em contrapartida, e salvaguardadas as interferências ideológicas sobre as interpretações da colonização brasileira, é comum constatar, nos manuais da Monarquia à República, sínteses explanadoras da criação do sistema de capitanias hereditárias e sua subsequentemente substituição por um maior centralismo do governo metropolitano, mediante a nomeação dos governadores gerais, dentre os quais normalmente se destacavam Tomé de Sousa e Mendes Sá ³⁵¹.

Com o advento do Estado Novo, o tema da colonização é aprofundada, especialmente nos manuais de história e de leitura. A partir de então, é possível perceber

consonância com a deliberação de 1908, os livros então aprovados deveriam ficar em vigor por cinco anos, ou seja até final do ano lectivo de 1912-13. No entanto, a decisão política teria sido de ruptura, caso não fossem reconhecidos o mérito e a actualidade da acção científica e de abertura à evolução pedagógica e às melhorias editoriais, levados a cabo pelo Conselho Superior de Instrução Pública ao longo da década anterior, particularmente após a suspensão do Regime da Uniformidade do Livro Escolar. Em face desse reconhecimento, por decreto de 21 de Outubro de 1910, o governo republicano retomou as listas de livros aprovadas em 1908, mandando que fossem introduzidas as alterações circunstanciais, ordenadas pela Comissão Técnica, livro a livro. Tratava-se, como se exemplificará, de mudanças terminológicas e de foro ideológico. Nos livros de carácter técnico, como eram os de desenho e de caligrafia, não foram introduzidas alterações. Sintomático de que o texto historiográfico escolar sobre Portugal era já do agrado do regime republicano é que também nos livros de Corografia de Portugal foram apenas introduzidas rectificações de terminologia”. MAGALHÃES, Justino. “A República e o Livro Escolar” in *Educar; Educação para Todos; Ensino na I República*; Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República – CNCCR, 1910,2011, pp. 99-100.

³⁵⁰ MASCARENHAS, Arsénio Augusto Torres. *op. cit.*, 1915, p. 115.

³⁵¹ Cf. PEREIRA, João Félix. *Compendio de Geographia para uso da instrucção secundaria*, 12ª edição, Lisboa, Typ. Da Bibliotheca Universal, 1883, p. 400; SEABRA, Eurico. *Historia summaria de Portugal: ensino secundario official*, I, II e III classes, 2ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1909, p.103.

uma abordagem mais descritiva e problematizadora do tema, que não raro aludia às teses desenvolvidas por Jaime Cortesão e Damião Peres. Não obstante, estas narrativas estiveram evadidas de eufemismos e amenizações acerca da violência intrínseca ao processo de dominação e colonização dos indígenas, bem como de sua escravidão.

Ao invés, a obra dos colonizadores e fundadores das primeiras cidades brasileiras era oportunamente enaltecida:

D. João III iniciou a colonização do Brasil. O vasto território brasileiro foi dividido em *Capitanias* (porções de 50 léguas ao longo da costa) e entregues a colonos portugueses que se obrigavam a cultivá-las e defendê-las. O sistema de capitanias foi, depois, substituído pelo de Governo-Geral. *Tomé de Sousa*, nomeado seu primeiro governador, fundou a cidade de S. Salvador da Baía (1549), primeira capital do Brasil. Mais tarde notabilizou-se também o governador Mende Sá, pela sua extraordinária acção governativa. A ele se deve a fundação do Rio de Janeiro (1567)³⁵².

Também o papel dos jesuítas é constantemente louvado no processo de colonização e evangelização de todas as colónias portuguesas, de onde se destacava o caso específico do Brasil. Ora, a centralidade concedida a Companhia de Jesus no processo civilizatório da ex-colónia americana representado nos manuais escolares estadonovistas é simultaneamente um ataque ao laicismo da I República e um reflexo do projeto ideológico de recatolicização da sociedade portuguesa que o novo regime em ascensão estava a promover. Naturalmente, este objetivo também passava pela educação dos cidadãos portugueses, o que acabou por condicionar a compreensão da história portuguesa e, conseqüentemente, do Brasil.

Vejamos:

A acção missionária da companhia de Jesus, no Ultramar, foi enorme, e exerceu-se principalmente no Oriente e no Brasil. [...] No Brasil, que deve a sua evangelização aos Jesuítas, a acção desses religiosos foi imensa, dela tendo resultado aí enorme progresso, tanto espiritual como material. Notabilizaram-e neste esforço cristianizador e civilizador os Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta³⁵³.

³⁵² BISMARCK, Domingos. *Noções de História Pátria para os alunos da quarta classe do ensino primário e admissão aos Liceus*, 2ª edição, Porto, Livraria Avelar Machado, 1943, p. 38.

³⁵³ BARROS, Tomás de; LOBO, José. *História de Portugal para a quarta classe do Ensino Primário (em harmonia com o novo Programa)*, Porto, Editora Educação Nacional, 1943, p. 72.

As lições dos manuais estadonovistas sobre a colonização brasileira também se ressaltam por suas interpretações aprofundadas dos enredos da *Carta* de Pero Vaz de Caminha, visando assim representar a introdução do cristianismo em um Brasil pagão. Daqui, as frequentes referências à realização da primeira missa como o ponto de partida da ação dos missionários católicos, simbolizado num ato, às vezes graficamente ilustrado, rito que sintetizava o batismo do país “gentio” e a sua integração no mundo cristão e civilizado.

Naturalmente, este tipo de relato pretendia sugerir o bom entendimento entre missionários, colonos e indígenas, ou silenciar a violência e o estranhamento que este “choque de civilizações” implicou:

[...] Imediatamente acorreram Índios nus, espantados, trazendo arcos e flechas, mas tão mansos que depunham as armas a um gesto dos Portugueses. Verificou-se a impossibilidade de descerem naquelas paragens. Subriram então, no dia 24, ao longo da costa, à procura de um ancoradouro mais abrigado. Já pela tardinha, encontraram admirável enseada, à entrada da qual ancoraram as naus. No dia 25, pela manhã, penetraram na enseada. Deram-lhe o nome de Porto Seguro. Acorreram, no mesmo instante, cerca de 200 Índios, que começaram a ajudar os marinheiros a carregar barris de água para as embarcações. Depois de muito trabalhar puseram-se a brincar de “roda” com os Portugueses. A 26, que era domingo, Frei Henrique celebrou missa num dos ilhéus da enseada. [...] No dia 1 de maio resolveu Cabral tomar posse da Terra em nome de D. Manuel. Dirigiu-se com parte dos seus homens para uma elevação à beira-rio. Ali chantou no solo uma cruz com as armas do Rei de Portugal. Junto à cruz erigiu-se um altar, e logo, em seguida iniciou-se a missa, dita por Frei Henrique de Coimbra. Os Índios prostaram-se de joelhos e imitaram em tudo o ritual dos cristãos. Finda a missa, aprestaram-se as naus para a partida. No dia 2 de Maio seguiu para a Índia a frota de Cabral³⁵⁴.

Outros agentes históricos ressaltados foram os bandeirantes, elogiados como desbravadores dos sertões e das zonas do interior do Brasil e, sobremaneira, como os descobridores das riquezas naturais deste país, em particular do ouro e de outros metais preciosos:

³⁵⁴ SERRANO, Jonatas. “Do réstelo a Vera Cruz” in *Casa Lusitana: leituras da História de Portugal* (de harmonia com o Programa de História Pátria para o ciclo preparatório do Ensino Técnico Profissional), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1956, pp. 98-99.

Conhecendo todos os segredos da floresta, fazem as suas viagens ordinariamente a pé. Quando muito, constroem balsas, ou canoas de cascas, para transpor os rios mais caudalosos. Nas longas viagens fluviais, servem-se também de embarcações de madeira inteiriça semelhantes em tudo às do gentio. São numerosos os bandeirantes paulistas. Um dos mais célebres é António Raposo Tavares, que passa largos anos na selva, tantos que, ao regressar, vem tão desfigurado, que não é reconhecido pela própria família. Outro é Fernão Pais Leme. Contando 66 anos de idade, parte para o sertão de Sabarabussu, em busca de esmeraldas. Morre, finalmente, no sertão, julgando realizado o seu sonho. É o “Caçador de Esmeraldas”, imortalizado pelo poeta brasileiro Olavo Bilac³⁵⁵.

A evidência do desempenho dos bandeirantes no processo maior da colonização do Brasil é uma característica dos manuais estadonovistas que pode ser interpretada como uma espécie de apropriação, simultaneamente cognitiva e ideológica de conhecimentos que, com outras intenções, estavam a ser produzidos pela historiografia e, sobretudo, por Jaime Cortesão. De acordo com este autor, o movimento de interiorização e de consolidação das fronteiras do Brasil, bem como a descoberta de ouro e outros metais preciosos – um dos aspectos mais ressaltados nos manuais escolares estadonovistas – foi fruto direto da ação dos bandeirantes, posta a serviço de projetos régios, muitas vezes sigilosos, dentro da lógica da já mencionada política de segredo adotada pela Coroa portuguesa.

Neste sentido, Cortesão destaca as missões incumbidas à figura de Raposo Tavares:

Raposo Tavares partiu de Portugal encarregado duma missão em grande parte secreta. Só ele poderia conhecer os objetivos políticos, relacionados com o plano do novo reino do Brasil, sede exclusiva do trono de D. João VI, e com os graves problemas da formação geográfica, econômica, e da segurança do novo Estado nas suas relações com a América espanhola. [...] Outra razão nos convence de que a D. João IV preocupava em extremo o descobrimento das tão faladas minas de metais preciosos, que existiam espalhadas por todo o território do Brasil. Nos mesmos anos em que ele amadurecia o plano da bandeira de Raposo Tavares, entregava-se na Amazônia a outras e igualmente desesperadas tentativas de descobrir minas de ouro no Tocantins, Araguaia e no Rio do Ouro, que fora descoberto pela expedição de Pedro Teixeira em 1638. A sua correspondência, ou melhor, as resoluções do Conselho Ultramarino, no período vai de

³⁵⁵ SOUSA, Tarquínio de. “Os Bandeirantes” in *Casa Lusitana: leituras da História de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Livraria Sá Costa, 1967, p. 207.

1644 a 1648, principalmente as que se referem a um certo Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que procurava encontrar a mina de ouro, são testemunhos concludentes desta preocupação e actividade³⁵⁶.

A figura de Rapôso Tavares, literalmente mencionada em algumas lições dos manuais estadonovistas, serviu como paradigma para a consagração panteônica das figuras dos bandeirantes nos ensinamentos sobre o processo de interiorização do Brasil. Os bandeirantes são, portanto, heroicizados enquanto homens fiéis ao seu Rei e que, em nome de tal lealdade, resistiam às adversidades naturais e climáticas dos sertões, dilatando as fronteiras da colônia brasileira e desenvolvendo a atividade econômica mineradora, a mais significativa para os cofres do Reino.

Curiosamente, é só a partir do Estado Novo que a literatura escolar portuguesa se atém a conteúdos relativos à exploração econômica do Brasil, quase sempre dispostos em três ciclos sucessivos: o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro e metais preciosos. Não obstante, a adoção da mão de obra escrava indígena não é sequer mencionada nestes ensinamentos, e a questão da escravidão africana é raramente tocada e, quando isso ocorria, usavam-se argumentos que supostamente pudessem justificá-la.

Vejamos:

O Brasil não podia desenvolver-se economicamente sem abundância de mão de obra. Os primeiros colonos tinham tentado resolver o problema com a escravidão dos índios. Mas, a breve trecho, verificaram que o trabalho do índio era pouco remunerador, pela sua indolência natural, o seu espírito de independência, a sua inadaptabilidade aos trabalhos agrícolas. Por outro lado, a proteção que encontravam junto dos jesuítas, defensores intemeratos da sua liberdade, era motivo constante de lutas com missionários. Esta situação levou os povoadores a procurarem mão de obra de outra procedência – a África –, de onde começaram a chegar, em levadas sucessivas, numerosos escravos negros, que passaram a labutar nos campos, nos engenhos de açúcar, nas fábricas, nas casas particulares – em toda a parte onde havia trabalho a se realizar³⁵⁷.

³⁵⁶ CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, volume 2, Lisboa, Editora Portugalia, 1966, pp. 161-162.

³⁵⁷ MATTOSO, António G; HENRIQUES, António. *Compêndio de História Geral e Pátria II - Moderna e Contemporânea: ensino técnico e profissional*, Porto, Porto Editora, 1961, p. 121.

Se a escravidão, regra geral, constituía um tema tabu nas páginas dos manuais escolares portugueses, não é de estranhar que o tráfico da mão de obra escrava negra fosse visto de modo diferente. De fato, não convinha desenvolver esta temática devido aos ecos negativos que possivelmente o assunto teria no presente, filiando e reavivando o problema do trabalho forçado nas colônias africanas do Ultramar, várias vezes denunciado e que o *Relatório Ross* (1925) reafirmou ³⁵⁸. Ao contrário, alguma vez a medida legislativa que aboliu a escravidão no Brasil, a *Lei Aurea*, elaborada pela Rainha Isabel, foi mencionada.

Em jeito de balanço, pode dizer-se que, num cômputo geral, o magistério escolar sobrevalorizou as iniciativas reais tomadas desde D. João III – considerado o responsável pela efetivação da colonização no Brasil – a D. João V, a quem se atribuía a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1753) e da Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759) ³⁵⁹.

Seguindo a cronologia das interpretações sobre o Brasil, devemos mencionar, ainda, o problema das invasões holandesas, sempre associado ao período “obscuro” do domínio filipino que subjulgou o Reino português à Coroa espanhola. Todavia, o seu tratamento não era unânime em todos os manuais consultados, sendo mais comum encontrá-lo nos manuais de história e de leitura, independentemente do grau de escolaridade ou do momento político em que foram elaborados ³⁶⁰. Seja como for, as análises tendiam a atribuir os espanhóis pelas invasões holandesas e pelo relativo “abandono” dos territórios de além-mar, situação que teria deixado os colônos portugueses entregues à sua própria sorte nas batalhas contra os inimigos do império dos austrias, particularmente, no Brasil, contra as esquadras flamengas:

O povo politico atribuiu a falta atribuiu á falta de recursos a pessima administração hespanhola; e ninguém o perdoou o deixar Portugal

³⁵⁸ Cf. Archives of the League of Nations (ALN), *op. cit.*, 1925, p. 12.

³⁵⁹ Cf. MATTOSO, António G; HENRIQUES, António. *op. cit.*, 1961, p. 124.

³⁶⁰ “Em 1622, os persas tomam-nos Ormuz; em 1623 os árabes apossaram-se de Mombaça; os holandeses atacam o Brasil, S. Tomé, Angola, Moçambique, Malaca, Ceilão, Molucas, etc. Alguns capitães portugueses realizaram factos notáveis na defesa destes territórios, mas sucumbem ante o número de invasores e do desprezo a que eram votados pelo governo da Metrópole. A Baía caiu em poder dos holandeses em 1624, e Pernambuco em 1630”. PIMENTA, Romeu. *op. cit.*, 1944, p. 134.

desamparado; de sorte que eramos o bem parado para socorrer a Hespanha e raríssimas vezes fomos por ela auxiliados³⁶¹.

Após a questão das invasões holandesas, o Brasil voltava a ser lembrado, nas páginas dos manuais escolares portugueses, nas abordagens relativas à sua independência. Vejamos.

A independência do Brasil

Há um consenso geral em todos os manuais desde o século XIX ao Estado Novo que consiste em apresentar a independência do Brasil a partir de fatores externos, em particular: a transferência da Corte Real para este país; a abertura dos portos brasileiros; a eclosão das independências das ex-colônias espanholas que o avizinham; o fim de privilégios e concessões que desfrutava na qualidade de Vice-Reino e que as Cortes de 1820 vieram pôr em causa; a Revolução Liberal de 1820, etc.

Mas, dentre os motivos que impulsionaram a independência retratada pela literatura escolar portuguesa, destacou-se “o regresso a Portugal de D. João VI”³⁶², que tinha encorajado “as ideias de independência do novo reino”³⁶³. A par com o regresso do Rei à metrópole, os manuais também apontavam Dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal como o grande artífice da emancipação política da ex-colônia americana³⁶⁴, porque, ao suceder “a D. João VI” e ao tornar-se “imperador do Brazil”, agiu como uma espécie de visionário, “um príncipe que percebia as cousas, vio bem que o nosso tempo já não era tempo para absolutismos, e antes quiz dar elle uma constituição do que ir o povo arrancar-lh'a”³⁶⁵. Algumas raras vezes, este momento da história pátria portuguesa

³⁶¹ AFFREIXO, José Maria da Graça. *op. cit.*, 1882, p. 120.

³⁶² QUEIRÓS, Maurício de. *A linda História de Portugal: manual de leitura para as escolas primárias*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1957, p. 143.

³⁶³ *Ibidem*, 1957, p. 143.

³⁶⁴ C.f. CHAGAS, Manuel Pinheiro. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1880.

³⁶⁵ *Ibidem*, 1880, p. 122.

é interpretado como um ato de bravata do “povo” e das “tropas” do Rio de Janeiro que, por fim, “declararam o Brazil independente e aclamaram D. Pedro seu imperador”³⁶⁶.

O exame destas interpretações manualísticas da emancipação política da ex-colônia americana revela o papel central destinado aos Braganças, ao passo que nada se falava sobre a situação interna que se vivia naquele país antes e depois do sete de setembro de 1822. Isto ocorre justamente porque a independência não é vista como um processo que se desenvolve dentro do próprio Brasil, mas como o resultado de uma série de fatos específicos que se consumaram em Portugal e na Europa (as invasões napoleônicas, a Revolução Liberal, o retorno do Rei a Portugal, as cortes vintistas, a difusão de novos ideais liberais, etc.). Também as consequências da autonomização política da ex-colônia americana são omitidas. As guerras pela consolidação da independência travadas após o sete de setembro de 1822, que pulularam por todo o território nacional brasileiro, nem sequer são mencionadas.

Tudo isto nos faz concluir que a independência do Brasil foi um tema tratado com toda a cautela possível e numa ótica que não escapou aos condicionamentos políticos da sua elaboração. Assim, o trecho atrás citado está claramente sobredeterminado por uma intenção monárquico-liberal e a nossa análise mostrou-nos que a tendência geral dos manuais republicanos aproveitava a evocação para enaltecer os ideais do liberalismo como bandeira antimonarquista e para apresentar o tema da emancipação política do Brasil como uma consequência da difusão dos ideais liberais pelo mundo após os acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Liberal portuguesa:

De repente a Europa é abalada pela Revolução Francêsa. Os soldados franceses espalham por toda a parte as novas ideias. Começam a aparecer liberais em todos os países... Fernandes Tomaz era um grande liberal e um grande patriota. Não podia ver a sangue frio que os ingleses fizessem de Portugal uma colônia sua, não podia admitir que o governo absoluto continuasse entre nós. Foi ele a grande alma, a grande figura da Revolução de 1820. Esta praticou logo alguns actos dignos de elogio e um d'êles é o que diz respeito a abolição da Inquisição. Depois da morte de seu pai, apesar de ser já imperador do Brazil, D. Pedro conseguiu fazer-se reconhecer rei de Portugal por algumas côrtes da Europa e pelo seu próprio irmão D. Miguel. D.

³⁶⁶ CHAGAS, Franco; MAGNO, Aníbal. *op. cit.*, Lisboa, Tipographia Paulo Guedes, 1913, p. 138.

Pedro concedeu então aos portugueses a carta constitucional (1826), abdicou o trono de Portugal em sua filha D. Maria da Gloria e combinou o casamento d'esta com D. Miguel³⁶⁷.

Dos manuais republicanos analisados, um deles deteve nossa atenção por destacar a própria centralidade da figura de José Bonifácio no processo de independência brasileira.

Vejam os:

Da entrada de José Bonifácio de Andrade e Silva para o govêrno data, pode dizer-se, a independência definitiva do Brasil. José Bonifácio convocou os procuradores das províncias para colaborar nas reformas a realizar e declarou obrigatório, para a execução de qualquer lei portuguesa, o *cumpra-se* do Príncipe. Ao mesmo tempo o Senado da Câmara pede a convocação de Côrtes Constituintes e oferece a D. Pedro o título de *Defensor Perpétuo*. [...] Entretanto D. Pedro compreendera, por conselho de José Bonifácio, algumas viagens de propaganda. Ao regressar de uma delas, a que fizera a S. Paulo, recebeu, junto do Rio Ipiranga, despachos de Lisboa, que varreram de vez as últimas indecisões do seu espírito e o fizeram soltar o grito célebre: “Independência ou Morte!”. Era o dia 7 de setembro de 1822, data que os brasileiros tomaram como a definitiva proclamação da sua independência, que Portugal só reconheceu, contudo, em 1825³⁶⁸.

De todos os livros consultados, este foi o único a destacar com exclusividade o protagonismo de José Bonifácio - um brasileiro formado e instruído em Portugal e na Europa – no processo de independência do Brasil.

À parte disto, nos pareceu muito sintomático o modo como os manuais do Estado Novo tratavam o tema da emancipação brasileira, sempre ressaltando os vínculos linguísticos e culturais que uniam Portugal ao Brasil e nunca remetendo esta passagem da história pátria para um momento de ruptura ou de “separação” entre os dois países, que até 1822 integravam o mesmo Império:

Quando o Brasil se tornou um dos maiores países do mundo, os Brasileiros não se esqueceram do bem que os Portugueses lhes

³⁶⁷ FRANCO, Chagas; MAGNO, Anibal. *op. cit.*, 1913, pp. 141-142.

³⁶⁸ PERÊA, Manuel Paulo; PERES, Damião. *Historia de Portugal segundo o programa oficial para as classes VI e VII do Ensino Secundario*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921, pp. 273-274.

fizeram e continuaram a usar a mesma Língua, da qual têm muito orgulho³⁶⁹.

Neste sentido, é possível perceber claramente a intenção dos manuais estadonovistas em suas apreciações da autodeterminação do Brasil: forjar um sentimento de amizade e fraternidade, historicamente legitimado como horizonte de expectativas que apontasse para a formação e a consolidação de uma Comunidade Luso-Brasileira no presente.

O Estado Novo, no desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre Portugal e o Brasil, promoveu a assinatura de um tratado solene entre as duas Pátrias irmãs, o qual instituiu a *Comunidade Luso-Brasileira*. Entre as diversas disposições deste Tratado, ficou estabelecido que os Portugueses seriam considerados no Brasil como Brasileiros, e, por sua vez, os Brasileiros, como Portugueses em Portugal³⁷⁰.

Finalmente, devemos ter em conta que a exposição desta temática também podia ter efeitos contrários aos pretendidos, pois, por analogia, ela prefigurava um exemplo que podia ser seguido pelas colônias ainda sob o domínio lusitano. Por isso, convinha tratar essa ruptura histórica entre Brasil e Portugal com sutileza, procurando o alinhamento do Rio de Janeiro com a política externa portuguesa, silenciando as tensões e ressaltando os vínculos de união cultural que subsistiam entre as duas pátrias.

Antes de ser paradigma de luta de autodeterminação para as demais colônias portuguesas, interessava explorar simbolicamente o caso do Brasil como uma grande nação e potência americana, cujo progresso se devia essencialmente à sua matriz cultural e histórica de origem lusitana e cristã. Deste modo, intentava-se autopropagandar e gerar consensos acerca do modelo colonial português, não apenas na metrópole, mas igualmente nas províncias ultramarinas (onde os manuais escolares também eram adotados nas escolas).

³⁶⁹ BELCHIOR, Manuel; GONÇALVES, Américo. *op. cit.*, 19--?, p.83. Em outro manual estadonovista, alegava-se que “hoje o Brasil é nação independente, mas é país irmão a que nos prendem os mais estreitos laços de sangue, e onde mais de quarenta milhões de pessoas falam a língua portuguesa”. S/ Autor. *op. cit.*, 1965, p. 142.

³⁷⁰ BARROS, Tomás de; LOBO, José. *op. cit.*, 1943, p. 150.

Enfim, em relação ao Brasil, a independência é o último assunto que a maioria dos manuais escolares analisados menciona. Após este período, a referência à ex-colônia americana praticamente desaparece, salvo raras exceções. Passemos a elas.

A instauração da República no Brasil e a primeira travessia aérea Lisboa – Rio de Janeiro

Compreensivelmente, o assunto da instauração da República no Brasil não foi um episódio valorado pelos livros escolares saídos no período monárquico. Em um *Compendio de História Geral*, de 1907, por exemplo, ele é registrado de forma sucinta, excetuando os fatos que afetaram o relacionamento luso-brasileiro naquela conjuntura.

Veja-se:

D. Pedro II, logo que chegou à maioridade, assumiu o poder, e o seu reinado foi uma época de notável progresso para o Brasil. Mas em 15 de novembro de 1889 rebentou no Rio de Janeiro uma revolta militar, que depôs o Imperador, obrigando-a retirar-se imediatamente para a Europa com toda a família imperial, e proclamou a república sob a presidência provisória do Marechal Deodoro da Fonseca, chefe da revolta. Este mais tarde foi eleito presidente effectivo ³⁷¹.

Por se tratar de uma passagem exclusiva da história do Brasil que ocorreu após a sua independência, é compreensível que a questão da República brasileira não fosse muito comum nas páginas dos manuais escolares portugueses. Mas, a maneira como o tema foi desenvolvido - especialmente naqueles manuais que foram elaborados ainda no contexto da Monarquia - denota um sentimento de desaprovação das revoltas que depuseram D. Pedro II e que decretaram o exílio dos Bragança na Europa.

Curiosamente, a referência à instauração da República brasileira nos manuais portugueses republicanos também não é algo comum, o que se explica, em parte, pela preservação de textos provenientes das décadas anteriores e pela pacificação daquele regime. No entanto, encontramos algumas menções isoladas da autoria de Fortunato de

³⁷¹ MASCARENHAS, Arsenio Augusto Torres de. *Compendio de Historia Geral para os alunos da quarta e quinta classes do curso dos lyceus (Ensino Secundario Official)*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1907, p. 381.

Almeida, um autor de convicções monárquicas e católicas ³⁷² e que tratou da questão para falar da queda e exílio de D. Pedro II ³⁷³. Em outros casos, a natureza do regime surge, nos manuais de geografia ³⁷⁴, como um fato meramente informativo da organização política do Brasil.

Seja como for, convém esclarecer que, embora a República brasileira não constituísse um tópico de relevo nos ensinamentos sobre a ex-colônia, isto não significa que, do ponto de vista político, as duas nações não estivessem empenhadas em ultrapassar as divergências que eclodiram na última década do século XIX. Neste sentido, convém lembrar a viagem presidencial de Antônio José de Almeida ao Brasil, em 1922, bem como o grande impacto, no mesmo contexto, da primeira travessia aérea Rio- Lisboa, realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral (cuja repercussão sobre a literatura escolar portuguesa já analisaremos a seguir). Portanto, a sua débil inclusão do tema da instituição da República no Brasil nos manuais escolares republicanos justificava-se mais pela continuidade de reedições de livros escritos no período monárquico, pela memória de alguma lusofobia nos anos que se seguiram à queda de D. Pedro II e, depois, pela consolidação das relações luso-brasileiras. Demais, tratava-se de matéria que já se situava na fase da pós-independência.

Uma boa amostra acerca da pertinência destas ilações encontra-se num manual escrito dentro de um espírito republicano, mas editado nos inícios da institucionalização do Estado Novo salazarista, onde se pode ler:

³⁷² A formação intelectual de Fortunato de Almeida iniciou-se no Seminário de Viseu, onde descobriu que não possuía vocação para os ofícios do altar, e o fez ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em 1896. Em seguida concorreu ao ensino secundário em um Liceu da Universidade de Coimbra, onde lecionou durante longos anos. A sua produção bibliográfica demonstra seu interesse pelas instituições monárquicas e eclesiásticas de Portugal. Para uma consulta mais profunda do perfil intelectual do autor, C.f. ALMEIDA, Justino Mendes de. *Fortunato de Almeida: o homem e o historiador, eparata dos "Anais"*, 2ª série, volume 31, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986, pp. 467-481.

³⁷³ “D. Pedro, foi Imperador do Brasil, destronado em 15 de novembro de 1889, por uma revolução de que foi chefe o marechal Deodoro da Fonseca, e falecido no exílio em 5 de dezembro de 1891”. ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*, volume 6, Coimbra, Editor Fortunato de Almeida, 1917, p. 187.

³⁷⁴ “O Brasil constitui uma república federativa com o nome oficial de Estados Unidos do Brasil. Compõe-se de 20 Estados. O presidente da república é eleito por quatro anos. [...] O Brasil foi outrora uma colônia portuguesa, e conserva a nossa língua. A tradição histórica, a comodidade de língua e a fama das grandes riquezas daquela nação atraem muitos portugueses que lá vão procurar meios de fortuna”. *Ibidem*, 1917, p, 77.

A vida do novo regime foi, logo no seu início, perturbada pela guerra civil. A administração autoritária de Deodoro da Fonseca provocou a insurreição em alguns estados confederados, o que levou o presidente a demitir-se. O sucessor, *Floriano Peixoto*, teve ainda que dominar algumas tentativas de restauração monárquica – 1893 – mas a República Brasileira ficou definitivamente consolidada³⁷⁵.

Observe-se que, no caso específico desta citação, não se apresentava qualquer juízo de valor sobre o exílio dos Bragança, ou qualquer crítica que sugerisse um suposto “jacobinismo” republicano brasileiro que imperava, sobretudo nas considerações de viés monárquico, sobre o mesmo tema. Antes disso, as contendas que envolveram os dois países no início do governo de Floriano Peixoto são estrategicamente silenciadas, dentro da lógica de se forjar uma fraternidade luso-brasileira, desiderato transversal a todos os regime políticos portugueses.

Por sua vez, os manuais estadonovistas não estavam nada interessados em empolar a alternativa Monarquia *versus* República. A ela, preferiram dar todo o relevo a um acontecimento que, sendo “republicano”, tinha ganhado dimensão patriótica e nacional: a primeira travessia aérea do Atlântico. O assunto da instauração da República brasileira não fazia despertar a exaltação dos vínculos histórico-culturais entre as duas nações da mesma forma que a aventura dos dois pilotos que, simbolicamente, atualizavam a herança dos antigos navegadores e uniram as duas pátrias pelas rotas do céu. Deste modo, entende-se que o manual atrás citado lembrasse que

Portugal é a nação que maior contingente fornece em homens para o desenvolvimento material do Brasil. As afinidades de raça e da língua fazem com que os portugueses considerem o Brasil uma segunda pátria. Esta situação privilegiada da colônia portuguesa tem provocado, da parte de outros concorrentes, a instigação de campanhas de descrédito contra o nosso país. Mas as *afinidades históricas* têm mais força do que as intrigas movidas por interesses materiais; e o rasgo heroico dos aviadores portugueses - Gago Coutinho e Sacadura Cabral – foi a expressão lídima da força que rege os destinos das duas nacionalidades³⁷⁶.

³⁷⁵ SOARES, João. *A Idade Moderna e Contemporânea: compendio para a V classe dos liceus*, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1932, p. 248.

³⁷⁶ *Ibidem*, 1932, pp. 249-250.

E a mesma exaltação irá ter continuidade nos livros que, ao contrário deste, já escritos sob o enquadramento ideológico do Estado Novo. Mas, o fato da maioria dos que enfatizaram a viagem aérea serem adotados nas colônias ultramarinas chamou a nossa atenção de modo especial. Ficamos com a autossugestão de que a aventura dos dois pilotos portugueses possuía uma mais-valia simbólica que intencionava revivificar uma gesta que pudesse reforçar a autoestima dos portugueses, num momento difícil da sua vida coletiva, mormente após a II Guerra Mundial. É que, para além desta epopeia aérea representar um elo moderno da união luso-brasileira, evocava-se novamente o espírito dos grandes “descobridores” portugueses em uma época em que o Império lusitano resistia a sua inserção em uma nova ordem internacional defensora do direito à autodeterminação independência dos povos colonizados. Como se escrevia num destes manuais, a propósito das figuras de Gago Coutinho e Sacadura Cabral:

Se Portugal foi o primeiro a abrir os caminhos do mar para o conhecimento do mundo, foram também os portugueses os primeiros, que percorreram, pelo ar, o espaço que liga a Europa à América do Sul. [...] Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram essa gloriosa viagem pelo ar, antes de quaisquer outros aviadores de outras nações, mostrando ao mundo, uma vez mais, que os Portugueses do nosso tempo têm a mesma tẽmpora dos do passado ³⁷⁷.

Naturalmente que as lições acerca da travessia aérea Lisboa - Rio de Janeiro, desenvolvidas nos manuais voltados ao ensino no além-mar, buscavam internalizar como objetivo final a grandeza das qualidades colonizadoras do gênio português, assim como provocar uma espécie de sentimento de orgulho naqueles que integravam uma nação que se queria afirmar, cada vez mais, como nação una, multicontinental e plurirracial.

De fato, esta era uma intenção muito mais presente nos manuais adotados nas colônias do que naqueles que só circulavam em território metropolitano: a idealização de uma pátria formada por distintas raças e continentes. À parte disto, os manuais das colônias também adotavam conteúdos mais adequados às culturas locais, retratando as atividades laborais rurais, e, sobremaneira, ilustravam cenas de aculturação em que os nativos locais reproduziam hábitos característicos da metrópole, a exemplo, das lições

³⁷⁷ S/ Autor. *op. cit.*, 1965, pp. 120-121.

em que se ressaltava a relevância dos jovens frequentarem a escola ³⁷⁸, a Igreja ³⁷⁹, etc. Muito além da simplicidade que aparentavam carregar, estas mensagens consistiam em um processo civilizatório constante em que se buscava impor, de modo muito sutil, os costumes portugueses ao público alvo das colônias.

No entanto, em todos os manuais que analisamos, destinados às colônias ao longo do Estado Novo, a viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral surge como tópico completamente desligado da questão da República brasileira e descontextualizado da comemoração do primeiro centenário da Independência brasileira, talvez por cautela ou por receio de que o Brasil pudesse servir de exemplo para reivindicações independentistas.

Para efeito de conclusão, podemos dizer que o conjunto de manuais analisados em sua ordem cronológica apresenta, majoritariamente, uma imagem positiva do Brasil, enquanto fruto da ação colonizadora do gênio português. Contudo, ao longo do Estado Novo, como pudemos constatar, as abordagens referentes à antiga colônia sul-americana são aprofundadas em diferentes temáticas tratadas pelos manuais correspondentes a distintos graus de ensino.

Porém, se a literatura escolar desenvolvida no contexto do Estado Novo português passou a ampliar os conteúdos das lições sobre o Brasil que já vinham de trás. Contudo, é inegável que, não obstante essa linha de continuidade, ela fortaleceu a construção e a difusão de uma imagem idealizada do Brasil que não tem precedentes nem no período republicano nem no monárquico. Ora, isto se explica porque, na conjuntura da *política do espírito* levada a cabo pelo governo estadonovista, o Brasil foi compreendido como um elemento de suma relevância simbólica para a propaganda do

³⁷⁸ “A escola é um templo de amor e Francisco sabia-o bem. Nela aprendera já muitas coisas úteis e bonitas, que agora eram todo o seu orgulho. Já sabia ler e escrever, já sabia operar e até aprendera a fazer coisas que pareciam brinquedos: aviões e barcos de papel; recortes e entrançados com o próprio capim; objectos de barro, galinhas, cabrinhas, cães e até elefantes trombudos! E aprendera também a amar a Deus, a respeitar os mais velhos e a obedecer aos pais, sem qualquer dificuldade, quase brincando”. S/Autor. Governo Geral de Angola. *O livro do terceiro ano: ensino primário rural*; Porto, Edições Lello, 1963, p. 5.

³⁷⁹ Muitos livros de iniciação à leitura referem-se a Jesus, à Igreja e outros elementos simbólicos do cristianismo para que desde muito cedo os seus leitores comesçassem a interiorizar valores da religião católica. Vejamos: “A igreja tem uma torre. Jesus gosta dos meninos. Comprei um rosário na loja. Jesus morreu na cruz por nós”. S/Autor. *Vamos aprender a ler: Iniciação da leitura*, 2º caderno, Portugal, Governo Geral de Angola, Edições Lello, volume 2, 1962, p. 8.

regime português e, em termos concretos, como uma potencial parceria no cenário da política internacional.

Diante deste panorama, se fazia necessário engrandecer o lugar da ex-colônia americana no terreno dos mitos nacionais que, vindos de trás, foram reformulados e ampliados pela ideologia colonialista do Estado Novo. E, o método mais eficaz de concretizá-lo seria dispô-lo como conteúdo de formação escolar, especialmente em um momento em que,

a escola passou a atingir e influenciar a maioria da população infantil e juvenil, período que coincidiu com o de maior esforço empreendido pelo Estado no sentido de aproveitar o carácter formativo da educação com intuítos patrióticos propagandísticos, pelo que as representações formadas na escola acerca dos descobrimentos e expansão atingiram uma percentagem da população infanto-juvenil até então nunca alcançada³⁸⁰.

Em síntese, alinhando as representações do Brasil nos manuais escolares estadonovistas à agenda comemoracionista do governo português do mesmo período, podemos concluir que a capitalização simbólica e o enaltecimento do passado comum entre a antiga colônia e sua ex-metrópole necessitavam de ser traduzidos em avanços concretos na agenda diplomática luso-brasileira do século XX. Sob este norte, foi orientada a comemoração do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique (1960) – da qual o Brasil tomou parte sob o título de convidado de honra. Como veremos, esta festa cívica merece uma análise isolada, justamente porque foi uma das últimas e mais significativas investidas do governo português – ainda chefiado por António de Oliveira de Salazar – para lograr o apoio do governo brasileiro – então presidido por Juscelino Kubitschek – ao seu projeto colonialista, assim como para consolidar uma parceria com a antiga colônia que fosse capaz de incrementar as relações econômicas e culturais entre os dois países e de criar uma “zona de conforto” para a sobrevivência do Império lusitano no âmbito internacional.

³⁸⁰ PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís; *et. al. op. cit.*, 2000, p. 31.

CAPÍTULO V

Sob o signo da ameaça descolonizadora: as relações entre o governo de Juscelino Kubitschek e Oliveira Salazar (1956-1961)

É possível afirmar que as relações luso-brasileiras atingiram o zênite de seu bom entendimento no século XX durante o período correspondente aos governos de António de Oliveira Salazar e Juscelino Kubitschek, respectivamente. Ora, é justamente nesta conjuntura que se torna possível visualizar os desfechos das ações de aproximação e de cooperação internacional que vinham sendo projetadas pelos governos anteriores de ambos os países.

Portanto, devemos considerar os próximos avanços diplomáticos no sentido da concretização de uma Comunidade Luso-Brasileira – que, como veremos, favorecia mais a estratégia do governo português do que a do governo brasileiro – na esteira de importantes precedentes que aqui pontualizamos em três momentos. O primeiro consistiu na visita do presidente Café Filho a Portugal, em 1955, da qual resultou a criação de uma comissão nacional para a aplicabilidade do Tratado de Amizade e Consulta, conforme versa o Decreto nº 37.374 de 23 de maio de 1955³⁸¹. O segundo teve a ver com os primeiros contatos entre Juscelino e Salazar em sua breve passagem por Lisboa, em 1956, a convite do governo português quando viajava pela Europa e já

³⁸¹ Veja-se em que consistia o Decreto de número 37.374 de 23 de maio de 1955: “O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta: Art. 1º Fica criada, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional para a aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal; Art. 2º Compete à Comissão estudar tôdas as medidas que devam ser adotadas para a inteira aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1953 e promulgado pelo Decreto nº 36.776, de 13 janeiro de 1955, propondo, para êsse fim as modificações que se tornarem necessárias nas leis e nos regulamentos vigentes; Art. 3º A Comissão compor-se-á de 12 membros, representantes de cada Ministério e do Conselho de Imigração e Colonização, nomeados pelo Presidente da República, mediante a dedicação de cada Ministro de Estado e do Presidente do Instituto de Imigração e Colonização. Parágrafo único. A Comissão será precedida pelo Ministério de Estado das Relações Exteriores e, nos seus impedimentos pelo seu representante; Art. 4º A Comissão terá uma secretaria no Ministério das Relações Exteriores; Art. 5º Os serviços da Comissão serão prestados sem ônus para o Tesouro Nacional; Art. 6º O Ministro de Estado das Relações Exteriores baixará as instruções ao funcionamento da Comissão Nacional para aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal; Art. 7º Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1953; 134º da Independência e 67º da República. João Café Filho, Raul Fernandes. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=37374&tipo_norma=DEC&data=19550523&link=s Acessado em 31-12-2012.

era presidente eleito em vésperas de tomar posse (tema que está desenvolvido mais adiante). O último correspondeu à visita do presidente Craveiro Lopes ao Brasil, em 1957, ocasião em que, como já vimos, foi estabelecida a Declaração Conjunta assinada entre os dois presidentes a 11 de junho e da qual derivou a Comissão Mista luso-brasileira encarregada de fiscalizar a aplicação das disposições do Tratado de Amizade e Consulta.

Naturalmente, a conjuntura internacional em que Portugal se achava na passagem da década de 1950 para a de 1960 justificava a intensificação das suas relações com o Brasil. Perante as ameaças descolonizadoras, o apoio de uma ex-colônia quebrava isolamentos e alimentava autoestimas. Daí que se tenha dado um evidente recrudescimento da idealização tanto do Brasil colônia como do Brasil Estado-nação, retórica na qual o “criado” acabava por, em última análise, enaltecer o “criador”.

Embora falemos aqui de uma capitalização simbólica da imagem do Brasil, não podemos perder de vista que tal estratégia visava sobremaneira obter avanços de ordem prática e jurídica, que fossem capazes de regulamentar a parceria internacional luso-brasileira estabelecida pelo Tratado de Amizade e Consulta. Neste sentido, vejamos um pouco mais pormenorizadamente a dimensão do lugar do Brasil para a política externa portuguesa.

O Brasil e a política externa portuguesa (1956-1961)

O contexto do relacionamento luso-brasileiro entre os governos de Juscelino Kubitschek e Oliveira Salazar esteve marcado pelo início do processo de abertura interna e externa do regime estadonovista em sua terceira fase (1945-1961). Ora, após a segunda guerra mundial, a postura de isolamento internacional da política externa lusitana – uma nação de costas para a Europa e voltada ao Atlântico – teve de ser repensada diante da crescente luta contra os autoritarismos e colonialismos protagonizada pelos Estados Unidos da América, uma ex-colônia que emergia como nova potência mundial. Ao mesmo, a emergência da União Soviética como uma nova grande potência diversificava e radicalizava, à esquerda, essa mesma luta.

Como é sabido, o Plano Marshall, posto em prática pelos EUA, foi uma estratégia para garantir sua influência sobre os países europeus afetados pelas guerras mundiais em detrimento da União Soviética. Neste aspecto da dominação norte-americana sobre o bloco ocidental, Portugal detinha duas vantagens: sua posição geoestratégica e sua postura anticomunista, pontos que, com o advento da Guerra Fria e com o prolongamento da concessão do domínio estadunidense sobre a base militar dos Açores, resultaram na sua adesão ao Tratado de Organização do Atlântico Norte (1949)³⁸². Ainda que a participação portuguesa no interior da Organização fosse mínima, era de suma relevância para sua abertura internacional bem como para a estratégia de defesa de seu império colonial.

Por sua vez, o desafio para preservar a longevidade do regime estadonovista, através do apoio ou aceitação externa, foi acompanhado por alterações jurídico-constitucionais que reatualizaram o estatuto das colônias previsto no Ato Colonial (1930). Retomando medidas que já vinham dos anos anteriores, e invocando terminologias antigas, para convencer a comunidade internacional de que não se estava perante uma relação colonial, a nova revisão reafirmava Portugal como uma nação una, multicontinental (do Minho a Timor), multiétnica e multirracal, maneira de negar a existência de um “império colonial português”. Para isso, logo em 1946, os territórios situados na Índia foram organizados em “Estado” e, pela reforma administrativa de 1951, as colônias africanas ganharam o estatuto de “províncias ultramarinas”, gozando de mais poderes autônomos do que as “províncias” da metrópole.

³⁸² O Tratado de Organização do Atlântico Norte consistiu essencialmente na luta pelo anticomunismo e o convite dirigido a Portugal para integrar esta organização surgiu primordialmente por sua posição geográfica estratégica, pelo que a ocupação norte-americana da base dos Açores se fazia crucial para a concretização da estratégia anticomunista levada a cabo pelos EUA. Veja-se: “Concebido contra a ameaça soviética, este sistema assentava então em dois pilares: o primeiro, no continente norte-americano, baseado no potencial estratégico dos Estados Unidos, retaguarda e autoguarda de todo o sistema; o segundo, no continente europeu, linha da frente e defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948. Todavia, para que o sistema pudesse funcionar era absolutamente necessária não só a protecção dos flancos norte e sul, mas, fundamentalmente, a articulação entre a frente e a retaguarda, isto é, entre os dois pilares da Aliança. Foi esta a razão essencial do convite a Portugal, a cujo território as ilhas dos Açores conferiam um valor estratégico acrescentado. Base importante já na primeira guerra, revelar-se-ia decisiva na segunda e indispensável no decorrer da guerra fria”. TEIXEIRA, Nuno Severiano. TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Portugal e a NATO (1949-1989)” in *Análise Social*, volume 30, nº 133, 1995, 4.º ano, p.803. Ainda sobre a mesma questão, C.f. TELO, António José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições ASA, 1993; FERREIRA, José Medeiros, “Os Açores nas duas guerras mundiais”, in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro de 1990, pp. 5-17; TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Le Portugal, l’Atlantique et la défense des États Unis d’Amérique pendant les deux guerres mondiales”, in *XVIII Congresso Internazionale di Storia Militare*, Roma, 1993, pp. 411-414;

Foi exatamente esta a estratégia defensiva perante a Organização das Nações Unidas: diferenciar o caso específico da ação civilizadora lusitana dos outros povos colonizadores europeus. Entretanto, não foi fácil para o governo português ganhar defensores para a sua política ultramarina no seio da Organização das Nações Unidas tal qual já tinha acontecido na Sociedade das Nações, organismo que, no entanto, ainda demonstrara certo protecionismo à política colonial europeia, chegando mesmo, apesar da doutrina de Wilson, presidente dos EUA, a “institucionalizar o fenômeno colonial”³⁸³.

Ora, a primeira dificuldade do governo português para com a Organização das Nações Unidas diz respeito à sua própria entrada no organismo. Mesmo tendo lançado sua proposta de adesão por sugestões dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, isto é, de dois estados-membros do Conselho de Segurança³⁸⁴, o país lusitano sempre se deparava com o veto da União Soviética, atitude que, conjugada com os confrontos em relação a propostas de adesão de outros países, refletia o nascimento de um novo tipo de conflito político-ideológico, com eixos polarizados por Moscou e Washington, a que se chamou Guerra Fria.

A este respeito, acrescentou a Presidência do Conselho do governo português em nota oficiosa,

[...] não se podiam alimentar grandes duvidas acerca da posição que a Rússia tomaria no debate, só não se sabendo que orientação adoptaria o Conselho de Segurança acerca do uso do veto numa formalidade preliminar e em condições de paralisar a competência que, para a admissão nos termos da carta, é exclusiva da Assembléia³⁸⁵.

Apenas em 1955, após a negociação entre as duas potências do bloco ocidental e comunista, Portugal, dentro de um pacote de dezesseis países representantes dos dois

³⁸³ NOGUEIRA, Franco. *Conferências Proferidas em 1958/59*, volume 1, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1959, p. 43.

³⁸⁴ A página principal do *Diário de Lisboa* de 05-09-1946 apresentava a seguinte manchete, “Foi por diligência dos governos inglês e americano que Portugal apresentou o pedido de admissão na ONU – revela a nota oficiosa do presidente do conselho”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quinta-feira, nº 8.541, 26º ano, 05 de setembro, 1946, p.1.

³⁸⁵ *Ibidem*, 1946, p. 1.

lados em questão, teve seu pedido de adesão aceito pela ONU ³⁸⁶. Ao ingressar na Organização, o país barganhou a sua submissão à jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça por uma ação contra a União Indiana, que havia enviado um grupo de “voluntários” para ocupar dois territórios componentes do Estado português da Índia – Dadra e Nagar-Aveli – em 1954. Segundo José Calvet de Magalhães, este Tribunal favoreceu Portugal “por acórdão de 12 de abril de 1960”. ³⁸⁷ No entanto, tal decisão não foi obedecida pela União Indiana, país que, em dezembro de 1961, anexou pelas armas o que restava do antigo Estado da Índia (Goa, Damão e Dio).

Para deter estes projetos de integração, o império lusitano via no Brasil uma potencial aliado. A questão era delicada, e já por volta da década de 1960, a onda de anticolonialismo e contra os regimes ditatoriais predominava no ambiente de mais alto poder decisivo da Organização das Nações Unidas ³⁸⁸. Nascia então o litígio entre Portugal e a ONU, baseado na decisão da Assembleia das Nações Unidas, com base no artigo 73º da Carta das Nações Unidas – “Declaração relativa aos territórios não autônomos” – que exigia ao governo português a prestação de informações de sua governança sobre as “possessões ultramarinas” (que a ONU reconhecia como colônias ³⁸⁹) - de modo à conduzi-las à autodeterminação.

³⁸⁶ C.f. MAGALHÃES, Joaé Calvet de. “Portugal e as organizações políticas internacionais” in *Janus*, 2001, pp. 2-3. Disponível em: http://janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_1_2_1_h.html#topo Acessado em 11/11/2012.

³⁸⁷ *Ibidem*, 2001, p. 3.

³⁸⁸ De acordo com Franco Nogueira, “não está formulada em todos os seus aspectos, a elaboração doutrinária do pensamento das Nações Unidas sobre o fenômeno colonial. Para mais, esse pensamento está ainda em evolução, e a análise que puder fazer-se haverá de o ser por implicação. Alguns traços essenciais das origens e da estrutura da organização, todavia, fornecem-nos elementos elucidativos, e como fontes básicas de uma construção teórica do anticolonialismo temos a Carta, a jurisprudência e a prática da Assembleia e as declarações feitas ou atitudes tomadas, nos últimos quinze anos, pelos países chefes de grupo em debates importantes. Será de todo esse conjunto que podemos extrair algumas noções ideológicas aproximadas”. NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*, Rio de Janeiro, Edição Brasileira Atica, 1961, p. 27.

³⁸⁹ Segundo Franco Nogueira, a Assembleia Internacional da ONU – que preconizava o universalismo da independência e da soberania de todas as nações e que se afinava com os “novos ventos” que neste sentido sopravam da África e Ásia, chegou a seguinte conclusão referente ao caso português ao abrigo do artigo 73 da Carta: “Do ponto de vista econômico, os territórios ultramarinos portugueses não só estavam menos desenvolvidos que a metrópole como, em virtude da estrutura e orgânica da sua economia, ficavam situados num plano secundário e subalterno. Por último, e no que toca a títulos históricos, a posse portuguesa provinha da guerra e conquista militar, e estas não legitimavam a soberania. Nestas condições, havia de se concluir que os territórios ultramarinos portugueses estavam, perante a metrópole, numa posição de arbitrária subordinação. Eram portanto *colônias*, como aliás eram designadas pela lei portuguesa até 1951, e não dispunham de governo próprio; e acerca da sua administração devia o

É neste contexto de disputas entre as pressões da ONU pelo fim do Império colonial português que a figura do Brasil veio assumir suprema relevância na política (externa e interna) do governo estadonovista. Recorde-se que, desde as últimas décadas do século XIX, o elemento brasileiro vinha sendo explorado simbolicamente nas festas cívicas e de modo análogo nos manuais escolares enquanto prova por excelência do êxito da ação civilizadora lusitana. No plano da política internacional, esta exaltação ao Brasil funcionava como uma espécie de canto de sereia, destinado a seduzir os poderes dominantes na antiga América portuguesa para o apoio a uma política que, bem vistas as coisas, contraditava o seu próprio percurso de emancipação política.

Da sua parte, o Brasil, sob o governo Juscelino Kubitschek, mostrou-se mais aberto aos desideratos da antiga metrópole, como bem atesta o discurso do Presidente do Conselho de Ministros acerca da posição brasileira diante das acusações da ONU levantadas sobre o “atraso” econômico e político que configurava a situação angolana na passagem da década de 1950 para a seguinte: “veja-se por exemplo, como tem reagido o escol intelectual do Brasil, em face do ataque a Angola, a província africana que, por várias vicissitudes da história comum, quase considera como fazendo parte do seu patrimônio moral”³⁹⁰.

A maior expectativa do governo português na parceria internacional luso-brasileira para com o mandato do presidente Kubitschek consistia em lograr apoio à questão da soberania portuguesa em Goa e, por extensão, nas demais colônias. De fato, a postura adotada pela diplomacia brasileira – hegemonicamente dominada pela componente de orientação ocidentalista – correspondeu às expectativas dos representantes do Estado Novo português, como bem confirmam as votações do Brasil contra as propostas da Assembleia da ONU que pudessem comprometer a soberania portuguesa em seus domínios ultramarinos³⁹¹ e o famigerado discurso do representante

Governo Português fornecer informações para que a Assembleia pudesse ajuizar da maneira por que tais ‘colônias’ estavam sendo conduzidas para a independência”. *Ibidem*, 1961, p. 47.

³⁹⁰ SALAZAR, António de Oliveira. “O ultramar português e a ONU” in *Boletim Geral do Ultramar*, nº 432-433, 37º ano, 1961, p. 27.

³⁹¹ O Brasil sempre buscou apoiar Portugal em suas causas na ONU, votando sempre contra ou se abstendo de votar face as propostas da Assembléia da ONU que pudessem prejudicar o governo português. Foi assim quando esta Assembléia aprovou a proposta pela qual o governo lusitano deveria a partir de então conceder informações acerca dos territórios considerados não autônomos sob seu domínio (com base no artigo 73º da Carta das Nações) a 15 de dezembro de 1960. Segundo Salazar, “a resolução

da comissão brasileira na ONU – Donatello Grieco – em defesa de Portugal na querela sobre a possível dominação política sobre territórios não-autônomo³⁹².

Ora, o viés ideológico ocidentalista que ainda no governo Juscelino representava a maioria da cúpula do Itamarati era favorável ao posicionamento conservador e tradicionalista em termos de política externa brasileira, o que - na crítica dos nacionalistas que lideravam entre as forças políticas no Catete neste mesmo contexto político - remontava quase sempre a atitudes e posicionamentos passivos e conservadores ainda pautados à época do Barão do Rio Branco.

Esta tradição diplomática teria vigorado na política externa brasileira durante a Primeira República quando esteve orientada pelo alinhamento com os Estados Unidos da América que então despontava como nova potência mundial.

Segundo, Dhiego de Moura Mapa,

Com o advento da Segunda República, o paradigma americanista, esboçado por Rio Branco, se consolida em duas vertentes: a pragmática, de Osvaldo Aranha (onde a “aliança com Washington passa a ser vista como instrumento de projeção internacional do país”, um elemento de barganha ao anseio nacional por insumos económicos ao desenvolvimento), e a ideológica, de João Neves da Fontoura,

foi aprovada por 68 votos contra 6 (Espanha, África do Sul, França, Bélgica, Portugal e Brasil) e 17 abstenções”. Ibidem., 1961, p. 5. Em 21 de abril de 1961, uma nova resolução da ONU pressionava o governo português para implementar uma série de reformas em Angola e a constituir uma comissão de inquérito especial para vistoriar a situação daquela província. Neste caso, as votações contra a proposta da ONU na Assembleia Geral foram da Espanha e da África do Sul e nove países tiveram abstenção de votos: Austrália, Bélgica, Brasil, República Dominicana, El Salvador, Grã-Bretanha, Holanda e Tailândia. C.f. SALAZAR, António de Oliveira. *op. cit.*, pp. 5-6. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf Acessado em: 15/10/2012.

³⁹² Veja-se um trecho da defesa apresentada por Donatello Grieco ao problema dos territórios não-autônomos que Portugal supostamente dominava: “[...] Nessas condições, Senhor Presidente, a Delegação do Brasil não encontrara, na forma e no mérito da resposta portuguesa, motivo para discordar do Governo Português, quando declara que não administra territórios não-autônomos. As províncias ultramarinas de Portugal são parte integrante da República unitária portuguesa, são solidárias entre si, têm autonomia financeira e económica, participam nos órgãos legislativos, executivos e judiciários da Nação em igualdade de condições com as províncias continentais e insulares e insulares adjacentes; seus habitantes gozam dos mesmos direitos e das mesmas regalias dos habitantes das demais províncias da Nação; e a expressão formal dessa situação de direito e de fato não se encontra apenas em textos legais contemporâneos, mas também na letra de dezenas e dezenas de documentos que não podem ser inquinados de parcialidade, pois foram elaborados há muitos séculos”. GRIECO, Donatello. *op. cit.*, 1957, p. 11.

posição conservadora, que após a II Guerra Mundial internaliza os pressupostos de defesa da civilização ocidental cristã)³⁹³.

Nos governos subsequentes, esta orientação da Segunda República funcionou alternadamente, de modo que, durante a Era Vargas (1930-1945), prevaleceu a tendência pragmática, ao passo que a vertente ideológica teria predominado ao longo do governo Dutra (1945-1951) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Entretanto, neste último caso, vale ressaltar que os ocidentalistas ideológicos tiveram por oponentes os nacionalistas que lideravam as forças políticas no Catete desde o último governo de Getúlio Vargas quando consolidaram seu espaço ao longo da campanha pela nacionalização do petróleo que culminou com a criação da Petrobrás, em 1953. Na opinião destes, “a cúpula do Itamarati permanecia indiferente às novas realidades produzidas no campo internacional, principalmente ao verdadeiro divisor de águas que foi a Conferência Afro-Asiática de Bandung”³⁹⁴.

De acordo com os nacionalistas, o Itamarati estava unicamente atento a questões relativas ao tema da segurança e acabava por desperdiçar momentos oportunos para o desenvolvimento econômico e para a projeção internacional do Brasil, como foi o caso especial da Conferência de Bandung (1955) – que registrou a primeira participação representativa de povos não europeus nas discussões acerca dos novos rumos do relacionamento entre os países do mundo após a II Guerra. Naturalmente, que o debate desenvolvimentista, que pontuava o teor das discussões nesta conjuntura, poderia favorecer o governo de Juscelino e a implementação quer do seu Plano de Metas quer do seu projeto de industrialização em um sentido mais amplo. Diante de oportunidades desaproveitadas como essas, a crítica dos nacionalistas aos ocidentalistas crescia e a política externa praticada pelo Itamarati lhes parecia imobilista, retrógrada, anacrônica e míope diante da necessidade de se rever o recolocamento do Brasil no novo panorama internacional.

³⁹³ MAPA, Dhiego de Moura. *Inserção internacional no governo Lula: o papel da política africana*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 37.

³⁹⁴ GONÇALVES, William da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal – do Tratado de Amizade ao caso Delgado*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 173.

Críticas à parte, foi junto a esta linha ideológica ocidentalista, hegemônica na política externa brasileira do governo de Kubitschek, que os interesses do governo lusitano encontraram seu apoio. Em contrapartida, os nacionalistas seriam os detratores desta linha, como veremos mais adiante. Seja como for, a postura conservadora da atuação diplomática em vigor ao longo do governo do Presidente Juscelino, ligada ao *looby* exercido (particularmente no Rio de Janeiro) pela forte colônia portuguesa (a histórica e a que havia engrossado com as emigrações mais recentes³⁹⁵), foi crucial no apoio brasileiro à política imperialista do Estado Novo português.

Desde a criação da Junta de Emigração (1947) pelo governo português, com o intuito de regulamentar o fenômeno migratório, que este passou a ser objeto de interesse e de controle do Estado mediante a exigência de acordos e convenções que prefixavam a autorização para emigrar. Além disso, criou-se um aparato burocrático capaz de gerar alguma receita através das regularizações conforme o estatuto do imigrante fixado pelo governo estadonovista e, sobremaneira, se internalizou no imigrante o sentimento de segurança, reforçando os vínculos entre este e os seus representantes políticos. A partir de então, é lícito afirmar que a colônia portuguesa do Brasil passou a se mobilizar e a se organizar com maior afinco em defesa dos interesses do governo português, funcionando como potencial aliada da diplomacia portuguesa junto aos poderes dominantes no Brasil.

Neste sentido, dentre os exemplos de atuação da colônia portuguesa do Brasil no governo Juscelino Kubitschek, destacamos as pressões que aquela exerceu para a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, o que não apenas significava uma reivindicação a favor dos projetos do governo português, mas também representava a luta pela alteração do estatuto dos imigrantes portugueses na antiga colônia. Sem dúvida, esta era a causa de maior relevância para a comunidade lusitana fixada na ex-

³⁹⁵ C.f. PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa no Brasil e o salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000; PAULO, Heloísa; SILVA, Armando Malheiro. “Norton de Matos. O Brasil e as raízes do paraíso – a construção da colônia ideal e o ideal colonialista” in *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Pan-lusitanismo*, Chapecó, Argos, 2001, pp. 279-326; GONÇALVES, Williams da Silva. “A colônia portuguesa no Brasil” in *O realismo da fraternidade Brasil – Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 147-164; LABOREIRO, Simão de. *A obra associativa dos portugueses do Brasil*, Rio de Janeiro, s/ editora, 1939.

colônia que atuou em diferentes frentes: associações ³⁹⁶, eventos com a presença de políticos brasileiros ³⁹⁷ e jornais ³⁹⁸.

Para ilustrar esta pressão da comunidade portuguesa pela distinção de tratamento da nacionalidade portuguesa das demais nacionalidades de imigrantes fixados no Brasil – ponto da maior importância e previsto na regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta –, leia-se o seguinte fragmento da entrevista do candidato a deputado federal (poder legislativo), Pinheiro Júnior, concedida à *Folha Portuguesa: porta-voz da colônia portuguesa do Brasil*:

Sobre o importante assunto da imigração portuguesa assim exprimiuse: [...] a imigração portuguesa foi-nos de grande vantagem, dando-nos um impulso muito grande no sentido económico com a pujança e o espírito de luta de seus emigrantes, sempre imbuidos no fito de progredir, trazendo conseqüentemente um progresso à nossa nação. Os portugueses que aqui se radicaram, indiscutivelmente são grandes incentivadores de todos os ramos de atividades: a lavoura, o comércio, a literatura, a indústria, receberam o seu impulso benéfico e constructivo. Oxalá tôdas as raças que aqui estão radicadas dessem os sadios exemplos de probidade e de amor à segunda pátria que elegeram: o Brasil ³⁹⁹.

³⁹⁶ Para citar algumas associações dos portugueses residentes no Rio de Janeiro: a Federação das Associações Portuguesas, o RGPL, Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro; e em São Paulo: Casa de Portugal, Associação Portuguesa de Desporto, Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, etc.

³⁹⁷ É sintomática neste sentido, a participação do Presidente Juscelino Kubitschek nas comemorações do Dia de Portugal (10 de junho) celebrado no RGPL do Rio de Janeiro no ano de 1956. C.f. LINS, Álvaro; KUBITSCHKEK, Juscelino, *et. al. Discurso sobre Camões e Portugal: conferência feita no Real Gabinete Português de Leitura na sessão comemorativa do dia de Portugal, em 10 de junho de 1956*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956.

³⁹⁸ Dentre os jornais escritos e publicados para divulgar os temas de interesse a comunidade lusa ao longo do século XX, destacamos alguns: *A voz de Portugal* (1936); *O mundo português* (1970); *Folha Portuguesa: porta-voz da colônia portuguesa do Brasil* (1956); *Colônia Portuguesa: por Portugal! Pelos portugueses!* (1925); *O Lusitano: órgão dedicado a colônia portuguesa no Brasil* (1908); *A Patria: Orgam da Colônia Portuguesa* (1904). Estes jornais foram encontrados em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/jornais.php?pesq2=1&nomet=245&ano=> Acessado em 12/10/2012. Também foi consultada a página de informação sobre os periódicos e jornais da comunidade lusófona espalhada pelo mundo. Disponível em: <http://lwdzz.rewardzone.servedfruit.biz/?sov=327118208&hid=djjrdmnpdff&redid=7872&id=XNSX.n%2Fa-r7872> Acessado em 22/06/2014.

³⁹⁹ *Folha Portuguesa: porta-voz da colônia portuguesa do Brasil*, 21 de março, 1956, p.2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/hemeroteca.php?periodico=titulo&titulo=Folha%20Portuguesa:%20porta-voz%20da%20colonia%20portuguesa%20do%20Brasil> Acessado em 22/06/2014.

Este é apenas um dos exemplos de politização da colônia portuguesa, ou do apoio político que encontrava para a defesa de seus interesses no cenário político brasileiro. Coincidentemente, três meses e nove dias após a publicação desta entrevista, o Tratado de Amizade e Consulta veio a ser regulamentado. De um modo geral e introdutório, apresentámos a atuação da colônia portuguesa residente no Brasil e a linha diplomática de viés ocidentalista e conservador como dois dos principais canais favoráveis aos interesses do governo português no contexto do governo de Juscelino. Como não havia a certeza acerca da continuidade desta orientação diplomática e da própria presidência, Salazar sabia que era preciso acelerar a concretização dos projetos de parceria internacional.

O apoio brasileiro ao governo do Estado Novo português, no momento em que o Brasil buscava publicitar uma imagem de país em rápido desenvolvimento e industrialização, era fundamental, tanto mais que a influência da ex-colônia também crescia na América Latina, realidade que Salazar lembrou nestes termos:

Ora, bem o Brasil tem o seu lugar nas Nações Unidas e tem-no na Organização dos Estados americanos, mas enquanto nas primeiras a atividade tem de confinar-se quase só no academismo da instituição, entre estes últimos a sua acção e influência desenvolveu-se preferentemente num plano de continentalidade que, se corresponde à sua situação geográfica e predominantes interesses económicos, pode bem não corresponder às origens e à parte de interesses universais em que comunga conosco. O caso da Índia é absolutamente típico e revelador desta concepção, pois que o Governo e Povo Brasileiro vibraram tão intensamente com os agravos a União Indiana como nós próprios e desveladamente se têm preocupado com a segurança de Goa⁴⁰⁰.

Pontuada a situação do Brasil no cenário internacional, é lícito concluir que o objetivo maior do governo estadonovista para com o apoio brasileiro consistia em amadurecer uma parceria internacional luso-brasileira mediante a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta (assinado entre os dois países, no governo de Vargas, em 1953) como meio de garantir o suporte jurídico para a parceria conjunta no cenário político internacional, conforme a urgência pela defesa do império ultramarino. A

⁴⁰⁰ SALAZAR, António de Oliveira. *Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta: comunicação feita por sua Exc.^a, o Presidente do Conselho Prof. Dr. Oliveira Salazar, em 6-12-1954, na Assembléia Nacional*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1954, p. 6.

intenção era aproveitar a simpatia devotada pelo Presidente Juscelino bem como a aprovação do Itamarati a Portugal para acelerar este processo, tema do qual trataremos mais adiante. Contudo, a importância da parceria luso-brasileira não esteve circunscrita apenas ao plano das relações diplomáticas entre os dois países. A convivência brasileira também ajudava o regime a propagandear uma imagem positiva da ação civilizadora portuguesa, incluindo no âmbito científico, em boa parte devido às teses do *lusotropicalismo*, desenvolvidas, na década de 1950, pelo sociólogo recifense Gilberto Freire.

Gilberto Freyre e a política internacional brasileira: a construção de uma imagem positiva do colonialismo português

Como se sabe, as teorias de Gilberto Freyre acerca da formação étnico-cultural do Brasil forneceram a base teórica para uma nova concepção da identidade nacional brasileira que se repercutiu, com muita polêmica, nas interpretações sobre o relacionamento do elemento brasileiro com o português e o africano. Não admira, porque o seu modo de perceber a “convivência” entre as “raças” que deram origem à mestiçagem que caracteriza a nação brasileira não se restringiu ao passado colonial, tendo-se projetado, também, no modo de ser do povo brasileiro.

Um exemplo desta importância encontra-se na repercussão da obra de Freyre sobre aqueles que formulavam a política bilateral com o governo português e mesmo com a África. Ora se, por um lado, o lusotropicalismo do sociólogo recifense ajudava a legitimar o apoio diplomático e político do Brasil ao Estado Novo português, também irá servir para a defesa do projeto colonial do governo de Salazar nos meios acadêmicos e científicos internacionais em que Freyre costumava transitar (Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, México). No entanto, por outro lado, também não deixava de abrir portas para os que defendiam uma (re) aproximação do Brasil com a África, em detrimento da ex-metrópole, sob a justificativa de fazer justiça a este importante elemento étnico e cultural igualmente fundacional da realidade brasileira.

Seja como for, é indubitável que as ideias de Freyre valoraram os efeitos históricos do colonialismo português e que prepararam o terreno para a “exacerbada fraternidade luso-brasileira”⁴⁰¹ que imperou na segunda metade da década de 1950⁴⁰². Ora, em um momento em que autores como Oliveira Viana⁴⁰³ defendiam a arianização do Brasil como condição para seu progresso histórico, ou atribuíam o “atraso” do país à fusão da colonização portuguesa com os escravos africanos e com os nativos indígenas, Freyre veio reclamar a positividade da mestiçagem devida às qualidades e capacidades de adaptação e integração do gênio lusitano com outros povos nas regiões tropicais.

⁴⁰¹ Segundo Williams Gonçalves da Silva, “a obra de Gilberto Freyre fez mais por essa reconciliação do que os esforços realizados pelos homens de governo”. GONÇALVES, Willims da Silva. *op. cit.*, 2003, p. 90.

⁴⁰² Quando Jânio Quadros assume a presidência após Juscelino Kubitschek a política externa brasileira sofre uma mudança de rumos que se distinguiu na luta pela autodeterminação dos povos dominados e, conseqüentemente, pelo fim do colonialismo. A partir de então, o Brasil passa a apoiar a causa dos movimentos de descolonização da África portuguesa e se propõe a atuar como mediador entre Angola e Portugal para que este reconhecesse a emancipação política de sua província ultramarina insurrecta de modo pacífico. Neste sentido, vejamos alguns trechos do discurso do Senador Afonso Arinos de Melo Franco na Assembleia Internacional da ONU acerca da conclusão da delegação brasileira sobre a situação angolana em 1962 (ou seja, no segundo ano consecutivo de guerra pela sua independência). “[...] 3) Os acontecimentos de Angola constituem, como o reconheceu o Conselho de Segurança (S/4.835), uma causa atual e potencial de atritos internacionais, não somente no continente africano, mas ainda em outras partes do mundo, e são de natureza a pôr em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais. 4) Ainda é possível, entretanto, na opinião da delegação do Brasil, encontrar uma solução pacífica, a capaz de não destruir os elementos positivos que a presença portuguesa trouxe ao país e de salvaguardar relações proveitosas entre Portugal e Angola, análogas às que se verificam, hoje em dia, entre antigas metrópoles e territórios de além-mar recémemancipados. Tal solução seria certamente a melhor, para os interesses de Portugal e de Angola. 5) Em tal sentido, o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia. [...] Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de idéias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da história, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos. Disso é exemplo vivo a comunidade luso-brasileira”. FRANCO, Alvaro da Costa (organizador). *Documentos da Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, pp. 266-267.

⁴⁰³ Lembremos de sua obra *Evolução do povo brasileiro* em que o autor mensurou o grau evolutivo do povo da nação brasileira a partir da mistura do sangue do negro, do índio e mesmo dos portugueses colonos com o sangue branco, “no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça”. C. f. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 205.

Deste modo, segundo as teses freyrianas, o processo de eugenia na formação étnica do Brasil se distinguia dos demais processos de colonização levados a cabo fora dos espaços hispanotrópicos e lusotrópicos. Em simultâneo, a mestiçagem passou a ser revista numa perspectiva mais positiva, porque lhe foi reconhecidas qualidades próprias e mesmo uma espécie de mais-valia racial, contraditando-se, assim, as explicações que depreciavam a composição étnica do Brasil.

Naturalmente que, para apresentar as vantagens do mestiço, o sociólogo pernambucano teve de rever a correlação dos elementos português, indígena⁴⁰⁴ e africano. Neste sentido, não nos resta dúvida que *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* foi a obra que, dentro de seu próprio país e no resto do mundo⁴⁰⁵, consagrou a visão de Freyre sobre a formação étnico-cultural e social do Brasil.

⁴⁰⁴ A visão dos nativos indígenas que habitavam o Brasil pré-cabralino na obra de Freyre é um tanto etnocêntrica e digamos, pautada em uma visão evolucionista e etapista da cultura. Segundo o antropólogo, os índios estariam na infância ou nas origens de seu desenvolvimento cultural quando tiveram seus primeiros contatos com os colonizadores portugueses. Vejamos: “De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização européia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semi-civilizações americanas” o que os teria poupado “da política do extermínio seguida pelos espanhóis no México e no Peru”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 49ª edição, São Paulo: Global, 2004, pp. 158-159.

⁴⁰⁵ Esta obra de Gilberto Freyre publicada originalmente no Brasil em 1933 também foi publicada pela primeira vez na Alemanha em 1965 (FREYRE, Gilberto. *Herrenhaus und Sklavenhütte: ein bild der brasilianischen gesellschaft*, traduzido por Ludwig Graf von Schönfeldt, Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965) tendo sido reeditada pela terceira vez em 1990 (FREYRE, Gilberto. *Herrenhaus und Sklavenhütte: ein bild der brasilianischen gesellschaft*, 3ª edição, Stuttgart, Klett-Cotta, 1990); na Venezuela em 1977 (FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*, traduzido por Benjamín de Garay e Lucrecia Manduca, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977); em Portugal em 1957 (FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957) e uma versão mais recente em 1983 (FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, 2ª edição, Lisboa, Livros do Brasil, 1983); na Argentina em 1943 (FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*, traduzido por Benjamín de Garay, Buenos Aires, s/ editora, 1942); na Hungria em 1985 (FREYRE, Gilberto. *Udvaráz Szolgazállás: a Brazil család a patriarchális gazdasági rendszerben*, traduzido por S. Tóth Eszter, Budapest, Gondolat, 1985); na Polónia em 1985 (FREYRE, Gilberto. *Panowe i niemolnick*, traduzido por Helena Czajka, Warszawa, Państwowy Instytut Wydawniczy, 1985); na Romênia em 2000 (FREYRE, Gilberto. *Stapâni Si Sclavi*, Traduzido por Despina Niculescu, Bucuresti, Univers, 2000); no Japão em 2005 (FREYRE, Gilberto. *Nettai no sin Sekai*, Tokyo, Shinsekaisha, 1961). As duas obras subsequentes que integravam a trilogia sobre a formação do Brasil, - *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* – também foram publicadas no exterior. No entanto, a primeira delas causou o impacto da novidade ao passo que as seguintes desenvolviam as teses enunciadas em *Casa Grande e Senzala*.

De acordo com ela, a cultura negra, ao lado do feitiço do colonizador português e sua grande capacidade de adaptação e aculturação nos trópicos, bem como a cordialidade que, no geral, caracterizava as suas relações com os escravos africanos, teriam dado luz à sociedade patriarcal característica da região do Nordeste do Brasil. Também aos índios é reconhecida relevância no processo da mestiçagem brasileira, embora Freyre os julgasse um povo menos avançado culturalmente que os africanos e os europeus, mas que, independentemente do grau de avanço de sua civilização, teriam deixado seu legado cultural aos caboclos da região do Norte e do interior do país.

Em nosso entendimento, o papel do colonizador português e da sua capacidade de adaptação e integração com outros povos em zonas tropicais estava na raiz da mestiçagem brasileira, segundo Freyre. Os índios não haviam sido exterminados e sim utilizados no primeiro momento do processo de colonização, e, posteriormente, os negros, que trabalhavam, sobretudo, nos engenhos de cana-de-açúcar, teriam ajudado a consumir o hibridismo étnico-cultural da região. Ademais, ainda segundo Freyre, este hibridismo ter-se-ia desenvolvido, regra geral, através de uma convivência tranquila e pacífica, o que ditou que a aculturação dos agentes históricos da mestiçagem, ou a internalização dos costumes e dos hábitos entre eles, se tenha operado de um modo recíproco.

Vejamos:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, a do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone⁴⁰⁶.

A revisão do modelo colonial português segue com *O mundo que o português criou* (1940), obra que consolida a visão freyriana da superioridade da colonização portuguesa frente a outros povos europeus colonizadores, devido às “qualidades de

⁴⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *op. cit.*, 2004, p. 160.

cordialidade e de *sympathia*, características do povo português – o mais *christão* dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores”⁴⁰⁷.

Naturalmente que este tipo de argumentação do sociólogo brasileiro serviu para a manipulação dos poderes políticos e diplomáticos brasileiros conforme os interesses do governo português. Logo, passou a ser interesse do governo de Salazar que Freyre confirmasse as qualidades da obra civilizadora em outras colônias, para que assim pudesse comprovar uma vocação mais universalista. De acordo com Claudia Castelo, a correspondência entre Gilberto Freyre e seus interlocutores portugueses cresceu sobremaneira após sua viagem a Portugal em 1951⁴⁰⁸. Ora, foi a partir de então que o governo português se disponibilizou para patrocinar a obra do sociólogo recifense como meio de divulgação das vantagens do modelo colonial português nos trópicos, e, sobretudo, de difusão da idéia de que a obra civilizadora realizada no Brasil estava em curso em África e na Ásia.

Diante da potencialidade propagandística das teses lusotropicalistas⁴⁰⁹, é mister assinalar que a iniciativa de levar Freyre a conhecer as províncias ultramarinas

⁴⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, Lisboa, Livros do Brasil, 1940, p. 42.

⁴⁰⁸ Segundo Claudia Castelo, “A visita oficial de Gilberto Freyre a Portugal e às colônias lusas marca o reconhecimento da sua obra pelo poder político português e contribuiu para o alargamento da sua rede de relações com personalidades portuguesas”. CASTELO, Claudia. “Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre”, Trabalho apresentado em VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, Porto, 2002, p. 426. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf> Acessado em 25/10/2012.

⁴⁰⁹ Para além do fato da politização das teses de Freyre, o que estava em questão era a sua própria influência junto à opinião pública brasileira, pois além de cientista, o sociólogo também desempenhava a função de jornalista e tinha prestígio no meio político, o que lhe valeu entregar em nome do governo português uma homenagem ao presidente Getúlio Vargas em 1952 como assinala a carta de agradecimento do próprio Getúlio ao então presidente português Craveiro Lopes: “Foi com a mais viva emoção que recebi das mãos do Professor Gilberto Freyre em presença do ilustre Embaixador António de Faria, a magnífica lembrança com que Vossa Excelência me honrou. O valor dessa jóia, feita dos mais nobres metais e das pedras mais finas torna-se mil vezes mais precioso pelo que encerra esse formoso escrínio: a alma de Portugal nas estrofes da epopeia pátria, e todo o coração de um Povo na intenção generosa que inspirou esta dádiva”. ANTT/AOS/CP-275, *Carta de Getúlio Vargas ao Presidente Craveiro Lopes*, 27 de fevereiro de 1952. Além disso, Freyre em uma entrevista afirmou ter recusado algumas ofertas para ingressar na vida pública e mesmo para operar na política externa brasileira. Segundo o próprio sociólogo, “Daí eu ter recusado tantos cargos públicos ao longo de minha vida. Fui convidado para ser ministro e embaixador. A embaixada em Paris me foi oferecida e eu não aceitei, e olha que essa é uma atração muito grande para todos os brasileiros, inclusive os intelectuais. Essas recusas deixaram que eu me concentrasse nas atividades intelectuais e artísticas. Sem dúvida, o poder tem suas atrações, principalmente para quem se mete dentro dele e acha difícil sair. Nunca recebi influência do poder”. Gilberto Freyre um menino aos 83 anos in *Santista*, São Paulo, volume 1, n. 2, nov. 1983, pp. 16-

portuguesas partiu do seio do próprio governo estadonovista. Mais especificamente, sugeriu-a Osório de Oliveira – delegado do Ministério do Ultramar – e o Ministro do Ultramar, Manuel Sarmiento Rodrigues, amigo pessoal e correspondente regular de Freyre, fê-la sua. O sociólogo não conseguiu resistir-lhe:

Avisto-me com o ministro Sarmiento Rodrigues e é como se me avistasse com uma sereia das que no Brasil chamam barbadadas. Fala-me de tal modo que me deixo persuadir. Resolvo ir de Portugal ao Ultramar Português, vencido pelo homem-sereia em todas as minhas resistências e argumentos⁴¹⁰.

Desta viagem pela África e Ásia portuguesa, surgiram duas obras onde as teses do lusotropicalismo foram devidamente aprofundadas: *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (publicada primeiramente no Brasil em 1953) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (também publicado originalmente no Brasil no mesmo ano de 1953). Se, como já foi assinalado, estas obras tinham um valor propagandístico para suportar a tese acerca da nação multiétnica, a verdade é que elas também acabavam por condicionar o governo brasileiro sob o último mandato de Getúlio Vargas (que no ano seguinte a publicação das referidas obras cometeu suicídio). E foi sob este clima que se concretizou o Tratado de Amizade e Consulta, que, como já vimos, foi assinado ainda no final do governo de Vargas, a 16 de novembro de 1953.

Com o suicídio de Getúlio, o medo de uma crise política no Brasil sondava os interesses do governo estadonovista que se prontificou em investir na visita do Presidente Café Filho a Portugal para dar continuidade à política de regulamentação da Comunidade luso-brasileira.

Em contrapartida,

De longa data aguardava o Brasil a oportunidade de retribuir a visita que lhe fizera, em 1922, o Presidente da República de Portugal,

18. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:w6a3U7_yeXYJ:bvgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/menino_aos83.html+gilberto+freyre+convidado+por+getulio+vargas+para+ser+embaixador&cd=3&hl=es&ct=clnk Acessado em 11/11/2012.

⁴¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*, São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1980, p. 36.

Doutor Antônio José de Almeida. Finalmente, em 1955, o Brasil levou àquela República irmã a expressão dos fraternos sentimentos brasileiros, dando assim, um cunho afetivo à obra de consolidação das relações luso-brasileiras, tão magnificamente consubstanciada no Tratado de Amizade e Consulta concluído entre os dois países em 16 de novembro de 1953 ⁴¹¹.

A visita de Café Filho a Portugal foi muito bem aproveitada para que o governo português fixasse seu interesse na regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta e no desenvolvimento da parceria luso-brasileira no plano internacional. As bem planejadas homenagens, condecorações e honrarias tiveram todo o êxito e receberam do Presidente Café Filho a promessa de que “estaremos sempre ao lado de Portugal porque formamos com ele uma verdadeira comunidade” ⁴¹². Era justamente o apoio sobre a questão indiana que o governo de Salazar esperava obter do Presidente brasileiro em sua visita a Portugal.

Entretanto, o ambiente de crise desencadeado no Brasil pelo suicídio de Getúlio Vargas, marcado por uma acirrada disputa entre seus herdeiros políticos do Partido Trabalhista do Brasil que lutavam contra a iminência de um golpe planejado por alguns setores militares com o apoio do partido conservador da União Democrática Nacional, fez com que o presidente Café Filho propusesse a sua renúncia da presidência. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz.

Quando convocadas as novas eleições, em novembro de 1955, Juscelino Kubitschek (do Partido Social Democrático), tendo como vice-presidente João Goulart, do Partido dos Trabalhadores do Brasil (partido a que Getúlio esteve filiado), ganhou o pleito. Contudo, houve tentativa de impugnação de sua vitória por parte do partido opositor - UDN, ao qual o candidato Juarez Távora, derrotado nas urnas, pertencia -, sob a alegação de que a eleição de Juscelino não teria alcançado a maioria absoluta dos votos.⁴¹³ Para ser empossado, o candidato vitorioso teve que contar com o apoio

⁴¹¹ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Nereu Ramos, Vice-presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1955, p. 88.

⁴¹² *Diário Popular*, (Lisboa), sábado, nº 4507, 13º ano, 23 de abril, 1955, p. 1.

⁴¹³ JK enfrentou total resistência dos setores militares dispostos a promover o golpe pois era tomado como “herdeiro varguista”. C. f. DIAS, José Luciano de Mattos; PINHO NETO, Demosthenes Madureira. *O BNDES e o Plano de Metas: 1956/61*, Rio de Janeiro, BNDES, CPDOC, 1996, p. 32.

prestado pelo General Henrique Texeira Lott que liderou um levante militar a 11 de novembro de 1955 e depôs o então presidente interino da República Carlos Luz, que teria junto a UDN tentado impedir a posse de JK. O Congresso Nacional decidiu, em sessão especial, impedir e sustentar o exercício do mandato do sucessor indicado por Café Filho, delegando o cargo da presidência do país a Nereu Ramos. Mas, o presidente eleito pelo voto popular era Juscelino.

Uma vez eleito, como é sabido, Juscelino decidiu realizar uma viagem aos Estados Unidos e à Europa para capitalizar possíveis investimentos para a execução do seu Plano de Metas, ao mesmo tempo em que esperava que o clima efervescente que imperava no Brasil após a sua vitória nas urnas amainasse. Ao saber da eleição de Juscelino, e de sua presença na Europa, o governo português não tardou em lhe enviar um convite para visitar Portugal, imediatamente aceite pelo presidente eleito ⁴¹⁴.

Estando em Portugal, interessava saber se JK pretendia dar continuidade à política luso-brasileira que vinha sendo desenvolvida desde o governo de Getúlio Vargas e que tinha desaguado no Tratado de Amizade e Consulta. E Juscelino correspondeu às expectativas do governo português quando declarou, nestes termos, o seu apoio total ao desenvolvimento da política luso-brasileira: “[...] não é só manter. É aumentar. É aumentar essa solidariedade com Portugal em todos os terrenos” ⁴¹⁵. Credibilizando a promessa, o presidente brasileiro ainda dirigiu um convite para que o presidente Craveiro Lopes visitasse o Brasil ⁴¹⁶.

Em sua passagem pela antiga metrópole Juscelino tinha deixado claro que parecia ser um amigo de Portugal, o que criou expectativas ao governo português no sentido de uma concretização daquilo que prometera. No entanto, ao assumir a

⁴¹⁴ O *Diário de Lisboa* estampou a seguinte notícia acerca da visita de JK ao país lusitano em sua página principal: “O Presidente eleito do Brasil aceitou o convite do Governo Português para visitar o nosso país”. E na última página do jornal publicou a resposta do próprio presidente brasileiro a respeito do convite que lhe fora dirigido pelo governo português: “Visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. É com emoção que mais uma vez, vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heroica que descobriu a minha Pátria, abrindo para o Mundo uma imensa forja de trabalho e civilização”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quarta-feira, nº 11.882, 35º ano, 04 de janeiro, 1956, p.1; p. 16.

⁴¹⁵ *Ibidem*, 1956, p. 8.

⁴¹⁶ Assim declarou Juscelino, “Tive o prazer de tomar contato com o ilustre Presidente da República deste País, a quem dirigi convite para visitar o Brasil”. *Ibidem*, 1956, p. 8.

presidência em 31 de janeiro de 1956, podemos dizer que o projeto de sua política externa com relação a Portugal já se encontrava idealizado pela diplomacia portuguesa que procurava traduzi-la em resultados concretos. E, em nossa compreensão, Gilberto Freyre foi um importante facilitador para que a diplomacia portuguesa tivesse êxito junto do governo de Juscelino ⁴¹⁷, garantindo seu apoio na luta contra a pressão exercida pela União Indiana sobre os territórios portugueses situados naquela região ⁴¹⁸.

Podemos afirmar que Freyre era uma peça fundamental no tabuleiro das relações luso-brasileiras, ou um intermediador dos interesses portugueses face ao governo brasileiro ⁴¹⁹, papel confirmado pela rede de sociabilidades que se foi formando entre

⁴¹⁷ O ministro Sarmiento Rodrigues sabia da oportunidade que o governo de Juscelino representava para a aceleração da regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. O ministro não hesitava em pressionar Freyre acerca da urgência da tal regulamentação por parte do governo brasileiro. Veja-se o trecho da carta que endereçou a Freyre sobre o tema: “Tenho visto na imprensa referências a artigos seus nos jornais do Brasil sobre causas portuguesas. Oxalá que oiçam, porque me parece que pouco se caminha na aproximação efetiva. [...] Não duvido dos sentimentos fraternais, mas gostaria que alguma coisa se concretizasse, do muito que eu poderia fazer por nós mesmos povos irmãos. Precisavamos de olhar para o futuro nesta ocasião, no limiar de uma nova organização mundial. [...] Estamos todos envelhecendo e a mim só me custa não ver gente nova para concretizar entusiasmos e aspirações de aproximação. [...] Tenhamos fé”. FGF/CR Port., p. 8, *Carta de Manuel Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre*. 21 de novembro de 1956.

⁴¹⁸ Veja-se o trecho desta carta de autoria de Sarmiento Rodrigues enviada para Freyre: “Bem sabe o que se passa na Índia. Aquela gente da União Indiana jogou uma má cartada, para eles e para nós. O Primeiro Ministro tão inteligente, deixou-se levar por influências que não tinham base. Devora-lhe uma ilusão que o conduziu a apoiar um movimento que se verificou não ter gente de valor nem sequer de seriedade. Os poucos goeses que o entusiasmaram eram, na quase totalidade – e bem pouco os são – pessoas desqualificadas, alguns fugidos à justiça. A reação da população de Goa mostra-lhe o erro em que cahiu. Foi esta atitude patriótica da população de Goa que permitiu que se desenvolvesse com segurança a ação diplomática que levou à condenação internacional da atitude da União Indiana”. FGF/ CR Port., p. 7, *Carta de Manuel Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre*, 25 de outubro de 1954.

⁴¹⁹ O que já havia demonstrado desde os tempos em que fora deputado federal pela UDN (1946-1951) quando defendeu a situação dos imigrantes portugueses residentes no Brasil e lutou pela legitimação de seus direitos na Constituição brasileira mediante o reconhecimento de um estatuto especial que os distinguisse dos demais imigrantes de outras nacionalidades e que os garantisse o mesmo tratamento concedido aos cidadãos brasileiros pela lei nacional. Vejamos: “Creio que o que a Constituição pode consagrar, na parte referente à imigração ou a naturalização, é a situação especial do português no Brasil. Como já salientou em lúcido discurso nesta Assembléia o ilustre deputado por São Paulo, sr. Aureliano Leite, para os brasileiros, os portugueses não são estrangeiros: são portugueses. Esta é a realidade sociológica que cabe à, Constituição consagrar e confirmar no interesse do desenvolvimento das relações entre o Brasil, Portugal e as comunidades neoportuguêsas da África, da Ásia e das ilhas: comunidades que cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e de população orientadas por tradições e destinos, comuns e servidas pela mesma língua também transnacional ou sobrenacional, e por isto mesmo nem nacionalmente portuguesa nem nacionalmente brasileira mas sobrenacionalmente português. O Brasil deve preparar-se para receber, em número considerável, nos próximos anos, imigrantes de várias procedências, sem que o lastro de cultura tradicional e comum, que é a de origem predominantemente, lusitana sofra depressão excessiva, ou perigosa. Ao contrário: no interesse da nacionalização e da cultura brasileira, é que tudo deve ser feito para que esse lastro se avigore, através da maior aproximação do nosso povo com o português e do reconhecimento da situação, especial do português em nosso meio. Daí o aplauso que trago à emenda oferecida pelo nobre deputado Aureliano

figuras de peso do regime estadonovista (dentre os quais destacamos sobremaneira o ministro do Ultramar Manuel Sarmiento Rodrigues) e o sociólogo de Apipucos. Ora, neste caso, o correspondente português com o qual Freyre trocou cartas com maior regularidade – por 27 anos – tinha plena consciência da relevância do escritor junto não só da imprensa, mas também da elite política e intelectual brasileira, ao mesmo tempo em que conhecia bem as suas opiniões sobre o governo português em termos políticos.⁴²⁰ E foram estes fatores que levaram Sarmiento Rodrigues a financiar a publicação da *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em Terras Portuguesas*, após a viagem realizada pelo sociólogo à África e à Ásia portuguesas.

Sarmiento Rodrigues escrevia continuamente a Freyre para lhe falar da situação das províncias ultramarinas (povoamento e aculturação, atividades econômicas realizadas, etc.), assim como sobre a situação de Portugal no cenário internacional e a necessidade do Brasil e Portugal tornarem-se *concretamente* parceiros internacionais. Em contrapartida, para o sociólogo recifense, a recepção de suas teses em Portugal fizeram crescer a divulgação de sua obra, através da publicação de livros financiada

Leite, no sentido de ser reconhecida pela Constituição essa situação especial do lusitano no Brasil, tornando-se assim, possível à lei ordinária dar a essa situação especial a extensão ou a amplitude que as circunstâncias forem exigindo ou indicando. Extensão ou amplitude de que a fase próxima talvez venha a ser considerarmos os cidadãos portugueses que vierem residir no Brasil, enquanto aqui permanecerem, cidadãos brasileiros com idênticos direitos dos naturalizados”. FREYRE, Gilberto. *Discurso pronunciado pelo Deputado Gilberto Freyre na Assembléia Nacional Constituinte, sessão de 17 de junho de 1946*, Rio de Janeiro: s. n., 1946, pp. 8-9.

⁴²⁰ Vejamos a defesa de Freyre ao regime estadonovista português em artigo de sua autoria publicado no Diário de Pernambuco: “Parece-me cuiroso e até hilariante que haja entre nós liberais de tal modo melindrosos que se sintam ofendidos nos seus delicadíssimos sentimentos políticos por um sistema de governo como o do Portugal de hoje. Que se de a esse requintado luxo um inglês ou um suíço, compreendo. Mas, que um brasileiro de agora escreva sobre o assunto como se fosse um inglês ou um suíço, ou como se isto aqui fosse uma Grã-Bretanha ou Suíça, é bovarismo que me deixa um tanto quanto atarantado. Eu, por mim, aos excessos a que nos está levando do modo mais cru, um eleitoralismo corrompido por um lado, pela demagogia, e por outro, pelo dinheiro, não hesitaria em preferir por algum tempo, para o coitado do Brasil, um sistema de governo que, sendo democrático no seu sentido social, fosse menos liberal que o de hoje no seu mecanismo político; e pudesse assim nos desentoxicar daqueles excessos e das sobrevivências perniciosas do sub-varguismo. Essa tarefa, o regime de exceção que desde 45 me parece necessário ao Brasil a realizaria por seu modo limpo, firme e honesto de ser governo: a maneira do governo Salazar. [...] Não estou a fazer apologia do atual regime português. Estou, - isto sim, - a reconhecer nos homens que melhor o encarnam, figuras merecedoras do respeito brasileiro”. FREYRE, Gilberto. “A propósito do atual regime português” in *Diário de Pernambuco*, (Recife), domingo, nº 54, 69º ano, 16 de junho, 1957, p. 4; p. 7.

pelo próprio governo português e mediante o patrocínio de sua participação em eventos internacionais ⁴²¹.

Nos parece claro que o aumento do prestígio internacional de Gilberto Freyre na Europa e no exterior não pode ser atribuído à sua colaboração com o governo português. Porém, não se pode refutar que este fato acabou por impulsionar a divulgação de sua obra e de suas teses sobre o lusotropicalismo, cuja aprovação e recepção positiva em Portugal era de suma relevância para que estas mesmas pudessem ser discutidas em outras partes do mundo. Além disso, o reconhecimento internacional, as homenagens e eventos dedicados à discussão da obra freyriana no plano internacional acabaram por consagrá-lo como intelectual dentro do próprio Brasil, onde havia certa resistência à aceitação de suas teses ⁴²², ou de sua história “romanceada” acerca da formação étnica e

⁴²¹ Dentre tantos eventos destacamos aquele da Instituição das Civilizações Diferentes realizado em Lisboa, a que Manuel Sarmiento Rodrigues o convidou insistentemente: “O Institut des Civilisations Differentes, uma instituição velha de sessenta anos, reúne de 18 em 18 meses para se ocupar de um problema de grande importância internacional. A sua primeira próxima reunião, será em Lisboa, de 15 a 18 de abril de 1956. De acordo com a organica do Instituto, o seu presidente muda cada 18 meses, aproximadamente, sendo usualmente eleito um membro do país onde se realiza a próxima reunião. Por essa razão, e por outras para que eu não concorri, fui eleito presidente do INCIDI. E nesta qualidade, a juntar às de amigo e admirador, que agora lhe escrevo. O tema da reunião será ‘Pluralismo étnico e cultural nas sociedades intertropicias’. [...] Tivemos a oportunidade de sugerir, e foi aceite, que o Brasil fosse considerado entre as zonas a estudar. Por outro lado, realizando-se a reunião em Portugal, é de uso que dois dos relatores gerais sejam portugueses: sugerimos, e foi aceite, que em vez de serem dois portugueses, um seja português e outro brasileiro. Quer para apresentar o relatório sobre o Brasil, quer para desempenhar as funções de relator geral sugerimos o nome de GILBERTO FREYRE, faltando apenas a sua própria concordância. As deslocações, e estadia durante a reunião, são da conta do INCIDI. Venho, portanto, pedir-lhe a sua anuência a fim de a Secretaria Geral, dirigida pelo antigo Ministro belga Dr. Pierre Wigny, poder organizar os planos definitivos para a reunião”. FGF/ CR Port., p. 8, *Carta de Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre*, 31 de julho 1956. Gilberto Freyre aceitou o convite e definiu o seu trabalho apresentado no evento como uma reunião de “sugestões que se apliquem à administração, à higiene, ao ensino, às indústrias, à medicina, à alimentação, à interpretação e orientação das artes, a métodos de catequese, quer da parte do Brasil, nas suas áreas de autocolonização e nas suas relações com Portugal e com o Ultramar português”. FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje” in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: Faculdade de Direito, 1960. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/politica_trans.htm Acessado em 27/10/2012.

⁴²² Lembramos aqui da querela que se travou entre Freyre e seu regionalismo e o modernismo paulista desde a década de 1920, período em que Mário de Andrade e o autor pernambucano trocaram críticas a respeito de suas respectivas formas de ver o Brasil e a própria construção da identidade brasileira. Por um lado, taxavam Freyre de “anacrônico”, “reacionário” tendo sido apontado pelos “paulistas mais entusiasmados com o futurismo de Marinetti” como “um fascista militante no auge de Mussolini, vindo da Itália para pronunciar conferências de enorme repercussão”. CHACON, V. “Gilberto Freyre, Mário e Oswald de Andrade” in *Ciência & Trópico*, América do Norte, 21, jun. 2011, p. 10. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/view/781/715>. Acessado em 27 de outubro de 2012. Por sua vez, “Gilberto Freyre repudiava, em nome do Brasil real do povo, as concessões futuristas do Mário de Andrade que elogiava a industrialização vertiginosa da Paulicéia Desvairada, sem prever as contraditórias conseqüências deste processo mais claras para um sociólogo como Gilberto, só muito depois vindo a desenrolar-se, apesar da implicação, e de outras, continuarem escapando a epígonos do

cultural do país enquanto liderança ou modelo por excelência da civilização nos trópicos.

Seja como for, os laureamentos de Freyre em Portugal, Alemanha, Inglaterra, Itália, França, Estados Unidos, etc., abriram o espaço para que suas teses preconizassem a elaboração de uma política externa brasileira em conformidade com o projeto colonialista do Estado Novo português. O que permitiu a explicação da gênese do Brasil como fruto de uma experiência cultural e antropológica única, em boa parte devida às especificidades do português como colono.

A ênfase posta neste contributo para a formação da nacionalidade ou da etnia brasileira era convergente com a componente ideológica ocidentalista da política externa oficial do Itamaraty que se inclinava, então, para a defesa da civilização europeia e cristã e para a continuidade da aliança tradicional do Brasil com Portugal, orientação bem patente no discurso de posse de João Neves da Fontoura em seu cargo de ministro das relações exteriores (01 de fevereiro de 1951):

Se a execução do programa presidencial neste setor da vida administrativa do país é naturalmente carregada de dificuldades, não se dirá que a vemos navegar sem rumo, nos próximos tempos deste governo. O Itamaraty, frente aos problemas do mundo, terá a sua rota balizada – de um lado, pelas suas tradições e princípios, que constituem o corpo de doutrina desta Casa, princípios e tradições que herdamos por força da honrosa ascendência do velho idealismo de Portugal – nação que foi império, sem ser imperialista; e, de outro, pela nossa posição já superiormente definida pelo senhor presidente Getulio Vargas em face da Organização das Nações Unidas e de sua ala regional, a Organização dos Estados Americanos, ou seja, pela rígida observância dos compromissos que assumimos como signatários da Carta de São Francisco e da Carta de Bogotá. O governo, que ontem se inaugurou, não faltará, dentro das forças da Nação, a esses compromissos internacionais, como de resto a qualquer

modernismo. Gilberto Freyre também repudiava a contradição de Oswald de Andrade em beneficiar-se de outro desconhecimento, o da também periferia carioca-paulista em relação a Paris, de modo a declarar-se histrionicamente "antropófago" dos estrangeirismos, enquanto ao mesmo tempo usava as técnicas surrealistas, por exemplo em *O Rei da Vela*, aprendidas nos tempos da parisiense Place Clichy onde Gilberto há muito o surpreendera"...Ibdem, 2011,. p. 11. O próprio Freyre assim se defendia de ataques dos modernistas paulistas que o acusavam de "anacrônico" e "reacionário": "Não é exato ter eu, quando moço, iniciado um 'movimento literário' no Recife que tenha sido um movimento 'tradicionalista' ao mesmo tempo que antimoderno. Ao chegar, em ano já remoto, ao Recife, não dos Estados Unidos, mas da Europa, a orientação que procurei opor aos 'ismos' então em voga em nosso País, foi a de valorizar ao mesmo tempo estes aparentes contrários: região, tradição e modernidade ". FREYRE, Gilberto. *A propósito de pintores e das suas relações com a luz regional: vida, forma e cor*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1962, p. 215.

dos tratados e convenções em que se ache empenhada a assinatura do Brasil⁴²³.

Na verdade, a política externa brasileira e sua harmonização com os interesses do governo português dentre os quais ressaltamos, sobretudo, a defesa do colonialismo sob o abrigo das teses do lusotropicalismo desenvolvidas por Gilberto Freyre teve seu princípio no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), foi desenvolvida ao longo do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), continuada no último mandato de Vargas (1951-1954) e de Café Filho (1954-1955), e alcançou seu apogeu na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ao longo destes anos todos, podemos resumir a linha evolutiva das relações luso-brasileiras aos seguintes momentos importantes: a assinatura do Tratado do Comércio entre Portugal e Brasil em 1933 (ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas); o Protocolo Adicional a este mesmo tratado de 1941; os acordos de comércio de 1949 e 1954; os acordos ortográficos de 1943 e 1945; o Acordo de cooperação intelectual de 1948; os acordos técnicos, de caráter postal, telegráfico ou de transporte aéreo entre 1942 e 1946; a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta⁴²⁴ em 1953; as viagens oficiais do presidente Café Filho a Portugal, em 1954, e de Craveiro Lopes ao Brasil, em 1957.⁴²⁵ Ao lado destes referidos avanços diplomáticos, acrescentamos a própria agenda das comemorações do Estado Novo português, tema sobre o qual já nos debruçamos no capítulo anterior.

No caso específico do governo de Juscelino Kubitschek, assinalamos ainda a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta e a participação do Brasil na qualidade de país co-anfitrião, ao lado de Portugal, nas comemorações do quinto centenário de morte do Infante D. Henrique, acontecimento do maior relevo e que analisaremos mais adiante. De todos os modos, ao nível dos fundamentos, o que se pode

⁴²³ Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura em 01 de fevereiro de 1951. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=136%3Ajoao-neves-de-fontoura&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acessado em 03/11/2012.

⁴²⁴ Segundo José Calvet de Magalhães, “Para uma maior aceitação no Brasil da ideia de uma efetiva comunidade luso-brasileira, muito contribuiu a publicação, em 1934, da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e senzala*”. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, p. 63.

⁴²⁵ *Ibidem*, 1997, pp. 59-68.

distinguir na política externa brasileira na década de 1950 teve a ver com a ascensão das teses lusotropicalistas, à luz das quais o Brasil passava a ser apresentado como um exemplo bem-sucedido de civilização nos trópicos, enquanto alternativa aos dois blocos dominantes da Guerra Fria em torno dos quais os países tendiam a agrupar-se no cenário internacional. Trata-se do conceito de *democracia racial*, avançado por Gilberto Freyre, para designar a “[...] atual situação brasileira, sendo de integração quase exemplar no que se refere à interpenetração de raças – a branca e as de côr e de civilizações – a européia, a africana e a indígena”⁴²⁶.

Como se sabe, esta noção serviu de justificação para a defesa da colonização portuguesa a partir da década de 1950 - quando o governo português passou a adotar em seu discurso a idéia de harmonização racial de sua obra civilizadora e a propagandear a capacidade lusitana de aculturação nos trópicos⁴²⁷ sempre refoçando a idéia de um Portugal multirracial e pluricontinental -, mas também deu margem para a elaboração de um nacionalismo de base anticolonialista em alguns países da África portuguesa, dentre os quais ressaltamos o caso específico de Angola. Ora, a visita de Freyre às províncias ultramarinas (iniciada em 1953) foi interpretada pelos leitores da sua obra em Angola como uma oportunidade de dar vazão às suas necessidades e denúncias do processo colonizador português, pois o Freyre que desejavam conhecer pessoalmente, não era tanto o exaltador da obra colonial portuguesa, mas sim o defensor da cultura africana no Brasil⁴²⁸.

⁴²⁶ FREYRE, Gilberto. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil*, São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958, p. 24.

⁴²⁷ Não por acaso, em 1958 foi publicado o ensaio de Gilberto Freyre - *Integração portuguesa nos trópicos* - pelo Centro de Estudos de Ciências Políticas e Sociais do Ultramar, em Lisboa. Vale salientar que esta foi a primeira edição do ensaio, financiada pelo governo português. C. f. FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e sociais, 1958.

⁴²⁸ Veja-se o fragmento da carta do angolano Mário de Alcântara Monteiro enviada ao sociólogo pernambucano: “[...] o bom Povo de Angola, que tantas afinidades tem com o bom Povo do Brasil – nas suas incertezas, nos seus múltiplos problemas; nós, que estamos habituados a ser observados como curiosidades de museus; nós, que tantas vezes nos encontramos com banais ‘caçadores de exotismos’, ou simplórios colecionadores de sensações novas, seduzidos por aquilo a que, em breve, - como todos os dias nos repetem as Emissoras -, o teremos entre nós, não conseguimos sofrer a nossa satisfação pelo facto e aqui estamos, prezado camarada da mesma luta, a manifestar-lhe, com toda a sinceridade do nosso desejo de compreensão; com toda a veemência da nossa aspiração por um futuro melhor, mais justo, mais tranquilo e mais feliz para para o nosso incompreendido e desamparado Povo, - como para todos os nossos irmãos do Mundo -, o nosso Muito Obrigado, por vir. [...] Efectivamente V. Não é para nós um desconhecido. Há muito que nos habituamos a admirar, no autor de *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, um valoroso e combativo soldado da nossa causa – a reabilitação – se tal termo nos é

De qualquer modo, a idéia de harmonização ou de “democracia racial” defendida por Gilberto Freyre serviu para justificar a exaltação da obra civilizadora portuguesa ao longo da década de 1950 - uma década em que a eclosão de movimentos de descolonização ganhava força junto às pressões da ONU - como bem confirmam as palavras de António de Oliveira Salazar:

[...] Quando me ponho a reflectir sobre a crise interna e externa por que passa a nossa civilização, não me acode ao espírito duvidar da capacidade universal dos seus princípios, nem desse halo espiritual e humano que lhe permite elevar por simples efeito da sua irradiação até a uma fraternidade universal as almas, as raças, os povos. Mas além de ser já grande diminuição do potencial civilizador ter-se aqui e além perdido a fé na sua superioridade intrínseca, eu vejo que nos estamos por vezes comportando como se esses conflitos de civilização estivessem postos só para discussão de filósofos em doudas academias. E o que receio então? Direi francamente que tenho medo... do medo⁴²⁹.

Ora, para o governo português, a noção de democracia racial sugerida por Freyre foi apropriada para designar a obra da própria colonização portuguesa, que estaria a seguir sua marcha, apesar da incompreensão e hostilidade de boa parte dos países representados na ONU e dos movimentos que lutavam pela libertação dos povos colonizados. E, nesta apropriação, pouco interessavam as complexidades que o modelo interpretativo da formação etnico-cultural do Brasil, elaborado por Gilberto Freyre, encerrava.

Contudo, o uso ideológico das teses lusotropicalistas sempre teve o cuidado de preservar, em nome da fidelidade à obra freyriana, o lugar de liderança reservado ao Brasil enquanto esteriótipo ou tipo ideal dos povos de expressão portuguesa em todo o mundo. Por isso, a idéia de que o Brasil era o modelo por excelência da civilização portuguesa nos trópicos, caracterizada por uma pacífica miscigenação ou mestiçagem, também era ressaltada em favor da genialidade ou do talento do gênio lusitano, pelo que o reconhecimento das qualidades brasileiras era uma forma de auto-reconhecimento.

permitido – dos nossos irmãos negros de todo o Mundo, e um velho amigo”. CASTELO, Claudia. *op. cit.*, 2002, p. 428. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf> Acessado em 04/11/2012.

⁴²⁹ SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*, volume 5, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, p. 385.

Podemos então perguntar: afinal, qual foi, em termos práticos e (pragmáticos), a relevância do apoio brasileiro para o governo português perante o cenário internacional? Ou, podemos colocar a questão de outra forma, como o Brasil poderia fazer frente às pressões exercidas pelo fim dos domínios coloniais portugueses que emanavam da ONU e dos Estados Unidos da América? Pois que o apoio brasileiro ao governo português atuava como uma espécie de ponte, ou de mediador dos interesses portugueses frente aos EUA, líder do bloco ocidental, o que pode ser comprovado por algumas das metas estabelecidas no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1957:

“[...] b) consolidar no continente a posição do Brasil, buscando preservar e aumentar dentro do bloco latino-americano, nosso prestígio, sem descurar dos laços e compromissos culturais e históricos que nos prendem às nações latinas do velho mundo; c) manter o apoio tradicionalmente dado aos EUA e às potências ocidentais nas questões que envolvam a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo soviético d) buscar, no tocante ao tratamento das questões coloniais, mediação e conciliação entre os pontos de vista dos blocos em que se reparte a Assembleia [da ONU], tendo em vista a conveniência de uma reconciliação com os países árabes e asiáticos e de um maior conhecimento das realidades econômicas dos territórios não autônomos”⁴³⁰.

Embora o último ponto tratasse da questão de territórios não autônomos, supostamente, a diplomacia brasileira aceitou e acatou a revisão do Ato Colonial de 1930 que substituiu o termo “colônias” pela designação de “províncias ultramarinas”, o que não deveria significar como antes nenhum tipo de dominação colonial, mas sim a extensão da própria nação portuguesa para além do continente europeu⁴³¹.

⁴³⁰ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek* de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1957, pp. 24-25.

⁴³¹ Veja-se a respeito a argumentação de Donatelo Grieco - representante do Brasil na ONU – em defesa de Portugal na Assembleia da Organização das Nações Unidas: “A Nação Portuguesa é, salientemo-lo preliminarmente, uma unidade psicológica e histórica. Na decorrência de tal unidade multissecularmente consolidada, é que a Constituição Política de Portugal define o território português sem distinguir, em relevância ou em liberdade, entre Continente e Arquipélagos, entre Moçambique e o Estado da Índia, entre Macau e Timor. [...] Invocando ainda uma vez o princípio aqui aceito de que as ilhas costeiras são parte integrante do Estado continental, e associando-o ao preceito matemático de que duas quantidades iguais entre si são sempre iguais a uma terceira, vejo-me forçado à chegar a conclusão igualmente matemática de que, não distinguindo a Constituição portuguesa entre ilhas adjacentes e Continente, e equiparando este e aquelas a todas as demais províncias ultramarinas, tentar abrir exceções artificiais na matéria seria desmentir a doutrina já aqui pacificamente aceita de respeito às ilhas *off the coast*, sob pena de querer rebaixar estas últimas sem de qualquer maneira elevar a categoria real das demais províncias”. GRIECO, Donatello. *op. cit.*, 1957, p. 7.

Não obstante, conforme a análise detalhada dos relatórios do Ministério das Relações Exteriores encaminhados ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é possível concluir que o Brasil seguiu a sua estratégia de defesa dos interesses portugueses na Índia, tendo aceitado atuar na qualidade de país protetor da causa portuguesa ⁴³² e seguido uma política com relação à África que fazia vista grossa à existência de movimentos de descolonização em territórios sob o domínio português ⁴³³, muito embora não ignorasse a existência de movimentos independentistas na África ⁴³⁴

⁴³² Ainda antes da ascensão de JK à presidência, o Brasil já havia assumido o compromisso de defender os interesses portugueses na Índia. Veja-se: “Convidado pelo Governo português, o Brasil comunicou, por nota, ao Governo da Índia, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido, no dia 8 de agosto de 1955, tal investidura. No dia 22 do mesmo mês, o Governo da Índia comunicava à Embaixada do Brasil em Nova Dehli reconhecer o papel de protetor por parte do Brasil”. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1955, p. 34. Ainda sobre a atuação do Brasil na defesa dos interesses portugueses na Índia, C. f. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares*. Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1956, p. 55; *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares*. Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1957, p. 73; *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1958, p. 26; *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1959, p. 21; *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1960, p. 24.

⁴³³ O Brasil procurou não se omitir aos movimentos independentistas que eclodiam na África na segunda metade da década de 1950, mas buscava enviar suas missões para outros territórios que não portugueses. Vejamos: “Não podendo fugir às imposições da conjuntura internacional, e não querendo ficar alheio por ser contrário aos seus interesses, ao movimento de emancipação política que ora se alastra pelo Continente Africano, resolveu o governo brasileiro criar missões diplomáticas na Tunísia (Tunis) e no Marrocos (Rabat)”. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1959, p. 19.

⁴³⁴ Naturalmente o governo brasileiro já vinha desenvolvendo uma nova política externa com os países africanos recém-emancipados na década de 1950, o que não comprometeu em nada o seu posicionamento neutro ou hostil à questão da independência dos países africanos de expressão portuguesa assumida durante os anos de mandato de Juscelino Kubitschek. Em contrapartida, não se pode negar que a política externa brasileira já se apresentava sensível às questões que envolviam a África e que dentro do próprio Itamarati crescia a consciência de que o apoio ao projeto colonialista português começava a se tornar algo insustentável perante a nova conjuntura africana. Inclusive, os próprios países africanos emancipados insistiam na relevância de divulgar a causa de seus movimentos independentistas ao Brasil, sugerindo ao país um novo papel de mediação entre a causa africana e as velhas potências dominadoras europeias. Vejamos: “Realizou-se em Acra, Capital de Gana, entre 15 e 22 de abril, a I conferência dos Estados Africanos Independentes, da qual participaram representantes de oito países e de alguns movimentos

e não tardasse a reconhecer a independência de países que se iam declarando soberanos, como foi o caso de Marrocos, Tunísia ⁴³⁵ e Guiné ⁴³⁶. Manteve, de fato, seu apoio inquestionável aos Estados Unidos da América, principal investidor para o projeto desenvolvimentista de Juscelino, bem como maior contribuidor nos programas de erradicação do subdesenvolvimento na América Latina ⁴³⁷.

nacionalistas da África. Ao final dos trabalhos, foi divulgado o texto ‘Declaração de Acra’ e das resoluções aprovadas. Em cumprimento ao disposto no item sétimo da terceira resolução daquela Conferência, veio ao Brasil, em setembro, uma Delegação dos Estados dos Estados Africanos Independentes. Essa Delegação permaneceu quatro dias na capital brasileira, tendo sido recebida em audiência pelo Senhor Presidente da República e realizado conversações com o Ministro das Relações Exteriores”. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1958, p. 22. Vejamos, em 1960, como o governo brasileiro passava a definir a sua política externa direcionada à África: “Diante do processo de emancipação dos países africanos, que constituiu, sem dúvida, um dos fenômenos políticos mais importantes do ano de 1960, resolveu nosso Governo iniciar uma atuação mais efetiva no cenário africano através da formulação de uma nova política brasileira. Valeu-se, para alcançar este objetivo, de condições e circunstâncias bastante favoráveis decorrentes de sua própria formação político-sociológica, quais sejam as de ex-país colonial, de povo de composição racial heterogênea, de tradição democrática e de estrutura econômica muito similar à dos países africanos. A nossa política externa, pelo menos em matéria de tomada de posição com os países africanos, que se tornaram independentes no decorrer de 1960, (precisamente 17 países) foi promover seu reconhecimento, enviar em missão especial representantes oficiais aos festejos comemorativos, entabular negociações para a troca de Missões diplomáticas, e criação de Repartições consulares, e finalmente estabelecer contatos ainda que em plena escala, para examinar as possibilidades de intercâmbio comercial e ativar entendimentos de ordem econômica e financeira capazes de orientar adequadamente a nossa política naquele continente, que ora se emancipa e que tanta importância vem tomando nas relações internacionais”. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1960, p. 26.

⁴³⁵ C. f. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares*. Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1956, p. 51.

⁴³⁶ Vejamos o que versa o Relatório do ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre o reconhecimento da independência da Guiné por parte do governo brasileiro: “No referendun constitucional de 21 de setembro, na França e em suas dependências ultramarinas, a população da Guiné francesa votou pela negativa. Em consequência, a 2 de outubro, verificou-se a proclamação da República da Guiné, como Estado independente e soberano. Na mesma data, o chefe do governo da República da Guiné, Senhor Sekou Touré, solicitou ao Governo brasileiro o reconhecimento do novo Estado e expressou o desejo de que se estabelecessem relações diplomáticas entre os dois países, com vistas à colaboração mútua no plano internacional. A 4 de novembro, por telegrama do Senhor Presidente da República ao Senhor Sekou Touré, o Governo brasileiro reconheceu formalmente a República da Guiné e manifestou a profunda simpatia com que acolhera a entrada daquele Estado na comunidade das nações livres”. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1958, p. 21.

⁴³⁷ Trata-se da Operação Pan-americana, que além da erradicação do subdesenvolvimento da América Latina, consistia na revitalização da unidade continental americana como um todo. Sendo os Estados Unidos da América o líder do bloco ocidental e grande potência mundial, naturalmente que seu

No entanto, o ambíguo panorama da diplomacia de Juscelino, que tentou conciliar os interesses portugueses com os interesses norte-americanos, vem comprovar a relevância da África portuguesa nos terrenos das disputas da Guerra Fria. E certos raciocínios conservadores não terão andado longe desta lógica: como alguns movimentos independentistas assumiam linhas ideológicas de forte influência marxista, para os meios conservadores, seria mais seguro apoiar Portugal, uma nação europeia, tradicional, anticomunista e que era “amiga” do Brasil em assuntos de ordem internacional. Não pode haver outra justificativa para a sustentação dos domínios portugueses em África e Ásia ao longo da década de 1950, em confronto com as premissas da Carta das Nações Unidas e com as lutas pela descolonização, fossem estas de inspiração ocidental, ou influenciadas pelas potências comunistas. E o Brasil atuou como uma espécie de elo conciliador entre os interesses portugueses no ultramar e as pressões norte-americanas pela autonomização dos territórios sob o domínio do império lusitano.

De fato, a questão da dominação portuguesa em territórios ultramarinos já havia sido desmistificada pelo próprio Gilberto Freyre:

Vê-se por aí ser considerável o atual interesse tanto da parte de russos soviéticos como de anglo-americanos pelos espaços ou áreas tropicais. Nos espaços tropicais marcados pela presença hispânica, em geral, e lusitana, em particular, encontram-se já civilizações ecológicamente harmonizadas com esses meios que não seriam facilmente desenraizadas deles sob a pressão de nenhum outro sistema de civilização, boreal ou tropical - o caso da índiana - que se empenhasse em qualquer esforço dessa espécie. Mesmo porque tais civilizações formam hoje um complexo pelas semelhanças nos processos através dos quais se vêm integrando em espaços tropicais⁴³⁸.

investimento nos demais Estados americanos era imprescindível para que os objetivos da Operação fossem logrados. “Esse movimento, destinado a promover uma ação decisiva e dinâmica para erradicar o subdesenvolvimento das Américas, contribuirá decisivamente para o fortalecimento da paz universal, já que se conhece a correlação existente entre o subdesenvolvimento de determinadas áreas e as crises políticas nelas geradas, as quais muitas vezes representam séria ameaça à paz internacional”. *Ibidem*, 1958, p. 11.

⁴³⁸ FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje” in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1960. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A6WLS-C7ndEJ:bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/politica_trans.htm+&cd=1&hl=es&ct=clnk Acessado em 05/11/2012.

Sob a luz do texto de Freyre, podemos perceber a defesa da cultura lusitana nos espaços tropicais para além das disputas dos blocos ocidentalista e soviético por estas regiões. Na prática, foi exatamente esta a atuação do Brasil no plano internacional para com o projeto político-colonialista do Estado Novo português. Diante disto, a contribuição das teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre para o desenvolvimento de uma política bilateral com a ex-metrópole que fosse capaz de contemplar o seu projeto colonialista ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, nos parece evidente. Restamos, entretanto, buscar compreender melhor o que o Brasil ganhava com o apoio concedido ao governo português.

O lugar de Portugal na política externa de Juscelino Kubitschek

De um modo genérico, podemos dizer que desde o término da II Guerra Mundial, as razões que ditaram o apoio do governo brasileiro ao colonialismo português foram basicamente as mesmas: a manutenção da aliança com os países aliados (especialmente com os Estados Unidos), o alinhamento no bloco ocidental durante a Guerra Fria, e a defesa automática da aliança tradicional com Portugal. Além disso, não podemos deixar de mencionar o tratamento que a ONU dedicava à questão da descolonização, inicialmente compreendida como uma bandeira soviética e comunista na luta pelo alargamento da sua própria influência pelo mundo. Sob esta lógica, o Brasil não encontrava espaço para divergir do posicionamento norte-americano e do Ocidente em geral.

De todos os modos, as duas primeiras razões apresentadas constituíram as premissas da política externa brasileira que foram preservadas até ao final do governo de Juscelino Kubitschek. Em contrapartida, a atitude relação ao tema da descolonização ou dos territórios não-autônomos variou conforme o próprio posicionamento dos EUA e da ONU perante a questão ao longo das décadas de 1940 e 1950, muito embora o governo brasileiro sempre tenha se comprometido com a defesa do caso particular do colonialismo português, como vimos anteriormente. Isto é, o caso português era considerado à parte, como uma exceção que fugia à sua postura anticolonialista e progressista. Isto é, para o Brasil, Portugal não impunha seu domínio a outros povos, mas era uma nação que se estendia para além da Europa.

Contudo, ao longo do governo de Juscelino, este apoio ao Estado Novo português refletiu uma estratégia de defesa dos interesses comerciais brasileiros, afetados com a criação do Mercado Comum Europeu (1957). Conforme a análise das mensagens do presidente JK proferidas no Congresso Nacional do Brasil, podemos identificar a sua preocupação com a potencial concorrência de fornecimento de matérias-primas aos países europeus vindos de África, que passava então não apenas a ser monopólio comercial exclusivo da Bélgica e da França - países que possuíam colônias em África - mas de todo o continente europeu, incluindo a Alemanha e a Itália, principais compradores do café brasileiro.

Ademais, os territórios subjulgados ao domínio das potências coloniais europeias em processo de emancipação tinham a vantagem de captar maiores investimentos internacionais, por serem considerados prioritários na agenda do bloco ocidental diante do crescimento da atração soviética. Naturalmente, tudo isto representava uma desvantagem para o Brasil, que necessitava cada vez mais do investimento financeiros dos países europeus e dos Estados Unidos para a implementação do Plano de Metas e do programa desenvolvimentista idealizado por Juscelino.

Diante da posição de competitividade, que a produção econômica do Brasil foi colocada com o advento da criação do Mercado Comum Europeu, o presidente Juscelino propôs que,

se constituísse uma Comissão Econômica para a África, que a semelhança de suas congêneres, para a Europa, Ásia e América Latina, orientasse o desenvolvimento econômico daquele Continente, evitando, ao mesmo tempo, o impacto nocivo que tal desenvolvimento, estimulado pela criação do Mercado Comum Europeu, poderia vir exercer sobre as economias latino-americanas. A proposta brasileira foi co-patrocinada por 29 Estados-Membros, na II Comissão, e aprovada em Plenário ⁴³⁹.

A proposta da criação desta comissão econômica para a África visava refrear os impactos negativos do advento do Mercado Comum Europeu sobre a própria economia brasileira, especialmente naquilo que respeitava a exportação de matérias-primas -

⁴³⁹ KUBITSCHKE, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1958*, Rio de Janeiro, Brasil, 1958, pp. 56-57.

dentre as quais se destacava sobremaneira o café - para a Europa. Diante desta situação, e não obstante Portugal ainda não pertencer àquela organização, a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal parecia ser um meio para se fazer ouvir a opinião do governo brasileiro em terreno europeu em questões políticas e econômicas, segundo a cláusula que estabelecia a consulta mútua entre os dois países em suas respectivas atuações no cenário internacional ⁴⁴⁰.

Bem vistas as coisas, talvez não por acaso Juscelino tenha se empenhado em atender aos desígnios do Presidente português Craveiro Lopes, em sua visita ao Brasil no ano de 1957, acerca da regulamentação do Tratado mencionado, coincidentemente no mesmo ano em que foi assinado, em Roma, o Tratado que instituiu a Comunidade Econômica Europeia ⁴⁴¹. Entretanto, esta expectativa da política externa brasileira nunca fora correspondida pela ex-metrópole, que, por sua vez, estava mais preocupada em exportar o café angolano, produto que não tardou em se tornar no maior concorrente do café brasileiro no mercado exterior ⁴⁴². De fato, o Tratado de Amizade e Consulta foi uma vitória da diplomacia portuguesa, pois a ex-metrópole ganhava muito mais com isso do que o próprio Brasil que, não raro, se via em dificuldades para defender a questão do colonialismo português ⁴⁴³ ao mesmo tempo em que preconizava - enquanto nação democrática - a autonomização dos povos.

⁴⁴⁰ Veja-se o texto do artigo 1º do Tratado de Amizade e Consulta, “As Altas Partes Constituintes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais do seu manifesto interesse comum”. S/Autor. “Tratado de Amizade e Consulta” in *Tratados e Actos Internacionais Brasil- Portugal*, Lisboa, Editora do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil – SEPRO, 1962, pp. 228-230.

⁴⁴¹ O Tratado de Roma foi assinado em março de 1957 e a visita do presidente Craveiro Lopes ao Brasil aconteceu em junho do mesmo ano.

⁴⁴² Lembremos que em 1956, primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek, o café ainda era o principal produto nacional de exportação e batia grandes recordes de venda no mercado internacional. Neste sentido, consultemos as palavras do próprio presidente, “Alcançaram índices bem expressivos os resultados apresentados pela exportação do café em 1956. A receita cambial proveniente do café cifrou-se em, aproximadamente, 1 bilhão e trinta milhões de dólares, superior em cerca de 22% à registrada em 1955, quando atingiu 844 milhões de dólares. As exportações (16,8 milhões de sacas) representam sensível aumento em relação às de 1955 (13,7 milhões de sacas). A exceção dos anos de 1938 e de 1949, aquele total exprime o maior índice registrado até hoje pela exportação do produto”. KUBITSCHEK, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1957*, Rio de Janeiro, Brasil, 1957, pp. 320-321.

⁴⁴³ O ministro Horacio Lafer em relatório apresentado ao presidente Juscelino revelou que o desentendimento entre Portugal e a União Indiana constituía uma “espinhosa questão” o que sugere a posição de sacrifício da diplomacia brasileira na defesa dos interesses portugueses protagonizada pela Embaixada do Brasil em Nova Deli. C.f. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao*

Afora a questão de se apresentar ao mundo como uma nação moderna em pleno desenvolvimento econômico, em termos pragmáticos, as conivências com o Portugal de Salazar não trouxeram grandes benefícios para a antiga colônia americana. Em aspectos comerciais, por exemplo, a incipiência das relações luso-brasileiras manteve-se quase inalterável, tendo, inclusive, prejudicado o lugar do Brasil enquanto maior exportador de café do mundo. Ora, como podiam os dois países ter uma troca comercial intensa, se os principais produtos de exportação eram os mesmos e disputavam os mesmos mercados consumidores? Açúcar, algodão e café eram produzidos no Brasil e na África portuguesa. Se comparadas entre si, as condições de produção brasileiras estavam em desvantagem frente às africanas, onde a regulamentação jurídica do trabalho e dos salários da mão de obra ali empregada era inexistente. Não obstante, o governo estadonovista se mobilizava para transformar Angola e demais possessões africanas em colônias de povoamento como meio de dismantelar os movimentos independentistas ali presentes, medida que contribuiu para o crescimento da atividade econômica baseada no cultivo de bens primários.

Diante destes desafios, o governo brasileiro reagiu com algumas medidas como o desenvolvimento de uma política de estímulo às exportações (principal receita da economia nacional no governo de Juscelino, o que também era uma realidade no caso da economia portuguesa sob o governo de Salazar) que buscou desburocratizar o processo de exportação⁴⁴⁴ bem como conquistar novos mercados, para além de fixar um alto padrão de qualidade para a produção de matérias-primas - principalmente para o cultivo do café - e diversificar as exportações, a exemplo de “uma série de produtos agropecuários e artigos manufaturados em geral”⁴⁴⁵.

excelentíssimo Senhor Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1959, p. 21.

⁴⁴⁴ Veja-se o que foi feito a este respeito nas palavras do presidente Juscelino: “Outra providência salutar, que redundou em considerável redução de tempo e das despesas com os embarques para o exterior, foi a simplificação dos numerosos documentos anteriormente exigidos, em diferentes setores, para processamento das exportações”. KUBITSCHKEK, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959*, Rio de Janeiro, Brasil, 1959, p. 126.

⁴⁴⁵ Segundo o presidente Kubitschek em discurso proferido no Congresso Nacional em 1959, “[...] no intuito de ampliar e conquistar mercados, eliminaram-se, dos dispositivos que regulam o pagamento de bonificações aos exportadores, as diferenciações nêles estabelecidas, segundo as áreas moetárias. Desta maneira, firmam-se as exportações monetárias, de modo geral, em bases competitivas mais sólidas, porque

Ainda no que respeita exclusivamente a exportação do café, o presidente JK afirmou que

A política governamental obedeceu às seguintes diretrizes fundamentais: entendimentos com outros países produtores, no sentido de evitar uma oferta excessiva no mercado mundial, em face da superprodução existente; flexibilidade dos controles de embarque, a fim de possibilitar plena capacidade competitiva ao café brasileiro no exterior; ampliação das vendas do produto a mercados ainda não explorados⁴⁴⁶.

Vale ressaltar que o entendimento entre o Brasil e outros países produtores de café, referido pelo presidente Juscelino, foi fruto do Acordo Internacional do Café idealizado pelo seu governo. O seu objetivo consistiu em

[...] instituir-se uma entidade internacional, com o objetivo de equacionar e resolver os problemas relativos ao comércio de um produto que se faz presente em tôdas as pautas alfandegárias do mundo e se constitui na base da economia de tantos povos ansiosos por melhores possibilidades de progresso e civilização⁴⁴⁷.

Não há dúvida que a iniciativa do governo brasileiro de estabelecer um Acordo internacional, capaz de regulamentar as questões da produção, da venda e do consumo do café no mercado internacional, era uma forma de garantir o aumento das exportações de café brasileiro na economia nacional e internacional, bem como de nivelar as concorrências com o café angolano. Como se sabe, o êxito deste produto representava a maior vitória da economia portuguesa na década de 1950, o que justificou a resistência de Portugal em participar no Acordo em seu primeiro ano de vigência⁴⁴⁸. Contudo,

isentas do artificialismo de preços que arrefecia o interesse de determinados compradores oficiais”. Ibidem, 1959, p. 126.

⁴⁴⁶ Ibidem, 1959, p. 126.

⁴⁴⁷ Discurso proferido pelo presidente Juscelino Kubitschek na cerimônia de instalação da conferência Internacional do Café, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1958, p. 51. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1958/07.pdf/download> Acessado em 27/11/2012.

⁴⁴⁸ Segundo Williams da Silva Gonçalves, “sendo o café de Angola o principal responsável pelo saldo comercial positivo da metrópole e pelo facto de Portugal não possuir mercado próprio, sua adesão ao Acordo Internacional do Café, que instituíra quotas de retenção do produto para estabilizar seu preço no mercado internacional, representava um pesado sacrifício para o conjunto da economia portuguesa”. GONÇALVES, Williams da Silva. *op. cit.*, 2003, p.219.

embora esta adesão significasse um sacrifício para sua economia - uma vez que implicava a redução e fiscalização da venda do café angolano no mercado internacional -, o objetivo maior de garantir o apoio brasileiro à sua política colonial sobrepôs-se à questão específica do café. Por essa razão, como é sabido, o Presidente Craveiro Lopes visitou o Brasil e colocou a urgência da questão da regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta na ordem do dia do governo de Juscelino.

Da parte do Brasil, por sua vez, a questão da concorrência com o café angolano não estava superada, mas ficava pelo menos controlada e estabilizada pelo Acordo Internacional do Café. Mesmo assim, existiam manifestações dentro do próprio corpo diplomático brasileiro que clamavam contra as desvantagens do apoio concedido ao governo português, posição que se repercutia não apenas na economia nacional, mas também na própria defesa dos princípios democráticos, aos quais se dizia fiel, e do direito de autodeterminação e independência dos povos colonizados, princípio que cada vez mais se afirmava como um direito universal.

Neste sentido, levantou-se a voz de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que ficou conhecido como o precursor da política externa independente do Brasil e que, em seu discurso de posse no ministério das Relações Exteriores, assim definiu a nova orientação da política externa brasileira:

Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso país. Se, de um lado, a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso país, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de todas as outras e nas quais todas as nações grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis. O nosso país, cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber – uma nação independente, uma nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos que nos levou a com eles nos solidarizar e a tomarmos, em todas as assembleias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e

uniforme em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo⁴⁴⁹.

Com esta nova orientação, não apenas se fixou uma postura anticolonialista menos ambígua como se definiu uma nova linha de relacionamento pró-África, o que incluía, de forma especial, os movimentos independentistas das colônias portuguesas, o que apontava para uma ruptura com o apoio tradicional a Portugal. Contudo, mesmo diante de posicionamentos anticolonialistas e antiportugueses no que respeitava à política externa brasileira, o apoio de Juscelino a Portugal se manteve até o final de seu governo, talvez devido à ilusão de que o Brasil, através do Tratado de Amizade e Consulta, pudesse obter alguma vantagem junto a Europa. Mas, um acontecimento já tinha contribuído para o recrudescimento, dentro do Brasil, de opiniões contrárias à parceria luso-brasileira: o asilo político concedido a Humberto Delgado pelo então embaixador brasileiro em Lisboa, Álvaro Lins. Passemos ao tema.

Um incidente diplomático: o caso Humberto Delgado

O ano de 1959 foi difícil para o equilíbrio positivo das relações luso-brasileiras, em boa parte devido ao pedido de asilo político de Humberto Delgado à Embaixada brasileira em Lisboa. Tal ocorrido despertou os setores da sociedade civil brasileira⁴⁵⁰,

⁴⁴⁹ Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas proferido em 11 de setembro de 1961. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=141%3Aasan-tiago-dantas&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acessado em 29/11/2012.

⁴⁵⁰ A 24 de março de 1959 foi emitido um boletim do Serviço de Imprensa da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro destinado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal – Marcello Mathias – que relatava a manifestação de apoio dos intelectuais brasileiros à atitude de Álvaro Lins no caso do general Humberto Delgado: “Um grupo de escritores – alguns apenas coisa que se parece – assinaram um manifesto de apoio ao Embaixador Álvaro Lins. Entre eles, há de facto, nomes conhecidos e com reputação literária firmada. São, no entanto, quase todos da esquerda e, alguns, tidos e apontados como comunistas. O manifesto apareceu ontem na “Última Hora” e hoje no “Diário de Notícias”. Por enquanto, nenhum outro jornal o publicou”. Em seguida, há um recorte do Jornal *Diário de Notícias* que trata do Manifesto em favor de Álvaro Lins: “Apoio à atitude do Bem. Álvaro Lins no caso do asilo do General Delgado – Manifesto dos intelectuais brasileiros. Foi fornecido, ontem, à imprensa, a seguinte declaração firmada por mais de cem intelectuais desta capital: intelectuais brasileiros, escritores, artistas, jornalistas e professores – fiéis aos seus sentimentos democráticos, expressam plena solidariedade ao escritos Álvaro Lins, atual embaixador do Brasil em Portugal, pela atitude assumida consequente do asilo concedido ao general Humbeto Delgado, em face da intransigência e insensibilidade do governo português, que não respeita o tradicional direito de asilo inerente aos povos civilizados, e tenta procrastinar um caso de natural solução diplomática em prejuízo da amizade fraternal dos povos brasileiro e português”. Dentro

que até então não tinham consciência da realidade política vigente em Portugal, e deu um novo ânimo ao combate dos exilados ao mesmo tempo em que trouxe mais apoio à sua causa por parte da esquerda brasileira.

Na verdade, o pedido de asilo político de Humberto Delgado expressava a própria crise que o regime português enfrentava nos idos de 1958, marcada pelas consequências da candidatura à presidência da República de um general dissidente e que passou a contar com a ajuda de quase todas as forças que se opunham ao Estado Novo.⁴⁵¹ Como se sabe, os resultados destas eleições foram manipulados. Indignado com as fraudes do processo, Humberto Delgado continuou sua luta contra a ditadura, principalmente através da fundação do Movimento Nacional Independente, de que foi o principal representante. Identificado como o mais importante líder não comunista da oposição ao governo estadonovista, foi escolhido pelos serviços repressivos do regime como o principal alvo a abater, tendo sido demitido do serviço militar e perdido todas as honrarias que lhe foram atribuídas.

O general Humberto Delgado pediu asilo político junto à embaixada brasileira, em 12 de janeiro de 1959, devido, em boa parte, ao perfil democrático do embaixador Álvaro Lins e porque previa que a perseguição de que era alvo poderia culminar com um mandato de prisão. Além das convicções democráticas de Álvaro Lins, vale ressaltar que o embaixador gozava de grande prestígio junto ao Governo de Juscelino – que lhe concedia grande liberdade de decisão – e mesmo junto do governo português, pois era considerado um lusófono e um amigo de Portugal ⁴⁵².

da reportagem consta a lista de nome de intelectuais brasileiros que assinaram o manifesto a favor do embaixador brasileiro, dentre os quais destacamos os de Darci Ribeiro e Moacir Werneck de Castro. C. f. AHD/MNE PEA 0 M25 PT01 016-29, *Apoio à atitude do emb. Álvaro Lins no caso do asilo ao general Delgado*.

⁴⁵¹ Segundo Williams da Silva Gonçalves, “A essa altura somavam-se às forças da oposição histórica portuguesa secretas que haviam preferido com o Estado Novo desde os seus inícios. Tanto no seio da corrupção militar como entre os civis davam-se manifestações de descontentamento quanto aos rumos que o regime havia tomado”. GONÇALVES, Williams da Silva. *op. cit.*, 2003, p.224.

⁴⁵² De acordo com Williams Gonçalves da Silva, “em Portugal, Álvaro Lins já era conhecido pelos cursos de Literatura e História do Brasil que ministrava na Universidade de Lisboa, no âmbito do Programa de Estudos Brasileiros, o longo do segundo governo de Getúlio Vargas. Sua nomeação como embaixador, por essa razão foi saudada pelos meios oficiais portugueses como mais um gesto amistoso do governo brasileiro, na medida em que o consideravam um amigo de Portugal”. *Ibidem*, 2003, p.225.

Além do respeito que Álvaro Lins desfrutava dos dois lados do Atlântico, outros fatores teriam contribuído para a sua decisão pessoal de conceder o asilo ao general Delgado, para além de sua própria alegada perseguição. Segundo as próprias palavras do chefe da Embaixada do Brasil em Lisboa,

ao ver-me ante o pedido de asilo do General Humberto Delgado, compreendi que dar ou negá-lo iria de qualquer forma envolver o nome, o prestígio e a honra do Brasil, embora a decisão fôsse uma prerrogativa exclusiva e pessoalmente minha, como chefe de Missão Diplomática”⁴⁵³.

Neste sentido, podemos afirmar que foi na prática de seu ofício que o embaixador passou a estabelecer contatos com algumas figuras da cultura portuguesa que criticavam o governo chefiado por Salazar⁴⁵⁴ e que viu de perto casos em que o governo português manifestava arrogância aos assuntos referentes ao Brasil.⁴⁵⁵ Para

⁴⁵³ LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, volume 1, 1960, p. 332.

⁴⁵⁴ Neste sentido, Álvaro Lins ajudou a divulgar no Brasil a carta de democratas portugueses dirigida ao presidente Juscelino Kubitschek que tentavam alertá-lo para a gravidade de sua participação nas festas das comemorações do quinto centenário de morte do Infante Dom Henrique em 1960 na qualidade de co-anfitrião junto ao próprio Salazar. Vejamos uma parte do conteúdo da carta: “Excelentíssimo senhor presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Noticia a imprensa a próxima visita de v. exa. A Portugal, por ocasião das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique. Para nós, democratas portugueses, tal acontecimento encher-nos-ia de júbilo, se não fôra o luto de mais de trinta e três anos de ditadura fascista a pesar sobre nós; e se não fôra o fato de sabermos convidado para, como ‘co-anfitrião’, acompanhar os membros do govêrno português, que é, não só antidemocrático e não-representativo, como também antinacional. É que, sr. presidente, êsse, governo vive à sombra da polícia política e da Censura à Imprensa. Amordaçou o pensamento e degradou o ensino. Expulsou do país ou constrangeu à emigração (mercê de perseguições sem conta) os nossos maiores valores intelectuais. Ua a mentira, a intriga, a tortura, o assassianto, o subôrno e a corrupção como arma de domínio. Pratica sistematicamente a discriminação entre os cidadãos. Mantém o secular atraso do país, enfeudado aos magnatas do capital onopolista e aos latifundiários absenteístas. Não respeita as próprias autoridades eclesiásticas, nem à intelectualidade católica, como acontece com o Sr. Bispo do Pôrto, exilado em Espanha, e com os dirigentes da Ação Católica, presos e processados perante o Tribunal Plenário de Lisboa”. *Ibidem*, 1960, pp. 463-464.

⁴⁵⁵ Como exemplo de arrogância das autoridades portuguesas para com assuntos relativos ao Brasil, Álvaro Lins narrou a ameaça de morte que o adido naval e membro da Embaixada do Brasil em Portugal – comandante André Fleury Nazareth – recebeu de um guardas português que cuidava do Palácio da Pena em uma visita que realizou acompanhado de sua família ao Palácio d em Sintra. Vejamos como o embaixador brasileiro resumiu este episódio: “Em síntese, um militar brasileiro, com credenciais diplomáticas junto ao Govêrno, foi, depois de identificado, ameaçado de morte por um funcionário público de Portugal, que estava em serviço, sendo a ameaça presenciada por outro funcionário, que nenhuma providência tomou. Um incidente profundamente lamentável, em virtude das relações de amizade sempre proclamadas entre os dois países”. *Ibidem*, 1960, pp. 369-370.

além do mais, o embaixador estava consciente do regime de censura ⁴⁵⁶ a que o Estado Novo submetia o país.

De fato, nos parece certo afirmar que o pedido de asilo político do general Humberto Delgado junto à embaixada do Brasil em Lisboa não surpreendeu o governo português, mas sim, a convicção e resistência com que o embaixador Álvaro Lins decidiu concedê-lo. Entretanto, de acordo com João Clemente Baena Soares, que naquela altura servia a embaixada brasileira em Lisboa:

Antes de formalizar o asilo, Álvaro Lins ainda procurou uma solução que evitasse a crise. Na noite daquele mesmo dia, um avião da Panair viria para o Brasil, e Delgado tinha o passaporte válido. Álvaro Lins foi ao ministro Marcelo Matias e disse: “Podemos resolver essa situação sem crise. Damos o visto no passaporte do Delgado, e ele vai embora para o Brasil”. Marcelo Matias considerou a solução racional. Álvaro Lins reuniu o pessoal da embaixada para preparar a saída do Delgado, mas pouco depois liga Marcelo Matias e diz: “Nada feito”. Tinha ido consultar Salazar, que decretou: “Não sai”. Nesse momento, formalizamos o asilo. Juridicamente estávamos cobertos, porque os portugueses tinham exercido o direito ativo de asilo no Brasil depois da revolta integralista de 1938, quando acolheram, entre outros, Plínio Salgado. De acordo com os princípios do direito internacional, eles tinham que aceitar o direito passivo de asilo. As áreas política e jurídica do Itamaraty aprovaram nossa ação, e fomos em frente ⁴⁵⁷.

A princípio, a atitude do embaixador Álvaro Lins foi compreendida pelo Itamaraty, devido ao entendimento do instituto do asilo político no contexto das premissas do direito internacional. E foi, neste sentido, que o então presidente da Comissão de Relações Exteriores – Afonso Arinos – a defendeu em debate do caso Delgado realizado no Senado Federal. Na ocasião, lembrou o seu papel de delegado

⁴⁵⁶ Álvaro Lins denuncia a censura imposta pelo regime estadonovista ao revelar as consequências do caso do adido naval André Fleury Nazareth. Veja-se: “Pessoalmente, compareceu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de formular, em desagravo, o máximo protesto cabível no caso e exigir que fossem punidos os agressores. O embaixador Caldeira de Queirós, secretário-geral, representando naquele momento o Ministério, mostrou-se horrorizado, concordou com tudo e prometeu tudo. Mas quem manda em Portugal é a PIDE. Pois a Polícia, a Censura e a Propaganda constituem uma espécie de superestrutura na estrutura do sistema salazarista. Assim, dias depois, o Embaixador Queirós encabuladíssimo, vinha, pessoalmente comunicar ao Embaixador do Brasil que os guardas não poderiam ser punidos porque a culpa e a reponsabilidade no incidente não era deles, mas do próprio Adido”. *Ibidem*, 1960, p. 373.

⁴⁵⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; *et. al.*, *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 28.

representante do Brasil no Tratado de Bogotá, que se referia exclusivamente à questão do direito de asilo políticos, e

declarou que o governo português, embora aquêle país não tenha sido signatário do Tratado de Bogotá, deve se esforçar para dar uma solução ao problema. Não desejava dar a sua adesão às explorações políticas que têm surgido envolvendo o governo daquela nação amiga. [...] O Sr. Afonso Arinos retrucou que não pretendia defender o embaixador brasileiro mas fortalecer a posição do Brasil dentro daquele princípio do direito internacional. Acrescentou que está informado que gestões se processam no sentido de ser encontrada uma solução para a questão. Fazia votos para que elas chegassem a bom termo, porque não devemos contribuir para se envenenar as boas relações que unem o Brasil a Portugal ⁴⁵⁸.

Do lado de Portugal, o pedido de asilo político tentou ser desqualificado. De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcello Mathias, não havia nenhum decreto de mandato de prisão ao general Humberto Delgado ⁴⁵⁹ para que a ocasião permitisse a negociação de asilo político com qualquer país estrangeiro, e explicitava que Portugal não era signatário de nenhum tratado internacional que o comprometesse a reconhecer pedidos de asilo desta natureza. De todos os modos, o direito do general Humberto Delgado se retirar do país ficava resguardado desde que - como se exigia a qualquer cidadão português - fosse apresentada a documentação necessária para esse efeito ⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ AHD/MNE PEA 0 M25 PT01 078-90, *Arinos (no senado): solução de honra para garantir o asilo ao general Delgado*, 21 de março de 1959.

⁴⁵⁹ Conforme a carta do ministro Marcello Mathias dirigida ao embaixador Álvaro Lins, “Às 18,30, de 12 do corrente, Vossa Excelência procurou-me pessoalmente para me informar de que o Senhor General Humberto Delgado que se apresentara nesta tarde na Embaixada do Brasil e que, alegando o receio de ser preso, solicitara lhe fosse concedido instalar-se na Embaixada. Ao agradecer, neste acto, aquela comunicação, tive a honra de imediatamente informar a Vossa Excelência de que não existe qualquer mandado de captura ou processo pendente contra aquele oficial, nem propósito de prendê-lo por actos por ele até este momento praticados. Salientei que, se o Governo tivesse qualquer intenção de agir contra o senhor General Delgado em tal sentido, não teria julgado com a moderação com que o fizera, o processo disciplinar que lhe fora instaurado e em conclusão do qual aquele oficial fora separado do serviço activo, ficando a receber três quartos dos seus vencimentos da efectividade, conforme fôra tornado público pela nota oficiosa inserta nos jornais a 8 do corrente. Nestes termos eu pude assegurar a Vossa Excelência, em nome do meu Governo, não corresponderam à realidade os receios manifestados a Vossa Excelência, pelo senhor General Humberto Delgado, a cuja liberdade e segurança não havia intenção de pôr quaisquer entraves, e que podia em toda a tranquilidade fazer a sua vida normal”. ANTT/IAN EHD APO 09 CX69 03, *Carta a Álvaro Lins*, 14 de janeiro de 1959.

⁴⁶⁰ Ainda na carta enviada por Marcello Mathias para Álvaro Lins, o ministro português esclareceu: “Perguntado por Vossa Exceleência sobre se deveria depreender-se das minhas palavras que o Senhor General Delgado seria autorizado a ausentar-se para o estrangeiro se manifestasse tal desejo, respondi

A intenção do governo português, bem como de sua chancelaria ao longo de todo o processo de negociações, era desacreditar a opinião do general acerca do regime estadonovista e salvaguardar a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. O embaixador Álvaro Lins percebeu bem esta estratégia, mas isso não o desencorajou. Pelo contrário, incentivou a sua decisão de proteger o general Delgado, em nome de seus princípios democráticos e como gesto de reprovação da ditadura portuguesa.

Entretanto, no Brasil, a sua atitude dividiu opiniões. Na imprensa, as manifestações de apoio e as críticas que o condenavam – dentre as quais destacamos as do então embaixador brasileiro em Londres, Assis Chateaubriand ⁴⁶¹ – foram constantes. De fato, o posicionamento de Chateaubriand frente à imprensa brasileira a respeito do caso Delgado e as repercussões que este obteve sobre a imprensa portuguesa representou uma importante forma de pressionar o governo brasileiro e o Itamaraty contra Álvaro Lins. Para além de sua influência como formador de opinião, e de seu enorme poder sobre os veículos de comunicação no Brasil (neste sentido destacamos o jornal *O Globo* e a revista *Cruzeiro* como duas das fontes de notícias mais populares

desde logo a Vossa Excelência que nada obstava a que o aludido oficial saísse do país; bastaria para tanto que cumprisse as formalidades usuais, isto é, requeresse como qualquer outro funcionário público a autorização para se ausentar do território nacional e se apresentasse munido do necessário passaporte”. Ibidem, 1959.

⁴⁶¹ Nas palavras do diretor dos Diários Associados - grupo de influentes jornais e revistas da imprensa brasileira, a atitude de Álvaro Lins constituía “a mais idiota das crises diplomáticas por nós criada e alimentada”. Sobre o caso Delgado, desenvolveu Assis Chateaubriand que naquela altura se encontrava a frente da Embaixada brasileira em Londres: “Não resta dúvida de que o Embaixador Lins se equivocou quando aconselhou o Itamaraty a conservar o asilado, que se encontra sob a sua tutela, a duvidar da honradez da palavra do Governo de Portugal. Que razões tem um Ministro das Relações Exteriores nosso para não acreditar na lealdade de um Governo que, diante de um caso como o do refúgio do general Delgado, lhe chega e diz: faça o Brasil libertar este homem e nada lhe acontecerá. Ele pode ir pra casa e decidir entre estas alternativas: ou ficar no país gozando da sua reforma com 75 por cento do total dos vencimentos que tinha no activo como oficial superior da Aviação; ou então partir para o estrangeiro, para o que lhe daremos o passaporte visado dentro de três ou quatro horas depois de sua saída da Embaixada e comas garantias que ele julgar indispensáveis para a sua segurança pessoal, da casa até o aeroporto. [...] Considero esta uma conduta destituída da inquebrantável correção que o nosso Itamaraty costuma por nos seus atos públicos e nas suas relações com nações amigas. Estamos diante de um quase insuportável deslize para com um Governo que não cessa de oferecer provas do seu apreço, quer pelo Governo do Brasil, quer, individualmente, pela pessoa do seu Presidente. Na sua obstinação, o meu querido amigo embaixador Álvaro Lins recusa-se a ver as consequências dessa atitude de verdadeiro partidarismo tomada em face da situação interna de Portugal. É isto o mais incrível constrangimento que deverão sentir as autoridades portuguesas, tendo de lidar com um chefe de missão aparentemente confraternizado com os elementos das oposições domésticas no plano da política interna”. ANTT/IAN PIDE/DGS P26865R V 04 081, (“A mais idiota das crises diplomáticas por nós criada e alimentada” in *Novidades*, 14 de março de 1959, p. 6).

entre 1950 e 1960 naquele país e que faziam parte do grupo dos Diários Associados que ele mesmo dirigia), o jornalista paraibano teria ainda se encontrado com o ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal para tratar do “incidente” que envolvia os dois países “irmãos”, segundo relata o serviço de informação da PIDE ⁴⁶².

De todos os modos, e independentemente de uma suposta colaboração de Assis Chateaubriand para com o governo português na resolução do assunto ⁴⁶³, a verdade é que o fato de Álvaro Lins não chegar a acordo com o governo português criou um mal-estar que colidia com o clima amistoso que o presidente brasileiro cultivava nas suas relações com o governo de Salazar. Neste sentido, o governo brasileiro tentou dialogar com a embaixada de Lisboa para que a situação pudesse ser resolvida sem maior prejuízo ao trato com as autoridades portuguesas. Movido por este desiderato, enviou a Lisboa

[...] o primeiro emissário, Carlos Lacerda, e Álvaro Lins, muito sabiamente diz: “Você converse com os rapazes”. Nós, com aquele entusiasmo da juventude, dizíamos que íamos cumprir o que estava

⁴⁶² O sistema de informação da PIDE vigiou as atividades do jornalista paraibano em uma viagem que realizou a Portugal em 12 de fevereiro de 1959, exatamente um mês após o pedido de asilo político do general Delgado concedido pelo embaixador Álvaro Lins. Vejamos o trecho que relata o seu almoço com o ministro dos Negócios Estrangeiros que era na altura, Marcello Mathias: “Hoje, o Dr. Assis Chateaubriand deixou cartões de cumprimentos ao Senhor Presidente da República e do Conselho e Ministro e Ministro da Presidência e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. No Hotel Embaixador foi-lhe oferecido um almoço íntimo, pelo Teodoro dos Santos e no qual assistiram o Dr. Nuno Simões, Dr. Carvalho Maia, o checoslovaco Firer, madmoseille Girard, o representante especial da PANAIR, Marino Alves e o jornalista Marques Gastão”. ANTT/IAN PIDE/DGS P26865R V04 183, *Informação*, 13 de fevereiro de 1959.

⁴⁶³ Assis Chateaubriand foi acusado de colaborar com o governo de Salazar contra a irredutibilidade de Álvaro Lins frente ao governo português ao insistir em conceder proteção ao general Humberto Delgado na Embaixada do Brasil até que seus documentos fossem providenciados para que pudesse viajar ao país do Atlântico Sul. Naturalmente, estas críticas a Chateaubriand partiam dos opositores do regime estadonovista e em Portugal, dos defensores de Humberto Delgado: “Que o Senhor Assis tenha simpatia pelo Doutor Oliveira Salazar, e pelo seu regime, acho isso muito natural, pois a natureza humana explica muitas coisas. No entanto, como português, como patriota e como opositor ao Governo do Senhor Doutor Oliveira Salazar, acho incompreensível, que um homem como o Senhor Chateaubriand, com responsabilidades diplomáticas, inerentes ao cargo, ofenda e despreze os princípios das relações e interesses internacionais. Os problemas entre Portugal e Brasil não podem ser resolvidos pelas diatribes do Embaixador do Brasil em Inglaterra. E se este se intromete no assunto, é porque algum valor o justifica, mas que o povo português o desconhece. Tudo o que se passa no desconhecimento do povo, é afronta ao mesmo povo. Afrontar, parece ser o ofício de Vossa Excelência: afronta a PIDE, dizendo que ela expulso Wilson de Aguiar; despreza este jornalista quando declara que ele deveria ser espancado e que perdeu o juízo; injúria o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Embaixador Álvaro Lins, intrometendo-se na sua acção diplomática, com insinuações infelizes pela sua parcialidade, ultraja o Senhor General Humberto Delgado, quando pronuncia o seu nome... Se alguém existe, portanto, que esteja a obstruir a via de acesso e de bom entendimento entre Portugal e o Brasil e precisa de tal ‘operação de limpeza’, é precisamente o Senhor Assis com o seu infeliz jogo pessoal...”. ANTT/IAN EHD DSCD/11 CX76026, *Carta aberta a Assis Chateaubriand*, 1959.

escrito; se estava escrito tínhamos que fazer. Volta Carlos Lacerda para o Brasil, e chega Assis Chateaubriand, que era nosso embaixador em Londres. Depois de nos ouvir, ele diz: “Vocês têm que mudar de atitude! Por que vocês estão em estado de inconfidência mineira? Vocês têm que ser coloniais e submissos!” Sai Assis Chateaubriand e vem o secretário-geral do Itamaraty, Antônio Mendes Viana. A única defesa da embaixada era o direito, que também é uma arma política. Sabíamos que, se resistíssemos, a coisa terminaria a nosso favor. Não adiantaram as ameaças administrativas que o secretário-geral pudesse fazer. O último emissário foi um senhor chamado João Dantas, diretor do Diário de Notícias, que chegou e disse: “Vim para levar o Delgado”⁴⁶⁴.

A morosidade das negociações do caso Delgado constrangia Juscelino, sentimento que recrudescia na medida em que o presidente do Conselho de Ministros português – António de Oliveira Salazar – pressionava, através de seus contatos no Rio, para que Álvaro Lins acatasse as propostas que oferecia como solução para o caso da ida do general português para o Brasil. As negociações já iam em seu segundo mês após o pedido de asilo apresentado por Delgado, quando Salazar decidiu escrever diretamente ao próprio Juscelino, esclarecendo que o general poderia partir com toda liberdade, mas que, em contrapartida, o embaixador Álvaro Lins já não merecia o *agrément*, porque “nas reflexões do Senhor Embaixador do Brasil há talvez indevidas considerações de política interna portuguesa, estranhas à sua missão, porventura prejudiciais ao exercício dela”⁴⁶⁵.

Após um mês e treze dias de ter sido escrita a carta com as considerações de Salazar acerca da posição do governo português perante o desempenho do embaixador Álvaro Lins em seu cargo, o general Humberto Delgado embarcava, finalmente, para o Brasil na qualidade de um homem “livre” assegurada pelo governo português.

Não obstante, antes mesmo que qualquer ordem de exoneração do cargo lhe chegasse do Brasil, Álvaro Lins pediu sua demissão da Embaixada em Lisboa e devolveu a Grã Cruz da Ordem de Cristo que lhe fora concedida pessoalmente por Salazar anos atrás. Em seu desfecho, o caso Humberto Delgado representou mais uma vitória para o governo português junto ao Brasil, uma vez que o embaixador seguinte –

⁴⁶⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; *et. al. op. cit.*, 2006, pp. 28-29.

⁴⁶⁵ ANTT/AOS CO PC 77 B, *Carta de António de Oliveira Salazar a Juscelino Kubitschek*, 07 de março de 1959.

Francisco Negrão de Lima – estava disposto a compensar a atitude “hostil” de seu antecessor com toda a servilidade possível perante o governo português.

Com a ida para o exílio brasileiro, Delgado iniciou uma nova fase de um combate que, anos depois, o levará a ser assassinado a mando da ditadura. No Brasil, continuou sendo alvo de forte vigilância. Informações a seu respeito eram enviadas, para Lisboa, pela PIDE e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros⁴⁶⁶, e há notícias de que foi tratado, pelo próprio governo brasileiro⁴⁶⁷, com desigualdade em relação a outros portugueses.

⁴⁶⁶ Um exemplo muito frequente deste tipo de informação acerca da vida do senhor Humberto Delgado no Brasil eram os recortes de jornais, especialmente aqueles que enfatizavam a sua militância contra o governo de Salazar em terras brasileiras. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, certa vez destacou certa vez: “O Senhor Delgado por certo não conhece aquele velho provérbio que afirma morrer o peixe pela boca. Ou, ainda que em boca fechada não entra mosca. O ex-militar fala demais e cada vez mais compromete-se de maneira lamentável. Ainda agora, com a sua mania publicitária, não titubeou em enquadrar-se em infração grave que o inabilita de continuar desfrutando do direito de asilo que tão generosamente lhe concedemos. Em verdade, é pacífico aquele princípio que obriga o asilado a não desrespeitar o governo que o asilou, não concorrendo de nenhuma maneira para agravar as relações diplomáticas entre sua pátria e o país onde está exilado. [...] Segundo se informou hoje no Itamarati, o MRE já está movimentando um processo para a cassação do asilo concedido ao gen. Humberto Delgado, em vista de suas declarações de que participou do ataque ao quartel de Beja, comandando o grupo rebelde. O Sr. Alfredo Nasser, ministro da Justiça, foi consultado e, ao que se adianta, concordou com a medida proposta”. AHD/MNE PEA O M39 PT07 003-18, *O Sr. Delgado abusa do direito de asilo*, março de 1926. Entretanto, o general não chegou a ter seu asilo caçado pelo governo brasileiro, tendo permanecido no Brasil até 1965, ano em que decidiu voltar a Portugal, adentrando ao seu país pela fronteira espanhola de Badajoz. Segundo relato de Roberto das Neves no jornal escrito em inglês *Portuguese Opposition* publicado no Rio de Janeiro, a PIDE era responsável pela morte do general. Vejamos a tradução do relato de Roberto das Neves feita pela embaixada de Portugal em Copenhague e enviada ao governo em Lisboa: “Delgado foi preso pela PIDE em 14 de fevereiro em território espanhol. Conjuntamente com ele foi presa a sua secretária Arajair Campos, assim como dois chefes oposicionistas que viviam no exílio, António Sanches e Bernardino Ferreira. De frente da Camara Municipal de Badajóz em Espanha, não muito longe da fronteira com Portugal, esperavam estes quatro indivíduos por ainda mais dois correligionários Rodrigo Fernandez Abreu e Fernando Ortiz. Todos os seis deveriam, em segredo, passar a fronteira de Espanha para Portugal. [...] Quando o general Delgado e os seus três amigos foram presos em Badajóz, foram levados a Portugal pela PIDE que os entregou ao Exército. Foi tomado conhecimento de que ele corajosamente não denunciou o nome dos outros seus colegas. Quando o Exército acabou com os seus interrogatórios, foi este entregue de novo com a sua secretária a um dos outros à PIDE, que, segundo relatório, devido aos maus tratos morreram e foram depois deslocados para Espanha, onde foram sepultados. O motivo pelo qual se escondeu o mutilado cadáver numa região espanhola, em lugar de fazerem desaparecer o cadáver em Portugal, é devido ao facto de ser desejado que as culpas sejam deitadas para os comunistas que também são opostos ao movimento de Delgado”. AHD/MNE PEA O M19 090-92, *Assim desapareceu Delgado*, 25 de maio de 1965.

⁴⁶⁷ O *Diário de Notícias* relatou os termos em que o general Humberto Delgado vivia no Brasil: “Sabe o leitor qual a situação presente do general Delgado, chefe das oposições portuguesas e exilado no Brasil? Estamos (isto é, Juscelino) tratando o ilustre soldado português da maneira mais vil e mais covarde possível, negando-se a lhe permitir a legalização de sua estada em nosso país. Desde novembro de 59 que o general Delgado solicita do Itamarati a carteira modelo 19, documento que asseguraria ao general a sua permanência definitiva entre nós. Cartas e telegramas, neste sentido, já foram dirigidas ao Sr. Juscelino pelo general Delgado. Mas o Sr. Juscelino chuta o assunto para o doutor Láfer, que o chuta ao “comendadoire” Pio Correia, que o chuta para a gaveta mais próxima. Agora a situação do general

Em 23 de novembro, Negrão de Lima embarcou rumo a Lisboa para ser empossado em seu novo cargo. O mal-estar criado entre os governos dos dois lados do Atlântico estava superado. O desempenho do novo embaixador brasileiro em Lisboa foi retribuído pelo governo português com o convite, dirigido ao presidente Juscelino Kubitschek, para participar nos festejos do quinto centenário de morte do Infante Dom Henrique (1960), na qualidade de coanfitrião ao lado de Salazar e do presidente Américo Tomás, comemoração que, depois das festas de 1940, consideramos ter sido o cume da capacidade de massificação das encenações comemorativas.

agravou-se consideravelmente, pois Salazar acaba de tirar o que lhe restava, que eram as sobras de um soldo reduzido ao mínimo. Ora, sem a carteira 19, o general Delgado não pode dedicar-se a qualquer atividade, no Brasil, que lhe permita daqui manter a sua família em Lisboa, reduzida quase à indigência. Para mostrar o quão ignóbil e porco tem sido o Itamarati em relação ao general Delgado, basta dizer que portugueses (claro que portugueses salazaristas), chegados ao Brasil muito depois do general Delgado, já têm a sua situação entre nós legalizada e sacramentada”. ANTT/IAN PIDE/ DGS P2686SR V07 540, *Crachá e Delgado*, 29 de julho de 1960.

CAPÍTULO VI

Juscelino Kubitschek no quinto centenário de morte do Infante D. Henrique

A participação do presidente Juscelino Kubitschek nas comemorações dos quinhentos anos de morte do Infante D. Henrique, na qualidade de coanfitrião ao lado do presidente português Americo Tomás e Oliveira Salazar, representou, indubitavelmente, o ponto alto do relacionamento luso-brasileiro ao longo do século XX. Por isso, vale percorrer um pouco do repertório das encenações fraternais e dos investimentos simbólicos explorados a partir da presença do chefe de Estado brasileiro nas festas henriquinas de 1960. No entanto, esta colaboração não esteve isenta de contestações e boa parte delas não deixavam de ter como pano de fundo as denúncias de Álvaro Lins acerca da realidade do regime autoritário chefiado por Salazar ⁴⁶⁸, as próprias declarações do ex-general Humberto Delgado, assim como a campanha de outros opositores portugueses exilados a respeito do autoritarismo do governo estadonovista. Deste modo, pode-se firmar que a ida de JK a Portugal, em 1960, dividiu opiniões nos dois lados do Atlântico. Vejamos.

Os protestos contra a participação de JK nas festas henriquinas no Brasil e em Portugal

No Brasil, assinalamos como um dos maiores protestos contra a visita do presidente Juscelino a Portugal o ato público, presidido por Álvaro Lins a quatro de agosto de 1960 (dois dias antes da partida de JK), e que teve lugar na sede da União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro. Nele, também tomou parte Humberto

⁴⁶⁸ Álvaro Lins, como se sabe, publicizou sua experiência de embaixador do Brasil em Portugal revelando aspectos da ditadura portuguesa, como a censura, as torturas da PIDE, o caso do General Humberto Delgado e a oposição portuguesa que se levantava contra o governo estadonovista, o colonialismo retrógrado, e, sobremaneira, o descaso e a arrogância com que os dirigentes da política externa portuguesa dispensavam aos assuntos que interessavam ao Brasil. Estas críticas e denúncias que condenavam a convivência de Juscelino Kubitschek com o regime dirigido por Salazar foram coincidentemente publicadas no mesmo ano das comemorações do quinto centenário do Infante Dom Henrique no livro *Missão em Portugal*. C.f. LINS, Álvaro. *op. cit.*, 1960.

Delgado ⁴⁶⁹. Junto a Lins e a Delgado, no mesmo evento esteve o ex-chefe de polícia da capital portuguesa, Senhor José António Fernandes, também exilado no Brasil, e que, na sua intervenção, não só denunciou o caráter “fascista” do regime de Salazar como elogiou a atitude do ex-embaixador Álvaro Lins ⁴⁷⁰. E os três oradores foram unânimes no repúdio da participação de JK nos festejos cívicos henriquinos ⁴⁷¹.

Não admira. Por mais de uma vez o ex-embaixador do Brasil em Lisboa havia condenado abertamente a colaboração de Juscelino com a ditadura portuguesa, apoio que estava a atingir a sua expressão máxima com as comemorações do quinto centenário henriquino:

O Sr. Juscelino Kubitschek pretende pagar aplausos, homenagens e festas no estrangeiro com a categoria nacional de Chefe de Estado do Brasil e com a outorga de certos interesses concretos do nosso País. Mais ainda: às custas do pundonor, dignidade e prestígio do Brasil; às custas de bens inalienáveis do patrimônio tanto moral quanto material dos brasileiros. Pois isto vem a ser ao mesmo tempo o significado e a consequência da sua visita a Portugal com o título de co-anfitrião do Almirante Américo Tomás nos quadros da ditadura salazarista e a obrigação de dar a sua assinatura, em Lisboa, aos atos que lá mesmo estão sendo elaborados para a regulamentação do Tratado de Amizade

⁴⁶⁹ Eis um fragmento do discurso de Humberto Delgado realizado naquela ocasião: “[...] se não fôr possível impedir que o sr. Juscelino Kubitschek vá a Portugal encontrar-se com Salazar e fortalecer uma das mais sangrentas ditaduras do universo, peço aos que o acompanharem que o alertem para as manifestações que irá ouvir no Porto e noutras cidades por onde passar. É o protesto dos homens sem medo, dos que representam a vontade do povo português”. ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960.

⁴⁷⁰ Veja-se o contato que o ex-policial exilado no Brasil estabeleceu com Álvaro Lins no ato de protesto realizado na UNE contra a ida de JK a Portugal: “O ex-chefe de Polícia de Lisboa, também exilado no Brasil, sr. José Antonio Fernandes, fazendo uso da palavra na solenidade afirmou ser fascista o governo de Portugal e entregou uma carta ao Sr. Alvaro Lins em que diz: ‘Para nós democratas e para o povo em geral, para o Zé escarnecido e explorado miseravelmente pela tirania, não foi surpresa a atitude de v. exa., pois todos sabíamos que o desfecho final seria esse: devolução com asco e desprezo, Sr. Embaixador: um eterno muito obrigado e um grande abraço em nome do ‘Zé’ que um dia, quando o sol da liberdade aquecer seu coração congelado e dissipar as trevas que assombram sua infeliz pátria, saberá agradecer diretamente a v. exa. tudo quanto tem feito em prol da sua libertação”. *Ibidem*, 1960.

⁴⁷¹ Ao termo da reunião, Álvaro Lins destacou que “[...] o presidente da República está perfeitamente ciente do que se passa em Portugal, pois enquanto embaixador naquele País eu, em meus relatórios que enviava para o Brasil, explicava claramente a situação de Salazar, um ditador venal a serviço de politiquês e negociastas”. ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960. Além do último arquivo referenciado, o jornal carioca *Ultima Hora* trazia o repúdio dos estudantes ao encontro de Juscelino com Salazar nos festejos henriquinos estampado em sua primeira página: “Estudantes de vários Estados já se manifestaram contrários à ida de JK a Portugal, para participar das ‘festas Henriquinas’ ao lado do ditador Salazar”. *Ultima Hora*, (Rio de Janeiro), quinta-feira, nº 3.100, 04 de agosto de 1960, p. 1.

e Consulta. Ora, com êsse título de co-anfitrião ou co-chefe do Estado português ditatorial (título, aliás, pomposo em vocabulário, mas subalterno em função) o Presidente Kubitschek vai desprestigiar e desacreditar o nome do nosso País no estrangeiro, deste modo a exhibir-se em Lisboa e perante o mundo, como figura-segunda do Presidente Tomás, que já é, por sua vez, uma figura-segunda ou sem número do presidente Salazar ⁴⁷².

O balanço das manifestações na sede da UNE no Rio de Janeiro foi feito pelo secretário-geral desta instituição na altura, António Estevão de Lima, que afirmou que a classe estudantil brasileira, “fiel aos princípios de liberdade e contra a ditadura instaurada há muito naquele país” ⁴⁷³, não se sentia representada por JK.

Este evento de protesto, que contou com o apoio de estudantes brasileiros, foi rapidamente reportado à PIDE através de telegrama emitido pelo Consulado português de Pernambuco ⁴⁷⁴. Ao mesmo tempo a notícia do ato público realizado na UNE obteve grande impacto positivo nos setores da oposição portuguesa fixada no Brasil, como bem comprovam as manchetes do jornal *Portugal Democrático*, editado pelo Centro Republicano Português de São Paulo ⁴⁷⁵.

A respeito do evento da UNE, o referido periódico publicitava em sua primeira página o “Ato público na UNE como protesto à viagem do Presidente da Republica a Portugal”, e ressaltava o apoio da instituição dos estudantes brasileiros à luta dos democratas e opositores ao governo português:

Dia 3 de agosto, numerosa assistência compareceu às 21 horas a sede da União Nacional dos Estudantes, para protestar contra a viagem do Presidente Juscelino Kubitschek a Portugal. Assim se expressou o Sr. Oliveiros Guanais, presidente da entidade máxima dos universitários brasileiros: “Não é esta a primeira vez e não será a última que a UNE presta a sua mais calorosa homenagem a todos os democratas portugueses. Aqui estamos reunidos, nesta noite, para dizer ao Presidente Juscelino Kubitschek que ele pode viajar para Portugal levando para o ditador Salazar a solidariedade de quem quiser, mas não leva e não levaria nunca a solidariedade dos estudantes do Brasil,

⁴⁷² LINS, Álvaro. *op. cit.*, 1960, pp. 361-362.

⁴⁷³ ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960.

⁴⁷⁴ C.f. *Ibidem*, 1960.

⁴⁷⁵ *Portugal Democrático* [periódico mensal], (São Paulo), nº 40, 4º ano, setembro, 1960, p.1.

da sua mocidade democrática e do seu povo amante das liberdades: por isso erguemos a nossa voz ao lado dos estudantes portugueses que lutam contra a ditadura, ao lado de democratas portugueses do Brasil e de além-mar que heroicamente estão ao lado da Democracia, contra o obscurantismo e contra os hediondos crimes de Salazar⁴⁷⁶.

Pelas palavras do diretor da UNE, é possível surpreender o ambiente de solidariedade que existia no Brasil entre os opositores do Estado Novo português e algumas personalidades brasileiras que já identificavam o regime do outro lado do Atlântico como uma ditadura. Foi o caso do escritor Jorge Amado, que enviou uma mensagem de apoio ao ato de protesto dos estudantes universitários brasileiros, justificando sua ausência e manifestando o seu repúdio contra os regimes autoritários vigentes na Península Ibérica, “Os governos de Portugal e Espanha são manchas vergonhosas na paisagem universal”⁴⁷⁷.

Relembramos que, em 1960, as lutas contra o regime estavam em ebulição após os inúmeros casos de exílio, prisão, tortura e perseguições perpetrados pela polícia política do regime e que já não conseguiam ser ocultados. Humberto Delgado continuava sua liderança, mesmo vivendo no Brasil⁴⁷⁸, e a oposição não só comunista e democrática⁴⁷⁹, mas também católica crescia consideravelmente após o escândalo do caso do Bispo do Porto⁴⁸⁰.

Neste período, os opositores portugueses saíam á rua, com mais frequência, para protestar contra o governo estadonovista, mesmo que o pretexto fossem cerimônias

⁴⁷⁶ *Ibidem*, 1960, p. 1.

⁴⁷⁷ ANTT/ IAN PIDE/DGS P26865R V07 485-487, *Ato público na U.N.E. como protesto à viagem do presidente da República de Portugal*, setembro de 1960.

⁴⁷⁸ O próprio Humberto Delgado revelou a imprensa brasileira que continuaria a sua campanha política contra Salazar no Brasil. C. f. ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V05 264, *Delgado fala à imprensa: continuará na campanha política contra Salazar*, 22 de abril de 1959.

⁴⁷⁹ Destacamos em Portugal a dedicada luta pela liberdade de Jaime Cortesão que lhe rendeu a prisão em seu próprio país e no Brasil, a atuação de organizações como a do Centro Republicano Português de São Paulo.

⁴⁸⁰ Além do Bispo do Porto que foi exilado na Espanha, relembramos a figura de Manuel Serra, que representava “uma larga corrente de católicos que se opõem a ditadura” ter “pedido asilo à representação diplomática de Cuba, que lhe concedeu esse asilo sem, contudo, conseguir do governo português um salvo-conduto. [...] Vendo que Cuba não conseguia o salvo-conduto, Manuel Serra dirigiu-se à Embaixada do Brasil contando com a fôrça da opinião pública no Brasil para obrigar o o embaixador Negrão de Lima a agir e a conseguir uma solução”. *Ibidem*, 1959.

fúnebres, como a do enterro de Jaime Cortesão, realizado a 14 de agosto de 1960 - três dias depois da partida de JK daquele país – e que se transformou em um momento de luta democrática:

A multidão que assistia ao enterro de Jaime Cortesão transformou essa grande despedida num ato de presença, da presença dos ideais democráticos e do embaixador Álvaro Lins. O nome deste grande amigo de Portugal foi ovacionado numa vigorosa e unânime manifestação de homenagem ao antigo embaixador do Brasil em Lisboa, o que mostrou desta vez, diretamente, ao embaixador Negrão de Lima a forma como é encarada no país a sua “missão” diplomática junto a Côrte de Salazar⁴⁸¹.

Em Portugal, a oposição também se manifestou contra a participação de JK nas comemorações henriquinas. De fato, aquando da chegada do presidente brasileiro ao país, foi distribuída clandestinamente uma *Carta aberta ao presidente Kubitschek de Oliveira* e cujo conteúdo denunciava os “crimes” da polícia política portuguesa, a falta de liberdade de expressão e de imprensa, e a natureza autoritária do regime político. A ideia da carta era dar luz ao que a ditadura procurava encobrir e, assim, provocar a reflexão do presidente visitante sobre as consequências da colaboração com o governo de Salazar. Por isso, a *Carta* fazia uma espécie de apelo para que JK não sucumbisse às homenagens que lhe seriam prestadas pelo governo português como moeda de barganha para lograr uma nova política de aproximação com o Brasil:

Não Senhor presidente, não há, e esperamos que nunca haverá, quaisquer possibilidades de confusão entre v. ex^a. e os opressores de Portugal que o acompanharão durante as Comemorações Henriquinas. Os democratas e o bom povo português vão tributar-lhe homenagens que nunca tributariam aos seus governantes, homenagens que correspondem à distinção vincada no espírito de todos e na carne de muitos, que serão também mais uma manifestação do profundo divorcio cavado entre a nação portuguesa e os seus governantes. Os vivas ao Brasil, a Portugal, à Liberdade, à Republica, ao presidente Kubitschek, ao general Humberto Delgado, vão ecoar entre as multidões, espontâneos e quentes como a fé que v. ex^a., nos seus discursos, não deixará de manifestar na democracia, cortando cerce todas as especulações da propaganda salazarista⁴⁸².

⁴⁸¹ *Portugal Democrático [periódico mensal]*, op. cit., nº 40, 1960, p.2.

⁴⁸² *O Estado de São Paulo*, (São Paulo), sábado, nº 26.074, 81º ano, 30 de abril, 1960, p. 7.

Naturalmente, o presidente Juscelino estava consciente da realidade política portuguesa e não desconhecia as intenções da diplomacia portuguesa. No entanto, preferiu aproveitar a pomposa ocasião para projetar a “nova” imagem do “seu” Brasil num evento de grande importância, pois contava com a presença de outras delegações europeias e cuja repercussão na mídia internacional era uma certeza. Era uma oportunidade perfeita para propagandear os “anos dourados” que a ex-colônia supostamente vivia sob a égide do governo JK. Ora, se Salazar precisava do presidente do Brasil para quebrar o cerco que apertava, cada vez mais, a sua política colonial, o líder brasileiro, por sua vez, necessitava de um grande palco para anunciar os avanços de seu governo e os novos caminhos de progresso e de modernidade que o seu país estaria a trilhar. E o sucesso também não deixaria de ter ressonâncias na consolidação do seu apoio interno.

A encenação da apoteose



Recepção a Juscelino Kubitschek nas ruas de Lisboa. *Revista Manchete*, nº 435, 20 de agosto, Rio de Janeiro, Editora Bloch, 1960, p. 29.



Recepção a Juscelino Kubitschek nas ruas de Lisboa. *Ibidem*, 1960, p. 29.

Como se sabe, a conjuntura internacional de 1960 assistiu ao aceleração dos processos de descolonização no mundo. No que respeita às colônias portuguesas especificamente, vimos que a União Indiana já reclamava para si o domínio de Goa, Damão e Dio, e na África, os movimentos de libertação avançavam. Com relação a estes, lembramos que, após a conferência de Bandung (1955), a semente da emancipação política se alastrou pelo continente africano de modo que países como a Guiné e Angola irão lançar-se na luta armada contra a dominação colonial. O Movimento pela Independência da Guiné e a União de Populações do Norte de Angola foram movimentos independentistas de grande influência no desencadeamento do processo que levará à guerra e, depois de 1974, à independência de todas as colônias portuguesas.

Contudo, o salto na pressão pelo fim do Império ultramarino português seria dado após a Declaração da *Concessão de Independência aos Países e Povos das Colônias*, fruto de uma Assembleia geral da ONU, em 15 de dezembro de 1960.⁴⁸³ Não se pode perder de vista que, neste contexto da Guerra Fria, o terreno de disputas pela África era complexo. Os movimentos de independência encontravam forte apoio junto ao bloco comunista, e, em contrapartida, os Estados Unidos da América, sobretudo com a presidência de Kennedy, não tardava em reconhecer os estados africanos recém-independentes sob o ímpeto de tentar alinhá-los ao bloco capitalista.

De todos os modos, e como já foi dito antes, o apoio do Brasil a Portugal dentro da ONU e no panorama internacional não deixava de ser uma estratégia para que os Estados Unidos da América tolerassem o domínio luso sobre a África e Ásia, uma vez que se tratava de um país anticomunista, “amigo” do Brasil (o forte aliado do governo norte-americano na América do Sul) – e que gozava de uma posição geoestratégica

⁴⁸³ A defesa da emancipação política dos países submissos a outras nações estava disposta nos três pontos da *Declaração*. Vejamos: “1- A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial; 2- Todos os povos tem o direito de livre determinação, em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural; 3- A falta de reparação na ordem política, econômica e social ou educativa não deverá nunca ser o pretexto para o atraso da independência”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html> Acessado em 06/03/2013.

para a defesa da costa do Atlântico Norte, sobretudo a partir dos Açores. Na verdade, desde a década de 1930, estes foram pontos essenciais que o governo português utilizou como moeda de barganha para manter e fortalecer seu projeto de defesa do Império ultramarino português.

Entretanto, na década de 1960, a velha fórmula de defesa dos domínios ultramarinos parecia perder a sua eficácia diante do sopro de autodeterminação dos povos colonizados em África e Ásia. Deste modo, era necessário atualizar a estratégia defensiva do colonialismo português, reforçar e criar novos laços de parceria com o Brasil de Juscelino, cuja política externa, apesar das vozes em contrário, se mostrava condescendente face às resistências descolonizadoras do regime estadonovista. Além disso, era preciso aproveitar a boa fase de entendimento luso-brasileiro, uma vez que o embaixador que sucedeu a Álvaro Lins – Negrão de Lima – favorecia o governo português em sua missão diplomática. Posto isto, à diplomacia portuguesa interessava acelerar as negociações do Tratado de Amizade e Consulta e concretizar a regulamentação de uma Comunidade luso-brasileira.

Providencialmente, em agosto de 1960, o falecimento do Infante D. Henrique completaria quinhentos anos, ocasião que foi apropriada e ressignificada pelo governo português para dar uma resposta às campanhas anticolonialistas que lhe eram dirigidas. De novo, se iria evocar o passado grandioso dos descobrimentos para se voltar a legitimar o direito histórico de Portugal sobre suas possessões indianas e africanas, e para se sugerir um elo de continuidade entre as epopeias patrocinadas pelo Infante e o destino civilizador que o país se dispunha a exercer, como se de uma espécie de missão (agora contra o comunismo) se tratasse. Neste contexto, é importante ressaltar que, ao longo das comemorações henriquinas, o Império ultramarino lusitano foi sempre caracterizado como uma mesma Pátria, suporte afetivo de uma nação una, indivisível, multiétnica e multirracial, que tinha as suas origens nos tempos do Infante, quando se começou a definir

[...] uma única cultura, indiferenciado o direito público, igual a posição dos indivíduos perante as instituições e as leis. Portugal soube manter íntegro e unido o seu conjunto territorial e humano como há séculos existia. Desmembram-se grandes impérios, fronteiras nacionais foram traçadas nos mais diversos pontos do Universo. Criaram-se países novos, mas não se criaram Pátrias. As Pátrias não se improvisam. As Pátrias são almas, não são simples expressões

geográficas, criadas muitas vezes ao sabor de transitórias convivências políticas⁴⁸⁴.

Tentava-se desta maneira defender que as províncias ultramarinas eram parte dessa nação una, mas cada vez mais apresentada pelo regime como multicontinental e multiétnica. Paradoxalmente, o Brasil colonial não era quase mencionado nas representações que se faziam dos grandes descobrimentos portugueses. Pelo contrário, a imagem que se buscava refletir da ex-colônia americana era uma imagem atual, que enfatizava positivamente o presente do país coanfitrião das festas cívicas henriquinas de 1960. (Quando muito, queria dizer-se que as colônias só poderiam ser novos “Brasis” se os seus povos viessem a atingir o grau de civilização que o povo brasileiro já revelava em 1822).

Parece-nos lícito afirmar que esta representação de um país desenvolvido, com o rumo acertado em direção ao progresso, moderno, com uma economia forte, teve uma função dupla para a parceria luso-brasileira nas comemorações do quinto centenário do Infante Dom Henrique. Do lado português, o Brasil servia como o modelo perfeito de comprovação das capacidades civilizadoras do gênio lusitano; e, do lado brasileiro, a oportunidade era proveitosa para a projeção internacional do Brasil na Europa nos moldes desenvolvimentistas de Juscelino e cuja mais espetacular expressão era a recém-inaugurada cidade de Brasília.

Por tudo isto, não surpreende que a participação especial do Brasil nas festas henriquinas tenha sido cuidadosamente preparada pelo governo português, preocupação bem patente, desde logo, no modo como o convite foi dirigido ao seu presidente. De fato, conforme o comunicado que o Secretariado Nacional de Informação distribuiu a imprensa portuguesa,

O Governo português deu conhecimento ao Governo brasileiro da sua intenção de enviar ao Rio de Janeiro, proximamente, uma missão extraordinária chefiada pelo professor doutor José Caeiro da Mata, presidente da Comissão Central das Comemorações Henriquinas e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, a fim de transmitir pessoalmente ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em nome do Chefe do Estado, do Governo, e da nação portuguesa, um

⁴⁸⁴ Portugal. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, *Monumenta Henricina*. Volume 2, 1962, p. 30.

convite para vir a Portugal para assistir aos actos culminantes das comemorações do V Centenário da morte do Infante Dom Henrique, que devem realizar-se em Junho ou Julho do próximo ano⁴⁸⁵.

Naturalmente, e como já era de se esperar, o presidente Juscelino Kubitschek foi enfático na aceitação do convite: “Não podia faltar. [...] A minha viagem corresponde à grande ansiedade do povo brasileiro de prestar homenagem a Portugal no centenário do Infante”⁴⁸⁶. Tendo acertado sua participação nos festejos henriquinos ao lado de sua esposa, de suas duas filhas, do vice-presidente João Goulart e de uma comitiva formada de cinquenta pessoas, no dia cinco de agosto, um dia antes de partir para Lisboa, Juscelino transferiu a presidência do país para Ranieri Mazilli, então presidente da Câmara de Deputados, que passou a governar o Brasil nos quatro dias em que o presidente se encontraria em terras portuguesas⁴⁸⁷.

Dava-se início a uma das manifestações mais arrojadas da fraternidade luso-brasileira no ciclo de comemorações cívicas portuguesas. Estas encenações da amizade entre os dois países em causa atingiam sua apoteose e podiam ser identificadas em cada ato de celebração destas comemorações⁴⁸⁸. As festas henriquinas, de notável cunho político⁴⁸⁹, tinham a clara intenção de atualizar o culto ao Infante a partir dos problemas

⁴⁸⁵ Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 410, 35º ano, agosto, 1959, p. 49.

⁴⁸⁶ *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), sábado, nº 20.664, 60º ano, 06 de agosto, 1960, p., 1; p. 7.

⁴⁸⁷ Veja-se um trecho do discurso proferido por JK na cerimônia de posse de Ranieri Mazilli como presidente da república do Brasil: “Sr. Presidente Pachcoal Ranieri Mazilli, ao me afastar do país por breves dias, a fim de levar as homenagens do povo brasileiro à nação portuguesa, ao ensejo das comemorações henriquinas, tenho a honra de transmitir o exercício do cargo de presidente da República a V. Exa., meu substituto legal, no impedimento do Sr. Vice-presidente João Belchior Goulart, que igualmente se ausenta para cumprimento de missão no exterior. Pode registrar-se nesta hora, em que V. Exa. Assume inteiramente os cargos da Presidência, que a nação, confiada em suas instituições e em suas autoridades, se acha tranqüila e com afínco se entrega ao trabalho, não apenas cuidadndo na faina rotineira de cada dia, mas, também empenhando-se a fundo nas tarefas que lhe impõe o programa de desenvolvimento econômico e cultural”. *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), sexta-feira, nº 20.663, 60º ano, 05 de agosto, 1960, p. 1.

⁴⁸⁸ De acordo com Coelho, “a palavra, ora retórica, ora simplista, mais acalorada ou mais comedida, umas vezes mais científica, outras mais divulgadora, foi dita sempre que havia inaugurações e romagens ou sessões especiais em qualquer espaço ou instituição”. C. f. COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Infante D. Henrique em comemorações de morte e vida no século XX” in *Revista de Ciências Históricas*, volume 9, Porto, Universidade Portucalense, março, 1994, p. 143.

⁴⁸⁹ Ora, não podemos esquecer que a Comissão nacional das festas henriquinas de 1960 foi sediada na presidência do Conselho de ministros e orientada pela Academia Portuguesa de História que naqueles anos tinha sua produção alinhada com os ditames ideológicos do Estado novo português. Neste sentido, o artigo primeiro que regulamentava as Comemorações de 1960 estabelecia que, “Será constituída e

que, então, o próprio regime enfrentava, dentre os quais se sobrepunham o avanço do comunismo e da descolonização. Esta ofensiva colocava à prova o anacronismo do Império português frente à nova organização mundial e revelava-se adversa aos planos de defesa dos domínios ultramarinos e da sustentabilidade do próprio Estado Novo, o que, aos olhos de seus dirigentes, correspondia a “uma hora incerta da vida do mundo”⁴⁹⁰.

Naquele momento de “incerteza”, não exatamente da vida do mundo, mas da vida do próprio Império lusitano, a participação da “jovem” nação brasileira nas festividades formava parte do jogo de interesses de cunho colonial. Neste sentido, o regime de Salazar tudo fez para engrandecer as homenagens a Juscelino e sua comitiva especial. Não por acaso, a primeira medida tomada pelo governo português foi decretar feriadados os dias em que o presidente brasileiro visitasse Lisboa, Porto, Coimbra, Sagres, Sesimbra e outras cidades portuguesas ⁴⁹¹. A intenção era clara: encher as ruas de cidadãos portugueses e mesmo de brasileiros residentes em Portugal para promover uma calorosa e comovedora recepção ao chefe do governo do Brasil ⁴⁹².

funcionará na Presidência do Conselho uma comissão nacional que, sob a orientação da Academia Nacional de História e a presidência do seu presidente, se encarregará de promover as comemorações do V Centenário de Morte do Infante D. Henrique, a realizar em 1960, segundo programa a submeter à aprovação do Governo”. Portugal. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina*, volume 1, 1961, p. 22.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, 1961, p.115.

⁴⁹¹ “O governo português baixou hoje um decreto proclamando dias extraordinários de festa, por motivo da visita oficial do Presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek e as comemorações em honra de Henrique o Navegante. Em Lisboa, os dias 9 e 10 do corrente serão considerados festivos, por motivo de inauguração do monumento dos descobridores, e a partida do Sr. Juscelino de regresso ao Brasil, a qual será precedida de uma parada militar. Em Coimbra será festiva a manhã do dia 8, devido à visita do Presidente brasileiro, enquanto no Pôrto acontecerá o mesmo, à tarde daquele dia por qual motivo. [...] Iguamente, serão considerados festivos os dias em que o presidente Juscelino esteja de passagem por outras cidades portuguesas”. *Diário de Pernambuco*, (Recife), sábado, nº 175, 71º ano, 06 de agosto, 1960, p. 1.

⁴⁹² Sobre a recepção do povo português ao presidente Juscelino: “Eram 12 e 30, quando chegou o Sr. Presidente da Republica, executando as bandas ‘A Portuguesa’, após o que desfilou o esquadrão motorizado de Cavalaria da G.N.R. que o escoltara. O chefe de Estado subiu à tribuna onde já se encontravam o Sr. Presidente do conselho, os membros do governo, o cardeal-patriarca e outras individualidades. Os Presidentes da Republica e do conselho, à sua chegada, foram recebidos com palmas. Das janelas da Rua augusta começaram a chover papelinhos de várias cores. Num carro da Presidência da República, vinha acompanhada pelo dr. Luís Pereira Coutinho, secretário a esposa do Chefe do Estado. O ‘Almirante Barroso’ admirado por centena de pessoas, dos cais do Sul e Sueste, da Parceria e dos cacilheiros, fez a manobra, e com a guarnição formada na tolda, passou em frente ao Terreiro do Paço, a poucas dezenas de metros do Cais das Colunas. Nesse momento, surgiram sobre o local vinte aviões de jacto. O Tejo oferecia um aspecto admirável, com dezenas de navios embandeirados, atrás do barco de guerra brasileiro. De vez em quando, ouvia-se o repique festivo dos sinos. As 13 horas,

Tal objetivo foi perfeitamente logrado, como bem confirmaram as palavras de Juscelino Kubitschek:

A recepção que o povo português me dispensou, esta tarde, foi a coisa mais fabulosa que jamais vi. Inesquecível. Direi no meu País que tudo isto foi um deslumbramento. Sairei daqui cada vez mais escravo de Portugal ⁴⁹³.

Ainda como meio de mobilização popular, o governo estadonovista promoveu os Jogos Luso-Brasileiros, inaugurados, no Porto, no dia quatro de agosto, dois dias antes da chegada de Juscelino a terras portuguesas. Os Jogos reuniam atletas de ambos os países que competiram nas mais variadas modalidades esportivas e tiveram uma significativa publicitação na mídia dos dois países ⁴⁹⁴. A idéia inicial era que as jornadas pudessem se repetir com periodicidade, mas após os desdobramentos políticos que sucederam a presidência de Juscelino, o clima de bom relacionamento entre os dois países se interrompia, e a intenção de dar continuidade às olimpíadas perdeu todo o sentido.

passou em frente da tribuna, o navio-escola ‘Sagres’ a caminho de Lagos. Eram 13 e 15 quando o chefe do estado brasileiro, ao som do hino do seu País, saiu do cruzador para a vedeta que se dirigiu rapidamente para a terra, sobrevoada pelas esquadras de jacto enquanto so canhões dos navios e dos fortes atiravam os ares e eram largados os cinco mil balões de cores. As sereias de todos os navios apitaram num conjunto impressionante. Eram 13 e 20 quando o Presidente brasileiro desembarcou, com sua esposa. Aguardavam-no, ao fundo do Cais das colunas o chefe do Estado português, de fraque e chapéu alto e a sra. D. Gertudres Rodrigues Tomás. O ilustre visitante que durante o percurso constantemente agitara em saudações os braços e o chapéu, desembarcou a custo, tantos eram os fotógrafos e os operadores portugueses e estrangeiros, elementos da Rádio e Televisão que o ‘metralhavam’ sucessivamente. Ao pisar o cais, os dois presidentes deram um apertado e prolongado abraço. Depois, sobre uma passadeira vermelha, subiram a escadaria, entre alas e guardas-marinhas, perfilados e de espadas desembainhadas, em direção à tribuna. Seguiam-nos os ministros das Relações Exteriores e da Marinha do Brasil, as esposas dos dois chefes de Estado, outras individualidades portuguesas e brasileiras e os funcionários do protocolo”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), sábado, nº 13527, 40º ano, 06 de agosto, 1960, p. 9.

⁴⁹³ Ibidem, 1960, p. 1.

⁴⁹⁴ O jornal carioca *Correio da Manhã* narrou entusiasticamente a abertura dos jogos Olímpicos Luso-Brasileiros: “Entre manifestações impressionantes de carinho do povo desta cidade, inauguraram-se hoje à tarde, no Estádio das Antas, os Jogos Luso-Brasileiros, olimpíada que reúne em diversas modalidades esportivas os atletas de Portugal e do Brasil. A cerimônia de abertura, que contou com a presença do embaixador Francisco Negrão de Lima, caracterizou-se pela notável demonstração da simpatia do público (entrada gratuita no estádio) em relação aos brasileiros. O desfile da delegação nacional foi todo ele em meio a ovações e, convém ressaltar, causou vivo entusiasmo o garbo das diversas equipes que se apresentaram sob a direção do general Pires de Castro Filho. Ouvimos comentários sobre a disciplina observada pelos atletas e dirigentes”. *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), quinta-feira, nº 20.662, 60º ano, 04 de agosto, 1960, p. 16.

Não obstante, estas competições esportivas, por mais despretensiosas que pudessem parecer, faziam parte da programação do quinto centenário de morte do Infante. E, devido ao lugar especial dado ao Brasil, não deixavam de representar um importante papel no repertório das teatralizações da fraternidade luso-brasileira. A propósito, chamamos atenção para o fato de muitas provas terem sido realizadas em estádios com entradas gratuitas e em espaços públicos, a exemplo das regatas realizadas no Tejo. A presença do embaixador brasileiro Negrão de Lima, na ocasião da inauguração dos Jogos no Porto, também demonstra a intenção política que estava atrelada à concretização do evento.

Além dos Jogos, na ocasião das festas henriquinas, o governo estadonovista instituiu uma nova ordem honorífica, destinada a honrar, exclusivamente, os “amigos de Portugal”. Trata-se da ordem do Infante Dom Henrique, criada para destacar as mais altas contribuições feitas à memória do Infante e de sua pátria. O primeiro merecedor desta condecoração foi precisamente o presidente Juscelino, que o recebeu das mãos do presidente português Americo Tomás em um banquete realizado no Palácio da Ajuda e onde proferiu as seguintes palavras:

Em homenagem ao Infante D. Henrique e sob a sua invocação foi criada a ordem com o nome deste excelso príncipe. A ordem é, pois, muito recente, mas o nome do seu patrono remonta a quinhentos anos atrás. É com o maior dos prazeres, Senhor Presidente, que eu concedo a Vossa Excelência a primeira pessoa a receber um grau dessa Ordem, destinado exclusivamente a Chefes de Estado. É Vossa Excelência o primeiro Chefe de Estado a receber esse Colar. E não apenas isso: é Vossa Excelência a primeira pessoa a receber um grau dessa Ordem. Não podia deixar de ser assim, porque Portugal não perde qualquer oportunidade para homenagear o Brasil, e nunca o podia fazer melhor que na pessoa de seu Ilustre Presidente. É pois, com a maior satisfação, direi mesmo com a maior devoção, que eu vou colocar ao peito de Vossa Excelência o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique⁴⁹⁵.

Naturalmente, os calorosos discursos e retribuições de homenagens ao governo português da parte do presidente Juscelino⁴⁹⁶ intensificavam o clima de reciprocidade

⁴⁹⁵ Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 422-423, 36º ano, 1960, p.18.

⁴⁹⁶ Antes de voltar ao Brasil, o presidente Juscelino ofereceu um banquete aos representantes do Estado português e às altas rodas da política lusitana no Palácio de Queluz, onde esteve hospedado durante sua estada em Portugal. Talvez este tenha sido um dos momentos de maior demonstração afetiva do presidente brasileiro aos seus anfitriões portugueses, uma vez que, encerrada a sua participação nas

destas celebrações. Contudo, mesmo antes da chegada do próprio Juscelino a Portugal, o programa das festas henriquinas já se encontrava milimetricamente preparado, o que fazia com que todos os atores estivessem perfeitamente conscientes de seus papéis e pontos altos de suas representações, inclusive o próprio presidente brasileiro. Estava fora de questão que o representante da nação brasileira não fosse exaltado enquanto principal gestor político do maior legado da civilização portuguesa no mundo e como reconhecedor da grande missão colonial da qual o governo do Estado Novo era portador. Diante disto, é possível concluir que o objetivo maior deste tipo de festividade era este: informar o mundo que Brasil e Portugal comungavam de uma causa comum – a defesa do Império lusitano.

De fato, se considerarmos a dimensão internacional destas comemorações de 1960, é possível perceber que a aliança era intencionalmente exposta aos olhos do mundo em ocasiões minuciosamente estudadas, a exemplo do destaque de honra concedido ao Brasil ⁴⁹⁷ em diversas cerimônias, dentre as quais destacamos as ocorridas em Sagres e que contaram com a presença de aproximadamente cem navios de diversos países estrangeiros. ⁴⁹⁸ Após a missa celebrada no promontório, teve início o desfile naval. Para a ocasião, montou-se uma tribuna localizada a sudoeste do promontório onde o presidente Juscelino e o presidente Américo Thomaz, juntamente com Salazar e com membros da comitiva brasileira misturados às autoridades portuguesas, contemplaram o evento ⁴⁹⁹.

comemorações henriquinas e somadas todas as homenagens que lhe foram dirigidas, representava um momento de demonstração recíproca da afetividade brasileira pela recepção portuguesa. C.f. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quinta-feira, nº 13532, 40º ano, 11 de agosto, 1960, p.11.

⁴⁹⁷ Não devemos esquecer que o plano das comemorações henriquinas pré-determinava os momentos-chave das homenagens prestadas ao Infante com o destaque especial à presença do presidente Juscelino Kubitschek ao lado de Salazar e do presidente português Américo Thomaz. Vejamos: “Está assente que durante as comemorações se efectuará a visita oficial do Presidente Kubitschek de Oliveira que, em representação do Brasil, presidirá, juntamente com o chefe de Estado português, aos actos mais significativos. Assim, o Presidente assistirá em Sagres ao desfile naval, em Lisboa à inauguração do monumento dos descobrimentos, no Porto à entrega do monumento ‘Casa do Infante’”. Portugal. *op. cit.*, volume 1, 1961, p.219.

⁴⁹⁸ De acordo com Fernando Catroga, “[...] o desfile náutico internacional no cenário de Sagres que, de facto, contou com a presença de veleiros da Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Noruega, Portugal (com Sagres), República Federal Alemã e de vinte e oito vasos de guerra pertencentes a treze países”. CATROGA, Fernando José de Almeida. *op. cit.*, 1998, p. 292.

⁴⁹⁹ “Uma tribuna, com lotação para 120 pessoas, fora alevantada na ponta sudoeste do Promontório, de onde melhor era a visibilidade, mercê da direcção do vento e até porque um parapeito natural a prumo sobre o mar, ali melhor resguardava os espectadores. No corpo direito da tribuna sentaram-se os dois



Juscelino Kubitschek e o presidente Américo Tomaz assistindo a missa realizada no Promontório pelo Cardeal Cerejeira antes do início do desfile naval em Sagres. *Ibidem*, 1960, p. 21.

Deste mesmo lugar, o presidente brasileiro reclamava as glórias do Infante como pertença histórica das nações portuguesa e brasileira:

Assistindo ao desfile majestoso das esquadras estrangeiras ante o promontório histórico, meu pensamento se volta para a glória eterna da Pátria-Mãe e para os que dela um dia se despediram rumando para as terras do Brasil. Fazendo-o, não deixaram Portugal; trocaram-no pelo Portugal de além-mar, pelo País-irmão que nunca deixará de o ser porque nele se transfundiram as virtudes do Português da metrópole. As glórias de Portugal são também do Brasil. Honro-me de haver participado destas Festas Henriquinas e orgulho-me, ante os feitos dos vossos antepassados, de ter nascido filho e neto de Portugueses⁵⁰⁰.

chefes de Estado. Vêm-se ainda os srs. Ministro da Presidência, que se deslocou a Sagres a bordo de um veleiro, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, das Relações Exteriores do Brasil, da Marinha de Portugal, o seu colega brasileiro, o comissário nacional da M. P., embaixadores Manoel da rocha e Negrão de Lima, dr. Aluísio Napoleão e embaixador António de Faria, professores Caeiro da Mata e Pedro Calmon, eng. Nazaré de Oliveira, drs. Paiva Brandão e Nuno Ferreira, etc". *Diário de Lisboa*, (Lisboa), domingo, nº 13.528, 40º ano, 07 de agosto 1960, p. 7.

⁵⁰⁰ *Diário de Lisboa*, (Lisboa), segunda-feira, nº 13.529, 40º ano, 08 de agosto, 1960, p. 1.

Em Coimbra ⁵⁰¹ e no Porto ⁵⁰², os discursos do presidente brasileiro seguiam a mesma lógica: a de exaltar a parceria luso-brasileira no passado e, sobremaneira, no presente. Assim, entre uma solenidade e outra, entre banquetes, honrarias, homenagens, discursos, encontros, ovações populares, o que realmente importava ao governo português era acelerar o processo de regulamentação da Comunidade Luso-Brasileira. Infelizmente, pouco se noticiou, nos jornais, do conteúdo das conversas particulares havidas entre o presidente Juscelino e António de Oliveira Salazar. Estes encontros foram, por vezes, designados pelo termo “privados” ⁵⁰³.

⁵⁰¹ Vejamos os trechos do discurso do presidente Juscelino alusivos à figura do Infante na ocasião de seu doutoramento *honoris causa* na Universidade de Coimbra: “Nesta cidade, ao mesmo tempo veneranda e jovem, e nessa universidade, ao mesmo tempo severa e humana, cultua-se, da maneira mais saudável e sentida, o passado, e, é por essa razão que tem sido festivos para vós e também para nós brasileiros êstes momentos em que nos remontamos a cinco séculos atrás, para louvar a memória do Infante Dom Henrique, protetor da Universidade, que êle tanto soube engrandecer material, administrativa e culturalmente. Se de um lado foi o Infante promotor dos grandes descobrimentos do mar, por outro lado foi êle, também, em terra, um dos mais ardorosos guardiães da cultura do tempo. Não vos preciso rememorar-lhes os atos que deram feição nova à Universidade, porque conheceis, melhor do que ninguém, a vossa própria história. Gostaria de lembrar apenas, por sua relação com os festejos que se vêm realizando em todo o mundo lusitano, a inclusão, no quadro das disciplinas ministradas, de três outras diretamente ligadas aos desígnios do Infante no campo da navegação. Isso vem revelar, sem dúvida, numa quase profecia do futuro, a sua preocupação de preparar as gerações para as aventuras marítimas, para os descobrimentos que iriam mudar a fisionomia geográfica do mundo”. Biblioteca da Presidência da República. Ao receber o título de doutor *honoris-causa* da Universidade de Coimbra, 08 de agosto de 1960, p. 285. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/52.pdf/download> Acessado em 18/03/2013.

⁵⁰² No Porto, o presidente brasileiro se referiu inúmeras vezes à figura do Infante sempre ressaltando o seu engenho de descobridor de novos mundos à civilização, a partir de um ponto de vista eurocêntrico: “[...] Nós, do mundo luso-brasileiro, que estamos comemorando nesta hora meio milênio da morte de um homem que se projetou na história dos séculos e ficará também na história dos milênios, nós sabemos o que representam de esforço, tenacidade e de heroísmo essas bravas iniciativas que os Portugueses tiveram a partir de 1.415 e que foram marcando, pelos oceanos desconhecidos, pelos mares tenebrosos, o traço audacioso e ousado dos bandeirantes, do mar em que foram descobrindo ilhas, descobrindo terras e abrindo as imensas perspectivas do mundo”. Câmara municipal do Porto. *Boletim Cultural: volume dedicado às comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique*, volume 23, março-junho, fascículo 1-2, 1960, p. 308.

⁵⁰³ O *Diário de Lisboa* mencionou um destes encontros: “Entre as 19 e as 20 horas, o Presidente brasileiro receberá, no Palácio de Queluz, o Presidente do Conselho português, com quem terá uma conferência de carácter privado”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quarta-feira, 40º ano, nº 13.531, 10 de agosto, 1960, p. 11.



O primeiro encontro entre Salazar e JK Ibidem, 1960, p. 17.

Seja como for, não era segredo algum para a imprensa portuguesa que a presença de Kubitschek no país seria aproveitada para a investida político-diplomática do governo do Estado Novo em torno do fortalecimento da parceria internacional luso-brasileira, como noticiou um importante jornal do período, não afeto ao regime, o *Diário de Lisboa* ⁵⁰⁴. Na mesma direção já se tinha manifestado o próprio ministro português da pasta dos Negócios Exteriores - Marcelo Mathias: “estamos neste momento alargando as fronteiras de Portugal e do Brasil em mais de 10 milhões de quilômetros quadrados onde pulsam os mesmos corações, onde há a mesma cultura e

⁵⁰⁴ “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, aceitando o convite do Presidente da República Portuguesa, presidiu, juntamente com o Chefe de Estado Português, durante a sua estada em Portugal, de 6 a 10 de agosto de 1960, as celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. O Chefe de Estado brasileiro teve ocasião de examinar com o Governo Português, num clima da maior franqueza, todos os aspectos das relações entre o Brasil e Portugal bem como a posição de ambos os países na actual conjuntura mundial, com o firme propósito de tornar cada vez mais sólidos os laços de estreita amizade já existentes entre as duas nações irmãs e de fortalecer a estrutura da Comunidade Luso-Brasileira. No decurso das conversações foram debatidas e estudadas as principais questões que afectam os interesses luso-brasileiros, tanto no plano das relações bilaterais entre o Brasil e Portugal, como no dos problemas relacionados com as suas responsabilidades perante a presente situação internacional, tendo-se relevado perfeita identidade de pontos de vista. Reconheceu-se a conveniência de consultas frequentes entre os dois Governos, a fim de assegurar uma atuação harmônica e coordenada em todos os assuntos de interesse para os dois países”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quinta-feira, nº 13532, 40º ano, 11 de agosto, 1960, p.6.

onde se fala a mesma língua”⁵⁰⁵. Também o presidente convidado falava abertamente do seu posicionamento face à Comunidade formada entre os dois países⁵⁰⁶.

Curiosamente, a defesa da regulamentação da Comunidade Luso-Brasileira em Portugal não era uma postura exclusiva do governo estadonovista, pois também recebeu o interesse de alguns opositores do próprio regime, como foi o caso do político republicano Vasco da Gama Fernandes que idealizou a parceria⁵⁰⁷ entre os dois países atlânticos. Da mesma forma, no Brasil, havia quem defendesse os aspectos positivos que a concretização de uma comunidade com Portugal poderia trazer à ex-colônia americana⁵⁰⁸.

Ademais, se, no Brasil, houve protestos e demonstrações de reprovação da parceria, um setor significativo da colônia portuguesa tomou a iniciativa de celebrar a data da morte do Infante. Não foram poucas as menções nos jornais ao clima de comemoração que contagiava a comunidade portuguesa ali fixada, como comprova a nota da Federação das Associações Portuguesas a solicitar o comparecimento de seus

⁵⁰⁵ *Diário de Lisboa, op. cit.*, nº 13531, 1960, p. 2.

⁵⁰⁶ “[...] o Brasil está atento a todos os problemas da Comunidade Luso-Brasileira”, disse o presidente Juscelino em sua fala na ocasião da entrega da Casa do Infante no Porto a oito de agosto de 1960. Câmara Municipal do Porto. *Boletim Cultural: volume dedicado às comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique*, volume 23, março-junho, fascículo 1-2, 1960, p.311.

⁵⁰⁷ Comentou Vasco Fernandes da Gama sobre a Comunidade Luso-Brasileira: “Pois bem: uma grande civilização luso-afro-brasileira, na tese de Gilberto Freyre, processa-se perante as angustias do homem contemporâneo: um sentido histórico projecta-se, animoso e profético, por sobre as contradições do século, sem esquecer a ‘necessidade de lutar decididamente pelos princípios religiosos e democráticos, pelo direito a liberdade das nações e pelo respeito à dignidade individual do homem’, no dizer eloquente de Kubitschek e Foster Dulles na sua famosa declaração de 6 de agosto de 1958, assinada em Brasília. Afirmações que incluíam a vocação humanitária das Américas latinas ou das de origem anglo-saxônica. É neste quadro exacto que se processa, como dissemos, a potencialidade luso-afro-brasileira. Frente a frente, o Brasil e a África Ocidental portuguesa. Depois Moçambique, Índia, Macau, Timor. Uma cadeia, afinal, que tem de ser apreciada, com emoção, mas exigindo serena objectividade e inteligências aptas e autênticas. Uma obra que transcende particularismos para filhar as suas raízes no húmus natal. [...] A África portuguesa recebendo os produtos tropicais e semi-tropicais do Brasil; os entrepostos brasileiros absorvendo o que lhes falta de mercadorias europeias e africanas; Lisboa, porto livre da comunidade e Macau, trampolim comum para o insaciável mercado chinês. A par disso, uma valorização intensa da grei pela valorização técnica, com a ajuda dos Estados Unidos, em ordem a personalizar as massas infelicitadas, abatidas as barreiras alfandegárias e ultrapassadas as limitações asfíxiantes da burocracia estéril. Uma grande e fraterna comunidade faria a sua aparição em três continentes, susceptível de chamar a si o comando da política internacional, como participe da necessária coesão democrática dos povos livres. Precisam os Portugueses e Brasileiros desta comunidade; mas dela precisa, também, o Mundo”. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), sábado, nº 13.527, 40º ano, 06 de agosto, 1960, p.19.

⁵⁰⁸ FISCHLOWITZ, Estanislau. "Subsídios para a 'Doutrina Africana' do Brasil" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 9, 3º ano, março, 1960, pp. 82-95.

compatriotas e irmãos brasileiros na inauguração da Avenida Infante D. Henrique, na cidade do Rio de Janeiro:

A Federação das Associações Portuguêsas pede e agradece a comparência de todos os portugueses à cerimônia de inauguração da Avenida Infante Dom Henrique que, com a presença de SUAS EXCELÊNCIAS O PRESIDENTE DA REPÚBLICA E GOVERNADOR DA GUANABARA, se realizará às 10, 30 horas, de amanhã, sexta-feira, dia 5, na Avenida Beira-Mar, em frente À Avenida Rio Branco⁵⁰⁹.

Ainda sobre a voga do centenário henriquino, o comendador Antônio Sarda, presidente do Conselho da Colônia Portuguesa do Brasil, e convidado oficial do governo português na celebração das festas em homenagem ao Infante, declarou enfaticamente que “Os portugueses do Brasil também vivem as comemorações Henriquinas”⁵¹⁰.

Não apenas no Brasil como também nas então denominadas províncias ultramarinas celebraram-se os quinhentos anos de morte de Dom Henrique. Naturalmente, a intenção em promover estes festejos em terras de além-mar consistia em integrar os “portugueses do mundo todo” entorno da figura do Infante. A despeito dos movimentos independentistas em emergência e consolidação na África e dos planos da União Indiana para os territórios portugueses na Índia, bem como das pressões internacionais em prol da autodeterminação dos povos, as comemorações foram impostas pelo governo de Salazar como uma forma de reação estratégica que visava fazer frente à onda emancipadora que soprava sobre o que restava do Império, sobrevivência isolada numa época em quase todos os países europeus com colônias tinham consentido na sua independência. Neste sentido, a celebração do Infante buscava reavivar os elos históricos entre a metrópole e suas possessões como meio de dissipar o nacionalismo de base anticolonialista que se disseminava em África e Ásia.

Não por acaso, o discurso oficial dos representantes do regime estadonovista apresentava o Infante e o pensamento de sua época a partir de uma analogia implícita ao modo de pensar e agir da figura do próprio Salazar:

⁵⁰⁹ *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), quinta-feira, nº 20.662, 60º ano, 04 de agosto, 1960, p. 10.

⁵¹⁰ *Correio da Manhã*, (Rio de Janeiro), sábado, nº 20.664, 60º ano, 06 de agosto, 1960, p. 1.

O homem, assim devotado ao interesse colectivo tem a vocação da chefia, e encontra a base da própria força na grandeza da sua virtude. O debatido fenómeno da rebelião das massas não deve impedir que se evidencie que a organização social e política da época do Infante não pode entender-se sem ter em conta o valor do chefe e da sua personalidade carismática. Como foi observado, “o possuidor do valor carismático elege a missão que lhe é adequada e exige obediência e submissão por imperativo da sua missão. O seu êxito determina se o consegue. A sua vocação carismática frustra-se no caso de a sua missão não ser reconhecida por aqueles a quem sente que foi enviado. Se o reconhece, ele é o chefe – na medida em que soube manter tal aceitação dando testemunho de si próprio. Mas não deriva o seu direito da vontade dos que o seguem, à maneira de uma eleição. Antes se dá ao contrário: é dever daqueles a quem respeita a sua missão reconhecê-lo como seu chefe carismaticamente qualificado”. Fixado no Reino, a personalidade deste homem, que dava tudo a Deus e nado ao demo, projectou-se socialmente numa imagem peregrina que acompanhou os navegantes por todos os mares desconhecidos, como fonte de constante inspiração e critério de conduta. A imagem peregrina do Infante, porém, não acompanhou apenas os que partiam e voltavam para lhe dar conta dos achamentos: foi um valor que se incorporou definitivamente no patronónio da Nação, e acompanhou tutelarmente todos os que, nos momentos decisivos, tiveram de responder pela permanência da nossa projecção ultramarina. [...] Esta actualidade da imagem peregrina do Infante corresponde a tão profunda realidade portuguesa que nos encontramos a celebrar o centenário da sua morte, numa das maiores veladas nacionais de todos os tempos, justamente no momento histórico em que se defronta a mais séria das conjunturas ultramarinas, sem paralelo no passado. [...] Parece ter sido a Providência que forneceu a oportunidade desta meditação nacional no momento exacto ⁵¹¹.

Nesta luta pela preservação dos territórios ultramarinos, que se desejava confundir com o culto ao Infante, o Brasil viu o seu uso reforçado enquanto peça fundamental nesta estratégia legitimadora. Vejamos, neste sentido, um trecho da mensagem proferida pelo presidente JK no banquete que ofereceu aos altos membros do governo estadonovista em retribuição às homenagens que lhe foram prestadas no Palácio de Queluz:

Nesta minha visita ao Portugal metropolitano, tenho tido oportunidade de referir-me várias vezes, à projecção deste País através do Mundo. O meu pensamento não se confina, pois, nesta excursão histórica aos Portugueses que aqui vivem mas também aos de Portugal do Ultramar, como são Angola e Moçambique, as ilhas da Madeira, Açores, S. Tomé e Príncipe, as de Cabo Verde, a Guiné, bem como Goa, Macau e Timor, postos avançados da civilização portuguesa no

⁵¹¹ Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, op. cit, 36º ano, 1960, pp. 422-423.

Extremo Oriente. Avaliamos bem a força dos laços que nos prendem a todo o mundo lusitano, que tem tamanhas afinidades com o povo brasileiro. Portugal e Brasil, irmanados no orgulho pelos seus maiores, evocam hoje a figura lendária do Infante de Sagres, cujo sonho se concretizou na criação vasta da comunidade luso-brasileira, com os seus 90 milhões de habitantes espalhados pelos quatro cantos da Terra. Nesta hora solar da nossa história comum, saúdo, pois, os irmãos de além-mar, expressando os meus mais ardentes votos para que as fraternais relações entre os nossos povos se mantenham através do tempo, inspiradas no mesmo afeto, na mesma solidariedade inquebrantável que até agora nos uniu⁵¹².

Segundo este retrato, a figura do Infante aparece claramente apresentada como o elo de união do mundo de cultura lusitana. Mas, diante disto, podemos nos perguntar: o que levaria JK a colaborar com o regime estadonovista nesta empreitada?

Na verdade, para além da propaganda de seu governo, o presidente Juscelino aproveitava o momento para tentar chamar atenção do continente europeu - que tinha naquele momento seus olhos fixados na direção da África - para a ascensão da América Latina, liderada pelo Brasil, enquanto emergente mas relevante bloco na nova ordem mundial. Este era um importante objetivo da política externa brasileira do momento: promover a valorização do espaço latino-americano no cenário internacional, junto aos Estados Unidos, a partir da defesa da integração dos países americanos como um todo, e junto à Europa, enquanto matriz cultural e civilizacional da América Latina:

Considero erro dos mais fatais ao esforço conjunto de preservação do mundo democrático, a maneira pela qual os países responsáveis pela condução da comunidade ocidental têm tratado a América Latina. Justas, sem dúvida, são as preocupações do Ocidente com a África que desperta buscando integrar-se na civilização moderna. Cabe, mesmo ao Brasil executar uma política dinâmica em relação aos povos africanos. Mas daí a admitir que o interesse pela África deve merecer prioridade superior à atribuída à América Latina, vai um erro funesto, de conseqüências que podem ser extremamente danosas, e, até mesmo fatais à constelação de valores que incumbe ao Ocidente salvaguardar⁵¹³.

⁵¹² *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quinta-feira, nº 13532, 40º ano, 11 de agosto, 1960, p. 11.

⁵¹³ Brasil. Presidente (1956-1961). *Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek*, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 60.

Já em 1960 o Brasil representava o maior e mais influente país sulamericano e latino-americano, tanto a nível político quanto econômico, e buscava afirmar a sua liderança frente a este bloco das Américas no plano internacional. Nesta senda, a parceria com Portugal no cerne da Comunidade Luso-Brasileira seria um modo de fortalecer a sua influência junto da Europa. A isto também se somava o desejo do próprio presidente JK de divulgar a “evolução” do Brasil ao longo de seu próprio mandato presidencial, como já mencionamos. Movido por estes objetivos, que conciliavam os desígnios da política externa brasileira com os seus próprios anseios de ordem pessoal, o presidente brasileiro empenhou-se na divulgação da imagem do Brasil como um país moderno, desenvolvido e herdeiro da civilização europeia e portuguesa nos trópicos⁵¹⁴.

O Brasil como descendente da obra civilizadora do Infante Dom Henrique

Já o mostramos sobejamente: as exaltações e homenagens prestadas pelo governo português ao chefe do Estado brasileiro na ocasião das comemorações henriquinas visavam elogiar o Brasil enquanto espaço de continuidade da cultura lusitana nos trópicos. Por isso mesmo, constantemente se invocavam as “raízes” históricas da pátria brasileira para consagrar o momento de convergência entre os poderes dominantes nas duas nações. Para exemplificar, na retórica fraternizadora dirigida a JK, destacamos as seguintes palavras de Salazar, proferidas com o intuito de suscitar a comoção do homenageado e a ovação do público presente:

Ao trazer-nos o Brasil a Portugal, no momento culminante das comemorações henriquinas, o Presidente Juscelino Kubitschek não tem conosco um acto simples de cortezia nem realiza uma visita de Estado protocolar. Sobrepondo-se a dificuldades reais da vida política brasileira, ambicionou seguramente mais que isso: deve ter pretendido afirmar inteira fidelidade às raízes da sua própria Pátria. Com os centenários de 1960, a nós ser-nos-ia impossível conceber, sem a comparticipação familiar do Brasil, a glorificação máxima do Infante de cujo esforço surgiram mundos que o mundo não conhecia, como

⁵¹⁴ Em um tempo em que, não esqueçamos, Gilberto Freyre apresentava seu paradigma interpretativo da civilização brasileira destacando a sua componente portuguesa em meios científicos dos Estados Unidos, Europa, América Latina e do próprio Brasil. Um ano após, a Comissão dos centenários henriquinos lançava um livro de Freyre. C.f. FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europa*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

essa maravilhosa terra de Santa Cruz. Que então e agora a Nação brasileira o tenha sentido tão profundamente como nós é o que acima de tudo temos de agradecer-lhe e ao Chefe de Estado que a representa. Sondemo-lo, pois, na máxima efusão do nosso contentamento, gratos ao sentido e valor da sua presença e esperançados num futuro de grandeza e de glória para o seu Paiz. Através da comunidade que nos une elas se repercutirão também no porvir do velho Portugal ⁵¹⁵.

Como já afirmamos, as expectativas do governo português foram coroadas de um imediato sucesso público. Ou seja, o presidente Juscelino assumiu honrosamente o papel que fora idealizado para a sua participação naquele evento. As homenagens dirigidas a sua pessoa eram, amiúde, recebidas com comoção e agradecidas com todas as manifestações de simpatia e afeto, quando se tratava de apresentar um Brasil “herdeiro” da cultura e valores cristãos lusitanos, latinos e europeus.

Mas, sempre que Juscelino falava aos jornalistas, fossem estes portugueses ou de outras nacionalidades europeias, fazia questão de enumerar os avanços que seu governo promovia na ex-colônia portuguesa, dentre os quais Brasília ocupava lugar de destaque, exibido como uma espécie de cartão postal simbólico das grandezas e potencialidades da nação brasileira. Vejamos a descrição da nova capital nas palavras do próprio presidente, em entrevista concedida à radiodifusão francesa logo nos primeiros momentos de sua chegada em terras lusitanas: “Estamos aqui para dizer a Portugal e à Europa que Brasília é a continuação da política do Infante de Sagres. Temos milhões de quilômetros quadrados de território a descobrir e a desbravar [...]” ⁵¹⁶.

Ademais, nas cidades portuguesas que visitou, o presidente Juscelino evidenciava em seus discursos a imagem de seu país como legado da velha nação lusa, que após alcançar sua própria independência e maturidade histórica, soube seguir seu próprio caminho rumo ao progresso. Assim discursou Kubitschek, no Porto, aquando da inauguração da Casa do Infante na cidade que também guarda o coração de D. Pedro,

[...] o Brasil se sente reconhecido ao homem que guarda o seu coração aqui na cidade do Porto e continuará lutando e trabalhando para que dentro de muito pouco tempo, nem dez anos, o Brasil seja como todos os cálculos impõem e preveem, a quarta nação mais poderosa do

⁵¹⁵ *O Século*, (Lisboa), sábado, nº 2.136, 80º ano, 06 de agosto, 1960, p.1.

⁵¹⁶ Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 422-423, 36º ano, 1960, p. 6.

mundo. Mas, como poderia realizar-se o milagre destas dimensões e desta imensa projeção? Só com um trabalho formidável. Só com um trabalho intenso e profundo, trabalho que para nós fora herança que vocês, Portugueses, levaram para a América Portuguesa, trabalho que nós estamos continuando: sacrifício, heroísmo que nós estamos desenvolvendo e desdobrando, para não desmerecermos daquilo que vocês fizeram por nós. [...] Este trabalho e este esforço que ali se realiza, pela energia, pelo dinamismo, pela devoção do Brasileiro, é uma herança dos Portugueses. Nós não a realizamos apenas sozinhos. Nós a realizamos no prosseguimento de um trabalho que já encontramos, e ainda hoje com a legião de emigrantes que daqui partem, todos os meses, todas as horas, todos os anos, nós lá estamos de mãos juntas, na mesma tarefa hercúlea de construir no continente americano, uma Nação que sendo ao mesmo tempo Brasileira é também pelo afeto, pelo sentimento e pelas raízes, uma Nação Portuguesa. [...] Nós, do mundo luso-brasileiro, que estamos comemorando nesta hora meio milênio da morte de um homem que se projetou na história dos séculos e ficará também na história dos milênios, nós sabemos o que representam de esforço, de tenacidade e de heroísmo essas bravas iniciativas que os Portugueses tiveram a partir de 1.415 e que foram marcando, pelos oceanos desconhecidos, pelos mares tenebrosos, o traço audacioso e ousado dos bandeirantes, do mar em que foram descobrindo ilhas, descobrindo terras e abrindo as imensas perspectivas do mundo ⁵¹⁷.

Juscelino se apresentava aos olhos dos portugueses e dos representantes de países europeus como uma espécie de continuador da obra do Infante em terras brasileiras. Se, em Portugal, a figura de discípulo do Navegante era comumente associada, de um modo explícito ou subliminar, a Salazar, Juscelino insinuava para si própria a analogia em nome do Brasil. Neste sentido, o intercâmbio de louvores a D. Henrique igualava os dois países na exaltação do processo colonizador e civilizador português e, confirmava, sobremaneira, a parceria luso-brasileira aos olhos do mundo.

Todavia, Juscelino, ao contrário de Salazar, não era um político fechado às inovações políticas e econômicas. Aliás, neste aspecto, se olhados individualmente, os dois pouco teriam em comum. Por isso, talvez, fosse necessário fomentar a amizade entre ambos, e o momento propício das comemorações henriquinas parecia apresentar o clima ideal para a concretização deste propósito. Assim, enquanto Salazar se apresentava (ou era apresentado) como uma espécie de reatualização da gesta do Infante, promovendo o tributo à formação do Império português e à “descoberta” de

⁵¹⁷ Câmara municipal do Porto. *op. cit.*, 1960, pp. 307-308.

novos mundos para o mundo civilizado europeu e cristão, Juscelino explorava outra leitura simbólica do filho de D. João I, pois ressaltava, sobretudo, o seu entusiasmo vanguardista pelas utilidades da tecnologia do seu tempo, bem como pela ciência renascentista, que soube pôr ao serviço do processo civilizatório e cristianizador.

Foi exatamente assim que Juscelino Kubitschek buscou associar-se à herança henriquina:

Este é o sentido civilizador de Brasília e quem vai hoje ao meu país, ao Brasil, já sabe que algo de extraordinário está acontecendo. As grandes estradas que rompem pelas florestas, atravessam os rios imensos que nós outros desconhecíamos até recentemente, as tabas de índios, as nações indígenas que nenhum homem ainda havia contemplado, tudo isso começa surgindo diante dos nossos olhos, com o mesmo encanto e com o mesmo mistério com que, em 1415, D. Henrique, o Navegador, mandando as suas pequenas naus para o mar desconhecido e tenebroso, começava a revelar ao mundo os pequeninos pontos que serviam de apoio para a conquista do Universo. Brasília tem esse sentido: é a meta das metas, é o objetivo supremo da conquista ainda de seis milhões de quilômetros quadrados que se encontravam inteiramente desertos, conhecidos apenas pelas nações dos indígenas⁵¹⁸.

Sob a luz destas palavras, é possível identificar que Juscelino claramente se comparava aos colonizadores portugueses de outrora quando afirmava que seguia “descobrimo” novos territórios e aculturando índios em pleno Brasil do século XX. Sob sua inspiração, Brasília seria, alegoricamente, uma espécie de “novo mundo” da atualidade, cujo feito maior consistia, não apenas na organização vanguardista de um território até então desconhecido da própria nação brasileira, mas, antes disso, significava o nascimento de uma cidade moderna, futurista e quase utópica, cuidadosamente projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Além disso, não esqueçamos que a primeira missa realizada na nova capital foi presidida pelo Cardeal Cerejeira na presença de trinta mil pessoas na Praça dos Três Poderes, ato que, simbolicamente, quis remeter para o momento fundacional de Porto Seguro. Não por acaso, o crucifixo que figurava no altar era o mesmo que fora erguido

⁵¹⁸ Câmara Municipal do Porto, *op. cit.*, 1960, p. 310.

quando Frei Henrique de Coimbra ⁵¹⁹ proferiu seu primeiro culto católico no solo denominado pelos portugueses “Terras de Vera Cruz”.

Mas, nem só com elementos do passado o criador de Brasília creditava a sua filiação à obra do Infante Dom Henrique. Neste sentido, muito curiosa se revelou a proposta futurista feita ao governo português para desenvolver um instituto de astronáutica luso-brasileiro, sugestão que também recebia os impulsos mais recentes dos ecos dos feitos de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pelo lado português, e de Santos Dumont, pelo brasileiro:

Estou confiando ao Embaixador Francisco Negrão de Lima a missão especial de em meu nome, transmitir-lhe uma sugestão que me veio recentemente ao espírito e que se me afigura iniciativa de maior oportunidade, capaz de estreitar ainda mais os laços que unem Brasil e Portugal. Ocorreu-me pensar que, neste ano dedicado às comemorações henriquinas, os nossos dois países deveriam comprometer-se a conjugar recursos e somar esforços no intuito de fundar, no mesmo espírito de Sagres, no mesmo espírito dos heróicos navegantes que devassaram outrora os mares desconhecidos e incorporavam novos continentes à civilização cristã, um Instituto de Astronáutica em que as gerações portuguesas e brasileiras se apresentassem a emular com seus gloriosos antepassados na exploração e conquista dos espaços siderais. Que mais bela tarefa, na verdade poderia irmanar, hoje, brasileiros e portugueses do que uma instituição de sólida envergadura científica, consagrada a colocar os nossos dois povos, dentro do rigor da tecnologia e da astronáutica modernas? Que mais bela cintura para os dois povos do que essa de se prepararem para participar das expedições que já se projetam para a exploração e domínio dos caminhos do céu? O novo Instituto, a nascer sob a égide do Infante deverá organizar-se à altura das gloriosas tradições dos que traçaram através do Mundo, a epopeia da Descoberta e da Conquista ⁵²⁰.

Em seguida, em carta escrita ao presidente português, Juscelino esclarecia como o Instituto de Astronáutica luso-brasileiro deveria funcionar:

⁵¹⁹ Sobre a primeira missa realizada em Brasília: “Impaciente como o fundador da cidade, o primeiro dia da nova capital da República começou na véspera. Faltavam cinco minutos para a meia-noite quando, na Praça dos Três Poderes, aos olhos de 30 000 pessoas, o cardeal português dom Manuel Gonçalves Cerejeira, representante do papa João XXIII, deu início à celebração de uma missa solene. Sobre o altar, erguia-se a cruz de ferro que, 460 anos antes, abençoara a primeira missa em terra brasileira, rezada por frei Henrique de Coimbra, capelão da esquadra de Pedro Álvares Cabral. Trazida do museu da Sé de Braga, em Portugal”. “Especial Brasília 50 anos” in *Revista Veja*, novembro, São Paulo, Editora Abril, 2009, p.132.

⁵²⁰ *O Século*, (Lisboa), quinta-feira, nº 28.072, 80º ano, 02 de junho, 1960, p.1.

O Instituto de Aeronáutica de que falo, há-de planear-se como um centro de investigações e de estudos superiores que reúna sábios especialistas de todo o Mundo e onde a mocidade brasileira e portuguesa se iniciará nas ciências que ora enfrentaram o desafio dos espaços infinitos ⁵²¹.

Diante da proposta do presidente brasileiro de homenagear o Infante Dom Henrique com a criação de um Instituto de Astronáutica, podemos dimensionar as suas idealizações para a Comunidade Luso-Brasileira enquanto um bloco forte que, em sua concepção, deveria - assim como as potências da época da Guerra Fria -, desenvolver atividades e concentrar investimentos nas investigações sobre o espaço sideral no âmbito da corrida armamentista.

Quando chegou a Portugal, Juscelino voltou a tocar no tema da construção de uma Escola Superior de Astronáutica em Lisboa sob o espírito de Sagres. ⁵²² Logicamente, esta questão não deteve muito a atenção do governo português, que possuía uma série de prioridades mais urgentes a exemplo dos planos de valorização econômica das colônias africanas e a luta para manter a integridade do seu Império. Um país tradicionalmente ruralista e dono de um parque industrial incipiente como o Portugal de Salazar dificilmente se entusiasmaria com um projeto tão tecnológico.

De fato, a representação de si próprio, que Juscelino encenava ao cultuar o vulto heroico do mentor da escola de Sagres, intencionava afirmar continuamente os aspectos positivos da sua política de modernização e industrialização do Brasil. Todavia, a eficácia de sua propaganda estava condicionada pelo escamoteamento de relevantes questões de foro social, a exemplo do problema do escasso investimento na educação, da pobreza das regiões Norte e Nordeste do país, e, por fim, do extrapolamento da dívida externa ao final de seu mandato, especialmente após a deslocação da capital para a região centro do país e da implementação do Plano de Metas em seu governo.

⁵²¹ *Ibidem*, 1960, p. 1.

⁵²² Vejamos a menção de JK no Porto à carta que escrevera antes de chegar a Portugal onde consta a sua proposta de construção de um pólo de astronáutica luso-brasileiro: “Em carta ao Presidente Tomás, lembrei iniciarmos sob o patrocínio do Infante de Sagres, a integração da nossa juventude na astronáutica. Insisto em reunirmos as nossas pátrias no espírito do celebrado pioneiro, tornando-nos mais próximos do nosso tempo. Perdoai-me, mas não me resigno a ter ambição pequena quando se trata da participação Ibero-Americana na conquista de um grande lugar que hoje se denomina Ocidente”. Câmara Municipal do Porto. *op. cit.*, 1960, p. 323.

Todavia, fazia parte das teatralizações da fraternidade luso-brasileira mostrar as grandezas e qualidades de cada país, buscando filiá-las na tradição heróica do Infante D. Henrique. Dentro deste jogo, naturalmente, as idealizações afluavam tanto do lado português, quanto do lado brasileiro, o que era permitido desde que o objetivo de vangloriar as capacidades colonizadoras e civilizadoras do gênio lusitano permanecesse central. Mas, importa perguntar: estas encenações tiveram alguma tradução em termos de avanços diplomáticos concretos?

O balanço feito pelo Estado Novo da participação brasileira nas festas henriquinas e as mudanças após Juscelino Kubitschek

No dia 10 de agosto de 1960, o *Diário de Lisboa* contabilizava, assim, os progressos no desenvolvimento da política bilateral luso-brasileira possibilitados pela visita de JK a Portugal:

Os Chefes de Estado do Brasil e de Portugal assistiram à assinatura de acordos e convenções. [...] Assinaram oito documentos, em duplicado. São portanto 16 assinaturas que faz cada um dos ministros: convenção sobre dupla nacionalidade entre Portugal e Brasil: declaração sobre as relações econômicas: convenção sobre representação diplomática e consular; acordo sobre turismo; acordo sobre vistos em passaportes comuns; acordo sobre medidas várias para dar efetivação prática às obrigações e princípios consignados no tratado sobre a admissão e permanência dos cidadãos de um país no outro, equiparação dos cursos, exercício de profissão e atividades econômicas, disposições militares, territoriais e relativas aos emigrantes portugueses: acordo sobre extradição e convenção sobre assistência judiciária gratuita⁵²³.

No essencial, estes foram os resultados positivos mais imediatos. Além disso, como já discutimos, o Brasil já havia se posicionado em favor dos interesses portugueses na Índia e renovou o seu apoio no respeitante à África após as comemorações henriquinas, parecendo sensível à especificidade do caso colonial português, invocada pelos ideólogos do Estado Novo e agora escudada nas teses do lusotropicalismo e nas reformas administrativas dos inícios da década de 1950. O discurso de Salazar, proferido na Assembleia Nacional a trinta de novembro de 1960,

⁵²³ *Diário de Lisboa*, (Lisboa), nº 13531, 40º ano, quarta-feira, 10 de agosto, 1960, pp. 1-2.

retomou o tema, ao sublinhar aquilo que, a seu ver, distinguia o modelo lusitano dos demais modelos coloniais europeus. E, como seria de esperar, não se esqueceu do exemplo brasileiro para precisar melhor o cariz multiétnico da nação portuguesa:

Mais de 300 anos trabalhamos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o Mundo, caldeia-a na variedade dos seus elementos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade plurirracial, ao mesmo tempo em que exemplo magnífico da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no continente americano. Pacífico, estável, dinamicamente progressivo, o Brasil, mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria ⁵²⁴.

Sempre que aludia ao Brasil, o chefe do governo português frisava o aspecto da lusitanidade da ex-colônia americana para que esta continuasse a ter sua imagem associada à ex-metrópole e nunca às outras colônias portuguesas que lutavam por sua independência. Decerto que Salazar considerava o próprio Juscelino um político hábil, arguto e um verdadeiro amigo de Portugal, muito embora manifestasse preocupações acerca de sua compreensão das relações luso-brasileiras:

“Disse e repeti a Juscelino”, afirma Salazar aos seus colaboradores, “que as relações luso-brasileiras são fundamentalmente políticas. Se estamos com receios do que possam pensar outros, ou se nós pensamos poder desenvolvê-las a partir da economia ou do comércio, então não chegaremos a qualquer resultado útil” ⁵²⁵.

Sob as orientações de Salazar, Marcelo Mathias, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958-1961, procurou estreitar as relações políticas com a ex-colônia americana em suas negociações junto ao chanceler brasileiro Horácio Lafer. E, de fato, resultaram frutíferos os avanços das negociações entre ambos os países em causa. Foram assinados diversos acordos que fundamentavam a criação de uma representação diplomática e consular única para os dois países, além do projeto do estatuto da dupla-

⁵²⁴Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 426, volume 36, 1960, pp. 14-15.

⁵²⁵ NOGUEIRA, Franco. *op. cit.*, volume 5, 2000, p. 159.

nacionalidade e de uma colaboração cultural luso-brasileira. Deram-se também avanços significativos para a concretização da Comunidade Luso-Brasileira, mas que ainda ficaram pendentes da ratificação do Congresso brasileiro para que pudessem vigorar.

Na contramão das expectativas e anseios do governo português pela urgente concretização da Comunidade Luso-Brasileira, teremos de destacar os efeitos decorrentes da sucessão presidencial no Brasil. Ora, como já se sabe, quando Jânio Quadros ascendeu à presidência da República em janeiro de 1961, uma de suas primeiras atitudes foi rearranjar a política externa brasileira. Neste sentido, o novo presidente arquitetou uma Política Externa Independente, que defendia uma maior autonomia ao Brasil com relação aos Estados Unidos da América, e que tentou fechar acordos econômicos, comerciais e de outras naturezas com países não apenas capitalistas, mas também socialistas. Além disso, Jânio Quadros hostilizou a política colonialista de Salazar e rompeu com o apoio brasileiro antes concedido por JK ⁵²⁶.

Outros fatores ainda contribuíram para que o apoio do governo brasileiro à política colonialista do Estado Novo português chegasse ao fim, ou, pelo menos fosse interrompido. A explosão da guerra pela independência nos países africanos de colonização portuguesa, por exemplo, ia diretamente contra o propósito de luta pela paz e pelo desarmamento que configurava uma diretriz da nova política externa independente brasileira.

Além disso, a questão da idade avançada do próprio Salazar e o problema do futuro do regime estadonovista sem seu grande chefe ⁵²⁷ fazia com que a aliança com o

⁵²⁶ Como já foi dito antes na presente tese, “Com a ascensão à presidência do Brasil do governador de São Paulo, Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro com relação ao problema colonial português iria modificar-se inteiramente. Logo após eleito, o presidente Jânio Quadros manifestou publicamente a sua oposição à opressão colonialista, preconizando a rápida emancipação dos povos africanos e asiáticos. O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arino de Melo Franco, ao tomar posse em 1º de fevereiro de 1961, assumindo o seu cargo o vice-presidente João Goulart. A virada à esquerda e a nova política brasileira em relação à África, foram, no entanto, mantidas, sendo seu intérprete o novo chanceler, San Tiago Dantas, que intitulou a nova orientação da política externa do Brasil de *política externa independente*. Em uma obra publicada em 1962, afirmava ser um dos objetivos dessa política, “o apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole”. O recado para o governo português era bem claro”. MAGALHÃES, José Calvet de. “As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX” in *Incertas relações: Brasil- Portugal no século XX*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 109.

⁵²⁷ De acordo com Franco Nogueira, biografista da vida de Salazar, em maio de 1960, “Oliveira Salazar passou os setenta e um anos, e concentra-se mais e mais na idéia da morte breve. Cita Vieira com frequência: não há maior indício de se durar pouco do que haver durado muito. E diz, repisa aos seus íntimos: ‘já vivi muito, já vivi demasiado’. Há precisamente meio século fora a sua primeira matrícula na

governo português fosse repensada. Por último, destacamos a tensão diplomática entre os Estados Unidos da América sob o governo do presidente John Kennedy e o Portugal de Salazar, acentuada com a eclosão da guerra em Angola⁵²⁸. A formação de uma nova política externa norte-americana para a África estava fundamentada em princípios de base anticolonialista, alinhados a uma ideologia de modernização contrária aos ideais do Estado Novo português. Deste modo, Portugal ficava cada vez mais isolado no contexto da Guerra Fria, uma vez que seu imperialismo era contestado tanto pelo bloco soviético quanto pelo norte-americano, o que também concorria para que a política externa brasileira, sob as orientações de Jânio Quadros, interrompesse seu tradicional apoio concedido à antiga metrópole.

De todos os modos, é difícil dizer se foi a resistência do governo português ao reconhecimento da emancipação de suas colônias que resultou na prolongação da guerra colonial, ou se foi o novo desenho da política mundial voltada para África, enquanto continente autônomo e potencial zona de influência para as novas potências, que concorreram para o fim da parceria internacional luso-brasileira. De fato, as duas coisas influenciaram - cada qual à sua maneira - a nova reorientação da política externa

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; e desde então havia sido árduo o caminho e, por entre luzes e sombras, muitas as vicissitudes. Julga que se aproxima agora o fim. Repete: “Todos os dias me sinto declinar”. NOGUEIRA, Franco. *op. cit.*, volume 5, 2000, p. 23.

⁵²⁸ Vejamos os agravantes das realções luso-norteamericanas suscitados a partir das negociações entre Kennedy e Salazar pela independência angolana: “A diplomatic rift emerged in 1962 due to the divergent intellectual and cultural frameworks of the United States and Portugal that were appropriated into their foreign policy vis-à-vis Angolan decolonization. In both cases of lusotropicalismo as ideology in the Estado Novo, and modernization as ideology in the Kennedy administration, ideology would function in diverse contexts. That is to say, in some cases ideology would function “as a political instrument, in some cases, as an analytical model, at other times, as a Kennedy realized from practice that the NATO alliance system did not imply that Salazar would align Portugal with the United States in the name of ideological bipolar diplomacy. [...] The Cold War was not simply a two-sided arm wrestle on a global scale where Salazar could be expected to accept Kennedy’s policy favoring Angolan self-determination. Instead, diplomacy was more to do with crisis management between NATO allies on different issues, such as the question of colonialism”. MAK, Daniela. “Colonial Discourse in the Cold War: Negotiations Between António de Oliveira Salazar and John F. Kennedy over Angolan Independence and the Azores Base from 1961 to 1963” in *2009-2010 Penn Humanities Forum on Connections*, pp. 95-96.

Disponível em:
http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=uhf_2010&seiredir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dpresidente%2520kennedy%2520antonio%2520de%2520oliveira%2520salazar%26source%3Dweb%26cd%3D2%26ved%3D0CDUQFjAB%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1012%2526context%253DUhf_2010%26ei%3DrrsUdXbN4yy8ATw3oDIDw%26usg%3DAFQjCNGN7ZSJfymP51UCyUpzzEqLA4ieQ%26bvm%3Dbv.45175338%2Cd.eWU#search=%22presidente%20kennedy%20antonio%20de%20oliveira%20salazar%22 Acessado em 11/04/2013.

apostada em conferir ao Brasil um papel de liderança entre os países subdesenvolvidos, o que incluía a própria África, especialmente a de língua portuguesa.

De acordo com esta lógica, perdeu todo o sentido que a ex-colônia americana precisasse do intermédio de Portugal para lidar diretamente com os países africanos, uma vez que o novo contexto trazia consigo a oportunidade do Brasil vir a ser o próprio intermediador entre a América Latina e a África. Ademais, interessava ao governo brasileiro conceder apoio estratégico às causas independentistas dos países africanos de língua portuguesa, com os quais poderia criar um novo relacionamento mais vantajoso e menos competitivo à revelia das políticas de monopólio comercial impostas pela metrópole lusitana que em tanto desfavoreciam a venda do café e de outros bens de consumo primários brasileiros nos mercados consumidores internacionais.

O quadro da política externa brasileira, de Jânio Quadros em diante, pode ser resumido nas linhas seguintes:

As relações contemporâneas do Brasil com a África começaram no governo de Jânio Quadros. Embora presidente apenas por oito meses no ano de 1961, sua Política Externa Independente definiu uma alternativa para o apoio a Portugal defendido por seus predecessores, o que ocorreu no mesmo momento em que rebeliões violentas pela independência irrompiam nas colônias portuguesas na África. Jânio abriu embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal. Seu sucessor, João Goulart, continuou nessa linha até sua deposição pelos militares em 1964. O governo Castelo Branco reverteu a direção da política externa brasileira e prendeu seguidores dos movimentos para a independência da África portuguesa. As relações com os Estados Unidos e Portugal foram restauradas. O ministro das Relações Exteriores de Castelo Branco, Juracy Magalhães, declarou que “Tudo que é bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil”. Entrevistado por um jornalista português, Magalhães estendeu esse sentimento: “Tudo o que acontece de bom para Portugal é recebido com imenso agrado pelo Brasil”⁵²⁹.

Apenas após a instauração da ditadura militar brasileira é que as relações com Portugal são, em parte, recuperadas, tendo-se então retomado as negociações sobre o Tratado de Amizade e Consulta e da Comunidade entre os dois países. Contudo, podemos dizer que foi mais precisamente durante o governo de Marcelo Caetano que as

⁵²⁹ DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, São Paulo, Paz e Terra, 2011, p. 52.

investidas no relacionamento político-diplomático com o Brasil levadas a cabo pelo Estado Novo português deram o seu último ato simbólico. Referimo-nos às comemorações da independência brasileira em 1972, ocasião em que o presidente português Américo Tomás, acompanhado pelo sucessor de Salazar, foram ao Brasil para acompanhar a transladação dos restos mortais daquele que foi o “patrono da independência brasileira”: D. Pedro I, ou D. Pedro IV de Portugal.

As festas do sesquicentenário da independência do Brasil retomaram o perfil exaltador da amizade luso-brasileira presente nas comemorações henriquinas. O seu diferencial, no entanto, consistia no fato do Brasil ser chefiado, naquela conjuntura, por um ditador, oriundo do exército, o General Emílio Garrastazu Médici, um apreciador dos regimes antidemocráticos, o que, por si só, gerava uma espécie de empatia com o caso da realidade política portuguesa, cujo presidente era um Almirante oriundo da Marinha. Não obstante, a iniciativa do presidente Américo Tomás e do chefe do Conselho de ministros Marcelo Caetano de não apenas tomarem parte nas comemorações dos cento e cinquenta anos da independência brasileira, mas de entregarem os restos mortais do Imperador D. Pedro I do Brasil, foi um gesto de grande apelo sentimental e histórico que contribuiu para uma dinâmica reaproximação entre os dois países.

A recepção dos chefes políticos portugueses e dos restos mortais do Imperador D. Pedro I do Brasil foi acompanhada por um clima de

[...] júbilo e profunda gratidão. Desejo há muito acalentado pelo povo brasileiro, que já construíra no Monumento do Ipiranga, em S. Paulo, o mausoléu destinado a acolher as cinzas do seu Primeiro Imperador e Defensor Perpétuo, de norte a sul do país as manifestações foram as mais eloquentes, salientando-se o pronunciamento feito, a 12 de agosto de 1971, pelo ilustre Presidente Emílio Garrastazú Médici, na resposta que dirigiu ao eminente Chefe de Estado de Portugal, Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz. E a nossa gratidão será eterna e jamais desmerecida⁵³⁰.

Diante das palavras do embaixador do Brasil em Portugal naquela altura, o Professor Gama e Silva, podemos concluir que as comemorações do sesquicentenário

⁵³⁰ *A entrega dos restos mortais de D. Pedro IV à nação brasileira: depoimentos e entrevistas*, Lisboa, Oficinas gráficas da Companhia Nacional, 1972, pp. 17-18.

da independência brasileira encontraram na participação especial dos membros mais altos do governo português o espaço perfeito para o prolongamento dos moldes das comemorações cívicas que já analisamos e cujo apogeu foi alcançado nas festas henriquinas de 1960. Mas os tempos já eram outros.

Não muito depois da celebração brasileira de 1972, a ditadura estadonovista encontraria seu final com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) e o Brasil começaria a viver o processo de abertura do regime militar com a ascensão do General Ernesto Geisel ao poder. Eram começos de novos tempos para os dois países atlânticos, tempos de vicissitudes e transformações políticas e sociais que exigiam que cada qual prestasse mais atenção à sua própria situação interna e às exigências de suas respectivas subjetividades conjunturais e inserções geopolíticas regionais e globais. Encerrava-se, portanto, o ciclo das comemorações de espírito fraternal entre a antiga colônia americana e a ex-metrópole lusitana no contexto do Estado Novo português, ao mesmo tempo em que os resultados da participação brasileira nas comemorações henriquinas de 1960 se extinguíam, ou perdiam todo o seu sentido diante de um novo contexto histórico e político em acelerada mutação não só nos dois lados do Atlântico como nas partes do mundo tocado, há mais de quinhentos anos, pela aventura imperial portuguesa.

CONCLUSÃO

Como vimos ao longo desta tese, a ritualização do passado nacional tem sido uma forma de construir uma memória histórica cujo percurso é cerzido por uma série de acontecimentos exaltáveis e personalidades que sintetizarão as qualidades de um povo. Deste modo, a pretensão de Rousseau formular uma profissão de fé que fosse capaz de santificar os laços do contrato social ganhou uma liturgia própria com a voga dos centenários comtianos que, à sua volta, tornaram possível a calendarização de uma religiosidade cívica, posta ao serviço do culto da pátria ou da nação.

A partir do século XIX, a emergência dos Estados-nações na Europa trouxe consigo o renovamento das políticas de memória⁵³¹ que consistiam numa espécie de vigilância do exercício de recordação, mecanismo sob o qual se construíram e socializaram narrativas do passado em torno de identidades nacionais que se queriam forjar ou refundar como comunidades de destino. Não por acaso, os Oitocentos foram designados o “século da história” e a preocupação com as “lições” do passado tornou-se central, não apenas nas academias e universidades, mas também nas políticas educativas dos novos poderes. Com este propósito, atentamos para a intencionalidade do que se devia (re) memorar em detrimento do que interessava ser esquecido nas cerimônias invocadoras de uma determinada imagem do passado. Sob esta lógica, as comemorações analisadas assumiram a função pedagógica de exaltar uma memória comum aos portugueses e brasileiros, forjando um espírito de (con) fraternização entre estas duas nações. Deste modo, buscava-se legitimar os vínculos históricos e culturais luso-brasileiros e facilitar a reaproximação desta parceria no presente e futuro.

E a análise das festas cívicas portuguesas assim como da participação da ex-metrópole nas comemorações brasileiras foi capaz de nos revelar a relevância do lugar

⁵³¹ Segundo Fernando Catroga, “Esta maior privatização do recordar também teria desencadeado respostas compensatórias, de cariz mais público, fenómeno bem patente na concomitante importância que os vários poderes (Estado, município, grupos vários, família) dão, depois do seu primeiro período de apogeu nas últimas décadas do século XIX, a um renovado fomento de *políticas de memória*”. CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 2009, p. 28.

do Brasil na ritualização da história pátria portuguesa. Por outro lado, este exame também nos permitiu identificar a evocação das matrizes portuguesas na história brasileira, complementando, deste modo, a nossa compreensão do relacionamento entre a ex-colônia e a antiga metrópole sob uma perspectiva de interatividade.

Considerando que as comemorações são dotadas de uma “estratégia unanimista”⁵³², que intenciona produzir consensos, o estudo das mesmas também foi responsável pelo diagnóstico da construção de uma determinada imagem simbólica do Brasil, explorada e difundida pelas festas cívicas portuguesas. Ora, se considerarmos os centenários e as comemorações como liturgias cívicas capazes de sacralizar a pátria, como preconizou Rousseau, ou destinados ao culto dos grandes gênios das nações e da humanidade, como quis Comte, podemos concluir que o Brasil acabou por representar um elemento emblemático cuja evocação estratégica foi habilmente mobilizada para o fomento da autoestima nacional portuguesa, muito polarizada pelo lugar central que a sua mitologia destinava (e destina) à epopeia dos “descobrimientos”. Naturalmente, quando a fé patriótica encontrava-se ameaçada por conjunturas desfavoráveis à crença na grandiosidade do suposto destino da nação portuguesa - colonizar, civilizar e cristianizar o mundo - a exaltação da imagem da ex-colônia americana, que contava com o seu próprio consentimento, era invocada como prova histórica de capacidade de realização do seu desígnio civilizador.

Em contrapartida, o elogio da imagem da ex-metrópole também era uma prática comum das festas cívicas brasileiras, o que, por um lado, demonstrava o modo como o Brasil reagia às explorações simbólicas da ex-metrópole, e, por outro lado, indicava a sua cooperação enquanto agente promotor do culto à cultura de base luso-cristã. Pois, de fato, as comemorações investigadas também intencionavam demarcar as contribuições do mundo lusófono para o progresso da Humanidade concebida no sentido comtiano⁵³³. Ademais, sob a lógica progressista e acumulativa do tempo histórico, na qual se fundamentavam as comemorações, a figura da pátria portuguesa se revestia de majestosa responsabilidade pela inserção do Brasil no mundo civilizado europeu e cristão.

⁵³² CATROGA, Fernando. *op. cit.*, 1998, p. 222.

⁵³³ Relembramos aqui o sentido comtiano do termo “Humanidade” que discutimos na nota de rodapé de nº 8 da p. 10 da presente tese.

Assim, o gênio português obteve seu lugar sagrado nas ritualizações da história pátria brasileira como atesta o exame da participação da ex-metrópole nas festas cívicas da antiga colônia americana, a exemplo do tricentenário de Camões (1880), do centenário do Marquês de Pombal (1882), do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil (1900), do centenário da abertura dos portos (1908), do centenário da independência brasileira (1922), do tricentenário da restauração pernambucana e do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo (1954).

Além do culto ao mundo lusófono, o intercâmbio de homenagens, tão comum nestas solenizações em que se encenava a amizade luso-brasileira no período cronológico investigado, intencionava transmutar-se do campo simbólico para o terreno prático da diplomacia política de ambos os países. E aqui, não se tratou de negar o espírito de fraternidade que se construiu entre as duas nações desde as duas últimas décadas do século XIX até 1960, mas sim, de averiguar os avanços concretos que contribuíram para a evolução do relacionamento luso-brasileiro em decorrência destas cerimônias cívicas.

Contudo, nem sempre o alto investimento simbólico das comemorações conduzia a resultados práticos para os interesses convergentes da agenda luso-brasileira. Por exemplo, as comemorações realizadas nas últimas décadas do século XIX - o tricentenário de Camões (1880) e o centenário do Marquês de Pombal (1882) - foram sobretudo importantes do ponto de vista da aproximação ideológica e promoção de um diálogo sobre o exercício da política enquanto modelo de governo republicano entre intelectuais brasileiros e portugueses adeptos das doutrinas do Positivismo comtiano. Embora a utilidade destes centenários seja inegável enquanto marco de reaproximação entre os dois países em causa, particularmente desde a emancipação e proclamação da República no Brasil, ela não significou propriamente algum tipo de avanço no entendimento dos respectivos chefes de Estado, assim como não resultou em celebração de acordos, ou na convergência de interesses. Ora, o Brasil era então uma jovem república que havia exilado os Bragança do país, medida que, como se viu, contribuiu para um mal estar na relação com o governo da antiga metrópole. No entanto, é irrefutável que a realização destas festas constituiu a pedra de toque para o futuro estreitamento dos laços luso-brasileiros ao longo do século XX.

A realização do centenário da “descoberta” do caminho marítimo para a Índia (1898) não teve nenhuma relação com o Brasil, exceto, como vimos, algumas manifestações de adesão ao evento que surgiram por iniciativa da colônia portuguesa residente na ex-colônia americana. Seja como for, a celebração destas festas foi inócua para o desenvolvimento das relações luso-brasileiras. Por sua vez, o quadricentenário do “achamento” do Brasil foi celebrado com diferentes intensidades nas duas margens atlânticas. Como comprovamos, a celebração em terras portuguesas foi ofuscada pelo centenário indiano, por razões prioritárias na agenda imperialista lusitana, como a defesa de suas colônias (em África e na Índia), cobiçadas pelo imperialismo inglês e seus aliados, mesmo conjunturais (Alemanha). Em compensação, as comemorações das festas de 1900 no Brasil assinalavam um momento de suma relevância por simbolizarem as suas origens históricas. Diante disto, reservou-se um lugar de destaque especial aos seus “descobridores”, e a sobrevalorização da participação lusitana no evento significava um gesto de reaproximação do governo brasileiro para com a ex-metrópole, após os conflitos diplomáticos dos anos anteriores.

Mas, foi especialmente a partir de 1908, quando se comemorou o centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, que o entendimento entre a antiga colônia e a ex-metrópole parecia começar a ganhar consistência. Como foi abordado anteriormente, por ocasião deste centenário, o governo brasileiro dirigiu ao Rei D. Carlos um convite para tomar parte especial neste evento como convidado de honra. Contudo, devido ao episódio do Regicídio (um de fevereiro de 1908), aquela que seria a primeira visita oficial de um Chefe de Estado português ao Brasil desde sua emancipação política ficava inviabilizada. Mesmo assim, a celebração desta data contou com a ativa participação portuguesa, e os interesses comerciais, que passavam a surgir nesta conjuntura entre os dois países, já assinalavam a superação dos desentendimentos anteriores.

À medida que as intenções de cooperação entre os governos brasileiros e portugueses se intensificavam, os investimentos simbólicos depositados nas festas cívicas recrudesciam. Além disto, nas primeiras décadas do século XX, havia uma tendência crescente no cenário internacional que consistia no estreitamento das relações entre países que compartilhavam dos mesmos vínculos étnicos, culturais e históricos, como demonstrou o pan-germanismo e o pan-americanismo (que mais tarde originaria a

Organização dos Estados Americanos, da qual o Brasil veio a fazer parte). Sob este norte, começou-se a pensar na criação de uma Comunidade Luso-Brasileira, que agregasse as duas maiores nações de expressão cultural portuguesa ⁵³⁴.

Mas, foi em 1922, por ocasião do centenário da independência brasileira e quando Brasil e Portugal estavam ambos republicanizados, que suas relações viveram uma nova fase. Nestas comemorações, foi possível detectar um forte empenhamento nas encenações da amizade luso-brasileira, quer da parte do Brasil quer da representação portuguesa que integrou a realização destas festas. A presença do presidente português Antônio José de Almeida e a realização da primeira travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro são alguns os exemplos desse contributo.

Nesta conjuntura, a diplomacia portuguesa começava a projetar uma parceria internacional com o Brasil, que, por sua vez, demonstrava sua disposição a celebrar acordos comerciais com a ex-metrópole. Coincidentemente, a diplomacia portuguesa, ao participar deste centenário, tinha como parte de seus objetivos alcançar a regulamentação de um acordo comercial com o Brasil. No entanto, tal acordo não veio a acontecer, pois o então presidente brasileiro, Epitácio Pessoa, demonstrou-se mais preocupado em cumprir a agenda do curto mandato presidencial que lhe restava do que em tomar tais decisões ⁵³⁵. Seja como for, o caminho ficou aberto para que, mais tarde, em 1933, os governos brasileiro e português subscrevessem o Acordo Comercial Luso-Brasileiro, pelo qual ficava estabelecido que os produtos brasileiros podiam ser exportados para Portugal e desde daí distribuídos para outros países da Europa ⁵³⁶.

Em 1940, o Brasil participou, na qualidade de convidado de honra, nas festas do Duplo Centenário em Lisboa e deu continuidade ao processo de aproximação efetiva entre os dois países. Alguns fatores contribuíram para o estreitamento das relações luso-brasileiras naquele ano, tais quais, a natureza similar de seus respectivos regimes

⁵³⁴ C.f. “Da conveniência de um Accordo Luso-Brasileiro: conferência realizada, a 23 de novembro de 1909, na Sociedade de Geografia de Lisboa” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 76, parte 1, Rio de Janeiro, 1913, pp. 573-587.

⁵³⁵ Sobre a questão da visita oficial do Presidente Antônio José de Almeida ao Brasil e a tentativa de uma celebração de um Acordo Comercial com aquele país, C.f. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1990, pp. 58-59.

⁵³⁶ C.f. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1990, pp. 59-60.

políticos e interesses comuns em torno da regulamentação de novos acordos. Neste ímpeto, o Secretariado de Propaganda Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil tiveram êxito em suas negociações e celebraram o Acordo Cultural luso-brasileiro ⁵³⁷. Um ano depois, foi assinado um Protocolo Adicional ao Acordo Comercial de 1933, com o objetivo de facilitar as trocas comerciais entre Brasil e Portugal que, até então, se encontravam afetadas pela situação de crise econômica internacional provocada pela eclosão das duas grandes guerras ⁵³⁸. No ano de 1942, concretizou-se ainda um acordo para a regulação da tarifa postal interna entre os dois países ⁵³⁹.

Como tem demonstrado a história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, Getúlio Vargas foi um grande entusiasta do Estado Novo português e em muito contribuiu para o avanço das relações entre os dois países. Sem dúvida, a evolução do relacionamento luso-brasileiro deve muito à cooperação Vargas-Salazar e talvez uma de suas maiores conquistas date do início da década de 1950. Ora, oito anos após o fim do Estado Novo brasileiro, e outra vez no poder, Getúlio subscrevia, em 1953, com António de Oliveira Salazar o Tratado da Amizade e Consulta, que consistia essencialmente na institucionalização de um processo consultivo a que os dois países poderiam recorrer no que dissesse respeito à defesa de seus interesses perante as suas respectivas situações internacionais ⁵⁴⁰.

Não obstante, o bom relacionamento entre os governos de Getúlio Vargas e Salazar encontrava algumas limitações. Enquanto adepto do *nacionalismo* – uma corrente político-ideológica em vigor na diplomacia brasileira e que preconizava a extinção do colonialismo –, o presidente brasileiro não pôde conceder seu apoio ao projeto imperialista do Estado Novo português ⁵⁴¹. De fato, Getúlio já havia demonstrado suas

⁵³⁷ C.f. MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar – Biografia definitiva*, Tradução de Teresa Casal, 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Leya, 2011, pp. 25- 26.

⁵³⁸ C.f. MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*, 1997, p. 60.

⁵³⁹ C.f. MENESES, Filipe Ribeiro de. *op. cit.*, 2011, p. 26

⁵⁴⁰ C.f. *Ibidem*, 2011, p. 28

⁵⁴¹ Segundo Waldir José Rampinelli, “nacionalistas e cosmopolitas eram correntes político-ideológicas que atuavam no interior do aparelho estatal, como também disputavam duramente a política externa do país. Essa classificação foi formulada originalmente por Hélio Jaguaribe e, mais tarde, utilizada por diversos autores, dentre eles Sola (1998)”. RAMPINELLI, José Waldir. “A política internacional de JK e

convicções de base nacionalista quando se posicionou em favor das questões “dos movimentos surgidos na Tunísia, no Marrocos, e na Guiana Inglesa”⁵⁴². Atitudes como esta explicitavam a postura anticolonialista do presidente Vargas no âmbito da política internacional.

O próprio Antônio de Oliveira Salazar chegou a se queixar da dificuldade de conseguir o apoio brasileiro ao seu projeto imperialista, ao confessar que “o anticolonialismo é uma constante da política brasileira, mas outra constante é também o não-reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força”.⁵⁴³ Até então, e mesmo tendo sido assinalado o Tratado da Amizade e Consulta por Getúlio Vargas em 1953, a questão do apoio brasileiro aos interesses coloniais lusitanos, nomeadamente à dominação portuguesa na Índia e à preservação das colônias africanas⁵⁴⁴, ainda não havia se concretizado.

suas relações perigosas com o colonialismo português” in *Revista Lutas Sociais*, 1º ano, volume 17/18, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf Acessado em 20/12/2011.

Sobre a postura anticolonialista de Getúlio Vargas conferir: MENESES, Filipe Ribeiro de .*op. cit.* p. 29.

⁵⁴² C. f. RAMPINELLI, José Waldir. *As duas faces da mesma moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004, p. 26.

⁵⁴³ C.f. SALAZAR, Antônio de Oliveira. *op. cit.*, volume 6, 1944, p. 196.

⁵⁴⁴ Como vimos anteriormente, após a independência, em 1947, o governo indiano levantou objecções ao exercício do Padroado pelo governo português, considerando-o como uma “intervenção de um poder político estranho na designação das autoridades eclesiásticas com jurisdição em território indiano”. CRUZ, Manuel Braga da. *op. cit.*, 1999, p. 110. O mesmo tema também é abordado por Teotônio R. de Souza. Vejamos: “D. José da Costa Nunes sentir-se-ia frustrado na sua perspectiva e expectativas, e decidiu abandonar as suas responsabilidades episcopais na Índia em 1953, em protesto contra a decisão do Vaticano em aceder aos desejos do governo da Índia e de nomear um candidato nativo de Goa, arcebispo de Bombaim, para ser o primeiro cardeal da Índia independente. Para o governo português e para esse alto representante do Padroado português no Oriente a decisão do Vaticano era uma desconsideração pela acção histórica missionária de Portugal na Índia. Afirmava no discurso de despedida: ‘Terra onde estão os portugueses, portuguesa será sempre’”. SOUZA, Teotônio R. de. *op. cit.*, 2008, pp. 423-425. Com a independência da Índia, Portugal e o Vaticano assinaram um novo acordo em 18 Julho de 1950, onde se estabelecia a renúncia de Portugal a todos os direitos de Padroado na jurisdição da Índia. Era o início da redução das extensões geográficas subjogadas ao Padroado Português do Oriente, de modo que, na década de 1970 o Padroado Português do Oriente restringia-se unicamente à diocese de Macau que não muito tarde, teria sua legislação eclesiástica isenta da influência portuguesa e subjogada exclusivamente a Santa Sé. Para além da questão da dominação portuguesa na Índia que se enfraquecia cada vez mais desde a década de 1950, também se colocava o problema da conscientização das elites africanas sobre a questão da autonomia da África portuguesa, o que não deixava de constituir uma ameaça a dominação metropolitana. Acerca da questão da autonomia e da eclosão dos primeiros movimentos independentistas na África portuguesa, C.f. MARTINS, Gonçalves. *A descolonização portuguesa (As responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz, 1986; BITTENCOURT, Marcelo, “A criação do MPLA” in *Estudos afro-asiáticos*, nº 32, dezembro, Rio de Janeiro, CEEA/UCAM, 1997, pp. 185-208.

Apenas com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder é que o governo brasileiro veio a colaborar com o projeto imperial estadonovista, como vimos nos dois últimos capítulos da presente tese. Neste período, além da parceria política entre Juscelino e Salazar, o relacionamento luso-brasileiro beneficiou-se ainda por outras vias. Neste sentido, destacamos a consagração das teorias do lusotropicalismo desenvolvidas pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que serviram de fundamentação à idealização da especificidade do modelo colonial português. Para além de criarem uma atmosfera favorável à aproximação política, cultural, intelectual e científica entre o Brasil e Portugal, estas teses acabaram por divulgar, de um modo positivo, a obra colonizadora do gênio português, o que foi estrategicamente aproveitado como veículo de autopropaganda política por parte do Estado Novo português.

Deste modo, a partir destas décadas, a idéia de uma Comunidade Luso-Brasileira encontrou um terreno propício para sua regulamentação, que ganhou sua primeira forma com o Tratado da Amizade e Consulta de 1953. De acordo com Salazar, esta parceria entre a ex-colônia e sua antiga metrópole consistia numa espécie de recuperação dos vínculos históricos entre os dois países, que

De certo modo se pode dizer que, embora a título experimental, se refaz ou corrige agora a história em benefício comum, fazendo da comunidade luso-brasileira um instrumento de política internacional de Portugal e Brasil ⁵⁴⁵.

E foi com o propósito de paulatinamente concretizar essa Comunidade que o Presidente Café Filho visitou Portugal em 1955 ⁵⁴⁶, e o Presidente Craveiro Lopes o Brasil em 1957, ocasião em que foi assinada a Declaração Conjunta a 11 de junho de 1957 que criou uma Comissão Mista luso-brasileira encarregada de fiscalizar a

⁵⁴⁵ SALAZAR, António de Oliveira. *op. cit.*, *Sobre o Tratado Luso-Brasileiro...*, 1954, pp. 6-7.

⁵⁴⁶ A visita do presidente Café Filho a Portugal em 1955 retribuiu a última visita do presidente António José de Almeida ao Brasil em 1922, uma vez que desde então nenhum outro presidente brasileiro havia visitado Portugal após aquela data. No entanto, foi uma visita de demonstração da preservação e do desejo de solidificação dos laços luso-brasileiros representados pela efetivação de uma comunidade entre os dois países. Sobre a visita oficial de Café Filho a Portugal, C.f. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), sexta-feira, 35º ano, nº 11.631, 22 de abril, 1955, p.1; p. 10.

aplicação das disposições do Tratado de Amizade e Consulta nos dois países atlânticos⁵⁴⁷.

De fato, o quinto centenário de morte do Infante D. Henrique não podia ter se celebrado em uma data mais oportuna. Em 1960, o governo português almejava consolidar a Comunidade Luso-Brasileira e assim fortalecer sua estratégia de defesa à integridade e longevidade do Império lusitano em um tempo em que o direito de autodeterminação dos povos era preconizado pela ONU, e os blocos soviético e capitalista disputavam influência sobre as colônias ultramarinas portuguesas.

Com o propósito de acelerar as negociações para a concretização desta Comunidade e combater a conjuntura adversa que a política internacional apresentava à resistência imperialista do Estado Novo português, o quinto centenário henriquino não poupou esforços na exaltação da presença brasileira neste evento. Não por acaso, Juscelino Kubitschek foi chamado a tomar parte destas festividades, na qualidade de coanfitrião, ao lado do presidente Américo Tomás e de António de Oliveira Salazar.

Diante deste quadro, justificava-se que o centenário henriquino fosse o momento apoteótico das encenações da fraternidade luso-brasileira, em que a exploração simbólica da imagem do Brasil enquanto modelo bem sucedido da colonização portuguesa atingia seu zênite. E, se, por um lado, a exaltação da ex-colônia americana constituiu uma mais-valia para estratégias de autodefesa e autopropaganda do governo português, por outro lado, também representou uma oportunidade ímpar para que o próprio presidente Juscelino divulgasse os sucessos de seu governo.

Como foi visto no último capítulo deste trabalho de tese, os resultados destas festas foram bastante palpáveis para os interesses mútuos da diplomacia luso-brasileira. Dentre estes destacamos, sobremaneira, aqueles mais significativos para a concretização da Comunidade Luso-Brasileira, e que, apesar de terem de esperar a ratificação do Congresso brasileiro para que pudessem vigorar, já pareciam estar assegurados. O objetivo do governo português de consolidar a formação de uma parceria internacional com o Brasil nunca havia chegado tão perto de se concretizar.

⁵⁴⁷ C.f. *Diário de Lisboa*, (Lisboa), quarta-feira, nº 12.397, 37º ano, 12 de junho, 1957, p. 1; p. 9.

Contudo, findado o mandato presidencial de Juscelino, e com a ascensão de Jânio Quadros ao poder em 1961, esta parceria internacional luso-brasileira viria a ser interrompida pela formulação de uma nova política externa que rompia com o suporte tradicional à ex-metrópole e apoiava a independência dos países subjugados ao domínio estrangeiro⁵⁴⁸.

De modo genérico, pode-se dizer que, salvaguardados os condicionamentos das sucessivas conjunturas sobre os maiores ou menores graus de investimento simbólico nas encenações da fraternidade luso-brasileira, é possível identificar um traço comum em todas as comemorações portuguesas: a difusão de uma imagem positiva da antiga colônia americana que funcionava como espelho das qualidades de sua ex-metrópole.

Entretanto, como já afirmamos anteriormente ao longo desta investigação, a literatura escolar portuguesa apresentava vantagens sobre as comemorações cívicas no que respeita à função pedagógica de educar os espíritos no sentido de uma fraternidade luso-brasileira. Em sintonia com o comemoracionismo, os manuais escolares também desempenharam a função de ritualizar o passado da história pátria portuguesa, sacralizando os seus heróis e grandes acontecimentos no corpo de suas narrativas. Como já dissemos antes, devido ao uso continuado e seriado dos livros na formação escolar, estes detinham um papel fundamental no processo de internalização da memória histórico-nacional.

O caso específico dos manuais escolares elaborados entre 1880 e 1960 constituiu outro centro nodal de nossa análise. Devido ao caráter permanente do texto, esta palpável fonte primária de nosso trabalho de investigação oferece uma visão sequenciada nas abordagens que faz ao Brasil. Por isso, o seu exame possibilita o aprofundamento da dimensão do lugar de importância da ex-colônia americana no

⁵⁴⁸ “Com a ascensão à presidência do Brasil do governador de São Paulo, Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro com relação ao problema colonial português iria modificar-se inteiramente. Logo após eleito, o presidente Jânio Quadros manifestou publicamente a sua oposição à opressão colonialista, preconizando a rápida emancipação dos povos africanos e asiáticos. O ministro das Relações Exteriores, Afonso Arino de Melo Franco, ao tomar posse em 1º de fevereiro de 1961, assumindo o seu cargo o vice-presidente João Goulart. A virada à esquerda e a nova política brasileira em relação à África, foram, no entanto, mantidas, sendo seu intérprete o novo chanceler, San Tiago Dantas, que intitulou a nova orientação da política externa do Brasil de *política externa independente*. Em uma obra publicada em 1962, afirmava ser um dos objetivos dessa política, “o apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole”. O recado para o governo português era bem claro”. MAGALHÃES, José Calvet. *op. cit.*, 2003, p. 109.

interior das estratégias de defesa do projeto imperialista lusitano em sucessivas conjunturas políticas. Mas, a literatura escolar e suas ricas referências ao Brasil também nos exigiam uma leitura mais complexa sobre as permanências e as inovações que as “lições” sobre a antiga Terra de Vera Cruz indicaram ao longo dos anos.

Deste modo, constatamos que os paradigmas políticos e ideológicos condicionaram a elaboração dos livros escolares e influenciaram a formulação dos conteúdos educativos sobre o Brasil. Deste modo, vimos que, ao longo da Monarquia, as lições sobre o “descobrimento” e a colonização das terras brasileiras cantavam a ação dos jesuítas e militares portugueses e ressaltavam o processo de cristianização da nova colônia, o que já não acontecia nos manuais republicanos orientados por uma ideologia de base laicista e anticlerical.

Ao longo da República, vimos que foi comum a adoção de manuais monárquicos, embora outros livros tenham tido os seus conteúdos “corrigidos” à luz dos valores que o governo republicano intencionava socializar na formação escolar portuguesa⁵⁴⁹. Deste modo, os temas como o “achamento” e a colonização do Brasil eram abordados de modo sintético, onde não raro a obra dos jesuítas era silenciada ou secundarizada por outros aspectos, como, por exemplo, as respectivas explicações sobre o sistema de capitâneas hereditárias e a sua substituição pelo modelo dos governos gerais, pelo que se lembravam os nomes de Tomé de Sousa e Mendes Sá. Estas

⁵⁴⁹ Recuperamos aqui os esclarecimentos de Justino Magalhães, “Quando da implantação da República, na sequência da Proclamação de 5 de Outubro de 1910, foi remetida para a posterior Reforma da Instrução uma política sobre os livros escolares para o Ensino primário. Nessa contingência, o governo retomou as orientações políticas e as listagens de 1903, com as alterações introduzidas em 1907, muito embora salvaguardando que era uma deliberação provisória: “Fica entendido que, visto tratar-se duma reforma que torne o ensino primário condigno da educação, que o Governo da República deve preparar ao povo português, as aprovações agora decretadas são feitas sem prejuízo daquela reforma” (Decreto de 21.10.1910; art. 6º. § único). De facto, havia motivos para não adiar as deliberações. O ano escolar estava a iniciar-se e, em consonância com a deliberação de 1908, os livros então aprovados deveriam ficar em vigor por cinco anos, ou seja até final do ano lectivo de 1912-13. No entanto, a decisão política teria sido de ruptura, caso não fossem reconhecidos o mérito e a actualidade da acção científica e de abertura à evolução pedagógica e às melhorias 4 *Ibidem*, *ibidem* editoriais, levados a cabo pelo Conselho Superior de Instrução Pública ao longo da década anterior, particularmente após a suspensão do Regime da Uniformidade do Livro Escolar. Em face desse reconhecimento, por decreto de 21 de Outubro de 1910, o governo republicano retomou as listas de livros aprovadas em 1908, mandando que fossem introduzidas as alterações circunstanciais, ordenadas pela Comissão Técnica, livro a livro 5. Tratava-se, como se exemplificará, de mudanças terminológicas e de foro ideológico. Nos livros de carácter técnico, como eram os de desenho e de caligrafia, não foram introduzidas alterações. Sintomático de que o texto historiográfico escolar sobre Portugal era já do agrado do regime republicano é que também nos livros de Corografia de Portugal foram apenas introduzidas rectificações de terminologia”. MAGALHÃES, Justino, *op. cit.*, 2011, pp. 99-100.

temáticas assumiam maior importância nas narrativas dos manuais republicanos do que naquelas que se referiam à obra dos jesuítas, ou a qualquer outro tópico ligado à Igreja.

Por sua vez, a literatura escolar estadonovista, em consonância com o preceito ideológico de recatolicização da sociedade portuguesa, veio novamente colocar em evidência o papel histórico da Igreja na formação do Brasil e potencializou a exaltação da obra civilizadora (cristianizadora) da Pátria lusitana em solo americano. Com este propósito, os manuais do Estado Novo foram os maiores responsáveis por uma preconização da fraternidade luso-brasileira mediante a idealização do passado comum aos dois países, como atesta o exame das lições dos manuais de história, leitura e geografia.

Vimos também que a ex-colônia americana ora ganhava menos protagonismo, ora mais, dependendo do objetivo que as lições pretendiam fixar na memória de seu público alvo. Neste sentido, vimos que os manuais do século XIX dedicavam mais páginas à Índia do que ao Brasil, o que se justificava pelas questões coloniais suscitadas após o Ultimato Inglês e pelas disputas de interesses com a Grã-Bretanha sobre as possessões portuguesas na África. Paulatinamente, ao longo da República, os manuais passaram a aprofundar as suas abordagens relativas à ex-colônia americana, mas o advento do Estado Novo fez aumentar as abordagens que exaltavam a imagem do Brasil em defesa do próprio modelo de colonização portuguesa.

Os debates vigentes na historiografia luso-brasileira, que envolviam as teses de sigilo e a intencionalidade dos descobrimentos, também repercutiram na valorização positiva da ação lusitana na gênese do encontro do território a que se chamará Brasil, especialmente a partir de meados da década de 1910 em diante. Embora já houvesse referências a estas teses nos manuais da República, foi a partir do Estado Novo que elas mais se vulgarizaram, não só porque a sua fundamentação passou a ser mais sólida, mas também porque elas permitiam combater alguma lusofobia interessada em credibilizar outras precedências.

De todos os modos, o esquadramento da imagem do Brasil, vulgarizada pela literatura escolar portuguesa produzida entre 1880 e 1960, nos permitiu concluir que as transformações na maneira de enxergar a ex-colônia não apresentam transfigurações dicotômicas e são muito sutis, ao ponto de só poderem ser bem identificadas na média

duração. Na verdade, em praticamente quase todos os manuais analisados, a representação do Brasil serviu para consolidar o sentimento patriótico português em articulação com a ideia de Império colonial. Esta função simbólica da imagem da ex-colônia foi sendo explorada progressivamente a favor da pedagogia da fraternidade luso-brasileira, à medida que os laços entre os dois países iam-se apertando.

Naturalmente, este aspecto da evocação do elemento brasileiro nos manuais plasmou-se, em primeiro lugar, na idealização do passado comum entre os dois países, pelo que os silenciamentos estratégicos acerca das crises entre a ex-metrópole e a antiga colônia, bem como sobre a escravidão indígena e (especialmente) africana e sobre a questão da independência brasileira se tornavam inevitáveis. Nenhuma tensão ou ruptura deveria ser ressaltada nas narrativas dos vínculos históricos e culturais luso-brasileiros.

Em segundo lugar, pudemos verificar que, do Estado Novo em diante, ocorreu uma espécie de uniformização da retórica manualística que sobrevalorizava o caso brasileiro como a grande obra civilizatória da nação portuguesa. Ora, se isto não era uma novidade, o que mudou teve mais a ver com a forma como as releituras acerca da formação do Brasil foram apropriadas pelo novo ideal de Império que o Estado Novo passou a justificar e até a constitucionalizar. Como se sabe, o governo estadonovista intentou forjar uma continuidade histórica com os tempos áureos das “Grandes Navegações” portuguesas como meio de ofuscar a decadência que se vivia no presente. Para isso, promoveu uma atualização do ideal de Império com o Ato Colonial (promulgado em 1930). Mas, retomando uma terminologia antiga e que havia sido modificada em 1935⁵⁵⁰, fez com que as colônias passassem a denominar-se “estado” (Índia, 1946) e “províncias ultramarinas” (1951), a fim de igualmente se abandonar o uso da expressão “império colonial português”. Como já dissemos, estas medidas tinham por escopo o encobrimento da componente colonialista da política do Estado Novo, sob a imagem de uma nação una, indivisível, pluricontinental, multirracial e multirreligiosa.

Do ponto de vista ideológico, a “Política do Espírito” se encarregava de interiorizar o novo ideal de nação nas consciências dos cidadãos portugueses. As reformas

⁵⁵⁰ C.f. GONÇALVES, Williams da Silva. *op. cit.*, 2003, p.80.

educacionais decretadas pelo governo estadonovista também atenderam a este mesmo propósito. Dentre estas, sublinhamos a Reforma de Carneiro Pacheco (1936), responsável pela instituição do regime do livro único que acabou por padronizar os conteúdos dos manuais e se repercutir diretamente sobre a concepção das referências manualísticas ao Brasil, padronizando-as e fortalecendo, assim, a geração de consensos erguidos sobre uma visão estereotipada da ex-colônia.

Neste sentido, a literatura escolar passou a retratar o Brasil como a prova viva dos talentos da colonização portuguesa diante dos processos de miscigenação, destacando a sua capacidade para fazer conviver harmonicamente diferentes raças sob as insígnias da Pátria e da Igreja. A mensagem implícita a estes ensinamentos acabava por sugerir esta especificidade do modelo colonial português como uma espécie de condição preliminar ao progresso histórico da nação brasileira. À parte desta inovação, que a literatura escolar estadonovista trouxe em suas representações do Brasil, reparamos ainda que a figura da ex-colônia americana não é apenas ressaltada como uma passagem dourada da história áurea dos “descobrimentos” portugueses, como já ocorria nos livros escolares elaborados anteriormente. A partir de então, mormente os livros de leitura e geografia, passavam a fazer referências ao estado atual de desenvolvimento e progresso do Brasil, o que não deixava de ser uma forma de exaltar a obra da civilização portuguesa que ainda estava em marcha tanto lá como em outras partes do mundo.

Além disto, a idealização do elemento brasileiro, veiculada nas narrativas dos manuais escolares produzidos no contexto do Estado Novo, acabava por se confundir com os propósitos da suposta missão histórica da nação portuguesa de colonizar e civilizar os povos sob a ótica de Salazar. O que equivale dizer que o dever da nação portuguesa consistia em construir “novos Brasis” no mundo. Deste modo, erigia-se um paradoxo: o exemplo, empolado como positivo, acabava por sugerir uma espécie de parâmetro para avaliar os graus de desenvolvimento das outras províncias ultramarinas portuguesas. Ou seja, a apologia ao Império lusitano embasada no louvor à imagem de uma ex-colônia há tantos anos emancipada, acabava por negar o direito de autodeterminação àquelas nações que lutavam por sua independência (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e etc).

Finalmente, se confrontarmos a apreciação das festas cívicas com a crítica da literatura escolar portuguesa correspondentes ao recorte cronológico entre 1880 e 1960, podemos concluir que o lugar de relevância do Brasil na ritualização do passado português não era estático, uma vez que variava conforme as táticas de luta pela sobrevivência do Império lusitano em sucessivas conjunturas políticas e ideológicas. No entanto, é inegável que havia um eixo comum entre as representações da ex-colônia nas linguagens destas duas metamemórias – comemorações e manuais. Trata-se do reconhecimento de uma natureza positiva na formação histórica e cultural do Brasil que se ligava diretamente ao seu processo de colonização. Aos olhos das narrativas historicistas da pátria portuguesa, o Brasil foi ganhando relevo à medida que crescia e ganhava espaço no cenário internacional e se revelava como uma potencial parceria para sua velha metrópole. Assim, a joia do Império lusitano de outrora foi se convertendo em uma espécie de mito litúrgico capaz de conferir halos sagrados à mística imperial portuguesa desde os últimos anos da Monarquia passando pela República até a vigência do Estado Novo, período em que encontrou sua convocação máxima.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

1. Publicações Seriadas [consultadas em vários anos]

Portugal

Portugal, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 344, 39º ano, 1954.

Ibidem, nº 410, 35º ano, agosto, 1959.

Ibidem, nº 422-423, 36º ano, 1960.

Ibidem, nº 426, volume 36, 1960.

Ibidem, nº 432-433, 37º ano, 1961.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 19ª serie, nº 1 e 2, janeiro - fevereiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

SIMÕES, Alberto. “Duas comemorações centenárias Luso-brasileiras: quarto centenário da fundação de S. Paulo, terceiro centenário da restauração de Pernambuco” in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, nº 88, 1954, pp. 59-61.

GUERREIRO, Jerônimo Alcântara. “Dois centenários luso-brasileiros: conferência realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Lourenço Marques, na tarde de 5 de novembro de 1954, com assistência do elemento oficial e corpo consular, integrado no ciclo de comemorações do 4º centenário da fundação da cidade de S. Paulo e 3º centenário da fundação da libertação de Pernambuco, levada a efeito pela sociedade de estudos sob os auspícios do governo da Província e com a colaboração do Rádio Clube de Moçambique/ Jerónimo Alcântara Guerreiro” in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, nº 88, 1954, pp. 17-31.

Brasil

“Da conveniência de um Accordo Luso-Brasileiro: conferência realizada, a 23 de novembro de 1909, na Sociedade de Geografia de Lisboa” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 76, parte 1, Rio de Janeiro, 1913, pp. 573-587.

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores apresentados ao Presidente da República do Brasil, Rio de Janeiro, Serviço de Publicações, 1955-1960.

2. Publicações Periódicas:

Brasil

A Provincia de São Paulo, (São Paulo), domingo, nº 1588, 6º ano, 13 de junho, 1880.

Ibdem, terça-feira, nº 1589, 6º ano, 15 de junho, 1880.

Ibdem, terça-feira, nº 2140, 8º ano, 09 de maio, 1882.

A Gazeta: Edição comemorativa da passagem do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, São Paulo, segunda-feira, nº 14.590, 68º ano, 25 de janeiro, 1954.

A Constituição, (Fortaleza), domingo, nº 36, 20º ano, 07 de maio, 1882.

Diário de Pernambuco, (Recife), quarta-feira, nº 126 - n 1º 178, 34º ano, 1922.

Ibdem, sábado, nº 175, 71º ano, 06 de agosto, 1960.

Correio da Manhã, (Rio de Janeiro), terça-feira, nº 2.584, 8º ano, 11 de agosto, 1908.

Ibdem, nº 20.662- nº 20.664, 60º ano, 1960.

Correio Paulistano, (São Paulo), sábado, nº 7062, 28º ano, 12 de junho, 1880.

Folha da Manhã, (Rio de Janeiro), domingo e segunda-feira, nº 9.151, 29º ano, 24 e 25 de janeiro, 1954.

Ibdem, quinta-feira, nº 9.154, 29º ano, 28 de janeiro, 1954.

Folha Portuguesa: porta-voz da colônia portuguesa do Brasil, 21 de março, 1956. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/hemeroteca.php?periodico=titulo&titulo=Folha%20Portuguesa:%20porta-voz%20da%20colonia%20portuguesa%20do%20Brasil> Acessado em 22/06/2014.

FREYRE, Gilberto. “A propósito do atual regime português” in *Diário de Pernambuco*, (Recife), domingo, nº 54, 69º ano, 16 de junho, 1957.

Ultima Hora, (Rio de Janeiro), quinta-feira, nº 3.100, 04 de agosto de 1960.

O Estado de São Paulo, (São Paulo), quinta-feira, nº 7881, 26º ano, 03 de maio, 1900 - sábado, nº 26.074, 81º ano, 30 de abril, 1960.

O Democrata: órgão do Club deste nome (Pernambuco), nº 18, 1º ano, 19 de junho, 1880.

O Paiz, (Rio de Janeiro), terça-feira, 11 de agosto, nº 8713, 24º ano, 1908.

Portugal Democrático [periódico mensal], (São Paulo), nº 40, 4º ano, setembro, 1960.

(Jornais da colônia portuguesa do Brasil) *A voz de Portugal* (1936); *O mundo português* (1970); *Folha Portuguesa: porta-voz da colônia portuguesa do Brasil* (1956); *Colônia Portuguesa: por Portugal! Pelos portugueses!* (1925); *O Lusitano: órgão dedicado a colônia portuguesa no Brasil* (1908); *A Patria: Orgam da Colônia Portuguesa* (1904). Estes jornais foram encontrados em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/jornais.php?pesq2=1&nomet=245&ano=> Acessado em 12/10/2012. Também foi consultada a página de informação sobre os periódicos e jornais da comunidade lusófona espalhada pelo mundo. Disponível em: <http://lwdzz.rewardzone.servedfruit.biz/?sov=327118208&hid=djjrdmpdff&redid=7872&id=XNSX.n%2Fa-r7872> Acessado em 22/06/2014.

Portugal

COELHO, Latino, “República do Brasil” in *O Século*, (Lisboa), sábado, 9º ano, n.º 2.790, 16 de novembro, 1889.

Diário de Lisboa, (Lisboa), n.º 640, 3º ano (1923) - n.º 13.532, 40º ano, (1960).

Diário Popular, (Lisboa), sábado, n.º 4507, 13º ano, 23 de abril, 1955.

FREITAS, Rodrigues. “Regenera-te ou morrerás” In *Anathema* (número único), Coimbra, A. V. M., A.P.R., 1890, pp. 22-23.

VARNHAGEN, F. A. “Crônica do descobrimento do Brasil”, in *O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, (Lisboa) , n.º 1 – n.º 7, volume 4, janeiro – dezembro, 1840.

PEDRA, A. Vianna; MASSA, João Baptista. *et. al. O Panorama: Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis*, (Lisboa), volume 1, maio-dezembro, Lisboa, Imprensa da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Uteis, 1837.

O Século, (Lisboa), quinta-feira, n.º 28.072, 80º ano, 02 de junho, 1960.

Ibidem, sábado, n.º 2.136, 80º ano, 06 de agosto, 1960.

Revistas

Brasil

“Especial Brasília 50 anos” in *Revista Veja*, novembro, São Paulo, Editora Abril, 2009, p.132.

ABREU, João Capistrano de. “Vaz de Caminha e sua carta” in *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo 24, 1908, pp. 134-147.

Brasil-Portugal – Revista quinzenal ilustrada, n.º 32- n.º 35, 2º ano, 1900.

COIMBRA, João. “Discurso lido na sessão magna do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano a 26 de janeiro de 1900, commemorando a descoberta do Brasil e a rendição do domínio holandez” in *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n.º 53, Recife, 1900, pp. 109-116.

FERRO, Antônio. “Os novos de Portugal aos novos do Brasil” in *Ilustração Brasileira*, n.º 22, 2º ano, 24 de junho, Rio de Janeiro, 1922, p. 6.

SAMPAIO, Theodoro. “O caminho da índia: discurso proferido pelo sócio Sr. Dr. Theodoro Sampaio como orador official do Instituto, na sessão Magna de 20 de maio de 1889” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume 3, 1898, pp. 234-236.

Revista do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, n.º 1, São Paulo, Órgão Oficial da Comemoração do Quarto Centenário, 1954.

Revista Manchete, n.º 435, 20 de agosto, Rio de Janeiro, Editora Bloch, 1960.

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 63, parte 2, 3º e 4º trimestre, Rio de Janeiro, 1902.

Portugal

O Positivismo: Revista de Philosophia (1879 – 1880), volume 2- volume 4, Porto, Livraria Universal, 1880.

Ibidem, volume 4, Porto, Livraria Universal, 1882.

BASTOS, Teixeira. “Introdução à História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero e últimos Harpejos do Sr. Sílvio Romero” in *Revista de Estudos Livres*, volume 1, 1883.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Infante D. Henrique em comemorações de morte e vida no século XX” in *Revista de Ciências Históricas*, volume 9, Porto, Universidade Portucalense, março, 1994, pp. 135-149.

ALMEIDA, José de. *Azagaia*, Coimbra, Typographia Operária, 2º fascículo, janeiro, 1892.

Comissão Executiva dos Centenários. *Revista dos Centenários*, nº 13, 31 de janeiro, 2º ano, 1940, Lisboa.

Ibidem, nº 24, 2º ano, dezembro, 1940.

QUENTAL, Antero; REIS, Jaime Batalha. *Revista Occidental*, 1º ano, tomo 1, fascículo 1, 1875.

3. Manuais escolares

A. Macedo; H. Pacheco; J. Figueiredo. *O meu companheiro: Livro de leitura para a 2ª classe*, 4ª edição, Lorenço Marques, Edições Casa Bayly, 1972.

AFFREIXO, José Maria da Graça. *Compendio de História de Portugal*. Coimbra, Casa Minerva, 1882.

ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*, volume 6, Coimbra, Editor Fortunato de Almeida, 1917.

ALMEIDA, Fortunato. *Curso de Geografia Física e Política*, 5ª edição, Coimbra, Editor Fortunato de Almeida, 1917.

ARMANDO, Ribeiro Padre. *Falar, Ler e Escrever*, Lourenço Marques, Livraria Bazar Oriental, 1967.

BARROS, Olga; SILVA, Maria Luisa Cardoso. *Portugal, Ditosa Pátria: Livro de leitura para a 4ª classe*, Portugal, Província de Moçambique, Imprensa Moderna, Lourenço Marques, 1970.

BARROS, Tomás de; LOBO, José. *História de Portugal para a quarta classe do Ensino Primário (em harmonia com o novo Programa)*, Porto, Editora Educação Nacional, 1943.

- BELCHIOR, Manuel; GONÇALVES, Américo. *Terra bem amada: leituras para a terceira classe do ensino primário*, Moçambique, Portugal, Impressor Académica, 19--?.
- BENSAÚDE, Jane. *O meu Terceiro Livro, adoptado oficialmente para a 3ª classe das Escolas Primárias*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- BISMARCK, Domingos. *Noções de História Pátria para os alunos da quarta classe do Ensino Primário e admissão aos Liceus*, 2ª edição, Porto, Livraria Avelar Machado, 1943.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo, *Geografia geral, actualizada e adaptada à instrução secundária*, 13ª edição, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1912.
- BRUNO, G. *Le tour de la France par deux enfants: devoir et patrie* (Cours Moyen), deux cent seizième édition conforme aux programmes du 27 julliet 1882, Paris, Librairie Classique Eugène Berlin, 1891.
- CHAGAS, Franco; MAGNO, Aníbal. *Primeiros esboços da História de Portugal*, Ensino Primário, Lisboa, Tipographia Paulo Guedes, 1913.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro. *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas*, Lisboa, David Corazzi Editor, 1880.
- LAGE, José Gonçalves. *Noção elementar da história moderna de Portugal*, 4ª edição, Porto, Livraria Portuguesa, 1892.
- LOBATO, Monteiro. "Terra Amiga" in *Caminhos Portugueses: livro de leitura para a 4ª classe*, Porto, Edições Lello, 1965, p. 169.
- MAGALHÃES, A. Leite; PRUDENTE, A. Alves. *ABC das Escolas*, Nova Goa, Livraria Artur Viegas, 19--?
- MARTINS, A. A. de B. *Esboço histórico do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1901.
- MARTINS, Julio; MOTA, Jaime da. *Colectânea de textos da língua portuguesa, volume 1*, 2ª edição, 1º ano do Ensino Liceal, Lisboa, Didactica Editora, 1972.
- MASCARENHAS, Arsénio Augusto Torres de. *Compendio de Historia de Portugal: para uso dos alunos das três primeiras classes dos Liceus*, 7ª edição, Lisboa, Typografia Correia & Rapozo, 1915.
- MASCARENHAS, Arsenio Augusto Torres de. *Compendio de Historia Geral para os alunos da Quarta e quinta classes do curso dos lyceus (Ensino Secundario Official)*, Lisboa, Typographia do Anuario Commercial, 1907.
- MATTOSO, António G. *Compêndio de História Medieval, Moderna e Contemporânea para as IV e V classes dos liceus*, 1ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1933.
- MATTOSO, António G. *Compêndio de História para IV classe do curso geral dos liceus*, 1ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1935.
- MATTOSO, António G. *História da Civilização – Idade Média, Moderna e Contemporânea*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952.
- MATTOSO, António G. *História de Portugal*, volume 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1939.

- MATTOSO, António G. *Mar português: leituras da história de Portugal* (ensino técnico profissional), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951.
- MATTOSO, António G.; AGUILAR, Irondino Teixeira. *Nobre Povo, Nação Valente – Leituras para o ciclo preparatório do ensino técnico profissional*, Porto, Porto Editora, 1960.
- MATTOSO, António G.; HENRIQUES, António. *Casa Lusitana: Leituras da História de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 19--?.
- MATTOSO, António G.; HENRIQUES, António. *Casa Lusitana: Leituras da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1956.
- MATTOSO, António G.; MATIAS, A. Marques. *Nau Catarineta – livro de leitura para o ensino técnico profissional*, volume 1, 2ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 19--?.
- MATTOSO, António G.; HENRIQUES, António. *Casa lusitana: leituras da história de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 19--?.
- MATTOSO, António G; HENRIQUES, António. *Compêndio de História Geral e Pátria II - Moderna e Contemporânea: ensino técnico e profissional*, Porto, Porto Editora, 1961.
- MELLO, Joaquim Lopes Carreira de. *Compendio da Historia de Portugal desde os primeiros povoadores até os nossos dias*, Lisboa, Typografia Castro & Irmão, 1883.
- MORAIS, José António; CARVALHO, Cândido. *Compêndio para o estudo da história de Portugal para o II e III cursos, aprovado pelo Ministério da Guerra*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1933.
- MOTA, Jaime; MARTINS, Júlio. *Vamos ler: Livro de língua portuguesa para a V classe*, volume 1, Lisboa, Livraria Didáctica Editora, 1966.
- MOURA, Ignacio Baptista de. *Brasil - Portugal: a primeira travessia aérea inter-oceânica, de Lisboa ao Rio de Janeiro em 1922*, Belém, Oficinas Graphics do "Instituto Lauro Sodré", 1922.
- MULLER, Adolfo Simões Muller. *Através do Continente Misterioso: Serpa Pinto e suas viagens*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1962.
- PATRÍCIO, Amílcar A.; LOUREIRO, Julio Leal. *Compêndio de Geografia para o 2º ciclo dos liceus*, volume 2, 4º e 5º anos, Porto, Porto Editora, 1954.
- PAULA, Beatriz Mendes; GOUVEIA, Maria Alice. *Selecta de Língua e História Pátria para o 1º ano dos Liceus*, 4ª edição, Lisboa, Empresa Literaria Fluminense, 1967.
- PEDROSO, Consiglieri. *As grandes épocas da Historia Universal*, Porto, Livraria Civilização, 1883.
- PERÊA, Manuel Paulo; PERES, Damião. *Historia de Portugal segundo o programa oficial para as classes VI e VII do Ensino Secundario*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921.
- PEREIRA, João Félix. *Compendio de Geographia para uso da instrucção secundaria*, 12ª edição, Lisboa, Typ. Da Bibliotheca Universal, 1883.
- PIMENTA, Romeu. *A nossa história contada às crianças*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1944.

- QUEIRÓS, Maurício de. *A linda História de Portugal: manual de leitura para as escolas primárias*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1957.
- ROMÃO, José; CORREIA, Natália. *ABC Nacional*, Lisboa, Livraria Enciclopedia, 1937.
- ROMÃO, José; TRINDADE, Leonel; et. al. *Resumo de História de Portugal segundo os programas de Ensino Primário*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Albano de Sousa & Barbosa, 1942.
- S/ Autor. *Livro de leitura da Terceira classe*, Luanda, Edições ABC, 1965.
- S/ Autor. *O livro da terceira classe: ensino primário elementar*, Porto, Livraria Figueirinhas, 4ª edição, 1958.
- S/Autor. Governo Geral de Angola. *O livro do terceiro ano: ensino primário rural*; Porto, Edições Lello, 1963.
- S/Autor. *Portugal no mundo: livro de leituras para a 4ª classe*, Lourenço Marques, Província de Moçambique, 1966.
- S/Autor. *Vamos aprender a ler: Iniciação da leitura*, 2º caderno, Portugal, Governo Geral de Angola, Edições Lello, volume 2, 1962.
- SÁ, Mario de Vasconcelos. *Compendio de Geografia Elementar, parte 3 para quinta classe dos liceus*, Pôrto, Livraria Chardon de Lélo, 1919.
- SALES, José E. Moreira. *Historia de Portugal para o 2º curso de habilitação das escolas regimentais*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1933.
- SEABRA, Eurico. *Historia summaria de Portugal: ensino secundario official*, I, II e III classes, 2ª edição, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1909.
- SERRANO, Jonatas. “Do réstelo a Vera Cruz” in *Casa Lusitana: leituras da História de Portugal* (de harmonia com o Programa de História Pátria para o ciclo preparatório do Ensino Técnico Profissional), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1956, pp. 98-99.
- SILVA, Augusto Luso da. *Compendio de Geographia para uso dos lyceus*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.^a, 1881.
- SOARES, João. *A Idade Moderna e Contemporânea: compendio para a V classe dos liceus*, 4ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1932.
- SOARES, João. *Novo Atlas Escolar Português Histórico Geográfico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1963.
- SOUSA, Tarquínio de. “Os Bandeirantes” in *Casa Lusitana: leituras da História de Portugal*, 13ª edição, Lisboa, Livraria Sá Costa, 1967, p. 207.
- TEIXEIRA, António Manuel da Cósta. *Cartilha Normal Portuguêsa – curso preparatório para o 1º anno do Ensino Primário Completo*, Edição colonial, Pôrto – Cabo Verde, Editor Victorino da Motta & Commandita, 1902.
- WILSON, Amélia de Moraes; WILSON, Ralph. L. *Livro de Leitura da primeira classe*, 4ª edição, Bela Vista, Tipografia do Dondi, 1954.

4. Opúsculos, catálogos, estudos e outras fontes impressas:

A entrega dos restos mortais de D. Pedro IV à nação brasileira: depoimentos e entrevistas, Lisboa, Oficinas gráficas da Companhia Nacional, 1972.

ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil pelos portugueses*, Rio de Janeiro, Laemmert e C., 1900.

ABREU, João Capistrano de. “O descobrimento do Brasil – povoamento do solo – evolução social”, in *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, pp. 128-189.

ABREU, Jorge de. *A Revolução Portuguesa: o 31 de janeiro (Porto, 1891)*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912.

ALMEIDA, António José de. *Discursos do Dr. António José de Almeida*, Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922.

Associação do quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. *Livro do Centenário (1500-1900)*, volume 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

AZEVEDO, Moreira. “O descobrimento do Brazil, intuítos da viagem de Pedro Álvares Cabral” in *Livro do Centenário (1500-1900)*, volume 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, p. 42.

BARBOSA, Rui. “Discurso pronunciado a 8 de maio de 1882 por parte do Club de Regatas Guanabarenses no Imperial Theatro Pedro II” in *Obras completas de Rui Barbosa: discursos e trabalhos parlamentares – centenário do Marquês de Pombal; O desenho e a arte industrial*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, volume 9, tomo 2, 1882, p. 198-199.

BARRETO, Pereira. *Soluções positivas da Política Brasileira*, São Paulo, Livraria Popular, 1880.

BARROSO, Gustavo. *Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*. Exposição do Museu Histórico Nacional. Catálogo descritivo e comentado, organizado por... (Diretor do Museu Histórico), Rio de Janeiro, Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, 1940.

BETTENCOURT, Gastão de. *O Tricentenário da Restauração Pernambucana: o sentido luso-brasileiro das comemorações*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955.

BRAGA, Teophilo. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1884.

CALDAS, Honorato. *A deshonra da Republica: artigos publicados e memórias inéditas do cárcere, sobre a Revolta da Esquadra e o governo do Marechal Floriano Peixoto*, Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1895.

Câmara municipal do Porto. *Boletim Cultural: volume dedicado às comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique*, volume 23, março-junho, fascículo 1-2, 1960.

Câmara Municipal do Porto. *Boletim Cultural: volume dedicado às comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique*, volume 23, março-junho, fascículo 1-2, 1960.

- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brazílica, ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*, volume 1, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817.
- COELHO, Latino; MOREIRA, Henrique, et. al.. *O Marquez de Pombal: obra comemorativa pelo centenário de sua morte mandada publicar em Lisboa pelo Club de Regatas Guanabarensis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.
- Congresso do Mundo Português. *Programas, Discursos e Mensagens*, volume 19, Lisboa, Sessão de Congressos, 1940.
- CORRÊA, José Augusto. *A Revolução do Brazil e o opúsculo de S. Boaventura*, Lisboa, Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1894.
- CORTESÃO, Jaime. "Carta de Pero Vaz de Caminha" in *Obras Completas de Jaime Cortesão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.
- CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1922.
- CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*, Lisboa, Livros de Portugal, 1955.
- CORTESÃO, Jaime. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses: a geografia e a economia da Restauração*, Lisboa, Seara Nova, 1940.
- Exposição histórica comemorativa do I centenário da fundação de São Paulo: 1554-1954*, Lisboa, Soc. Industrial de Tipografia, Palácio Galveias, 1954.
- FISCHLOWITZ, Estanislau. "Subsídios para a 'Doutrina Africana' do Brasil" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 9, 3º ano, março, 1960.
- FRANCO, Tito. *Monarchia e monarchistas*, Pará, Typ. De Tavares Cardoso, 1895.
- FREYRE, Gilberto. *Discurso pronunciado pelo Deputado Gilberto Freyre na Assembléia Nacional Constituinte, sessão de 17 de junho de 1946*, Rio de Janeiro, 1946.
- FREYRE, Gilberto. *Integração portuguesa nos trópicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e sociais, 1958.
- FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, Lisboa, Livros do Brasil, 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil*, São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.
- GRIECO, Donatello. *Defesa de Portugal na ONU (30 de janeiro de 1957)*, Rio de Janeiro, Livraria H. Antunes; Lisboa, Academica de D, Felipa, 1957.
- Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Imagens Religiosas Brasileiras: Exposição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 1954.

- KUBITSCHKEK, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1957*, Rio de Janeiro, Brasil, 1957.
- KUBITSCHKEK, Juscelino, *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959*, Rio de Janeiro, Brasil, 1959.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1958*, Rio de Janeiro, Brasil, 1958.
- LE MOS, Miguel. *Luis de Camões por Miguel Lemos*, Paris, Au Siége Central du Positivisme, Versailles, Imp. de E. Aubert, 1880.
- LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*, Rio de Janeiro, volume 1, Editora Civilização Brasileira 1960.
- LINS, Álvaro; KUBITSCHKEK, Juscelino, *et. al. Discurso sobre Camões e Portugal: conferência feita no Real Gabinete Português de Leitura na sessão comemorativa do dia de Portugal, em 10 de junho de 1956*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1956.
- MACHADO, Bernardino. “O governo do engrandecimento do poder real” in *Da Monarquia para a República (1883-1905)*, Coimbra, Typographia F. França Amado, 1905, pp. 161-162.
- MARTINS, Rocha. *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril, Oficinas do ABC, 1926.
- MATTOS, Julio de. “Popularização da Filosofia Positiva no Brazil” in *O Positivismo: Revista de Philosophia...*, 1880, pp. 250-252.
- MONTEIRO, Tobias. *O Sr. Campos Salles na Europa: notas de um jornalista*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1990.
- NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*, Rio de Janeiro, Edição Brasileira Atica, 1961.
- NOGUEIRA, Franco. *Conferências Proferidas em 1958/59*, volume 1, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1959.
- PEDROSO, Joaquim; MAGALHÃES, J. A. de (organizadores). *Album: Portugal no primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Papelaria União, 1922.
- PERDIGÃO, José de Azeredo. *A Índia portuguesa na comunidade luso-brasileira: conferência proferida no Instituto Vasco da Gama sob os auspícios da Delegação da Índia dos Amigos da Comunidade Luso-Brasileira*, Goa, Imprensa Nacional de Goa, 1960.
- PERES, Damião. *História de Portugal*, volume 6, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.
- PINTO, A. de Souza. *O Marquez de Pombal: comemoração do primeiro centenário de sua morte pelo Gabinete Portuguez de Leitura em Pernambuco*, Recife, Typographia Industrial, 1882.
- Portugal. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, *Monumenta Henricina*. Volume 2, 1962.
- Portugal. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Monumenta Henricina*, volume 1, 1961.

ROCHA, Hugo (cordenador). *O quarto centenário da fundação de São Paulo e o terceiro centenário da restauração de Pernambuco celebrados pelo Grupo de Estudos Brasileiros do Porto*, Porto, Edição do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, 1955.

ROMERO, Sílvio, *Uma Esperteza. Os Cantos e Contos Populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Protesto*, Rio de Janeiro, Tipografia da Escola, de Serafim José Alves, 1887.

S/ Autor. “Tratado de Amizade e Consulta” in *Tratados e Actos Internacionais Brasil-Portugal*, Lisboa, Editora do Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil – SEPRO, 1962, pp. 228-230.

S/ Autor. *A entrega dos restos mortais de D. Pedro IV à nação brasileira – depoimentos e entrevistas*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Companhia Nacional, 1972.

S/ Autor. *Almanak da Gazeta de Noticias para 1881 (contendo muitos artigos de interesse geral e uma parte litteraria recreativa)*, Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Noticias, 1880.

S/ Autor. *Annaes da Comissão Central Executiva apresentados pela Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa*, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895-1896.

S/ Autor. *Brasil 1940: Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*, Rio de Janeiro, Publicação patrocinada pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, 1940.

S/ Autor. *Catalogo da Exposição Camoneana realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 10 de junho de 1880 por ocasião do centenário de Camões*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.

S/ Autor. *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são vizinhas*, n.º 1, tomo 4, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1826.

S/ Autor. *Livro D’Oiro e Catalogo Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, Lisboa, Editora da Imprensa Nacional, 1922.

S/ Autor. *Portugal e Brazil: conflicto diplomático – O processo no Conselho de Guerra da Marinha, do capitão de fragata Augusto de Castilho – factos e documentos*, volume 1, Lisboa, M. Gomes Editor, 1894.

S/Autor. *Centenário Indiano: manifesto endereçado às colônias lusitanas residentes no estrangeiro pelas Associações Portuguezas estabelecidas no Pará*, Pará, Typ. e Papelaria de Alfredo Silva, 1897.

SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, volume 6, 1944.

SALAZAR, António de Oliveira. *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, volume 5, 1959.

SALAZAR, António de Oliveira. *Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta: comunicação feita por sua Exc.^a, o Presidente do Conselho Prof. Dr. Oliveira Salazar, em 6-12-1954, na Assembléa Nacional*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1954.

Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. *Exposição Histórica Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana (1654-1954)*, Palácio Foz-Gabinete Português de Leitura, Lisboa- Recife, 1954.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

WRIGHT, Marie Robinson. *The Brazilian National Exposition of 1908: in celebration of the centenary of the opening of Brazilian ports to the commerce of the world by the Prince Regent Dom João VI of Portugal, in 1908*, Philadelphia, George Barrie and Sons, 1908.

DOCUMENTOS CONSULTADOS EM ARQUIVO E FONTES MANUSCRITAS

1. Arquivos consultados

Brasil

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Fundação Joaquim Nabuco, Recife

Fundação Gilberto Freyre, Recife

Biblioteca do Memorial Juscelino Kubitschek, Brasília

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, Senado Federal, Brasília

Biblioteca Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, Itamaraty, Brasília

Portugal

Biblioteca Nacional de Lisboa

Arquivo Histórico e Diplomático, Instituto Diplomático, Lisboa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

Biblioteca do ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Biblioteca da Câmara Municipal de Coimbra

Biblioteca Geral da Universidade do Porto

Biblioteca da Casa do Infante Dom Henrique, Porto

Arquivo da Câmara Municipal do Porto

Espanha

Biblioteca Nacional de Madri

2- Documentos consultados:

AHD/MNE PEA 0 M19 090-92, *Assim desapareceu Delgado*, 25 de maio de 1965.

AHD/MNE PEA 0 M25 PT01 016-29, *Apoio à atitude do emb. Álvaro Lins no caso do asilo ao general Delgado*.

AHD/MNE PEA 0 M25 PT01 078-90, *Arinos (no senado): solução de honra para garantir o asilo ao general Delgado*, 21 de março de 1959.

AHD/MNE PEA O M39 PT07 003-18, *O Sr. Delgado abusa do direito de asilo*, março de 1926.

ANTT/ IAN PIDE/DGS P26865R V07 485-487, *Ato público na U.N.E. como protesto à viagem do presidente da República de Portugal*, setembro de 1960.

ANTT/AOS CO PC 77 B, *Carta de António de Oliveira Salazar a Juscelino Kubitschek*, 07 de março de 1959.

ANTT/AOS/CP-275, *Carta de Getúlio Vargas ao Presidente Craveiro Lopes*, 27 de fevereiro de 1952.

ANTT/IAN EHD APO 09 CX69 03, *Carta a Álvaro Lins*, 14 de janeiro de 1959.

ANTT/IAN EHD DSCD/11 CX76026, *Carta aberta a Assis Chateaubriand*, 1959.

ANTT/IAN PIDE/ DGS P2686SR V07 540, *Crachá e Delgado*, 29 de julho de 1960.

ANTT/IAN PIDE/DGS P26865R V 04 081, (“A mais idiota das crises diplomáticas por nós criada e alimentada” in *Novidades*, 14 de março de 1959, p. 6).

ANTT/IAN PIDE/DGS P26865R V04 183, *Informação*, 13 de fevereiro de 1959.

ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V05 264, *Delgado fala à imprensa: continuará na campanha política contra Salazar*, 22 de abril de 1959.

ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960.

ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960.

ANTT/IAN PIDE/DGS P2686SR V07 525-527, *Delgado adverte Kubitschek sobre a ida a Portugal*, 05 de agosto de 1960.

ALN (Mandates)/ R66 /45003 / 23252, ROSS, Edward A., *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa*, New York, 1925.

FGF/ CR Port., p. 7, *Carta de Manuel Sarmiento Rodrigues a Giberto Freyre*, 25 de outubro de 1954.

FGF/ CR Port., p. 8, *Carta de Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre*, 31 de julho 1956.

FGF/CR Port., p. 8, *Carta de Manuel Sarmiento Rodrigues a Gilberto Freyre*. 21 de novembro de 1956.

BIBLIOGRAFIA

(Declaração do direito de autodeterminação dos povos), Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html>
Acessado em 06/03/2013.

A. Woodward. “When a picture isn’t worth a thousand words: an analysis of illustrations and content” in *Elementary School Science Textbooks*, San Francisco, American Educational Research Association, SIG Group, 1989.

ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, 2ª edição, Lisboa, Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.

ALMEIDA, Justino Mendes de. *Fortunato de Almeida: o homem e o historiador, Separata dos “Anais”*, 2ª série, volume 31, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986, pp. 467-481.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal, Coimbra*, Instituto de História Econômica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes. *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908: significados e intenções*. Dissertação de Mestrado em Relações Históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo. Um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Tese de Doutoramento em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

ANACLETO, Cláudia. *O Real Ambiente Português de Leitura do Rio de Janeiro*, São Paulo, Dezembro Editorial, 2004.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2012, pp. 1197-1198.

ARISTÓTELES. *On the soul – parva naturalia – on breath*, Harvard, Harvard University Press, 1986.

BEBIANO, Rui. “O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica” in *Revista de historia das ideias - O Marques de Pombal e o seu tempo*, tomo 2, volume 4, 1982, pp.381- 428.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; Tradução de Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1994.

Biblioteca da Presidência da República. Ao receber o título de doutor *honoris-causa* da Universidade de Coimbra, 08 de agosto de 1960, p. 285. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/52.pdf/download> Acessado em 18/03/2013.

Biografia de Bernardino Luis Machado Guimarães. Disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=36> Acessado em 24/03/2014.

BITTENCOURT, Marcelo, “A criação do MPLA” in *Estudos afro-asiáticos*, nº 32, dezembro, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, 1997, pp. 185-208.

BLOCH, March Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Fabio William Lopes. *A Carta de Caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira*, Dissertação de Mestrado em Literatura, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, 2009.

Brasil. Presidente (1956-1961). *Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek*, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

Breve biografia sobre a vida de Matarazzo Sobrinho: Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3588 Acessado em 20/05/2013.

CANDAU, Joël. *La métamémoire ou la mise en récit du travail de mémoire*, Oxford, Berghahn Books, EASA Series, 2009.

CANDAU, Joël. *Memoria e Identidad*, 1ª edição, Buenos Aires, Del Sol, 2008.

CARREIRA, Antônio. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

CARVALHO, Candido Fernandes. *Club de Regatas Vasco da Gama – Memória do Cinquentenário 1898-1948*, Rio de Janeiro, Club de Regatas Vasco da Gama, 1949.

CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

CASTELO, Claudia. "Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre", Trabalho apresentado em VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, Porto, 2002, p. 426. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7134.pdf> Acessado em 25/10/2012.

CASTRO, Luís Vieira de. *D. Carlos I. Elementos de história diplomática*, Lisboa, Editorial Império, volume 1, 1936.

Catholic Encyclopedia. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/15303a.htm> Acessado em: 12/12/2011.

CATROGA, Fernando. “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social” in *Revista de História das Idéias*, volume 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1977, p. 20.

- CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história” in *História da história de Portugal: séculos. XIX-XX – da historiografia à memória histórica*, Lisboa, Editora Temas e Debates, 1998.
- CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares – Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 2006.
- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo: EUA, França e Portugal*, Fortaleza, Edições NUDOC, 2005.
- CATROGA, Fernando. *O Céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*, Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 28.
- CAVALHEIRO, Rodrigues. *Dom Carlos e o Brasil*, Lisboa, Política e História, 1960.
- CERRI, Luis Fernando. *Festas nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão*. Disponível em: <http://www.geocities.ws/lfcronos/texFESTASNACIONAIS.html>. Acessado em 18/08/2011.
- CHACON, V. “Gilberto Freyre, Mário e Oswald de Andrade” in *Ciência & Trópico*, América do Norte, 21, jun. 2011, p. 10. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/view/781/715>. Acessado em 27 de outubro de 2012.
- CHOPIN, Alain. *Les Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris, Hachette Éducation, 1992.
- COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista o Exposicion Resumida de la Religion Universal*, Editora Nacional, Madrid, 1982.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos, São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- CONCEIÇÃO, Cecília Dias de C. H. *A Revista Atlântica: documento sócio-cultural e literário de uma época, um abraço mental entre Portugal e Brasil*. Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- COSSETTE, Claude, *Les images démaquillées*, Québec, Editions Riguil Internationales, 2^a edition, 1983; A., Paivio. *Mental representations: a dual-coding approach*, New York, Oxford, 1986.
- COSTA, Cruz. “Origens, Fastígio e Declínio do Positivismo no Brasil”, in *Revista filosófica*, nº 20, 8º ano, agosto, 1957, pp. 134-145.
- CROCE, Benedetto. *La storia como pensiero e como azione*, Bari, Laterza, 1938.
- CRUZ, Duarte Ivo. *Portugal na Conferência de Berlim*, Coimbra, Editora Almedina, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; *et. al.*, *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

DANIEL, Jacobi. "Références iconiques et modèles analogiques dans des discours de vulgarisation scientifique" in *Informations sur les sciences sociales*, nº 24, volume 4, 1985, p. 848.

DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

Decreto de número 37.374 de 23 de maio de 1955. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=37374&tipo_norma=DEC&data=19550523&link=s Acessado em 31/12/2012.

DIAS, José Luciano de Mattos; PINHO NETO, Demosthenes Madureira. *O BNDES e o Plano de Metas: 1956/61*, Rio de Janeiro, BNDES, CPDOC, 1996.

Dilthey apud Palmer. PALMER, Richard. *Hermenêutica*, Lisboa, Edições 70, 1986.

Discurso de Joaquim Nabuco na ocasião do centenário de morte de Luis de Camões. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000041.pdf> Acessado em 20/07/2011.

Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores Francisco Clementino de San Tiago Dantas proferido em 11 de setembro de 1961. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=141%3Asan-tiago-dantas&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acessado em 29/11/2012.

Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura em 01 de fevereiro de 1951. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=136%3Ajoao-neves-de-fontoura&catid=55%3Aministros&Itemid=92 Acessado em 03/11/2012.

Discurso proferido pelo presidente Juscelino Kubitschek na cerimônia de instalação da conferência Internacional do Café, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1958, p. 51. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1958/07.pdf/download> Acessado em 27/11/2012.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*, São Paulo, Ática, 1982.

FEDERICI, Hilton. *Símbolos Paulistas: estudo histórico-heráldico*, São Paulo, Secretaria de Cultura, Comissão de Geografia e História, 1981.

FERREIRA, Ana Paula Duarte. *A União Europeia à luz dos manuais escolares: ensino básico e secundário*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

FERREIRA, José Medeiros, "Os Açores nas duas guerras mundiais", in *Política Internacional*, nº 1, Janeiro de 1990, pp. 5-17.

FERREIRA, Marie-jo. "As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira" in *Modernidades Alternativas*, Rio de Janeiro, Editora da fundação Getúlio Vargas, 2008, pp. 119-138.

- FERRO, João Pedro. *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- FRANÇA, José Augusto. “Exposição do Mundo Português” in *Colóquio-Artes*, nº 45, 22º ano, 2ª série, Lisboa, F. C. Gulbenkian, junho de 1980, pp. 35-47.
- FRANCO, Alvaro da Costa (organizador). *Documentos da Política Externa Independente*, Rio de Janeiro, Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje” in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte: Faculdade de Direito, 1960. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/politica_trans.htm Acessado em 27/10/2012.
- FREYRE, Gilberto. *A propósito de pintores e das suas relações com a luz regional: vida, forma e cor*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1962.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*, São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, 2ª edição, Lisboa, Livros do Brasil, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*, traduzido por Benjamín de Garay e Lucrecia Manduca, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande y Senzala: formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*, traduzido por Benjamín de Garay, Buenos Aires, s/ editora, 1942.
- FREYRE, Gilberto. *Herrenhaus und Sklavenhütte: ein bild der brasilianischen gesellschaft*, traduzido por Ludwig Graf von Schönfeldt, Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Herrenhaus und Sklavenhütte: ein bild der brasilianischen gesellschaft*, 3ª edição, Stuttgart: Klett-Cotta, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Nettai no sin Sekai*. Tokyo, Shinsekai, 1961.
- FREYRE, Gilberto. *Panowe i niemolnick*, traduzido por Helena Czajka, Warszawa, Panstwowy Instytut Wydawniczy, 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Stapâni Si Sclavi*, Traduzido por Despina Niculescu, Bucuresti, Univers, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Udvaráz Szolgazállás: a Brazil család a patriarchális gazdasági rendszerben*, traduzido por S. Tóth Eszter, Budapest, Gondolat, 1985.
- FREYRE, Gilberto. “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje” in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1960. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:A6WLS-C7ndEJ:bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/politica_trans.htm+&cd=1&hl=es&ct=clnk Acessado em 05/11/2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 49ª edição, São Paulo, Global, 2004.

FULLERTON, Mark D. *The Archaistic Style in Roman Statuary*, Leiden, E. J. Brill, 1990.

GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica*, Tradução de Paulo César Duque Estrada, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2ª edição, 1998.

GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. A história do coração humano: uma proposta in *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Associação Nacional de História, 2007, p. 2. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Dante%20Marcello%20Claramonte%20Gallian.pdf>. Acessado em 12/06/2013.

Gilberto Freyre um menino aos 83 anos in *Santista*, São Paulo, volume 1, n. 2, nov. 1983, pp. 16-18. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:w6a3U7_yeXYJ:bvgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/menino_aos83.html+gilberto+freyre+convitado+por+getulio+vargas+para+ser+embaixador&cd=3&hl=es&ct=clnk Acessado em 11/11/2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Angela de Castro. ‘A “grande aliança”: um projeto político-pedagógico luso-brasileiro na Primeira República’ in *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, 22 a 26 de junho, 2013, pp. 1-17.

GOMES, Renato Cordeiro. “Progresso, velocidade, máquina e mídia: um futurismo periférico e a crônica jornalística de João do Rio”. Trabalho apresentado ao *XIX Encontro da Compós*, PUC-Rio, 2010, p. 2. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt5_renato_cordeiro_gomes.pdf Acessado em 05/04/2014.

GONÇALVES, William da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal – do Tratado de Amizade ao caso Delgado*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

HAVELOCK, E. *Prefácio a Platão*, Campinas, Papyrus, 1996.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*, 2ª edição, São Paulo, Centauro, 2001.

HERCULANO, Alexandre; CORTESÃO, Jaime, et. al.. *História da Colonização Portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*, volume 3, Porto, Litografia Nacional, 1921 -1924.

HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro; et. al. *Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

J. M. Ozouf, “Le Thème du patriotisme dans les manuels scolaires” in *Le Mouvement social*, nº 49, outubro-novembro, 1964, pp. 5-31.

J. R., Levin; R. E. Mayer, “Understanding Illustrations in Text” in *Learning From Textbooks: Theory and Practice*, Hillsdale, New Jersey Hove and London, Lawrence Erlbaum Associates, 1993. Disponível em: <http://www.questia.com/read/47626636> Acessado em 22/05/2014.

JOÃO, Maria Isabel. “Percurso da memória: centenários portugueses no século XIX” in *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 8, janeiro-março, 2000. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/revista/percursmemo.htm&hl=pt-PT&gl=pt&strip=0> Acessado em 22/06/2012.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. “As comemorações do sete de setembro em 1922: uma (re) leitura da história do Brasil” in *Revista de História Comparada*, nº 2, volume 5, 2011, pp. 155-178. Disponível em: http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume005_Num002_artigo008.pdf Consultado em 06/04/2012.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*; Tradução de Todd Samuel Presner, Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2002.

KOUSSER, Rachel M. *Hellenistic and Roman Ideal Sculpture*, Oxford, Oxford University Press, 2008.

LABOREIRO, Simão de. *A obra associativa dos portugueses do Brasil*, Rio de Janeiro, s/ editora, 1939.

LANÇA, Joaquim. *Brasil: herança do gênio português. Conferência proferida na Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Braga, Livraria Cruz, 1965.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Elisabete da Costa, “O calendário republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista” in *História [on line]*, São Paulo, volume 25, nº 2, p. 69, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n2/03.pdf> Acessado em 22/06/2012.

LEAL, Ernesto de Castro. “A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX” in *Ibérica*, 3º ano, vol. 4, nº 12, Juiz de Fora, dezembro, 2009, pp. 5-20.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra*, Lisboa, Edições 70, 1981-83.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1967.

LOPES, Arthur Ribeiro. *A convenção secreta entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a partilha das colônias portuguesas*, Lisboa, Imprensa da Portugal- Brasil, 1988.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. “O governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894)” in *História do Brasil: uma interpretação*, São Paulo, Editora SENAC, 2008, pp. 567-572.

M. O., Jacques. “Le petit livre rouge de la République”, in *Les lieux de mémoire*, volume 1, Paris, Gallimard, 1997, pp. 291-321.

MACHIAVELLI, Nicoló. *O Príncipe*, São Paulo, Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

MAGALHÃES, Joaé Calvet de. “Portugal e as organizações políticas internacionais” in *Janus*, 2001, pp. 2-3. Disponível em: http://janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_1_2_1_h.html#topo Acessado em 11/11/2012.

MAGALHÃES, José Calvet de. “As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX” in *Incertas relações: Brasil- Portugal no século XX*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997.

MAGALHÃES, Justino. “A República e o Livro Escolar” in *Educar; Educação para Todos; Ensino na I República*; Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República – CNCCR, 1910,2011, pp. 99-100.

MAK, Daniela. “Colonial Discourse in the Cold War: Negotiations Between António de Oliveira Salazar and John F. Kennedy over Angolan Independence and the Azores Base from 1961 to 1963” in *2009-2010 Penn Humanities Forum on Connections*, pp. 95-96. Disponível em:

http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=uhf_2010&seiredir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dpresidente%2520kennedy%2520antonio%2520de%2520oliveira%2520salazar%26source%3Dweb%26cd%3D2%26ved%3D0CDUQFjAB%26url%3Dhttp%253A%252F%252Frepository.upenn.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1012%2526context%253Duhf_2010%26ei%3DrsUdXbn4yy8ATw3oDIDw%26usg%3DAFQjCNGN7ZSJfymP51UCyUpzzEqLA4ieQ%26bvm%3Dbv.45175338%2Cd.eWU#search=%22presidente%20kennedy%20antonio%20de%20oliveira%20salazar%22 Acessado em 11/04/2013.

MAPA, Dhiego de Moura. *Inserção internacional no governo Lula: o papel da política africana*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARTINS, A. A. de B. *Esboço histórico do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1901.

MARTINS, Gonçalves. *A descolonização portuguesa (As responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz, 1986.

MARY, Cristina Peçanha. *Geografias Pátrias: Brasil e Portugal 1875-1889*, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MATOS, Sérgio Campos. *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a História nos Cursos dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. “Da ideologia à arquitetura, um projeto além-mar: os Gabinetes Portugueses de Leitura no Brasil” in *19&20*, Rio de Janeiro, volume 2, abril, 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/gabinete_portugues.htm>. Acessado em 24/03/2014.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira (1750-1808)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

- MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2007.
- MENDONÇA, Marco Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, Companhia Editorial, 1960.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar –Biografia definitiva*, Tradução de Teresa Casal, 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Leya, 2011.
- MIRANDA, Luciana Lilian de. “*Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que deveremos ser*” in *A causa luso-brasileira em João de Barros, 912-1922*. Dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000.
- MOURA, Ignacio Baptista de. *Brasil - Portugal: a primeira travessia aérea inter-oceânica de Lisboa ao Rio de Janeiro em 1922*, Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1922.
- MOURA, Irene Barbosa. *A cidade e a festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo*. Tese de Doutorado em História Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- MUÑOZ, Juan Bautista. *Historia del nuevo mundo*, volumen 1, Oxford, Universidad de Oxford, 1793.
- NIETZSCHE, Friedrich. “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” in *Obras incompletas*; Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1974.
- NORA, Pierre. “Le Nationalisme français d'après les manuels scolaires” in *Etudes Générales*, volume 4, nº 1, Paris, Association Française de Science Politique, 1962, pp. 1-24.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, volume 3, Paris, Éditions Gallimard, 1997.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. “O Ensino da História Africana: a Presença da África nos Manuais Escolares Brasileiros e Portugueses (1990-2004)” in *Identidades, Memórias e histórias, em terras africanas*, Brasília, LGE Editora, Luanda, Nzila, 2006, p. 139-167.
- OLIVIERI, Antônio Carlos. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Editora Callis, 1999.
- Os jesuítas e a fundação da cidade de São Paulo. Disponível em: http://www.pateocollegio.com.br/newsite/conteudo.asp?i=i1&pag_id=4. Acessado em 19/05/2013.
- PACHECO, Fran. “Carta de Teófilo Braga a Fran Paxeco, (Lisboa, 27/11/1905)” in *Cartas de Teófilo (com um definitivo trecho autobiográfico do Mestre e duas “Confissões de Camilo)*, Lisboa, Portugal, 1924, pp. 64-67.
- PAIM, Antônio (org). *Plataforma política do Positivismo ilustrado: antologia*, Brasília, Editora da UNB/ Câmara dos Deputados, 1981.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Grijaldo Ltda., 1974.

PAIXÃO, Jorge Carlos. *O Positivismo e a educação no Brasil*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo, 1998.

PAREDES, Marçal de Menezes, “Uma polêmica luso-brasileira” in A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga, *Revista de Estudos Ibero-Americanos* - nº 2, pp. 105-109, PUCRS, Edição Especial, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1352/107> Acessado em 22/06/2012.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Dissertação de Doutorado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa no Brasil e o salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.

PAULO, Heloísa; SILVA, Armando Malheiro. “Norton de Matos. O Brasil e as raízes do paraíso – a construção da colônia ideal e o ideal colonialista” in O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Pan-lusitanismo, Chapecó, Argos, 2001, pp. 279-326.

PAULO, João Carlos. “MATTOSO, António Gonçalves” in *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, ASA Editores, 2003, pp. 902-905.

PERAYA, Daniel; NYSSSEN, Marie Claire. “Les illustrations dans les manuels scolaires. Vers une théorie générale des paratextes” in *Médiascope*, Versailles, Centre de Recherche et de documentation pédagogique de Publiés, nº. 7, 1994, p. 4.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ICNM, 1983.

PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *1908: Um Brasil em Exposição*, Brasília, Caixa Cultural Brasília, 2012.

PÉRES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidades*, 2ª edição, Lisboa, Bertrand, 1968.

PLATÃO. *Fedro ou da Beleza*, 2ª edição, Tradução e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 1981.

PROENÇA, Maria Cândida. “Da crise final da Monarquia ao alvorecer da República” in *Um século do ensino de História*, Lisboa, Edições colibri, 2001, pp. 41-52.

PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís; et. al. *Os descobrimentos no imaginário juvenil (1850-1950)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

RAMOS, Rui. *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

RAMPINELLI, José Waldir. “A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português” in *Revista Lutas Sociais*, 1º ano, volume 17/18, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf Acessado em 20/12/2011.

RAMPINELLI, José Waldir. *As duas faces da mesma moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*, Florianópolis, Editora da UFSC, 2004.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*; Tradução de Alain François, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Bauru, EDUSC-SP, 2001, pp. 25-.
- ROUSSEAU, Jean- Jacques. *Do Contrato Social*, São Paulo, Martin Claret, 2002.
- SANDMAN, Marcelo Corrêa. “As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil” in *Revista Letras*, nº 59, Curitiba, (UFPR), 2003, pp. 50-51.
- SCHWARCZ. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SERRANO, Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo. *A construção política da União Europeia: uma leitura dos manuais de história: Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal: um estudo comparado*. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- SILVA, Vivian Batista. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. Dissertação de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Maria Isabel Carvalho Corrêa. *O espelho fraterno: o Brasil no discurso republicano português (1889-1914)*, Dissertação de Doutorado em História, Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Universidade de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, 2012.
- SOARES, Amadeu Castilho. “Levar a Escola à Senzala: plano de ensino primário em Angola 1961/62” in *Episteme – Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, 4º ano, nºs. 10-11-12, 2002, pp. 1-24.
- SPINA, Segismundo. *Itinerário de Fernando Pessoa* (Comunicação apresentada ao II colóquio internacional de Estudos Luso-Brasileiros), Seção de Literatura, São Paulo, setembro, 1954.
- STEWART, Peter. *Statues in Roman Society: Representation and Response*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- TABORDA, Humberto Jorge Dias. *História do Real Gabinete Português do Rio de Janeiro*, Serviço de Imprensa Nacional, rio de Janeiro, 1940.
- TATIN, Jean Jacques. “L’homme du peuple au Panthéon” in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, nº 32, octobre-décembre, 1985, pp. 537-538.
- TEIXEIRA, Judice; ARROYO, António. *Notas sobre Portugal – Exposição nacional*, volume 1, Rio de Janeiro, Seção Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Le Portugal, l’Atlantique et la défense des États Unis d’Amérique pendant les deux guerres mondiales”, in *XVIII Congresso Internazionale di Storia Militare*, Roma, 1993, pp. 411-414.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Portugal e a NATO (1949-1989)” in *Análise Social*, volume 30, nº 133, 1995, 4.º ano, p.803.
- TELO, António José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições ASA, 1993.

TORGAL, Luis Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, volume 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 1957.

VEGA, Magdalena Cajías; RAMOS, Jaime Gutiérrez; *et. al.*. *Os processos independistas ibero-americanos nos manuais de História: Brasil e Portugal*, volume 3, Madri, Fundação MAPFRE, 2007.

VEYNE, *Le pain et le cirque*, trad. Brian Pearce, Michigan, A. Lane, The Penguin Press, 1990.

YATES, F. A. *The Art of Memory*, London, Routledgeand Kegan Paul,1966.